

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina

2002 - 2003



Secretaria de Estado da Agricultura
e Política Rural





INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina

2002 – 2003

APOIO INSTITUCIONAL



**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Governador do Estado de Santa Catarina

Luiz Henrique da Silveira

Vice-Governador

Eduardo Pinho Moreira

Secretário de Estado da Agricultura e Política Rural

Moacir Sopelsa

Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC

Ademar Paulo Simon

EXPEDIENTE

Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC

Ademar Paulo Simon

Gerente de Desenvolvimento Organizacional

José Souza Filho

Gerente de Programação e Orçamento

Admir Tadeo de Souza

Gerente de Informação e Análise

Danilo Pereira

COORDENAÇÃO

Luiz Marcelino Vieira - Econ.

Telmelita Senna - Bibl.

ELABORAÇÃO

Admir Tadeo de Souza - Eng. Agr.
Cesar A. Freyesleben Silva - Eng. Agr.
Francisco Assis de Brito - Econ.
Guido Boeing - Eng. Agr.
Ilmar Borchardt - Filósofo
João Manoel Anderson
José Eláudio Della Giustina - Méd. Vet.
José Maria Paul - Eng. Agr.
José Souza Filho - Econ.
Jurandi Soares Machado - Méd. Vet.
Luiz Marcelino Vieira - Econ.
Luiz Toresan - Eng. Agr.
Márcia Janice Cunha Varaschin - Econ.
Paulo Zoldan - Econ.
Simão Brugnago Neto - Eng. Agr.
Tabajara Marcondes - Eng. Agr.
Walter A. Casagrande - Eng. Agr.

APOIO

Revisão Editorial – Joares Segalin/Sidaura Lessa Graciosa/
Telmelita Senna/Zélia Alves Silvestrini

Revisão Técnica – José Maria Paul

PROJETO GRÁFICO

Capa – Mônica Kesting Vieira

Edição de Arte - Editoração Eletrônica, Gráficos e Mapas -
Alexandre Oliveira (Quo Graphis)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. - v.1- 1976-
Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1976-
Anual
Título anterior: Síntese Informativa sobre a Agricultura
Catarinense, 1976-1981.
Publicada em 2 volumes de 1984 a 1991.
Publicação interrompida em 1992.

1. Agropecuária - Brasil-SC - Período. I. Instituto de
Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

ISSN 1677-5953



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a equipe do Instituto Cepas/SC publica mais uma edição da Síntese Anual da Agricultura Catarinense, a qual vem sendo divulgada desde 1976 e está em sua 24ª edição impressa. As versões posteriores a 1995 estão também disponíveis por via eletrônica em arquivos no formato Acrobat Reader (pdf), com acesso através da página eletrônica do Instituto e a partir de 2001 em CD-ROM.

A Síntese trata-se de um registro anual dos principais fatos que influenciaram a produção agropecuária de Santa Catarina na safra que passou e as perspectivas para a seguinte. As análises são apresentadas sob a perspectiva dos principais produtos vegetais e animais do estado. Mais recentemente, as atividades da aquicultura e pesca, o setor florestal e a produção de flores e plantas ornamentais também passaram a ser abordadas, em função do desempenho e do potencial de crescimento dessas atividades.

O documento inicia com uma análise sucinta da conjuntura econômica do país no ano de 2002 e os principais fatos políticos e sociais que marcaram o ano. Também aborda o desempenho da safra nacional e suas perspectivas, com ênfase para os produtos de interesse da produção estadual. Segue com uma síntese geral do desempenho do agronegócio catarinense em 2002, as suas perspectivas para 2003 e os principais aspectos da política pública do governo federal para o setor.

As análises por produto apresentadas abordam o desempenho desses no que se refere às oscilações na área, produção e rendimento relacionando estas variáveis com o comportamento do clima e do mercado, além de outros fatos considerados importantes. Embora o enfoque

esteja na produção catarinense, as análises abordam também aspectos relevantes da produção e do mercado nacional e internacional desses mesmos produtos.

Além disso, a 2ª parte da publicação traz uma síntese de dados sociais e de infraestrutura do setor rural, tais como: demografia, armazenagem, associativismo, tecnologia e crédito. Também relaciona aspectos econômicos, como PIB, valor da produção, exportações, balanços de oferta e demanda, preços pagos e recebidos e produtividade das principais culturas.

Importante também destacar que em função da nova regionalização administrativa do governo estadual, a presente edição está trazendo uma breve caracterização do setor agropecuário do estado e de cada uma das 29 regiões, além de algumas informações populacionais e econômicas.

Com mais esta publicação, o Instituto Cepas/SC avança, portanto, na sua missão de gerar e disseminar informações para o agronegócio e espera que possa estar efetivamente contribuindo para o desenvolvimento rural sustentado de Santa Catarina.

Cabe ainda agradecer a colaboração de todos os que de forma direta ou indireta trabalharam para a realização e divulgação deste projeto e colocar nossa equipe à inteira disposição daqueles que de uma forma ou outra quiserem contribuir para o aperfeiçoamento futuro desta publicação.

Ademar Paulo Simon
Secretário Executivo do Instituto Cepas/SC



SUMÁRIO

PARTE I

DESEMPENHO DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE	08
A Conjuntura Econômica e a Agricultura Brasileira em 2002	08
O Desempenho da Agropecuária Catarinense na Safra 01/02	10
O Desempenho da Agropecuária Catarinense na Safra 02/03	13
Plano-safra 03/04	15
DESEMPENHO DA PRODUÇÃO VEGETAL	19
Alho	19
Arroz	25
Banana	33
Batata	41
Cebola	44
Feijão	49
Fumo	63
Maçã	69
Mandioca	72
Milho	81
Soja	87
Tomate	92
Trigo	98
Uva	105
Flores e Plantas Ornamentais	108
DESEMPENHO DA PRODUÇÃO ANIMAL	119
Carne de Frangos	119
Carne Bovina	122
Carne Suína	125
Leite	128
Mel	137
Ovos	144

DESEMPENHO DA PESCA	154
DESEMPENHO DA AQUICULTURA	157
Peixes de Águas Interiores	157
Camarão Marinho	160
Ostras e mexilhões cultivados	162
DESEMPENHO DO SETOR FLORESTAL	164

PARTE II

DIVISÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÕES CLIMÁTICAS	185
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	192
ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	199
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA	203
PREÇOS AGRÍCOLAS	209

PARTE III

ANEXO I – Secretarias de Desenvolvimento Regional – Dados gerais do setor rural – Santa Catarina	220
ANEXO II – Divisão territorial do estado de Santa Catarina, com indicação das mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios	251
ANEXO III – Divisão territorial do estado de Santa Catarina, segundo as secretarias de desenvolvimento regional	254
ANEXO IV – Associações de municípios do estado de Santa Catarina	258
ANEXO V – Divisão territorial do estado de Santa Catarina	261
ANEXO VI – Conceitos	268

LISTA DE FONTES	270
LISTA DE GRÁFICOS	271
LISTA DE MAPAS	274
LISTA DE QUADROS	274
LISTA DE TABELAS	275
ÍNDICE REMISSIVO	285



CONVENÇÕES

= números entre parênteses em tabela, tão somente, não em texto, significam números negativos.

... o dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não existir.

- o fenômeno não existe.

0; 0,0; 0,00: o dado existe, mas seu valor é inferior à metade da unidade adotada na tabela.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

SIGLAS UTILIZADAS

ABCC - Associação Brasileira de Criadores de Camarão

ABCS - Associação Brasileira de Criadores de Suínos

ABEF - Associação Brasileira dos Exportadores de Frango

Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes

ABIMCI - Associação Brasileira das Indústrias de Madeira Processada Mecanicamente

Abipecc – Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína

ABPM - Associação Brasileira de Preservadores de Madeira

Abracave – Associação Brasileira dos Produtores de Carvão Vegetal

Afubra - Associação dos Fumicultores do Brasil

Aincadesc - Associação das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina

AMOESC – Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina

Anda - Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas

Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

Apinco - Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte

Bacen – Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul

Ceagesp - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo

Ceasa/SC – Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.

Cidasc - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CMA – Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil Ltda.

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

Epagri/Cepea - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina /Centro de Referência em Pesquisa e Extensão Apícola

Epagri/Climerh - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina/Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos

FAASC - Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

Ibama/Cepsul - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira das Regiões Sudeste e Sul

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibraflor - Instituto Brasileiro de Floricultura

Irga – Instituto Rio Grandense do Arroz

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ocesc - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAR – Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural

Secex/Decex – Secretaria de Comércio Exterior/Departamento de Operações de Comércio Exterior

UBA – Associação Brasileira de Avicultura

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Univali/CTTMar – Universidade do Vale do Itajaí/ Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar

UPA – Associação Paulista de Avicultura

Usda - United States Department of Agriculture

Parte 1

DESEMPENHO DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE

A conjuntura econômica e a agricultura brasileira em 2002

8

A economia brasileira em 2002 teve mais um ano de baixo crescimento. O PIB cresceu 1,52%, alcançando R\$ 1,312 trilhão, e só não foi menor graças à recuperação no quarto trimestre do ano e ao crescimento da agropecuária que ficou em 5,8% (gráfico 1). Já a indústria cresceu 1,52% e os serviços, 1,49%. A renda per capita do brasileiro ficou em R\$ 7.512. Em 2001, o PIB já havia crescido apenas 1,42%. Nos últimos cinco anos (1998-2002), teve um aumento médio anual de 1,63% e, nos últimos 10 anos (1993-2002), de 2,90%. O desempenho foi baixo frente às necessidades do país, frente ao seu potencial, e também se comparado com as taxas de décadas anteriores.

O crescimento de 2002, pode, no entanto, ser considerado significativo diante da conjuntura que se apresentou naquele ano. O alto endividamento do país e as incertezas geradas quanto ao rumo da economia e à sucessão presidencial afetaram os indicadores econômicos e a percepção de risco. No segundo semestre, o risco país se elevou a um nível recorde de quase 2500 pontos e a taxa de câmbio se aproximou dos R\$4,00 /US\$. O impacto sobre a inflação foi imediato.

Também afetaram o país, a crise Argentina, o acirramento dos conflitos decorrentes dos atentados de 11 de setembro e o baixo crescimento da economia mundial. Os juros tiveram que ser mantidos em níveis elevados, ao longo do ano, voltando a subir a partir do último trimestre.



A economia ficou sem perspectiva de crescimento e os investimentos estrangeiros tiveram forte retração.

Como resultado, observou-se um crescimento do desemprego aberto no país, que passou de uma média de 6,2%, em 2001, para 7,1%, em 2002. Também houve queda no rendimento médio real do pessoal ocupado e forte crescimento dos índices de inflação. O IPCA e o IGP-DI, índices referência da variação dos preços no país, encerram 2002 respectivamente em 12,5% e 26,4%, ambos bem acima do verificado no ano anterior.

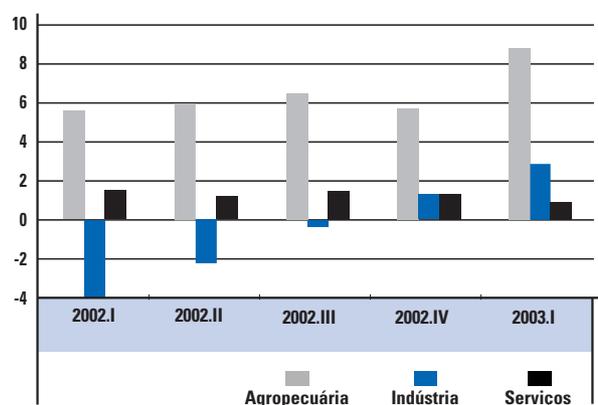
A agropecuária brasileira, apesar desta perspectiva de estagnação e de sua baixa participação na composição do PIB, tem contribuído positivamente para neutralizar os efeitos do baixo crescimento nos demais setores. Seus indicadores têm sido bem melhores. Entre 1998-2002 o setor cresceu, em média, 4,6% ao ano; nos últimos 10 anos, 3,5% ao ano, e deverá continuar crescendo nos próximos anos. Assim, a multiplicação de atividades relacionadas ao agronegócio tem desempenhado papel fundamental na economia de grande parte dos municípios brasileiros. As boas condições encontradas no país para o seu desenvolvimento têm atraído investimentos e gerado apoio mais consistente através de políticas públicas.

A agroindústria, em 2002, teve o seu melhor desempenho em uma década. Seu crescimento esteve bem acima da média da indústria no mesmo período. A produção de máquinas agrícolas também cresceu em relação à produção de 2001, graças às vendas, tanto no mercado interno como no externo. Para 2003, as perspectivas permanecem positivas.

Vários fatores contribuíram para esse desempenho. A safra de grãos 01/02 de 97,13 milhões de toneladas foi ligeiramente inferior à safra anterior (98,54 milhões de toneladas), que havia sido recorde. Os contínuos ganhos de produtividade obtidos ao longo das cadeias agroalimentares, os esforços do setor público e privado para a abertura de novos mercados e a desvalorização cambial deram sustentação às exportações. Os setores associados à lavoura foram mais favorecidos no mercado externo devido aos baixos estoques mundiais que resultaram em preços mais elevados. A produção pecuária, embora tenha tido crescimento expressivo, competiu com uma oferta maior de produtos e enfrentou preços em queda. O país vem afirmando-se cada vez mais como um grande produtor de alimentos.

O saldo comercial, verificado em 2002, é em boa parte atribuído à queda nas importações, mas deve-se também ao desempenho comercial do agronegócio, cujo superávit está estimado em torno de US\$ 20 bilhões. Os principais destaques foram o crescimento das vendas de carnes, dos produtos do complexo soja, do açúcar e álcool, do fumo e do papel e celulose, entre outros. O saldo poderia ter sido maior, não fosse a queda nos preços internacionais das carnes. As exportações do agronegócio brasileiro, em 2002, cresceram 4,1% (ficando em US\$ 24,8 bilhões) e as importações caíram 7%. As exportações totais cresceram 3,7% ficando em US\$ 60,4 bilhões. As importações totais caíram 15%.

GRÁFICO 1/I – PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL (%)



FONTE: IBGE

¹ Neste montante está considerada a produção nacional de algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, milho, soja, aveia, centeio, cevada, sorgo e trigo.

A queda na produção nacional de grãos, de 2002, (apesar da área ter crescido 7,6%), deveu-se à queda na produtividade das principais culturas – milho e soja – prejudicadas pela estiagem e temperaturas elevadas, principalmente no sul do país. A redução da oferta desses produtos, o aumento do consumo na cadeia de carnes e ainda os fatores externos associados acabaram resultando em preços elevados desses produtos no mercado interno e afetaram a cadeia de carnes.

A safra de grãos 02/03 baterá novo recorde, neste ano, favorecida pelo clima, pela maturação de investimentos e pelos incentivos de preços. A produção se aproximará dos 120 milhões de toneladas, ou 23% acima da anterior, principalmente devido ao desempenho das culturas do milho, soja e trigo.

A evolução recente do setor está trazendo grande otimismo ao mundo do agronegócio no Brasil. Os sucessivos recordes de produção, a crescente oferta de alimentos, fibras e biocombustíveis estão gerando mais emprego e renda no campo e na cidade, maiores volumes de exportações e divisas ao País e atenuando crises nos demais setores da economia.

Os resultados apurados, até o final do primeiro semestre de 2003, indicam novamente um crescimento do PIB agropecuário bem acima do da média esperada para o restante da economia neste ano. O resultado esperado deve-se, além do aumento da produção, aos incentivos cambiais e à melhora dos preços internacionais pagos pelos principais produtos do setor. O melhor resultado deverá ser o do segmento agrícola, enquanto se estima que a pecuária deva crescer menos, na comparação com 2002, já que enfrenta custos elevados e preços internacionais em níveis baixos.

Apesar dessa boa performance do agronegócio, o país mantém a perspectiva de baixo crescimento econômico global. O novo governo mantém o desafio de buscar crescentes superávits comerciais e compensar a queda dos investimentos externos, ao mesmo tempo, que precisa manter políticas austeras para conter a

inflação. As altas taxas de juros estão inibindo o consumo, asfixiando empresas e adiando investimentos produtivos. As projeções para 2003 indicam um crescimento semelhante ao verificado nos dois últimos anos.

No entanto, a recuperação das expectativas, a partir de meados do ano, na medida em que o novo governo se afirma no mercado através de políticas austeras e com respeito às instituições e aos contratos vigentes, indica um melhor panorama para a economia. O maior controle da inflação está criando condições para a redução dos juros, para a recuperação do consumo e dos investimentos. Também o bom desempenho da balança comercial, o avanço nas reformas previdenciária e tributária e a intenção de revisão em outras áreas, alimentam perspectivas de maior controle da dívida pública, de menor aversão aos riscos e de maior crescimento.

O desempenho da agropecuária catarinense na safra 01/02

Em Santa Catarina, a agropecuária, em 2002, cresceu menos que a média nacional. O PIB do setor cresceu 3,3%, alcançando um valor nominal estimado em R\$ 5,7 bilhões. As possibilidades de crescimento foram, no entanto, limitadas, principalmente, pelos problemas climáticos que reduziram a produção de grãos, pelo aumento nos custos de produção de carnes e pela crise Argentina, que afetou fortemente as exportações de Santa Catarina para aquele país.

Ainda assim, a receita de US\$ 1,92 bilhão, que representou 61% do valor total exportado pelo estado, foi 6,2% maior em 2002 que no ano anterior. As exportações totais cresceram 4,2%. Este desempenho comercial foi sustentado basicamente pelo crescimento no setor de produtos florestais (madeiras, móveis e papel e papelão), de 20% em valor. Já o valor das exportações de carnes de aves, principal item agro-



pecuário, caiu 6,4%, enquanto o volume exportado cresceu 14%. O de suínos cresceu 8,2%, para um volume exportado 51% maior. Vale lembrar que em 2001, sobre o ano anterior, o valor das exportações do agronegócio catarinense havia crescido 24%.

A tabela 1/I apresenta a participação de Santa Catarina em relação ao Brasil no tocante à área e produção agrícola e também a posição do estado na produção nacional. Devido aos problemas enfrentados naquele ano, o estado perde posições em relação ao período anterior em um número significativo de produtos. Além desses, o estado também perde participação na produção de carnes de aves, mas se mantém como 2º produtor, com 19,6% da produção. Participou ainda com 24% da produção nacional de suínos, mas teve um crescimento inferior ao resto do país.

O valor da produção do setor primário² de Santa Catarina, em 2002, cresceu 19,6%, resultado de um cresci-

mento de 3,5% no volume e de um aumento de 16% nos preços médios recebidos pelos produtores. Está estimado em R\$ 8, 573 bilhões, refere-se a preços correntes e baseia-se em estimativas da produção total do setor.

Entre os principais grupos de produtos utilizados na estimativa, o das lavouras permanentes, temporárias, horticultura e floricultura participou com 31% do valor da produção, obteve crescimento de 1,72% na produção e de 22% nos preços recebidos. A área plantada dos principais produtos da lavoura cresceu apenas 0,6%.

A produção pecuária participou com 53% do valor da produção total do setor, cresceu 4,7% no volume e 10,3% nos preços médios recebidos. Destaca-se também o crescimento da silvicultura, de 5,8% no volume e de 34,6% nos preços. Este segmento vem aumentando, nos últimos anos, sua participação no VBP geral do setor, ao passo que diminui a importância da produção extrativa.

TABELA 1/I – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E POSIÇÃO DE SANTA CATARINA NA PRODUÇÃO NACIONAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS – SAFRA 01/02

PRODUTO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		POSIÇÃO DE SC NA PRODUÇÃO NACIONAL
	SC	SC/BR (%)	SC	SC/BR (%)	
Alho	2.910	18,7	15.296	13,4	2 ^a
Arroz	137.340	4,4	922.860	8,8	3 ^a
Banana ⁽¹⁾	29.099	5,7	628.850	9,7	4 ^a
Batata	11.424	7,3	143.455	5,0	5 ^a
Cebola	25.617	37,6	394.582	33,0	1 ^a
Feijão	151.793	3,7	171.714	5,6	7 ^a
Fumo	112.067	33,1	223.382	34,0	2 ^a
Maçã ⁽¹⁾	15.907	51,2	474.516	55,3	1 ^a
Mandioca	32.081	1,9	582.995	2,5	11 ^a
Milho	799.722	6,8	3.100.031	8,7	6 ^a
Soja	240.163	1,5	529.941	1,3	10 ^a
Tomate	2.505	4,1	127.350	3,5	8 ^a
Trigo	51.465	2,5	93.158	3,2	3 ^a

Fonte: IBGE, LSPA, junho de 2003
⁽¹⁾ Área destinada à colheita

² Inclui estimativas para a produção total das lavouras permanentes, temporárias, horticultura e floricultura, pecuária, indústria rural, silvicultura, extração vegetal e produção particular do pessoal residente.

Uma abordagem mais específica referente ao desempenho em 2002 dos 17 principais produtos agropecuários de Santa Catarina³ pode ser observada na Tabela 2/I. Os produtos foram agrupados conforme suas especificidades. A produção agrícola cresceu 3,3% e a pecuária 4,5%.

As maiores variações ocorreram na produção de grãos, que caiu 9,9% (a produção de milho caiu 21%), na de fumo (+25%) e na de frutas (maçã, +25% e banana, + 7%). A produção pecuária evoluiu graças à suinocultura, cujos abates cresceram 6,2% e à avicultura, que cresceu 4,9%. Destacou-se, ainda, a queda na produção de alho e mandioca e o aumento na produção de batata inglesa.

Os preços agrícolas em alguns casos atingiram níveis sem precedentes. O caso do milho foi preocupante. Depois de uma safra nacional recorde, em 2001, (com o objetivo de enxugar o mercado e melhorar os preços) exportou-se cerca de 5,6 milhões de toneladas

do produto. Paralelamente a isso, as exportações de aves e suínos passaram a crescer firmemente, elevando o consumo do cereal. Os estoques nacionais caíram rapidamente. Para piorar, a frustração da safra brasileira (e catarinense), de 2002, elevou as cotações do produto a níveis recordes, encarecendo substancialmente a produção de carnes.

Em Santa Catarina, os preços médios do milho, no ano passado, ficaram em torno de 60% mais caros do que na média do ano anterior, ou seja, bem acima dos reajustes verificados nos preços recebidos das aves e dos suínos. A redução da rentabilidade levou o segmento a mais uma crise, principalmente para os pequenos suinocultores, que trabalham com escala e margens menores. A crise só não foi maior devido às exportações que foram estimuladas pelo câmbio e pelo grande esforço das empresas e governo para ampliação de mercados.

Além desses, cabe ainda destacar o desempenho de outros produtos. O expressivo aumento da produção

TABELA 2/I – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO E DOS PREÇOS NA AGROPECUÁRIA SEGUNDO GRUPOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS – SANTA CATARINA – 2001-2002

GRUPOS DE PRODUTOS	VBP (mil R\$)		2002 (%)	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO ⁽¹⁾	VARIAÇÃO DOS PREÇOS ⁽²⁾
	2001	2002			
Grãos	1.131.077	1.455.327	21,78	-9,90	42,75
Hortaliças	243.900	250.336	3,75	-1,30	3,99
Raízes e tubérculos	83.109	81.200	1,22	-1,06	-1,25
Fumo (estufa)	420.569	645.574	9,66	25,35	22,46
Frutas	426.029	530.162	7,93	20,10	3,16
Carnes ⁽³⁾	2.886.625	3.351.263	50,16	4,65	10,94
Leite (mil l)	290.543	367.620	5,50	3,52	22,22
AGRICULTURA	2.304.683	2.962.598	44,34	3,31	24,29
PECUÁRIA	3.177.168	3.718.883	55,66	4,54	11,96
Total	5.481.851	6.681.481	100,00	4,03	17,11

Fonte: Instituto Cepa/SC.

⁽¹⁾ Indica o crescimento da produção entre as safras de 00/01 e 01/02.

⁽²⁾ Indica a variação dos preços entre 2001 e 2002.

⁽³⁾ Refere-se aos abates totais no estado.

³ Inclui grãos (arroz, feijão, milho, soja, trigo); hortaliças (alho, cebola e tomate); Raízes e tubérculos (batata inglesa e mandioca); fumo; frutas (banana e maçã); carnes (bovinos, frangos e suínos) e leite.



de maçãs deveu-se às condições climáticas favoráveis, à existência de um maior número de pomares entrando em plena produção e às práticas culturais mais eficientes e sustentáveis. O valor das exportações da fruta catarinense cresceu 64% em relação a 2001. A produção de fumo também chegou próxima a uma safra recorde, com desempenho satisfatório dos preços. O valor das exportações estaduais teve pequena queda. A produção leiteira também continua em expansão com melhora do padrão técnico da cadeia produtiva. Os preços tiveram sensível melhora.

Quanto à variação dos preços pagos pelos produtores em 2002, calculada na estimativa do PIB do setor, destacou-se o crescimento dos preços dos combustíveis e lubrificantes (20%), energia elétrica (13%), de adubos, corretivos e defensivos (17%) e de sementes e mudas (5%). Os medicamentos e produtos da alimentação animal tiveram crescimento nominal médio de 10%.

A despeito dos problemas enfrentados pela agricultura catarinense, que rebaixaram posições do estado na produção nacional, o desempenho global da produção ao longo do tempo tem sido positivo e tem demonstrado capacidade de superar crises e crescer. O modelo de produção coloca-se, no entanto, em sistemas cada vez mais competitivos e excludentes os quais concorrem para a saturação dos ecossistemas.

O desempenho da agropecuária catarinense na safra 02/03

As estimativas preliminares de desempenho do PIB agropecuário catarinense, em 2003, indicam crescimento de 7,8%. O resultado deve-se ao crescimento das lavouras, de 14,8% e da silvicultura, de 10%, já que a pecuária deverá ter uma queda de 1,9%.

Os números estão baseados nas estimativas preliminares de produção da safra 02/03, no desempenho da pecuária até maio e na média dos preços dos

principais produtos no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado. As estimativas dos principais itens do consumo intermediário foram obtidas com base nos indicadores de preços já disponibilizados para o semestre.

O desempenho das lavouras deve-se principalmente ao crescimento da produção de milho (37%), soja (30%), trigo (23%), arroz (11%) e maçã (10%). Diminuiu a produção de alho, mandioca e batata inglesa. O resultado geral deveu-se ao aumento da produtividade, já que a área total das lavouras cresceu apenas 2,6% em 2003.

O segmento de aves e suínos, após sucessivos anos de crescimento, foi afetado por uma oferta maior de produtos, que reduziu preços em tempos de custos elevados. As exportações continuam atenuando a baixa performance no mercado interno e os bons resultados da safra também estão se refletindo em custos menores aos produtores. Os resultados dos cinco primeiros meses do ano, no entanto, tiveram um recuo de 1,5% na produção de aves e de 5,6% na de suínos, principais produtos pecuários do estado. Para o segundo semestre, espera-se uma recuperação para o segmento. A produção de leite deverá crescer 2,3%.

A performance geral dos preços, neste primeiro semestre, foi bastante satisfatória. O índice geral de preços do setor cresceu bem acima da inflação, elevando o valor da produção para R\$ 12,2 bilhões. O melhor desempenho foi registrado com os produtos da lavoura, principalmente milho, soja, arroz, feijão, banana e maçã. A média dos preços dos frangos e dos suínos esteve 36% e 19%, respectivamente, acima dos obtidos no mesmo período do ano anterior, embora a do milho, principal insumo utilizado, tenha crescido 43%. A média de preços dos produtos florestais cresceu 23%. Cabe ressaltar, entretanto, que alguns desses preços caíram quando comparados com o 2º semestre de 2002.

O dados preliminares da produção de 2003, tendo como referência os mesmos 17 produtos analisados na

safras anteriores, indicam um crescimento da agropecuária de 5,7%. Nesta abordagem, a agricultura teve um crescimento de 15%, enquanto a pecuária caiu 1,8%. As estimativas de produção e preços foram baseadas nos dados referentes ao primeiro semestre do ano, comparados com os do mesmo período do ano anterior, conforme dados da tabela 3/I.

Da euforia do momento e dos bons resultados obtidos na safra nacional pode-se inferir que as perspectivas para a próxima safra são boas, tanto no País quanto no estado. Uma maior capitalização no cam-

po, somada com os incentivos públicos, embutidos nos planos agrícolas recentemente anunciados, deverá resultar em maior produção.

Os incentivos anunciados para a produção, com mais crédito e juros menores, com ênfase na produção de produtos básicos, na recomposição dos preços mínimos (que deverá funcionar como um seguro ao produtor) e nos programas voltados à valorização do cooperativismo para alavancar a produtividade e a geração e agregação de valor nas cadeias produtivas deverá começar a surtir efeito imediato.

TABELA 3/I – ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DOS PREÇOS AO PRODUTOR NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO GRUPOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS – SANTA CATARINA – SAFRAS 01/02 E 02/03

GRUPOS DE PRODUTOS	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO ⁽¹⁾	VARIAÇÃO DOS PREÇOS ⁽²⁾	%
Grãos	26,98	53,79	
Hortaliças	-1,72	21,15	
Raízes e tubérculos	-9,31	117,64	
Fumo (estufa)	3,56	36,33	
Frutas	8,77	100,69	
Carnes ⁽³⁾	-2,30	27,77	
Leite (mil l)	2,33	43,33	
AGRICULTURA	15,21	56,90	
PECUÁRIA	-1,84	29,33	
Total	5,71	42,65	

FONTES: Instituto Cepa/SC
⁽¹⁾ Variação percentual entre as safras 01/02 e 02/03. A estimativa para a produção pecuária em 2003 está baseada no desempenho do setor entre janeiro e maio de 2003, comparada com o mesmo período do ano anterior.

⁽²⁾ Variação percentual dos preços médios mensais recebidos pelo produtor no primeiro semestre de 2002 e 2003.

⁽³⁾ Refere-se aos abatimentos totais no estado.



PLANO-SAFRA 03/04

O ano de 2003 e a safra 03/04 certamente marcarão um momento importante da agricultura brasileira. Na safra 02/03, o Brasil estabelece mais um recorde, no limiar dos 120 milhões de toneladas. Contribuiu para isso uma seqüência de normas que vêm sendo melhoradas, especialmente pelos programas de investimento que foram retomados depois da metade da década de noventa.

Esses programas associados ao Pronaf começam a amadurecer e a dar os resultados que já se fazem sentir nas prioridades do governo federal, seja pela capacidade de geração de emprego e renda da agricultura familiar, seja pela capacidade multiplicadora da agricultura patronal; tanto na geração de divisas quanto pelo poder multiplicador que ela apresenta.

O governo continua a detalhar o conjunto de regras para a implantação do Plano Safra, geral e para a agricultura familiar. Contudo, há muito mais que um plano safra. Na verdade, foi indicado o rumo que o novo governo dará à agricultura familiar, reforçando-a e mantendo o apoio ao setor que está mais estruturado e que já respondeu positivamente aos estímulos dos últimos cinco anos.

Mais uma vez, houve uma determinação de definição das normas ainda no final do ano agrícola 02/03. Contudo, há muito que ser feito, especialmente no Pronaf, onde ações mais complexas e de relevância como a assistência técnica, por exemplo, ainda estão por ser definidas. Mesmo estando em discussão, já há o compromisso e a determinação política da presença do Estado, especialmente junto aos que têm menor capacidade de identificar e acessar tecnologias para sua consolidação.

Mas, para uma análise mais detida, vale a separação dos planos anunciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que responde pelo apoio à agricultura familiar e pela reforma agrária.

A soma de recursos para o crédito rural anunciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento atingiu nesse ano o montante de R\$ 25,15 bilhões, dos quais foram anunciados R\$ 16,4 bilhões para custeio e comercialização e outros R\$ 5,75 bilhões para investimento, representando um aumento de 18,6% sobre o anúncio feito no ano anterior, porém, com uma maior possibilidade de tornar-se exequível em virtude da melhor distribuição entre as fontes financiadoras. Cabe destacar que R\$ 22,15 bilhões têm juros pré-fixados, sendo mais freqüente a taxa de 8,75% ao ano.

Apesar disso, houve um certo ceticismo, como de praxe, quanto à possibilidade de chegarem ao produtor em quantidade e oportunidade. É importante destacar que o anúncio foi feito sobre o montante anunciado no último ano e não sobre o valor aplicado, que, como sempre, é bem inferior ao que efetivamente chega à produção.

Os preços e a abundante colheita da safra 02/03 certamente contribuirão para aumentar a participação do agronegócio na balança comercial e no mercado interno. Mas a ampliação na oferta de crédito e o aumento no limite das operações também contribuem neste sentido.

Foram ampliados os limites de financiamento para os agricultores de algodão, de R\$ 400 mil para R\$ 500 mil; para outras culturas, como amendoim, fruticultura, mandioca e as de sequeiro, arroz, feijão, sorgo e

trigo, o limite teve um acréscimo de 33%, passando de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil. O limite para a cultura do milho, com aumento de 60%, passou de R\$ 250 mil para R\$ 400 mil. Detalhe: para ampliar a oferta do milho, esse limite independe das demais culturas.

As culturas irrigadas de arroz, feijão, sorgo e trigo tiveram seu limite elevado de R\$ 300 mil para R\$ 400 mil por operação. Para a pecuária leiteira, passou de R\$ 60 mil para R\$ 90 mil. Para o produtor de soja das Regiões Norte, Centro-Oeste e para os dois estados da Bahia, Piauí e Maranhão, foi mantido o limite de R\$ 200 mil. Para os produtores de soja das demais regiões, o limite continua em R\$ 150 mil por operação. Para os demais custeios, foi mantido o valor da safra passada, que foi de R\$ 60 mil.

Os preços mínimos tiveram uma correção significativa, especialmente os de interesse para Santa Catarina. No caso do arroz, do feijão e do milho, os percentuais de reajuste foram superiores a 42%. Para o arroz, ele vai para R\$ 20,00/sc de 50 quilos; o do feijão passa para R\$ 47,00/sc de 60 quilos; o da farinha de mandioca passa para R\$ 15,00/sc 50 quilos, enquanto o do milho passa para R\$ 13,50/sc de 60 quilos.

O reajuste dos novos preços da soja e do algodão, produtos de expressivo crescimento na produção e cujo cultivo se concentra em propriedades médias e grandes, foi inferior ao dos produtos da cesta básica.

Quando do anúncio do Plano Safra, muitas ações vieram ao encontro das aspirações do meio rural de Santa Catarina, especialmente pelo fato de que neste ano, novamente, a atuação do governo federal não se restringe apenas ao crédito para produção de grãos, mas, especialmente, foram anunciados programas que atendem às condições do meio rural deste estado.

Nos normativos já publicados, houve avanços nesses programas. Foram mantidos ou adequados os programas consagrados em anos anteriores, como o Moderfrota, o Prosolo, o Proleite, o Profruta, o Prodevinho, o Proazem, entre outros, só que, em virtu-

de de eventual excedente de recursos e da necessidade de posterior remoção, já foram agrupados, conforme quadro 1; foi ampliado o montante financiável por operação e houve adequação de prazos e carências. Mesmo assim, o Moderfrota e o Finame Rural tornaram-se mais caros, e houve redução no prazo de financiamento.

Todos esses programas, administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, são operados com os bancos de desenvolvimento ou qualquer agente financeiro que demonstre interesse e esteja apto a operar com esse banco.

Dentro do Proger Rural, programa de investimento com recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador – FAT –, agora com taxa pré-fixada de 7,25% ao ano, e no Finame foram ampliados os equipamentos financiáveis, com a inclusão de atividades como a avicultura, a suinocultura, e o beneficiamento de frutas e mel, dentre outras.

O governo federal ganhou muito no apoio que a União deu a atividades de maior densidade econômica e de maior importância na apropriação da renda agrícola brasileira, como a fruticultura, a apicultura, a floricultura e a aqüicultura. Esse apoio foi decisivo no aumento da produtividade, do emprego e das exportações do agronegócio.

No dia 24 de junho, o governo federal anunciou o Plano-Safra para a Agricultura Familiar. Dentre as novidades incluídas no atual plano, e também em atenção ao Fome Zero, foi criado o Programa de Compras da Agricultura Familiar, que garante a aquisição de arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e trigo. Em 2003, o limite é de R\$ 2.500,00 por família e por ano, e de R\$ 3.000,00 em 2004. No corrente ano, as compras atingem o Norte, o Nordeste, o norte de Minas, Mato Grosso e Matogrosso do Sul.

Considerando as projeções de inflação, as taxas de juros pré-definidas implicam um custo de financiamento da safra novamente negativo. Para a agricultura familiar,



o custo financeiro será ainda menor. O custeio ficará em 4% ou 7,25%, dependendo da faixa de renda do beneficiário, e para os créditos de investimento, a taxa será de 3% e 7,25%, dependendo também da faixa de renda.

No Proger, também implantado sob a forma de operacionalização do Rural Rápido, foram criados dois grupos, que pagam juros fixos de 7,25%, antes de 8,5%. Aqueles com renda anual de até R\$ 60.000,00 e que se enquadrem nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, devem ser designados como Pronaf E.

Para o Pronaf, o governo deve dispor de um total de R\$ 5,4 bilhões. Para os beneficiários desse Programa foram ampliadas as faixas de renda e os limites de crédito. A renda máxima para o grupo B ficou em R\$ 2.000,00; o grupo C passou de R\$ 10.000,00 para R\$ 14.000,00; para o grupo D foi de R\$ 30.000,00 para R\$ 40.000,00 e foi criado o Pronaf E (ou Proger Rural Familiar) com renda de até R\$ 60.000,00.

Quanto aos limites de financiamento, os tetos para investimento são de R\$ 15.000,00 para os assentados da reforma agrária, visando à implantação da infraestrutura produtiva; de R\$ 1.000,00 para aos produtores do Grupo B; de R\$ 5.000,00 para aos produtores do Grupo C; de R\$ 18.000,00 para aos produtores do Grupo D; e o teto para o grupo E, recém-criado, é de R\$ 36.000,00 para cada família. Além dos limites impostos, há possibilidade de ampliação desses tetos para atividades especiais, desde que na mesma unidade familiar, vedado o sobreteto além de 50% para o conjunto de todas as atividades.

O custo do empréstimo é de 1,15% ao ano sobre o principal, com bônus de até 46% sobre o principal para os assentados da reforma agrária; de 1% de juros com bônus de 25% sobre o principal para o grupo B; de 4% de juros, com 25% de bônus desse custo, mais um rebate de R\$ 700,00 para os produtores do grupo C. Para os do grupo D, juros de 4% com rebate de 25% dos juros e, para o grupo E, de 7,25% ao ano.

Os limites de financiamento para custeio são de até R\$ 4.725,00 para aos assentados da reforma agrária, desde que incluídos no projeto de infra-estrutura produtiva (R\$ 15.000,00); de R\$ 2.500,00 para os produtores do Grupo A/C; de R\$ 2.500,00 para os produtores do Grupo C; de R\$ 6.000,00 para os produtores do Grupo D; e, para o Grupo E, o limite máximo é de R\$ 28.000,00 para cada família.

Para o custeio, os agricultores enquadrados no Pronaf terão custos de 2% para os do grupo A/C, com rebate de R\$ 200,00; de 4% para os do grupo C, também com rebate de R\$ 200,00; de 4% para os do grupo D e de 7,25% para aqueles enquadrados no Pronaf E.

Ainda não estão publicadas todas as normas que compõem as regras de produção e comercialização da próxima safra, especialmente as portarias de equalização. Contudo, é certo que, tanto para a agricultura familiar quanto para a agricultura dita patronal, o que foi anunciado até o presente indica que todos esses produtores certamente continuarão ampliando a oferta de alimentos e os superávits comerciais, coisa que a agricultura brasileira já faz desde o período do Brasil Colônia.

O aumento de produção da safra que se avizinha estará, portanto, relacionado somente aos fenômenos naturais mais favoráveis, dando como certo que o fluxo financeiro continuará melhorando na primeira safra do Governo Lula. As condições de acesso a tecnologias mais adequadas estão dadas e, com um pouco de sorte, a próxima safra será ainda maior que 120 milhões de toneladas do período 02/03.

QUADRO 1/I – PROGRAMAS PARA A SAFRA 03/04

PROGRAMAS	RESOLUÇÃO BACEN	RECURSOS (R\$ milhões)	LIMITE (R\$ mil)	PRAZO (até)	TAXAS DE JUROS	ITENS FINANCIÁVEIS	OBSERVAÇÕES
1. Moderfrota	3.086	2.000	100%	5 anos	9,75% a.a	Tratores agrícolas e implementos; colheitadeiras, colheitadeiras e equipamentos para beneficiamento de café; para produtores com renda anual até R\$ 150 mil por ano	O prazo para colheitadeira pode ser 6 anos
			80%	5 anos	12,75% a.a	Tratores agrícolas e implementos; colheitadeiras, colheitadeiras e equipamentos para beneficiamento de café; para produtores com renda anual acima de R\$ 150 mil por ano	O prazo para colheitadeira pode ser 6 anos
2. Moderagro	3.093	600	200	5 anos	8,75% a.a	Correção de solos, adubação verde, conservação de solos, recuperação de pastagens e sistematização de várzeas	
3. Prodeagro	3.094	60	150	5 anos	8,75% a.a	Investimentos fixos e semifixos relacionados com floricultura, ovinocaprinocultura, aquíicultura, apicultura, suinocultura, avicultura e sericicultura	
4. Proleite	3.088	100	80	5 anos	8,75% a.a	Máquinas e equipamentos destinados à pecuária leiteira	
5. Moderinfra	3.092	500	400	8 anos	8,75% a.a	Investimentos fixos e semifixos relacionados com a agricultura irrigada e com a instalação, adequação ou modernização de unidades armazenadoras nas propriedades rurais	
6. Prodefruta	3.095	240	200	8 anos	8,75% a.a	Investimentos fixos e semifixos para implantação e melhoramentos de culturas frutíferas (serviços e insumos)	
7. Propflora	3.089	50	150	12 anos	8,75% a.a.	Investimentos fixos e semifixos destinados à produção comercial de florestas	
8. Prodecoop	3.087	450	70% a 90% (20.000)	12 anos	10,75% a.a.	Investimentos fixos e semifixos destinados à estrutura das cooperativas com vistas à agregação de valor à produção agropecuária	
9. Proger Rural Investimento	3.090	250	48	8 anos	7,25% a.a.	Investimentos fixos e semifixos	
10. Proger Rural Familiar	3.091	350	36	8 anos	7,25% a.a.	Investimentos fixos e semifixos	Somente para produtores já enquadrados no Pronaf
11. Pronaf Investimento	3.097	500	18	8 anos	4% a.a. (-25%)	Investimentos fixos e semifixos	Somente para produtores enquadrados no Pronaf



DESEMPENHO DA PRODUÇÃO VEGETAL

ALHO

Panorama mundial

A cultura de alho, nos últimos anos, tem demonstrado um desempenho positivo nas explorações das lavouras realizadas nos principais países produtores. Os dados da FAO informam que em 2002 houve, em relação aos dados da safra 2001 incremento de 3,9% na área plantada, de 6,7% na produção e de 2,7% de alcance na produtividade média.

Observa-se que os produtores da China continuam, a cada ano, expandindo as fronteiras da alhicultura. No cenário mundial, eles foram responsáveis por aproximadamente 56% da área total plantada, gerando um volume de produção de 8,7 milhões de

toneladas, o que representa um percentual de 72% da oferta total desse produto.

As maiores produtividades, por ordem de importância, pertencem aos produtores egípcios, que alcançaram a cifra de 23.173 kg/ha - quantidade 2,2 vezes maior que a média de todos os países, seguido pelos americanos, com 19.313 kg/ha, e os chineses, que mantêm o terceiro melhor desempenho, com 13.802 kg/ha.

A tabela 1 apresenta a evolução da área plantada, da produção e do rendimento médio de alho nos principais países produtores nos anos de 2000 a 2002.

O volume total de alho comercializado nos principais mercados mundiais em 2001 somaram um total de 1,745 milhão de toneladas, representando, na balança

TABELA 1/1 – ALHO-ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, TOTAL MUNDIAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 2000-2002

PAÍS	ÁREA PLANTADA (1000 ha)			PRODUÇÃO (1000 t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Mundo	1.075,7	1.083,3	1.125,6	11.001,5	11.347,8	12.107,1	10.227	10.476	10.756
Argentina	15,5	13,5	13,0	149,3	134,8	126,2	9.629	9.983	9.706
Brasil	13,3	14,4	15,5	84,2	101,9	114,4	6.341	7.102	7.326
China	559,8	584,9	629,9	7.486,1	7.894,1	8.694,1	13.372	13.496	13.802
Egito	12,5	9,3	9,3	266,6	215,4	215,4	21.289	23.173	23.173
Espanha	24,1	24,0	22,7	187,0	179,0	177,0	7.759	7.458	7.797
Estados Unidos	14,1	14,3	13,3	253,2	266,6	256,3	17.979	18.707	19.313
Rússia	28,0	28,0	30,0	198,0	202,0	198,0	7.071	7.214	6.600
Índia	124,6	120,0	120,0	524,6	496,8	496,8	4.210	4.140	4.140
Tailândia	23,5	22,1	22,1	132,0	126,0	126,0	5.612	5.707	5.707
Turquia	14,0	15,0	15,0	102,0	103,0	110,0	7.286	6.867	7.333
Ucrânia	23,4	21,0	20,0	127,0	127,0	135,0	5.427	6.048	6.750

FONTE: FAO.

comercial, um movimento financeiro da ordem de 1,028 bilhão de dólares. A China, juntamente com a Argentina e a Espanha, liderou as vendas no mercado internacional, perfazendo, no conjunto, 80% do volume comercializado e 68% do valor total transacionado, conforme pode ser visualizadas na tabela 2.

Nas importações, os principais mercados compradores foram os da Indonésia, dos Estados Unidos e da França, os quais desembolsaram os maiores valores, representando gastos que ultrapassaram os 25% de todas as operações financeiras realizadas, conforme mostra a tabela 3.

TABELA 2/I – ALHO – QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES, TOTAL E PRINCIPAIS PAÍSES – 1999-2001

PAÍS	QUANTIDADE (t)			VALOR (US\$ 1000)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Mundo	891.776	738.912	870.171	526.644	407.214	508.030
Alemanha	333	903	620	711	1.310	1.149
Argentina	93.140	80.082	82.217	87.315	62.034	64.101
Chile	12.758	11.070	10.467	13.265	9.135	9.529
China	553.607	455.350	572.126	182.517	155.792	215.654
Emirados Árabes	18.000	8.000	8.000	11.000	4.900	4.900
Espanha	56.633	65.070	56.780	70.977	67.117	73.141
Estados Unidos	10.134	8.118	9.426	13.072	11.033	12.148
França	13.751	14.052	17.385	25.925	22.921	28.081
Holanda	15.647	14.512	19.185	17.400	11.134	15.107
Itália	7.014	6.955	7.721	10.762	9.361	11.717
Malásia	16.594	10.711	13.357	7.027	4.578	5.543
México	17.121	17.745	17.472	40.320	22.620	31.738
Reino Unido	647	2.967	5.645	1.239	2.279	4.495

FONTES: FAO.

20

TABELA 3/I – ALHO – QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES, TOTAL E PRINCIPAIS PAÍSES – 1999-2001

PAÍS	QUANTIDADE (t)			VALOR (US\$ 1000)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Mundo	1.119.642	777.292	874.356	594.181	428.957	520.089
Alemanha	12.873	12.949	12.418	20.702	15.867	17.057
Canadá	11.008	11.120	11.862	10.465	8.063	12.108
Espanha	8.256	9.623	10.615	10.144	10.120	11.077
Estados Unidos	43.372	28.709	36.550	51.310	30.266	44.462
França	26.583	26.018	32.178	35.131	28.456	39.793
Índia	11.636	2.984	36.187	4.557	1.145	16.406
Indonésia	356.092	174.036	205.470	81.590	43.445	51.217
Itália	20.309	24.237	27.750	20.105	20.124	28.684
Japão	26.261	29.225	28.915	20.869	20.131	19.778
Malásia	75.150	55.056	67.567	25.514	17.452	26.708
México	8.232	9.712	10.892	9.612	9.960	12.730
Holanda	8.645	11.532	12.161	8.644	8.725	9.664
Reino Unido	7.891	6.881	9.426	13.974	9.916	15.573

FONTES: FAO.



Panorama nacional

A alhicultura brasileira tem mantido praticamente constante a sua participação no contexto mundial, ocupando, em 2002, o sétimo e o décimo lugar, respectivamente, na área plantada e produção obtida.

No ano de 2002, a cultura de alho apresentou uma evolução de 8,3% na área plantada (15.535 ha), de 12% na produção (114.144 t) e de 3,5% no rendimento médio (7.348 kg/ha), comparados com os dados do ano anterior. Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Bahia são os maiores produtores, responsáveis por cerca de 90% da produção brasileira.

Quanto ao desempenho do produto no ano, os estados da Região Sul enfrentaram clima desfavorável, determinando alguns problemas que se refletiram em queda na produtividade das lavouras e conseqüente diminuição da produção. Nas demais regiões produtoras do País, o desempenho da safra transcorreu dentro da normalidade.

Observa-se, nos últimos anos, principalmente nos estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, um aumento gradativo de área plantada, produtividade e conseqüente aumento na produção das lavouras, graças à adoção do uso de tecnologia pelo produtor, principalmente nos serviços de irrigação, através de pivô central, adensamento do plantio e no cultivo do alho vermalizado com semente de qualidade. Ressalta-se, ainda, que o período de colheita nestes estados não coincide com a entressafra nos estados da Região Sul e na Argentina, fator que favorece, de certa forma, a comercialização da produção.

O Brasil, apesar de possuir condições climáticas favoráveis, solos propícios para a exploração da cultura e mão-de-obra abundante, ainda não alcançou a sua auto-suficiência no abastecimento de alho.

Apresenta uma demanda interna estimada de aproximadamente 150 mil toneladas - distribuídas entre 10 mil e 12 mil toneladas de consumo mensal, acrescido de 25 mil a 30 mil toneladas anuais utilizadas no plantio da safra subseqüente. Esse déficit é suprido através da importação de alhos

TABELA 4/1 – ALHO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO, BRASIL E NOS PRINCIPAIS ESTADOS – 2000-2002

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
Brasil	13.269	14.353	15.580	84.141	101.925	114.144	6.341	7.101	7.326
Bahia	1.277	1.394	1.558	8.462	11.872	13.167	6.626	8.516	8.451
Distrito Federal	115	323	324	683	2.711	2.936	5.939	8.393	9.062
Espírito Santo	684	414	414	4.550	2.673	3.003	6.652	6.457	7.254
Goiás	1.536	1.620	1.909	10.206	13.590	19.525	6.645	8.389	10.228
Minas Gerais	1.922	2.524	2.869	11.017	20.541	26.669	5.732	8.138	9.296
Paraná	509	691	740	2.210	3.333	3.700	4.342	4.823	5.000
Rio Grande do Sul	4.145	4.323	4.586	24.435	24.639	28.358	5.895	5.700	6.184
Santa Catarina	2.793	2.792	2.955	20.909	20.861	15.296	7.486	7.472	5.176
São Paulo	193	200	197	1.283	1.460	1.400	6.648	7.300	7.107

FONTES: IBGE.
⁽¹⁾ Situação em maio de 2003.

oriundos principalmente dos mercados argentinos, chineses e espanhóis.

O crescimento da oferta nacional de alho é uma busca constante do setor nos últimos anos, embora os mecanismos de políticas de mercado estabelecidos não tenham atingido plenamente seus objetivos. No

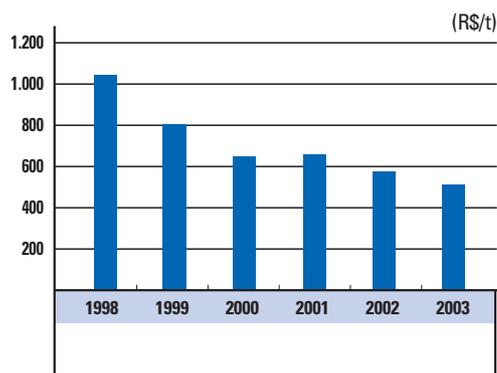
entanto, como se pode observar na tabela 5, houve gradativa redução no volume total das importações brasileiras, mesmo que se constate um aumento de cerca de 140% nas vendas do produto chinês em 2002 (de 13,1 mil toneladas em 2001 para 31,3 mil toneladas no ano seguinte).

TABELA 5/I – ALHO – IMPORTAÇÃO BRASILEIRA TOTAL E A ORIUNDA DA ARGENTINA, CHINA E ESPANHA – 1998-2003

ANO	ARGENTINA		CHINA		ESPANHA		TOTAL IMPORTADO	
	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1000)	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1000)	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1000)	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1000)
1998	70.887	75.220	13.878	13.878	17.524	18.110	103.960	108.994
1999	52.710	44.190	18.260	13.089	17.354	12.765	93.451	74.393
2000	56.565	36.074	13.325	8.580	16.520	10.794	88.807	57.092
2001	59.809	39.799	13.049	7.899	4.154	2.630	77.827	50.889
2002	41.658	25.635	31.274	16.577	5.515	3.191	79.334	45.961
2003 (1)	35.318	20.010	10.209	3.110	613	260	46.225	23.430

FONTE: Secex/Decex.
(1) Até maio de 2003.

GRÁFICO 1/I – ALHO – PREÇOS PAGOS NAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS – MÉDIAS ANUAIS – 1998-2003



FONTE: Secex/Decex.

O gráfico 1, ao lado, dá uma idéia do comportamento dos preços médios pagos pelo Brasil nos mercados internacionais de alho. Observa-se que nos anos mais recentes houve queda nas cotações médias do produto importado, sugerindo que os mecanismos de políticas de comercialização têm funcionado a contento.



Panorama estadual

As lavouras de alho em Santa Catarina, a cada ano, vem cedendo espaço para as produções de outros estados brasileiros. De segundo maior produtor em 2001, passou para o quarto lugar no ano seguinte, superado pelas produções do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás, ultrapassando a produtividade média catarinense.

Em comparação com os dados do ano anterior, os dados de 2002 foram 26,7% menores, com uma produção de 15.296 toneladas; apesar de um incremento de 5,8% na área plantada (2.910 hectares), o rendimento médio das lavouras alcançou apenas 5.176kg/ha (menor 30,7%). Os fatores responsáveis pela frustração da produção foram as condições climáticas adversas (pouco frio na fase vegetativa da lavoura e excesso de chuva no período de colheita).

A maior participação na oferta estadual do produto continua pertencendo à microrregião geográfica de Curitibanos, responsável por aproximadamente 80% da produção e por 79% da área plantada. A tabela 6

mostra a distribuição da cultura de alho nas três últimas safras nas microrregiões geográficas de Santa Catarina.

Em 2001, os preços recebidos pelos produtores apresentaram-se remuneradores, servindo de estímulo aos produtores para a expansão da área plantada no ano de 2002. A exemplo do ocorrido nos demais estados da Região Sul, o escoamento da safra catarinense transcorreu de maneira tranqüila e rápida, a ponto de em pleno mês de maio não haver mais produto para ser comercializado, antecipando o encerramento das transações comerciais, que normalmente se estendem até meados do mês de julho.

Em 2002, no entanto, houve dificuldades na comercialização da produção, principalmente devido à baixa qualidade do produto e ao excesso de alho importado no mercado nacional no primeiro trimestre deste ano.

A entrada do alho chinês no mercado nacional no período de maior concentração da produção catarinense (e demais estados da região Sul) contribuiu para que os preços recebidos pelos produtores se mantivessem, em alguns momentos, abaixo dos custos de

TABELA 6/I – ALHO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA – 2000-2002

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Santa Catarina	2.793	2.792	2.955	20.909	20.861	15.296	7.486	7.472	5.176
Campos de Lages	84	84	113	562	573	840	6.690	6.821	7.434
Chapecó	7	41	5	36	29	23	5.143	707	4.600
Concórdia	7	7	5	33	33	21	4.714	4.714	4.200
Curitibanos	2.160	2.157	2.375	17.770	17.778	12.074	8.227	8.242	5.084
Florianópolis	3	2	2	9	6	6	3.000	3.000	3.000
Ituporanga	4	4	3	8	8	6	2.000	2.000	2.000
Joaçaba	465	454	428	2.220	2.312	2.203	4.774	5.093	5.147
Rio do Sul	10	2	2	30	6	6	3.000	3.000	3.000
Tabuleiro	24	9	9	84	31	31	3.500	3.444	3.444
Tubarão	15	15	13	83	85	86	5.533	5.667	6.615

FONTE: IBGE.

produção, caracterizando um quadro desolador na cadeia do alho, além de comprometer os compromissos financeiros assumidos pelo produtor catarinense.

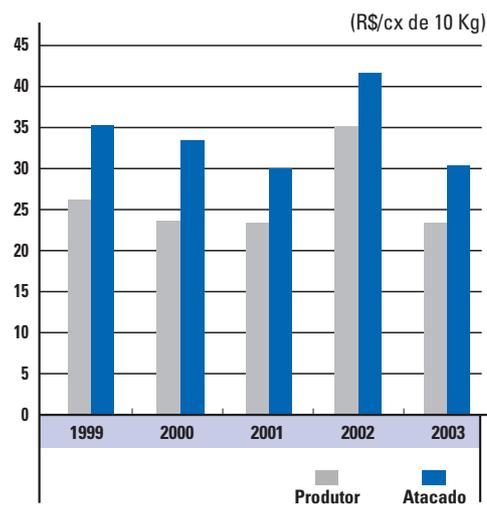
O comportamento dos preços mensais ao produtor e no atacado no período de 1998 a 2003 são mostrados na tabela 7 e no gráfico 2.

TABELA 7/I – ALHO – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR – SANTA CATARINA – 1998-2003

MÊS	(R\$/cx de 10 kg)					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Janeiro	19,33	22,00	20,00	23,00	29,50	-
Fevereiro	19,72	23,00	23,63	23,00	30,00	25,00
Março	14,00	23,60	22,00	23,24	30,00	25,00
Abril	14,00	27,00	22,39	24,00	33,24	26,67
Mai	12,75	28,00	26,27	24,00	44,00	27,00
Junho	12,00	29,20	28,00	24,00	44,00	15,89
Julho	-	32,92	-	24,00	-	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 2/I – ALHO – PREÇOS AO PRODUTOR E NO ATACADO – MÉDIAS ANUAIS – SANTA CATARINA – 1999-2003



FONTE: Instituto Cepa/SC.

É importante que se determinem procedimentos de políticas de mercado e se estabeleçam quotas para aquisição do produto importado nos períodos de maior concentração da comercialização do alho nacional, e que se façam cumprir as regras de mercado estabelecidas na Resolução 41, do Ministério do Comércio Exterior, de 19 de dezembro de 2001, que fixou como direito antidumping a taxa de US\$ 4,80/cx de 10 quilos de produto importado da China.

No entanto, ressalte-se que a importação brasileira de alho e de outros produtos é uma realidade. Os volumes de negócios deverão continuar a se expandir por força de acordos bilaterais entre governos, com o objetivo de aumentar o movimento da balança comercial mediante a entrada e saída de produtos e serviços.

O produtor de alho deve se conscientizar de que a concorrência e a competitividade são contingências impostas pelo mercado e que a conquista de espaço nesses mercados só é possível através de qualidade, apresentação do produto e preços baixos, resultantes principalmente de um melhor uso de tecnologia e do aumento gradual do rendimento médio da lavoura.

Além da grave situação enfrentada em 2002 pelo produtor catarinense no que diz respeito à menor participação no mercado do produto in natura, cresce em todo o País a demanda por alho-semente, principalmente da Bahia, em detrimento da oferta da Região Sul.

Em consequência do exposto, alguns estados das Regiões Sudeste e Centro-Oeste já vêm investindo com maior intensidade nestes aspectos, além de serem favorecidos pelas condições de clima definido, propriedades maiores e mais bem-estruturadas e que possibilitam ganhos gradativos por área plantada.

Luiz Marcelino Vieira



ARROZ

Mundo: Oferta mais apertada em 2002

A produção mundial de arroz em casca teve seu pico em 1999, quando alcançou 611 milhões de toneladas. A partir de então, veio se contraindo. Chegou em 2002 a 576 milhões de toneladas, praticamente 6% menos. Entre 2001 e 2002 produziu-se 3,5%

menos de arroz. Percentagem próxima a esta, mas de sentido positivo, consta dos prognósticos mais recentes acerca da colheita do ano em curso. (Tabela 1)

O desempenho de 2002 foi afetado pela persistente diminuição das safras da China e da Índia que, somadas, equivalem a 46 % da área (em 1999, eram de 50%) e a 51% da produção mundial (em 1999, eram de 55 %). (Tabela 2).

TABELA 1/I – ARROZ EM CASCA – ÁREA CULTIVADA NOS 10 PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – 1999/2002

PAÍS PRODUTOR	ÁREA CULTIVADA (mil ha)			EVOLUÇÃO %		MUNDO/02 %
	1999	2001	2002	99/02	01/02	
Mundo	153.305	151.232	147.144	(4,0)	(2,7)	100,0
Índia	44.972	44.622	40.000	(11,1)	(10,4)	27,2
China	31.637	29.144	28.177	(10,9)	(3,3)	19,1
Indonésia	11.963	11.500	11.641	(2,7)	1,2	7,9
Bangladesh	10.708	10.661	11.059	3,3	3,7	7,5
Tailândia	9.970	9.990	9.990	0,2	0,0	6,8
Vietnã	7.654	7.485	7.485	(2,2)	0,0	5,1
Mianmar	6.211	6.200	6.200	(0,2)	-	4,2
Filipinas	4.000	4.065	4.046	1,2	(0,5)	2,7
Brasil	3.813	3.142	3.175	(16,7)	1,1	2,2
Nigéria	2.191	2.207	3.116	42,2	41,2	2,1
Total dos países	133.119	129.016	124.890	(6,2)	(3,2)	84,9

FORNTE: FAO.

TABELA 2/I – ARROZ EM CASCA – QUANTIDADE PRODUZIDA NOS 10 PAÍSES PRODUTORES – 1999/2002

PAÍS PRODUTOR	QUANTIDADE PRODUZIDA (mil t)			EVOLUÇÃO %		MUNDO/02 %
	1999	2001	2002	99/02	01/02	
Mundo	611.283	597.787	576.280	(5,7)	(3,6)	100,0
China	200.403	179.305	176.553	(11,9)	(1,5)	30,6
Índia	134.213	139.735	116.580	(13,1)	(16,6)	20,2
Indonésia	50.866	50.461	51.604	1,4	2,3	9,0
Bangladesh	34.427	36.269	38.134	10,8	5,1	6,6
Vietnã	31.394	31.970	34.064	8,5	6,5	5,9
Tailândia	24.172	26.954	25.945	7,3	(3,7)	4,5
Mianmar	20.126	21.900	21.900	8,8	-	3,8
Filipinas	11.787	12.955	13.271	12,6	2,4	2,3
Japão	11.469	11.320	11.111	(3,1)	(1,8)	1,9
Brasil	11.710	10.195	10.489	(10,4)	2,9	1,8
Total dos países	530.566	521.064	499.650	(5,8)	(4,1)	86,7

FORNTE: FAO.

TABELA 3/1 – ARROZ EM CASCA – RENDIMENTO MÉDIO NOS 10 PAÍSES PRODUTORES – 1999/2002

PAÍS PRODUTOR	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)			EVOLUÇÃO %		MUNDO/02 %
	1999	2001	2002	99/02	01/02	
Mundo	3.987,4	3.952,8	3.916,4	(1,8)	(0,9)	1,0
Egito	8.878,0	9.283,3	9.141,1	3,0	(1,5)	2,3
Austrália	10.071,4	9.282,5	8.500,0	(15,6)	(8,4)	2,2
Grécia	7.216,3	7.282,8	7.451,0	3,3	2,3	1,9
EUA	6.574,4	7.277,7	7.369,9	12,1	1,3	1,9
Espanha	7.538,8	7.841,0	7.225,0	(4,2)	(7,9)	1,8
Peru	6.274,8	6.770,1	6.690,3	6,6	(1,2)	1,7
Japão	6.414,3	6.635,4	6.582,3	2,6	(0,8)	1,7
Coréia do Sul	6.596,1	6.881,0	6.315,3	(4,3)	(8,2)	1,6
China	6.334,4	6.152,4	6.265,9	(1,1)	1,8	1,6
Itália	6.463,5	5.849,4	6.148,0	(4,9)	5,1	1,6
Média 10 países	7.236,2	7.325,6	7.168,9	(0,9)	(2,1)	1,8

FONTE: FAO.

Este comportamento teve por base a inflexão da tendência mundial de crescimento do rendimento médio dos cultivos: no quadriênio, declinou 2% e, entre as duas últimas safras, quase 1%. Tabela 3.

A produção mundial de arroz beneficiado decresceu, nos mesmos quatro anos, de 407,7 milhões para 391,9 milhões de toneladas. Para o corrente ano, são esperados 374,5 milhões de toneladas, ou seja, uma retração de 4,5%. (www.conab.com.br)

Em contraposição a esta evolução negativa da produção de arroz, seu consumo aumentou 3,5% nesses quatro anos – conquanto tenha sofrido ligeiro recuo (de 0,5%) entre 2001 e 2002.

Por correlação, as trocas internacionais do produto vêm-se dinamizando progressivamente. As importações, que em 1999/2000 envolviam cerca de 20 milhões de toneladas, em 2002/2003 passaram a abranger 25 milhões. As atividades exportadoras também evoluíram positivamente – de 23 milhões para quase 27 milhões de toneladas. (www.conab.com.br)

Estima-se que o beneficiamento da produção da safra 02/03 venha a gerar 393,7 milhões de toneladas, uma recuperação de 5% sobre a imediatamente anterior. (www.usda.gov)

Mercosul: Persiste a menor pressão de oferta

A quantidade de arroz produzida no âmbito do Mercosul, a exemplo da produção mundial, declinou desde 1999. Nesse ano, produziram-se 14,8 milhões de toneladas – 2,5 % do total mundial.

A produção brasileira de então correspondeu a 79% da total. Elevou-se nos anos seguintes, variando entre 84% e 85%. Teve por base a redução da produção uruguaia e argentina, em maiores proporções do que a brasileira.

Com efeito, estes dois países vizinhos, após alcançarem os respectivos recordes de 1,33 milhão e 1,66 milhão de toneladas, viram-se na contingência de reduzir suas safras. Suas produções de 2002 foram menores do que as de 1999; na Argentina, em 57% (para 713,4 mil toneladas) e a do Uruguai, em 29 % (para 939,5 mil toneladas).

Para a safra do corrente ano, a recuperação da produção uruguaia é estimada em 10% sobre a da safra 01/02. A safra argentina simplesmente reverteu a tendência de queda, devendo elevar-se tão somente 1% sobre o volume de produção da safra 01/02. (Tabela 4).


TABELA 4/I – ARROZ EM CASCA – QUANTIDADE PRODUZIDA POR PAÍS E TOTAL DO MERCOSUL – 1999/2003

QUANTIDADE PRODUZIDA	1999	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Em toneladas				
Brasil	11.709.700	10.207.200	10.472.093	10.306.609
Uruguai	1.328.200	1.030.200	939.489	1.035.800
Argentina	1.658.200	855.480	713.449	721.000
Paraguai	128.093	102.330	100.684	100.000
Total	14.824.193	12.195.210	12.225.715	12.163.409
Em percentagem sobre o total				
Brasil	79,0	83,7	85,7	84,7
Uruguai	9,0	8,4	7,7	8,5
Argentina	11,2	7,0	5,8	5,9
Paraguai	0,9	0,8	0,8	0,8
Evolução %				
	1999/2002	1999/2003	2002/2003	
Brasil	(10,6)	(12,0)	(1,6)	
Uruguai	(29,3)	(22,0)	10,3	
Argentina	(57,0)	(56,5)	1,1	
Paraguai	(21,4)	(21,9)	(0,7)	
Total	(17,5)	(17,9)	(0,5)	

FONTE: FAO.
⁽¹⁾ Dados preliminares.

TABELA 5/I – ARROZ – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PAÍS DO MERCOSUL – 1999-2003

ANO	PRODUTO	URUGUAI	ARGENTINA	PARAGUAI	MERCOSUL	TOTAL	MERCOSUL/TOTAL (%)
1999	Com casca	100.231	316.468	1.685	418.384	637.577	65,6
	Beneficiado	333.031	199.534		532.565	566.055	94,1
	Partido ou quirera	3.504	278		3.782	3.785	99,9
	Subtotal	436.766	516.280	1.685	954.731	1.207.417	79,1
2000	Com casca	0	175.776	24.351	200.127	200.206	100,0
	Beneficiado	417.671	85.216		502.887	527.102	95,4
	Partido ou quirera	1.616	409		2.025	2.025	100,0
	Subtotal	419.287	261.401	24351	705.039	729.333	96,7
2001	Com casca	30.022	177.798	11.890	219.710	219.715	100,0
	Beneficiado	475.892	65.214	2.970	544.076	545.198	99,8
	Partido ou quirera	11.365	6		11.371	11.371	100,0
	Subtotal	517.279	243.018	14.860	775.157	776.284	99,9
2002	Com casca	84.998	121.783	7797	214.578	221.102	97,0
	Beneficiado	346.755	57.842	2.079	406.676	407.501	99,8
	Partido ou quirera	10.422	300	0	10.722	10.722	100,0
	Subtotal	442.175	179.925	9.876	631.976	639.325	98,9
2003 ⁽¹⁾	Com casca	60.038	18.138	758	78.933	210.161	37,6
	Beneficiado	138.770	29.968	783	169.521	170.225	99,6
	Partido ou quirera	393			393	393	100,0
	Subtotal	199.201	48.105	1.541	248.847	380.779	65,4

FONTE: Secex/Decex.
⁽¹⁾ Até maio de 2003

A venda de arroz dos outros países-membros do Mercosul para o Brasil atingiu seu máximo quantitativo em 1999 (1.027,4 mil toneladas). Sua participação relativa, que era de quase 80% neste ano, aproximou-se de 100% nos três anos seguintes. No ano em curso, facilitada pela valorização do real, esta percentagem caiu para 65,5% do total. Foi deslocada pela competitividade do produto norte-americano, especialmente em relação ao produto argentino. (Tabela 5)

Brasil: mercado lento, preços altos e perspectivas de aumento das importações

A produção brasileira de arroz segue em queda. Se em 1999 (11,8 milhões de toneladas), por pouco não se nivelou à demanda interna, em 2002 não passou de 10,5 milhões de toneladas.

Nesta última safra, os excessos climáticos ocorridos no Rio Grande do Sul e no Centro-Oeste, somados à perda de área para a soja nesta mesma

macrorregião, pesaram consideravelmente na delimitação do tamanho da safra há pouco colhida. Barraram o crescimento que se desenhava, deixando a produção ligeiramente inferior à da safra imediatamente anterior (menos 2%). (Tabela 6).

Os 10,3 milhões de toneladas prognosticados para a produção nacional de 2003 colocam-na no mesmo patamar de 1986 – mesmo contando-se as variações mais drásticas, como as de 1990 e 1998 (em torno de 7,5 milhões de toneladas) e as de 1988 e 1999 (para quase 12 milhões). (Cepa/SC – banco de dados).

Dos dez principais estados brasileiros que produzem arroz, apenas Santa Catarina, Pará e Maranhão vêm crescendo desde 1999 (35%, 25% e 10%, respectivamente).

Ainda nesse mesmo período, três estados tiveram sua produção reduzida em mais de 30% (Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás).

Entre as duas últimas safras, no entanto, apenas Rio Grande do Sul e Minas Gerais diminuíram sua produção (13% e 9%, respectivamente). (Tabela 6)

TABELA 6/I – ARROZ EM CASCA – QUANTIDADE PRODUZIDA – BRASIL – 1999/2003

ESTADO	1999	2002	2003	1999/2002	1999/2003	2002/2003
Rio Grande do Sul	5.630.077	5.477.134	4.748.655	(2,7)	(15,7)	(13,3)
Mato Grosso	1.811.114	1.198.558	1.250.207	(33,8)	(31,0)	4,3
Santa Catarina	758.837	922.860	1.022.369	21,6	34,7	10,8
Maranhão	643.246	629.356	707.944	(2,2)	10,1	12,5
Pará	416.783	404.444	519.382	(3,0)	24,6	28,4
Tocantins	434.777	309.455	367.237	(28,8)	(15,5)	18,7
Mato Grosso do Sul	261.516	213.260	228.902	(18,5)	(12,5)	7,3
Goiás	352.135	212.812	219.397	(39,6)	(37,7)	3,1
Piauí	229.797	89.917	218.964	(60,9)	(4,7)	143,5
Minas Gerais	305.216	212.122	193.523	(30,5)	(36,6)	(8,8)
Demais estados	939.164	802.175	830.029	(14,6)	(11,6)	3,5
Brasil	11.782.662	10.472.093	10.306.609	(11,1)	(12,5)	(1,6)

FONTE: IBGE.



A área colhida, por seu turno, recuou pouco menos de 20% durante o quinquênio em foco, embora tenha crescido quase 1% entre as duas últimas safras. É de se notar que somente Santa Catarina (13%) e Maranhão (12%) cresceram no período maior e, no biênio, a ambos agregou-se o Pará. (Tabela 7).

Assim sendo, não fica difícil compreender a evolução do rendimento médio nacional por área. Seu incremento foi generalizado, pois as perdas no Rio Grande do Sul foram circunstanciais. Desde 1999, a produtividade gaúcha elevou-se 6%, mas os proble-

mas climáticos da atual safra acarretaram-lhe uma redução de 2% sobre a de 2001/02. (Tabela 8).

Em íntima correlação com essas características evolutivas da produção, o desempenho de mercado do cereal vem mostrando baixo dinamismo nos negócios (em ritmo lento e quantidades limitadas) e persistência de preços elevados.

É um desempenho que tem por base os patamares da produção global do Mercosul, substancialmente inferiores aos de consumo (-17% nos três últimos anos, em relação a 1999).

TABELA 7/I – ARROZ – ÁREA COLHIDA – BRASIL – 1999/2003

ESTADO	1999	2002	2003	1999/2002	1999/2003	2002/2003
Rio Grande do Sul	989.562	981.322	961.944	(0,8)	(2,8)	(2,0)
Maranhão	447.214	478.992	499.183	7,1	11,6	4,2
Mato Grosso	752.089	440.229	438.928	(41,5)	(41,6)	(0,3)
Pará	301.680	229.832	268.811	(23,8)	(10,9)	17,0
Santa Catarina	126.492	137.340	143.400	8,6	13,4	4,4
Piauí	160.053	154.006	141.660	(3,8)	(11,5)	(8,0)
Tocantins	166.937	138.756	137.095	(16,9)	(17,9)	(1,2)
Goiás	196.558	111.492	110.898	(43,3)	(43,6)	(0,5)
Minas Gerais	161.491	97.810	89.340	(39,4)	(44,7)	(8,7)
Mato Grosso do Sul	68.904	49.168	48.788	(28,6)	(29,2)	(0,8)
Demais estados	469.061	329.306	326.644	(29,8)	(30,4)	(0,8)
Brasil	3.840.041	3.148.253	3.166.691	(18,0)	(17,5)	0,6

FONTE: IBGE.

TABELA 8/I – ARROZ – RENDIMENTO – BRASIL – 1999/2003

ESTADO	1999	2002	2003	1999/2002	1999/2003	2002/2003
Santa Catarina	5.999,1	6.720,0	7.129,0	12,0	18,8	6,1
Rio Grande do Sul	5.689,5	5.581,0	4.937,0	(1,9)	(13,2)	(11,5)
Mato Grosso do Sul	3.795,4	4.337,0	4.692,0	14,3	23,6	8,2
Mato Grosso	2.408,1	2.723,0	2.848,0	13,1	18,3	4,6
Tocantins	2.604,4	2.230,0	2.679,0	(14,4)	2,9	20,1
Minas Gerais	1.890,0	2.169,0	2.166,0	21,5	14,6	(5,7)
Goiás	1.791,5	1.909,0	1.978,0	6,6	10,4	3,6
Pará	1.381,5	1.760,0	1.932,0	27,4	39,8	9,8
Piauí	1.435,8	584,0	1.546,0	(59,3)	7,7	164,7
Maranhão	1.438,3	1.314,0	1.418,0	(8,6)	(1,4)	7,9
Demais estados	2.002,2	2.436,0	2.541,1	21,7	26,9	4,3
Brasil	3.068,4	3.326,0	3.255,0	8,4	6,1	(2,1)

FONTE: IBGE.

Para tanto, contribui também o baixo volume de arroz estocado no País, face ao uso dos estoques públicos, pela realização de leilões de venda de contratos de opção, de recompra e oriundos de AGF.

Contraopondo-se, até certo ponto, a essa expressiva contração da oferta do grão no mercado nacional, tem-se a perspectiva de pequena recuperação da produção mundial no corrente ano.

Neste contexto, insere-se a recente decisão vietnamita de elevar sua meta de exportações do cereal em 20% acima da de 2002 (3,9 milhões de toneladas). Nos primeiros seis meses deste ano, as exportações de arroz desse país totalizaram 2,39 milhões de toneladas, por um preço médio de US\$ 191 a tonelada.

Mas há que se considerar, ainda, a tendência de queda do consumo brasileiro de arroz, que vem se fazendo sentir há algum tempo. Deve ser amenizada pela expansão das ações do Programa Fome Zero.

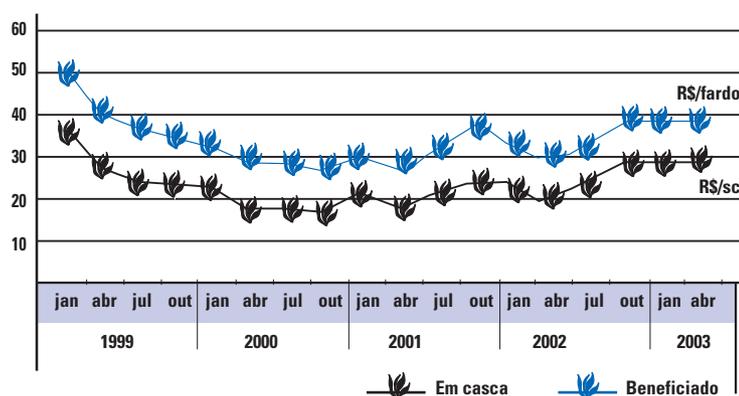
É a resposta do consumidor, em geral de poder aquisitivo baixo, ao comportamento de segmentos da

cadeia produtiva, de liberar a mercadoria de forma dosada – a tal ponto que, no corrente ano, a comercialização está ainda mais lenta que em 2002.

Em consonância com as idas e vindas da conjuntura, os preços do arroz, em casca e beneficiado, mostram-se em recuperação. Não alcançam, porém, os níveis de preço vigentes entre o segundo semestre de 1998 e o primeiro de 1999. É o caso da evolução dos preços do arroz gaúcho. Tiveram um período de declínio de meados de 1999 até meados de 2001 (Gráfico 1).

A partir deste período, iniciou-se nova fase ascensional da curva de preços também no atacado paulistano. Por exemplo, os preços do fardo (30 kg) de arroz empacotado, base CIF, prazo 30 dias, com ICMS, cresceram 77% (Tipo 2), 72,5% (Tipo 1) e 70,5% (parboilizado). Desde o fim de julho de 2002, o tipo 2 subiu de R\$ 23,75 para os atuais R\$ 42,00; o tipo 1, de R\$ 27,25 para R\$ 47,00 e, o parboilizado, de R\$ 28,00 para R\$ 47,00 (Fonte: CMA).

GRÁFICO 1/1 – PREÇOS DO ARROZ EM CASCA E BENEFICIADO – JAN/99 - ABR/03



FONTE: Irga.



Santa Catarina: produção e rendimento recordes com preços elevados animam produtores

Neste estado, os níveis de preço do grão vêm evoluindo no mesmo sentido do mercado nacional. Recuaram até julho-agosto/01. A partir daí, elevaram-se de forma praticamente ininterrupta. No mês de junho recém-findo alcançaram, para os produtores, R\$ 30,76/sc de 50 quilos e, para os atacadistas, R\$ 52,63/fardo de 30 quilos. Portanto, uma ascensão de 130% para os primeiros e de 110,5% para os segundos (Gráfico 2)

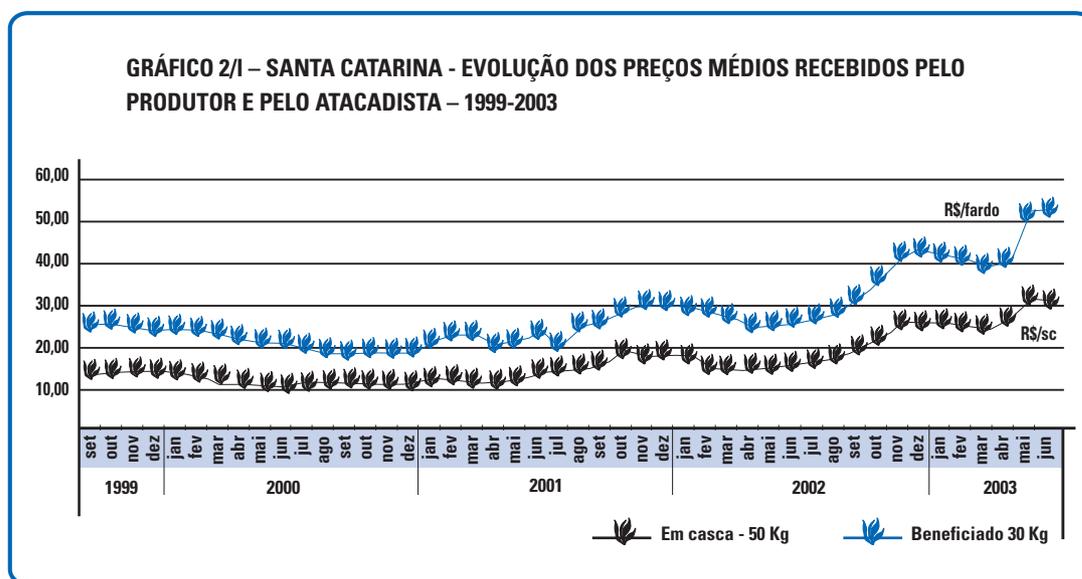
Isto num contexto em que a produção total de arroz do estado superou todas as expectativas. Produziu mais de um milhão de toneladas em 143 mil hectares, a uma produtividade média ligeiramente superior a 7,1 t/ha.

Destes totais, o arroz irrigado ocupou 94% da área cultivada e 98,5% da quantidade produzida. Seu rendimento médio está por volta de 7,5 t/ha.

A produção de arroz irrigado cresceu em todas as regiões produtoras. A região de menor crescimento, Rio do Sul, teve 22% de acréscimo de produção desde 1999. A de Araranguá, que hoje produz 1/3 da safra estadual, chega perto de 340 mil toneladas. As regiões de produção pouco expressiva (2,5% do total) foram as que mais cresceram, duplicando sua produção.

Cerca de 2/3 das quase 15,9 mil toneladas de arroz-de-sequeiro colhidas neste estado localizaram-se na mesorregião Oeste. A perda de 15 hectares na MRG Xanxerê reduziu a área colhida estadual para 8.353 hectares. O rendimento médio desse cultivo ficou muito próximo de 1,9 tonelada por hectare (Tabela 9).

31



FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 9/I – ARROZ IRRIGADO – QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – SANTA CATARINA – 1999-2003

MICRORREGIÃO	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾	2003/2002 %	2003/1999 %	SC 2003 %
Área colhida (ha)								
Araranguá	39.195	42.270	43.970	45.950	47.790	4,0	21,9	35,5
Tubarão	15.100	16.870	17.210	18.210	18.880	3,7	25,0	14,0
Joinville	19.817	18.745	18.312	18.563	18.765	1,1	(5,3)	13,9
Criciúma	14.258	15.248	15.560	14.533	17.098	17,6	19,9	12,7
Rio do Sul	9.195	9.825	10.382	10.521	10.697	1,7	16,3	7,9
Blumenau	7.224	8.372	8.537	8.647	8.647	-	19,7	6,4
Itajaí	6.775	7.887	8.795	8.016	8.615	7,5	27,2	6,4
Outras	2.287	3.291	3.292	3.749	4.163	11,0	82,0	3,1
Santa Catarina	113.851	122.508	126.058	128.189	134.655	5,0	18,3	100,0
Produção (t)								
Araranguá	246.540	245.204	283.685	297.957	336.300	12,9	36,4	33,0
Joinville	133.776	132.596	147.404	149.011	168.284	12,9	25,8	16,5
Tubarão	89.825	100.457	110.206	124.070	135.435	9,2	50,8	13,3
Criciúma	91.020	93.529	98.660	91.431	120.773	32,1	32,7	11,9
Rio do Sul	70.168	76.013	82.939	83.164	85.353	2,6	21,6	8,4
Itajaí	44.311	52.295	61.153	69.286	76.805	10,9	73,3	7,5
Blumenau	50.180	60.250	63.324	68.154	69.316	1,7	38,1	6,8
Outras	12.519	16.355	17.150	20.330	25.485	25,4	103,6	2,5
Santa Catarina	738.339	776.699	864.521	903.403	1.017.751	12,7	37,8	100,0
Rendimento (kg/ha)								
Joinville	6.750,6	7.073,7	8.049,6	7.129,0	8.967,0	25,8	32,8	18,6
Itajaí	6.540,4	6.630,5	6.953,2	6.979,0	8.915,0	27,7	36,3	18,0
Blumenau	6.946,3	7.196,6	7.417,6	7.475,0	8.016,0	7,2	15,4	6,1
Rio do Sul	7.631,1	7.736,7	7.988,7	7.786,0	7.979,0	2,5	4,6	5,6
Tubarão	5.948,7	5.954,8	6.403,6	6.970,0	7.173,0	2,9	20,6	(5,1)
Criciúma	6.383,8	6.133,9	6.340,6	5.927,0	7.063,0	19,2	10,6	(6,5)
Araranguá	6.290,1	5.800,9	6.451,8	6.181,0	7.037,0	13,8	11,9	(6,9)
Outras	5.474,0	4.969,6	5.209,6	5.422,8	6.121,8	12,9	11,8	(19,0)
Santa Catarina	6.485,1	6.340,0	6.858,1	7.047,4	7.558,0	7,2	16,5	-

FONTE: IBGE (LSPA, dezembro 1999, dezembro 2000, dezembro 2001 e junho/2003).

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Cesar A. Freyesleben Silva



BANANA

Símbolo dos países tropicais, a banana é, dentre as frutas cultivadas no mundo, a que apresenta o maior volume de produção, sendo, portanto, uma das mais consumidas. O consumo apresenta significativo crescimento a cada ano, graças ao empenho do setor produtivo na qualificação da produção e do setor mercadológico nos aspectos que envolvem a apresentação do produto. Conforme dados da FAO, no último ano o consumo mundial foi de 9,0 kg/habitante/ano. A bananicultura é muito importante pelo grande número de empregos gerados na cadeia produtiva. É particularmente importante na alimentação humana, principalmente porque em muitos países é componente básico da dieta de grande parte da população, graças ao seu alto valor nutritivo. Em alguns países, principalmente da América Central, tem significativa importância econômica por ser a principal fonte de arrecadação. Em outros, é o principal item nas exportações, sendo, para alguns, o único produto comercializado externamente.

No ano de 2002 o cultivo da bananeira ocupou 4.475.831 hectares no mundo, superando em 6,5% a área cultivada no ano anterior. A produção alcançou 69.832.378 toneladas, sendo 1,7% maior que o volume alcançado em 2001. A maior produção foi registrada na Índia, totalizando 16.450.000 toneladas e uma participação de 23,5% na oferta mundial da fruta. A maior área plantada também foi a da Índia, que totalizou 620.000 hectares, representando 13,8% da área plantada no mundo, enquanto a maior produtividade foi conseguida na Guatemala, com rendimento de 49.390 kg/ha. Nas tabelas 1, 2 e 3, a seguir, aparecem os dez maiores países produtores e a respectiva participação na produção mundial, os dez maiores em área plantada e o percentual de envolvimento com a área plantada no mundo e, ainda, os dez maiores em produtividade e sua relação com a média mundial.

Para o Brasil, a produção de bananas é importante por ser a segunda fruta em volume produzido, supera-

TABELA 1/I – BANANA – PRODUÇÃO NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 2002

PAÍS	PRODUÇÃO (t)	PARTICIPAÇÃO %
Índia	16.450.000	23,5
Equador	6.500.000	9,3
Brasil	6.369.450	9,1
China	5.651.724	8,1
Filipinas	5.264.470	8,0
Indonésia	3.696.073	5,3
Costa Rica	2.140.000	3,1
México	2.076.729	3,0
Tailândia	1.750.000	2,5
Colombia	1.600.000	2,3

FONTE: FAO.

TABELA 2/I – BANANA – ÁREA PLANTADA NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 2002

PAÍS	AREA PLANTADA (ha)	PARTICIPAÇÃO %
Índia	620.000	13,8
Brasil	508.524	11,4
Filipinas	390.000	8,7
Burundi	300.000	6,7
Indonésia	284.000	6,3
China	263.967	5,9
Equador	261.475	5,8
Uganda	164.800	3,7
Tailândia	135.000	3,0
Vietnã	101.500	2,3

FONTE: FAO.

TABELA 3/I – BANANA – PRODUTIVIDADE NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 2002

PAÍS	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	% EM RELAÇÃO À MÉDIA
Guatemala	49.390	216,6
Nicarágua	48.507	210,9
Costa Rica	48.090	208,2
Espanha	45.800	193,5
Panamá	45.527	191,8
Israel	44.167	183,1
Honduras	41.959	168,9
Egito	41.015	162,9
Colômbia	39.285	151,8
Turquia	36.842	136,1

FONTE: FAO.

da apenas pela laranja. É importante, também, porque o Brasil é o terceiro em volume de produção e está entre os principais consumidores da fruta no mundo. O consumo médio da população brasileira em 2001, segundo dados divulgados pela FAO em março de 2002, foi de 29,8 kg/hab, ficando praticamente estabilizado em relação ao consumo no ano 2000, apesar do crescimento da demanda e do aumento de popularidade de outras frutas no mercado brasileiro. A tabela 4 mostra a evolução do consumo nacional das frutas mais consumidas no Brasil nos últimos seis anos e a performance da banana de 1996 a 2001.

A produção brasileira de bananas foi 8,0 % maior em 2002, comparativamente a 2001, apesar de a área plantada se apresentar 1,0 % menor, constatando-se um crescimento de 12,0 % no rendimento médio das lavouras, conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, divulgado pelo IBGE em fevereiro de 2003. O aumento da produção se deu em todas as regiões brasileiras, com exceção da Região Centro-Oeste, como se pode observar na tabela 5.

Na Região Centro-Oeste, a exploração principal é a das variedades maçã e prata, sabidamente menos produtivas, o que explica os resultados inferiores aos

TABELA 4/I – CONSUMO PER CÁPITA DE FRUTAS NO BRASIL – 1996-2001

FRUTA	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Banana	26,9	27,8	26,8	27,4	29,9	29,8
Laranja	28,9	40,0	24,1	38,5	38,4	56,3
Maçã	5,2	4,8	4,8	5,0	4,8	3,8
Uva	2,2	2,9	2,8	2,3	2,9	3,0
Limão	2,1	2,2	2,3	2,2	2,1	2,4
Outras frutas	19,4	21,0	19,7	19,0	19,6	21,2

FONTE: FAO.


TABELA 5/I – BANANA – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NOS ESTADOS, NAS REGIÕES BRASILEIRAS E TOTAL NACIONAL – 2001-2002

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	2001	2002	%	2001	2002	%	2001	2002	%
Rondônia	6.703	5.647	15,8	56.038	46.443	-17,1	8.360	8.224	-1,6
Acre	5.207	6.970	33,9	43.625	52.087	19,4	8.378	7.760	-7,4
Amazonas	34.083	34.417	1,0	106.019	107.104	1,0	3.111	3.113	0,1
Roraima	3.500	3.510	0,3	28.000	23.720	-15,3	8.000	8000	0,0
Pará	59.600	55.345	-7,1	563.141	762.333	35,4	9.449	13.777	45,8
Tocantins	5.185	6.134	18,3	22.879	31.191	36,3	4.413	6.208	40,7
Norte	114.278	112.623	-1,4	819.702	1.025.374	25,1	7.173	9.104	26,9
Maranhão	11.732	11.708	-0,2	117.320	126.741	8,0	10.000	10.830	8,3
Piauí	2.843	2.848	0,2	35.688	34.877	-2,3	12.553	12.246	-2,4
Ceará	41.548	41.936	0,9	296.440	334.273	12,8	7.135	7.971	11,7
R.G. Norte	4.324	5.783	33,7	123.101	163.306	32,7	28.469	28.239	-0,8
Paraíba	15.922	16.937	6,4	272.584	287.681	5,5	17.120	16.985	-0,8
Pernambuco	46.232	44.360	-4,0	327.850	368.283	12,3	7.091	9.644	36,0
Alagoas	4.706	5.661	20,3	100.436	64.520	-35,8	21.342	13.819	-35,2
Sergipe	3.991	4.109	3,0	52.915	59.770	13,0	13.259	14.546	9,7
Bahia	47.435	51.798	9,2	717.220	771.401	7,6	15.120	15.126	0,0
Nordeste	178.733	185.140	3,6	2.043.554	2.210.852	8,2	11.434	11.942	4,4
M. Gerais	42.110	42.737	1,5	585.340	585.340	0,0	13.900	13.696	-1,5
E. Santo	19.815	19.014	-4,0	137.312	137.312	0,0	6.930	7.161	3,3
R. Janeiro	26.676	26.126	-2,1	159.764	159.764	0,0	5.989	6.789	13,4
São Paulo	53.997	56.350	4,4	1.105.827	1.164.840	5,3	20.479	20.672	0,9
Sudeste	142.598	144.227	1,1	1.988.243	2.063.712	3,8	13.943	14.309	2,6
Paraná	8.203	7.600	-7,4	115.145	125.400	8,9	14.037	16.500	17,5
S. Catarina	28.785	29.100	1,1	585.858	628.450	7,3	20.353	21.596	6,1
R.G. do Sul	8.285	10.879	31,3	102.511	115.256	12,4	12.373	10.594	-14,4
Sul	45.273	47.579	5,1	803.514	869.106	8,2	17.748	18.267	2,9
Mato G. Sul	3.590	3.207	-10,7	32.094	29.695	-7,5	8.940	9.309	4,1
Mato Grosso	22.885	16.085	-29,7	119.623	93.812	-21,6	5.227	5.832	11,6
Goiás	13.411	14.708	9,7	146.555	159.540	8,9	10.928	12.243	12,0
Distrito Federal	196	188	-4,1	3.054	2.976	-2,6	15.582	18.370	17,9
Centro-Oeste	40.082	34.188	-14,7	301.326	286.023	-5,1	7.518	8.366	11,3
Brasil	528.789	523.757	-1,0	5.956.339	6.455.067	8,4	11.264	12.605	11,9

FONTE: IBGE.

das demais regiões. No entanto, a produtividade média dos pomares lá estabelecidos também é crescente e existem algumas propriedades que, graças ao emprego da tecnologia disponível, às condições climáticas extremamente favoráveis e à dedicação dos produtores, apresentaram rendimentos médios que podem ser comparados aos índices da Costa Rica, que obtém produtividade extraordinária, sendo uma das maiores do mundo.

A maior participação em área cultivada e produção entre os estados brasileiros foi a do estado de São Paulo, com respectivamente 56.350 hectares e 1.164.840 toneladas, participando com 10,7% da área em cultivo e 18,0% da produção nacional. No aspecto produtividade, os bananicultores do estado do Rio Grande do Norte, com 28.239 kg/ha, foram os que conseguiram a maior média.

A grande preocupação do produtor brasileiro, e que persistiu em 2002, foi com a Sigatoka Negra e sua evolução no território nacional. Produtores, comerciantes e técnicos de todo o País têm-se reunido para

discutir providências a adotar para impedir o avanço territorial desta moléstia, cuja presença já foi detectada na região amazônica. A doença, se não controlada, pode inviabilizar a exploração comercial de banana em todo o País.

Acompanhando a evolução nacional, a atividade em Santa Catarina também cresceu no último ano. Foram cultivados 29.100 hectares, 1,1% a mais que no ano passado; a produção alcançou 628.450 toneladas, superando a safra anterior em 7,3%. O rendimento médio dos bananais atingiu 21.596 kg/ha, sendo 6,1% maior que o obtido no ano anterior, como se pode observar na tabela 6, onde estão identificadas as microrregiões do estado envolvidas com a cultura. Observou-se nas microrregiões de Araranguá e Criciúma um acentuado decréscimo da produção e da produtividade média, fato que está sendo atribuído ao intenso frio ocorrido na região e que obrigou os produtores ao replantio de parte dos bananais.

A tabela 7 apresenta os principais municípios produtores de Santa Catarina. Observa-se que a maior

TABELA 6/1 – BANANA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA – 2001-2002

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Araranguá	5.430	5.639	64.852	40.294	11.965	7.146
Blumenau	4.640	4.890	99.840	134.145	21.991	27.433
Canoinhas	50	30	650	210	13.000	7.000
Chapecó	16	14	112	112	7.000	8.000
Concórdia	10	10	60	110	6.000	11.000
Criciúma	2.610	2.231	33.930	21.624	13.000	9.693
Florianópolis	670	662	8.400	8.335	12.537	12.591
Itajaí	2.830	2.881	66.820	85.421	23.779	29.650
Joinville	11.804	12.065	284.280	327.993	24.937	27.185
São Bento do Sul	209	286	4.060	5.720	14.000	20.000
Tabuleiro	30	18	360	210	12.000	11.667
Tijucas	125	124	1.500	1.830	12.000	14.758
Tubarão	280	220	3.639	2.446	12.996	11.118
Santa Catarina	28.785	29.100	568.143	628.450	20.111	21.596

FONTE: IBGE.



produção está no município de Luiz Alves, na microrregião de Blumenau, que em 2002 participou com 18,6% na oferta estadual da fruta, superando o município de Corupá, que até o ano passado era o maior produtor. A maior área plantada foi a do município de Corupá, com 13,7% da área ocupada no estado, enquanto a maior produtividade em 2002 foi estabelecida nos municípios de Piçarras, Navegantes e Ilhota, todos na microrregião de Itajaí, com rendimento médio 85% maior que a média estadual.

A significativa evolução qualitativa na maioria dos estados brasileiros e a também notória expansão terri-

torial nas Regiões Nordeste e Central do País em 2002 foram proporcionadas, em parte, pelo Programa de Desenvolvimento da Fruticultura – Profruta – criado pelo governo federal com o objetivo de fazer com que em 2003 as exportações do setor cresçam o suficiente para atingir um bilhão de dólares. Para tanto, os fruticultores brasileiros precisam estar atentos às preferências dos consumidores e, sobretudo, atender às especificações técnicas e de controle de qualidade exigidas pelos países compradores.

Pesquisas atuais, tanto nacionais como internacionais, revelaram que, na alimentação, o mais importante para o consumidor tem sido a qualidade do produto ofertado, em detrimento até dos preços de mercado. Como a palavra de ordem é qualidade e por analogia, qualidade de vida, o comércio mundial de banana orgânica registrou um forte aumento a partir de 1998, com crescimento extraordinário a cada ano, crescimento que se deveu ao significativo aumento da demanda em combinação com a reduzida oferta do produto. Este evidente nicho de mercado já foi observado pelos produtores brasileiros e por isso a produção de banana orgânica segue aumentando. Em Santa Catarina, particularmente, algumas ações foram desenvolvidas em 2002 para este aumento. Uma delas foi a implantação, pela Estação Experimental da Epagri de Itajaí, do projeto Produção Integrada.

O projeto visa, num primeiro momento, a reduzir o uso de agrotóxicos nos bananais e o monitoramento desde a implantação do pomar até a mesa do consumidor, ou seja, do plantio à comercialização. É uma opção para quem prefere alimentos mais saudáveis e o primeiro passo para se chegar ao produto orgânico.

As exportações brasileiras foram o ponto alto da atividade no ano que passou. Neste período, as vendas externas cresceram 129% em relação ao ano de 2001 e totalizaram 241.038 toneladas, transformando-se em novo

TABELA 7/I – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – 2002

MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/t)
Luiz Alves	3.900	117.000	30.000
Corupá	4.000	107.000	26.750
Jaraguá do Sul	1.900	46.100	24.263
São João do Itaperiú	1.370	34.788	25.393
Massaranduba	1.300	31.590	24.300
Garuva	1.298	32.400	24.961
Joinville	1.250	29.941	23.953
Schoereder	900	29.800	33.111
Guaramirim	936	27.620	29.509
Barra Velha	840	25.200	30.000
Jacinto Machado	3.540	23.040	6.508
Piçarras	353	14.120	40.000
Siderópolis	900	12.600	14.000
Criciúma	750	9.300	12.400
Araquari	250	8.750	35.000
Santa Rosa do Sul	1.000	8.300	8.300
Ilhota	180	7.200	40.000
Navegantes	150	6.000	40.000

FORNTE: IBGE.

recorde nas exportações brasileiras da fruta, como se pode observar na tabela 8, onde aparecem os volumes comercializados e a evolução das exportações brasileiras desde 1996. A expectativa, considerando a evolução tecnológica que está sendo adotada na maioria das zonas de produção do País, é de que, a cada ano, se tenha novo recorde.

Em termos financeiros, a atividade também foi sucesso. A receita com as exportações da fruta em 2002 alcançou US\$ 33,574 milhões, superando em 109,0% a receita gerada no ano anterior, que foi de US\$16,036 milhões. A tabela 9 mostra a evolução da receita com a venda da fruta e as cifras alcançadas no período 1996/2002. Os maiores compradores foram os parceiros do Mercosul, principalmente a Argentina e o Uruguai, com 67,7% e 16,4%, respectivamente.

TABELA 8/I – BANANA – VOLUME DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E CATARINENSES E PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA – 1996-2002 (t)

ANO	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO (%) DE SC
1996	29.957	9.950	33
1997	40.070	12.024	30
1998	68.558	26.043	38
1999	81.156	46.354	57
2000	71.812	32.090	45
2001	105.112	55.561	53
2002	241.038	162.716	68

FONTE: Secex/Decex.

TABELA 9/I – BANANA – VALORES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E CATARINENSES E PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA – 1996-2002 (US\$)

ANO	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO (%) DE SC
1996	6.227	1.783	29
1997	8.375	1.915	23
1998	11.626	3.786	33
1999	12.515	6.241	50
2000	12.359	4.284	35
2001	16.037	6.622	41
2002	33.574	17.155	51

FONTE: Secex/Decex.

Dois fatos podem ser considerados como os mais importantes na evolução da bananicultura no País em 2002 e sua crescente participação no mercado externo da fruta. Primeiro, a partir do elevado índice de tecnologia adotada pôde-se contribuir com o expressivo aumento da qualidade da banana aqui produzida e pôde-se concorrer num mercado em que aspectos como padrão e apresentação são exigências primárias. Outro fato marcante foi a crise econômica que se instalou na Argentina e no Uruguai, atingindo substancialmente o comércio com a banana equatoriana, cotada em dólar. O preço da fruta no Equador se elevou de tal maneira que a Argentina e o Uruguai deixaram de comprar o produto daquele país, optando pela banana brasileira.

Santa Catarina é o estado com a maior participação no fornecimento da fruta para o exterior, como se pode verificar nas tabelas 8 e 9, onde são destaques a evolução não só do volume exportado, como da receita advinda. Em 2002, os produtores catarinenses participaram com 68% do volume exportado pelo País, o que corresponde a 132.902 toneladas, e com 51 % da receita nacional com a venda da fruta.

Os maiores compradores da fruta nacional foram a Argentina e o Uruguai, como se pode observar nas tabelas 10 e 11, onde aparecem a evolução dos volumes adquiridos pelos principais parceiros comerciais e os valores pagos nas transações. Observa-se um significativo crescimento da participação do Reino Unido, cuja parceria com o Brasil e em especial com estado do Rio Grande do Norte, se iniciou a partir de 1999.

Os preços recebidos pelos produtores de Santa Catarina em 2002 foram, na média, menores que os de 2001, tanto para a banana-prata, no sul do estado, quanto para a banana-caturra, na região norte; no entanto, em 2002 eles foram mais estáveis, como se pode observar nos gráficos I e II. Este comportamento foi determinado pelo fortalecimento das exportações para a Argentina e para o Uruguai e é a situa-



ção desejada pelos produtores. Portanto, conclui-se que o ano de 2002 foi favorável à bananicultura catarinense, principalmente pela expansão do mercado.

TABELA 10/I – BANANA – VOLUME ADQUIRIDO PELOS PRINCIPAIS COMPRADORES EXTERNOS – 1997-2002

ANO	ARGENTINA	URUGUAI	REINO UNIDO	PAÍSES BAIXOS
1997	26.016	14.020	-	19
1998	43.700	24.427	-	11
1999	47.914	27.766	2.830	513
2000	35.005	23.317	9.846	2.892
2001	60.943	27.278	15.972	801
2002	163.088	39.452	30.094	16

FONTES: Secex/Decex.

TABELA 11/I – BANANA – VALORES PAGOS PELOS PRINCIPAIS COMPRADORES EXTERNOS – 1997-2002

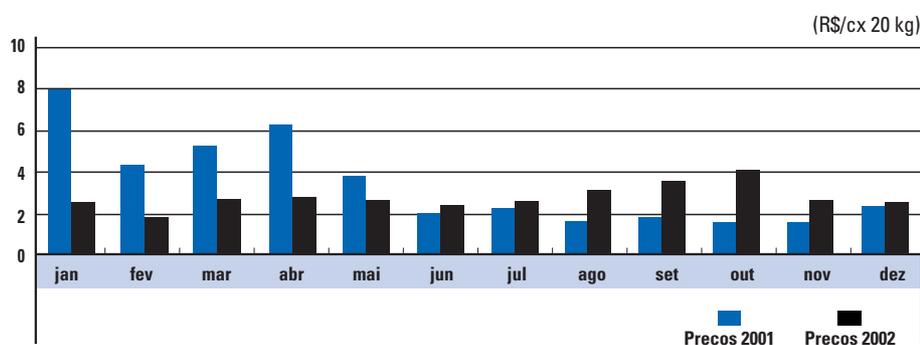
ANO	ARGENTINA	URUGUAI	REINO UNIDO	PAÍSES BAIXOS
1997	4.569	3.694	-	70
1998	7.075	4.315	-	44
1999	6.758	4.062	855	150
2000	5.489	3.183	2.647	780
2001	7.954	3.242	4.526	242
2002	18.036	3.931	9.214	46

FONTES: Secex/Decex.

Uma característica interessante da comercialização no último ano foi o comportamento do mercado atacista. Os preços estabelecidos pelo setor apresentaram, durante todo o ano, uma margem de lucro praticamente igual, como se pode observar nos gráficos III e IV.

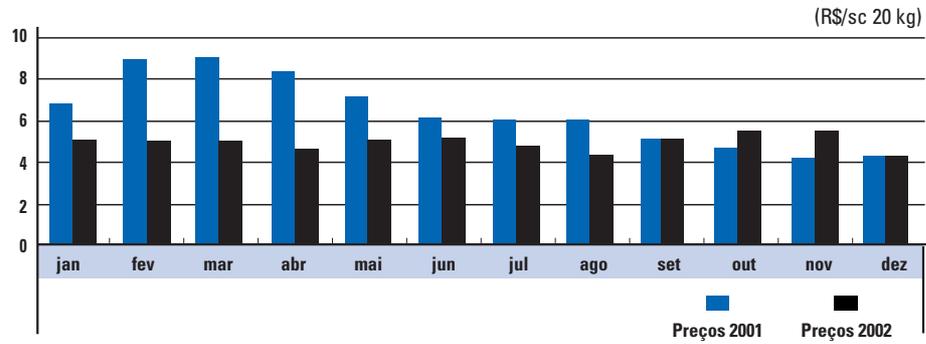
Para a próxima safra, espera-se aumento na área plantada, na produtividade média e, principalmente, no ganho em qualidade em todo o País. A mudança de hábitos do consumidor nos últimos anos modificou a maneira de comercializar os alimentos, especialmente frutas, verduras e legumes. As exigências vão desde a sanidade do produto, exigindo sua rastreabilidade e a eliminação de ingredientes nocivos à saúde humana, até o sabor, o aspecto visual, a proteção do meio ambiente, a higienização do ambiente de trabalho e aspectos sociais, com a exigência de os funcionários estarem devidamente registrados, treinados e não serem menores de idade. Desta forma, o produtor, por menor que seja o empreendimento e por mais distante que esteja do mercado, deve estar atento para não ser excluído do processo. Por isso, além de produzir, é importante que ele se inteire dos novos conceitos como: produto orgânico, selo de qualidade, garantia de origem, rastreabilidade, etc.

GRÁFICO 1/I – BANANA CATURRA – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO NORTE DO ESTADO – 2001-2002



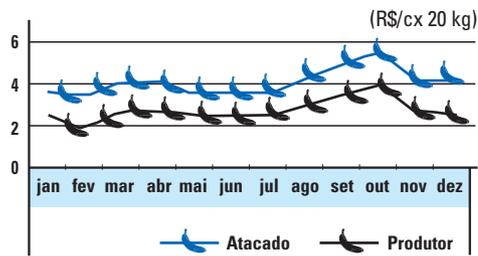
FONTES: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 2/1 – BANANA PRATA – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO SUL DO ESTADO – 2001-2002



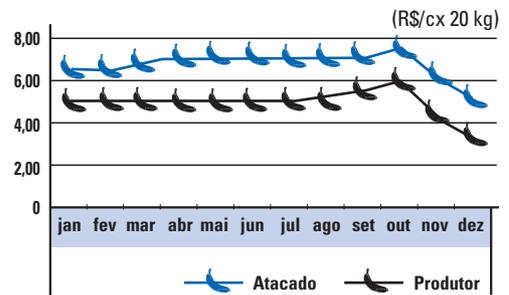
FONTE: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 3/1 – PREÇOS DA BANANA CATURRA PAGOS AO PRODUTOR E NO ATACADO DE SANTA CATARINA – 2002



FONTE: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 4/1 – PREÇOS DA BANANA PRATA PAGOS AO PRODUTOR E NO ATACADO DE SANTA CATARINA – 2002



FONTE: Instituto Cepa/SC.



BATATA

Resultados da safra 01/02

Os números oficiais sobre o desempenho da baticultura brasileira, correspondentes ao ano agrícola 01/02, revelaram, comparativamente aos valores registrados nos dois últimos anos, um ligeiro crescimento.

De acordo com a pesquisa de conclusão de avaliação do comportamento dessa safra, promovida pelo IBGE em todos os estados produtores, o total da produção brasileira ficou avaliado em aproximadamente 2.884,6 mil toneladas, ou seja, 1,3% e 10,7% maior, respectivamente, em relação aos montantes colhidos nos cultivos referentes aos anos de 2001 e 2000.

O crescimento da oferta interna é consequência, sobretudo, das boas condições de clima verificadas ao longo do ciclo da cultura e da adoção pelos produtores de técnicas de cultivo mais aprimoradas e eficientes, que permitiram a elevação dos índices de produtividade média.

Sobre este tema, cabe ressaltar a obtenção, nesta campanha, a exemplo do verificado nos últimos anos, do mais alto índice já registrado pela cultura no País, o qual se situou no expressivo patamar de 18.529 kg/ha.

A área nacional cultivada com batatas nesta safra alcançou 155,7 mil hectares, com crescimento de 1,0% em relação ao ano passado.

O desempenho revelado pela baticultura brasileira no ano agrícola 01/02, por estado produtor, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, apresentou-se conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 1/I – BATATA – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO ESPERADO – SAFRA 01/02 ⁽¹⁾

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	RENDIMENTO ESPERADO (kg/ha)
Minas Gerais	39.546	943.795	23.866
São Paulo	31.530	726.740	23.049
Paraná	32.991	582.709	17.663
Rio Grande do Sul	35.938	382.475	10.643
Santa Catarina	11.424	143.455	12.557
Brasil	155.679	2.884.640	18.529

FONTES: IBGE.
⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificações.

Em Santa Catarina, conforme destacado na tabela anterior, o total da produção estadual na safra recém-finda somou 143,5 mil toneladas. A área plantada foi de 11.424 hectares e a produtividade média colhida, de 12.557 kg/ha.

Os valores catarinenses desta última safra mostraram-se evoluídos em 11,4%, 8,2% e 2,9%, respectivamente, em relação aos registrados no cultivo do ano passado.

Na primeira safra, ou das águas, a área plantada no estado somou 8.271 hectares; a produção colhida, 102.207 toneladas. Na segunda safra, ou das secas mais a de inverno, foram cultivados 2.500 hectares, com um volume de colheita de aproximadamente 34.500 toneladas.

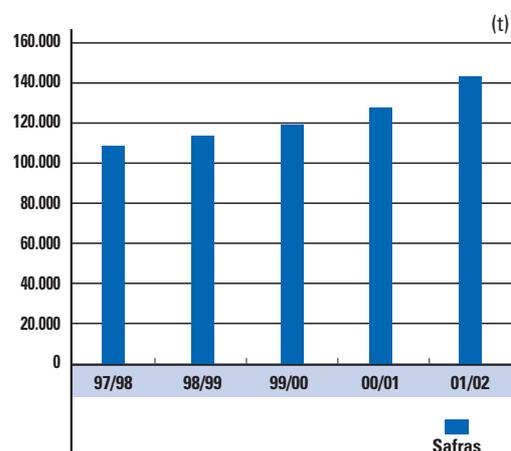
O desempenho da cultura em Santa Catarina na safra 01/02, por microrregião produtora, apresentou-se de acordo com a tabela a seguir.

TABELA 2/II – BATATA – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO OBTIDO – SANTA CATARINA – SAFRA 01/02

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (t)	RENDIMENTO OBTIDO (kg/ha)
Campos Lages	2.443	27.686	11.333
Canoinhas	1.531	26.970	17.616
Tubarão	1.986	25.578	12.879
Joaçaba	721	12.973	17.993
Tabuleiro	860	10.570	12.291
Criciúma	674	8.640	12.819
Rio do Sul	722	6.784	9.396
Ituporanga	548	4.079	7.443
Curitibanos	267	4.010	15.019
Tijucas	315	3.185	10.111
Araranguá	150	3.000	20.000
Florianópolis	232	2.671	11.513
Chapecó	374	2.602	6.957
São B.Sul	320	2.484	7.763
Xanxerê	155	1.239	7.994
Concórdia	68	548	8.059
São M. d'Oeste	30	210	7.000
Blumenau	23	186	8.087
Joinville	5	40	8.000
SANTA CATARINA	11.424	143.455	12.557

FONTE: IBGE.

GRÁFICO 1/I – BATATA – COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO CATARINENSE – SAFRAS 97/98-01/02



FONTE: IBGE.

A exemplo do que ocorre em nível nacional, a atividade batateira catarinense também tem revelado, nos últimos anos, significativo incremento creditado, de modo particular, aos melhores valores de comercialização recebidos pelos produtores.

O desempenho da cultura no estado, nos últimos anos, apresentou conforme exposto no gráfico a seguir.

Como consequência do baixo nível salarial da grande maioria da população brasileira – dificultando uma maior demanda pelo produto – e do aumento da produção interna, os valores de comercialização desta

safrapresentaram-se ligeiramente menores que os verificados no ano passado, mas em patamar bastante mais elevado que o registrado no ano de 2000.

Por conta deste cenário, o mercado do produto operou relativamente calmo e com valores em constante crescimento ao longo de todo o período.

Em nível de produtor de Santa Catarina, os preços recebidos oscilaram entre R\$ 14,00 e R\$ 20,00/sc de 50 quilos, cotações que podem ser consideradas satisfatórias relativamente aos custos de produção.

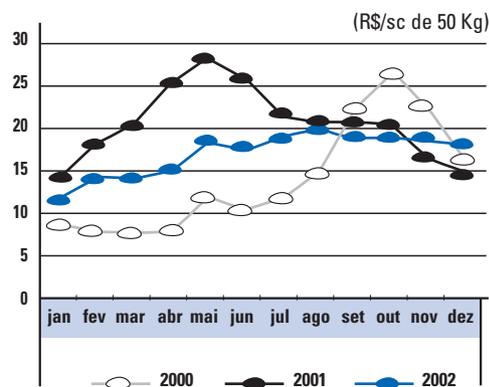
O comportamento dos valores médios mensais recebidos pelos agricultores catarinenses nos três últimos anos apresentou-se de acordo com o gráfico a seguir.

Para a safra correspondente ao ano agrícola 02/03, os primeiros indicativos para Santa Catarina revelam tendências de um pequeno recuo na atividade.

De acordo com pesquisas de IBGE, a área estimada para o primeiro plantio desta safra está avaliada em



GRÁFICO 2/I – BATATA – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES – SANTA CATARINA – SAFRAS 2000-2002



FONTE: Instituto Cepa/SC.

aproximadamente 7,3 mil hectares e o total da produção a ser colhida, em 90,2 mil toneladas. Para a segunda safra, ou das secas, os indicadores revelam intenções de plantio ao redor de 3,0 mil hectares. A produção a ser colhida é estimada em torno de 38,0 mil toneladas.

A menor expectativa de desempenho da cultura nesta safra, especialmente no primeiro cultivo, ou das águas, está sendo atribuída, de modo particular, à migração de muitos produtores para a cultura do fumo, que tem apresentado resultados financeiros mais atrativos.

Em nível nacional, as informações disponíveis para a safra 02/03 revelam tendências de manutenção dos valores alcançados na campanha anterior.

TABELA 3/I – BATATA – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO – SAFRAS 99/00-01/02

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾
Bahia	1.746	2.750	3.134	49.122	71.300	91.020	28.134	25.927	29.043
Ceara	3	-	-	18	-	-	6.000	--	-
Distrito Federal	373	258	128	12.207	8.261	3.673	32.727	32.019	28.695
Espírito Santo	542	524	533	8.577	8.243	8.538	15.825	15.731	16.019
Goias	1.172	1.732	-	30.160	61.124	-	25.734	35.291	-
Minas Gerais	33.337	36.561	39.546	707.570	860.472	943.795	21.225	23.535	23.866
Paraíba	920	361	455	6.660	907	2.235	7.239	2.512	4.912
Paraná	36.449	32.062	32.991	648.377	582.440	582.709	17.789	18.166	17.663
Pernambuco	62	20	-	512	200	-	8.258	10.000	-
Rio Grande do Sul	39.377	37.083	35.938	389.636	384.523	382.475	9.895	10.369	10.643
Rio de Janeiro	102	96	-	1.318	1.270	-	12.922	13.229	-
Santa Catarina	10.492	10.556	11.424	119.227	128.814	143.455	11.364	12.203	12.557
São Paulo	27.665	32.173	31.530	633.520	741.070	726.740	22.900	23.034	23.049
Sergipe	2	-	-	28	-	-	14.000	-	-
Brasil	152.242	154.176	155.679	2.606.932	2.848.624	2.884.640	17.124	18.476	18.529

FONTE: IBGE
⁽¹⁾ LSPA/abril/03.

CEBOLA

Produção nacional é recorde histórico

Pelo terceiro ano consecutivo, a produção brasileira de cebola ultrapassou a marca de um milhão de toneladas do bulbo.

Esta afirmativa assenta-se nas informações recentemente divulgadas pelo IBGE e resulta da última pesquisa de avaliação do desempenho da cultura, correspondente ao ano agrícola 01/02, realizada nos mais diversos estados produtores do País.

De acordo com a mesma fonte, a produção nacional desta safra totalizou aproximadamente 1.194,0 mil toneladas do bulbo, representando um incremento de oferta de 13,7%, comparativamente ao registrado no cultivo anterior.

O montante da área de plantio somou 68.273 hectares e a produtividade média obtida, 17.488 kg/ha, valores que se mostraram evoluídos em cerca de 6,0% e 7,3%, respectivamente.

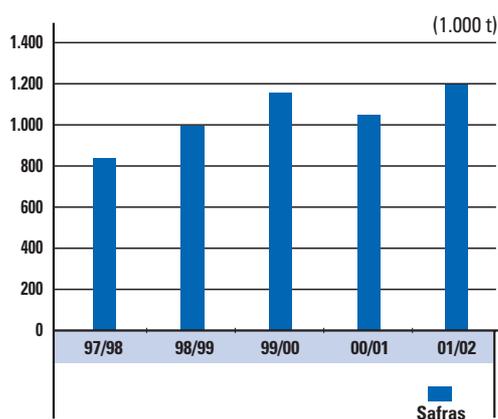
O resultado final da produção brasileira deste ano agrícola é recorde histórico na oferta interna do produto, que nos últimos anos se tem apresentado conforme gráfico 1.

O bom desempenho da cebolicultura brasileira nesta safra - com crescimento superior a 13,0% relativamente ao cultivo anterior -, está sendo atribuído por muitos analistas do setor aos excelentes valores de comercialização registrados no decorrer do ano de 2001, os quais promoveram o crescimento da atividade em praticamente todos os principais estados produtores.

Com efeito, à exceção do Rio Grande do Sul, que acusou redução de 10,0% no volume ofertado, todos os demais estados, onde a cultura se reveste de importância, acusaram crescimento da produção colhida, destacando São Paulo, Pernambuco e Bahia com aumentos ao redor de 30,0% ou superiores.

O desempenho da cultura no decorrer do ano agrícola 01/02, por estado produtor, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, apresentou-se conforme a tabela a seguir.

GRÁFICO 1/1 – CEBOLA – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA – SAFRAS 97/98-01/02



FONTE: IBGE.



TABELA 1/I – CEBOLA – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO PREVISTO – BRASIL – SAFRA 01/02 ⁽¹⁾

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESTIMADA (t)	RENDIMENTO PREVISTO (kg/ha)
Santa Catarina	25.767	394.582	15.313
São Paulo	9.380	270.930	28.884
Rio G. do Sul	14.055	162.333	11.550
Bahia	5.593	134.723	24.088
Pernambuco	4.925	89.010	18.073
Minas Gerais	2.562	70.819	27.642
Paraná	5.991	71.591	11.950
BRASIL	68.273	1.193.988	17.488

FONTES: IBGE.

⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificações.

Em Santa Catarina, conforme já anteriormente exposto, a produção desta última safra totalizou aproximadamente 394,6 mil toneladas do bulbo, representando um incremento de oferta de 5,1%, relativamente ao montante colhido na safra imediatamente anterior.

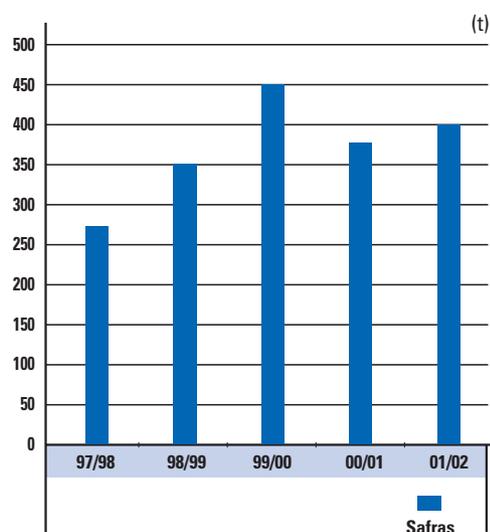
A área plantada somou 25.767 hectares e se apresentou evoluída em 6,8%. A produtividade média obtida nos campos catarinenses foi de 15.313 kg/ha, com redução de 1,6%.

Frente às primeiras avaliações acerca do provável desempenho produtivo da cultura nesta safra, as quais apontavam para um valor da ordem de 450,0 mil toneladas, a oferta bruta colhida apresentou-se diminuída em cerca de 12,4%, redução esta atribuída, principalmente, às condições climáticas desfavoráveis, verificadas sobretudo no final do ciclo da cultura, ou seja, nos meses de outubro e novembro de 2001.

O volume da produção local representou o elevado índice de 33,0% do total colhido em nível nacional e possibilitou ao estado manter-se na primeira colocação na oferta interna do bulbo.

O comportamento da produção catarinense nos últimos anos, segundo o IBGE, apresentou-se de acordo com o gráfico a seguir.

GRÁFICO 2/I – CEBOLA – DESEMPENHO DA PRODUÇÃO CATARINENSE – SAFRAS 97/98-01/02



FONTES: IBGE.

A tabela a seguir mostra o desempenho da atividade em Santa Catarina nesse ano agrícola, por microrregião produtora, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE.

TABELA 2/I – CEBOLA – DESEMPENHO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA – SAFRA 01/02 ⁽¹⁾

MICRORREGIÃO PRODUTORA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (t)	RENDIMENTO OBTIDO (kg/ha)
Ituporanga	12.500	206.600	16.528
Tabuleiro	4.788	66.827	13.957
Rio do Sul	3.476	56.098	16.139
Tijucas	1.990	25.380	12.754
Campos de Lages	1.388	16.310	11.751
Curitibanos	465	11.535	24.806
Joaçaba	355	3.705	10.437
Chapecó	232	2.162	9.319
Canoinhas	176	1.774	10.080
Tubarão	110	1.026	9.327
Outras	287	3.165	11.028
Santa Catarina	25.767	394.582	15.314

FONTES: IBGE.

⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificações.

Do montante da produção estadual desta safra, estima-se que somente 260,0 mil toneladas tenham sido efetivamente direcionadas ao mercado. Este volume foi constituído em cerca de 30,0% de bulbos da classe 2 e 70,0% de bulbos das classes 3 a 5. O restante, 134,58 mil toneladas (correspondente a 34,1% do total colhido), perdeu-se nas fases de colheita, armazenamento, classificação e comercialização do bulbo.

Apesar dos graves problemas, normalmente de ordem climática, verificados no decorrer dessa campanha estadual, que interferiram na condução e na produtividade dos campos e tiveram conseqüências negativas sobre a qualidade do bulbo produzido, no montante da oferta disponível para o mercado e na formação dos preços de venda, o resultado final da comercialização desta safra catarinense pode ainda ser considerada bastante satisfatório.

Com efeito, o acompanhamento e a tabulação dos níveis ofertados e dos preços diários pagos aos produtores revelaram valores médios finais de comercialização de R\$ 7,80/sc de 20 quilos para as cebolas de melhor padrão de classificação - classes 3 a 5 - e de R\$ 3,80/saca para as cebolas de menor calibre, ou seja, da classe 2.

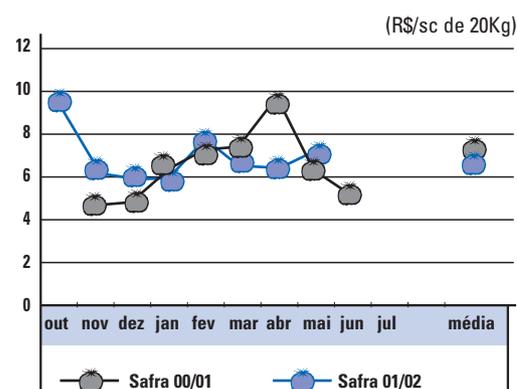
O preço médio ponderado final de venda desta safra - considerando-se as diversas categorias do produto e apenas a movimentação em nível de produtor - situou-se em aproximadamente R\$ 6,62/saca, gerando, portanto, para o estado, um montante de recursos da ordem de R\$ 86,0 milhões.

Apesar da redução de valor de 5,7% relativamente à cotação média obtida na safra anterior, pode-se afirmar que o preço final desta campanha remunerou convenientemente o setor.

As planilhas de custos de produção para a cultura, na safra em questão, revelaram valores que oscilaram entre R\$ 3,53 e R\$ 4,04/saca, dependendo da produtividade alcançada.

A evolução dos preços médios mensais de comercialização recebidos pelos agricultores catarinenses nesta campanha e o comparativo em relação às cotações do ano anterior são visualizados no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3/I - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES - SANTA CATARINA - SAFRAS 00/01-01/02



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Na comercialização atacadista, os valores registrados nos principais entrepostos de venda do País mantiveram-se, de certa forma, bastante estabilizados ao longo de todo o ano.

O crescimento da oferta interna, possibilitando níveis de movimentação próximos aos dos níveis de consumo, é apontado como a principal causa deste comportamento.

Repetindo a tendência histórica normalmente verificada no mercado do bulbo, nos primeiros seis meses do ano os preços apresentaram-se em crescimento; no segundo semestre, em ligeiro declínio.

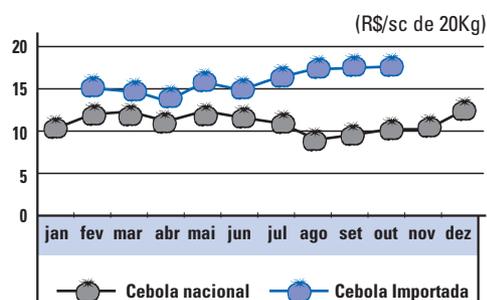
No entreposto atacadista da Ceagesp, em São Paulo, os valores de comercialização verificados durante o ano de 2002 oscilaram no intervalo entre R\$ 8,88 e R\$ 12,28/sc de 20 quilos para a cebola nacional e entre R\$ 13,50 e R\$ 17,42/saca para a cebola importada. A



diferença para maior do valor da cebola de procedência externa é atribuída à sua melhor classificação e padrão de comercialização, relativamente ao bulbo nacional.

O comportamento dos preços médios mensais da cebola nacional e importada, verificados no decorrer de 2002 na Ceagesp, consta no gráfico a seguir.

GRÁFICO 4/I – CEBOLA – PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA CEAGESP – 2002



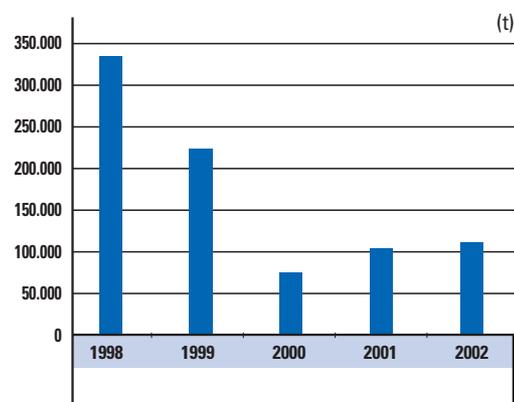
FONTE: Ceagesp.

As operações brasileiras de importação voltaram a registrar crescimento, comparativamente ao volume adquirido no ano anterior. De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as compras externas efetivadas pelo Brasil em 2002 totalizaram 111,5 mil toneladas do bulbo, com evolução de 6,0% relativamente ao volume adquirido em 2001. Representaram um gasto de aproximadamente US\$ 11.657,8 mil, com o produto sendo internalizado no País a um valor médio de US\$ 0,10/kg.

Do volume em questão, 98,6% veio da Argentina. O restante, constituído por pequenos lotes, do Chile, Estados Unidos, Nova Zelândia e Espanha.

A evolução das importações brasileiras de cebola nos últimos cinco anos apresentou-se de acordo com o gráfico a seguir.

GRÁFICO 5/I – CEBOLA – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1998-2002



FONTE: Secex/Decex.

Com relação às exportações em 2002, somaram, apenas 2.130,2 mil toneladas, direcionadas, em ordem decrescente de volume comercializado, para a Argentina, o Uruguai, os Estados Unidos, Angola e Alemanha. Representaram um ingresso de divisas de US\$ 371,0 mil, a um valor médio de exportação de US\$ 0,17/kg.

Para a safra 02/03, as informações oficiais disponíveis limitam-se apenas à Região Sul, onde a cultura é implantada mais cedo, tendo em vista o fotoperíodo da região (número de horas diárias com insolação), que exige cultivares diferenciados daquelas dos demais estados produtores.

Nos estados sulinos, de acordo com dados do IBGE, a área prevista para o plantio desta safra está sendo avaliada em aproximadamente 46,0 mil hectares e o total da produção a ser colhida, em 650 mil toneladas, valores ligeiramente maiores que os da safra passada.

É muito provável, entretanto, que as atuais estimativas não venham a se confirmar, haja vista os graves problemas de ordem climática registrados a partir de outubro/02, em praticamente todos os estados produtores, - consequência da repetição do fenômeno “El Niño”.

Em nível nacional, não obstante a ausência de dados de previsão de safra, é quase certa a diminuição da produção a ser colhida nesta campanha, comparativamente ao resultado da safra 01/02. Os problemas relacionados ao clima, anteriormente

expostos, e os elevados custos dos insumos agrícolas, particularmente os das sementes utilizadas (cotadas em dólar), são os principais parâmetros determinantes desta expectativa.

TABELA 3/I – CEBOLA – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO – SAFRAS 99/00 – 01/02

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾
Bahia	4.518	3.986	5.593	74.667	101.295	134.723	16.527	25.413	24.088
Ceará	3	2	-	8	6	-	2.667	3.000	-
Distrito Federal	126	195	-	4.684	5.358	-	37.175	27.477	-
Espírito Santo	36	60	-	312	1.200	-	8.667	20.000	-
Goiás	39	133	-	2.340	5.980	-	60.000	44.962	-
Mato Grosso do Sul	5	4	-	225	81	-	45.000	20.250	-
Minas Gerais	2.071	2.295	2.562	55.556	64.280	70.819	26.826	28.009	27.642
Paraíba	2	2	-	30	30	-	15.000	15.000	-
Paraná	5.204	5.760	5.991	59.944	65.858	71.591	11.519	11.434	11.950
Pernambuco	3.053	4.088	4.925	48.573	68.834	89.010	15.910	16.838	18.073
Piauí	13	7	-	59	38	-	4.538	5.429	-
Rio Grande do Sul	16.584	15.630	14.055	181.338	179.217	162.333	10.935	11.466	11.550
Santa Catarina	24.241	24.129	25.767	456.036	375.551	394.582	18.813	15.564	15.313
São Paulo	10.620	8.130	9.380	272.560	182.620	270.930	25.665	22.462	28.884
Brasil	66.515	64.421	68.273	1.156.332	1.050.348	1.193.988	17.385	16.304	17.488

FONTE: IBGE
⁽¹⁾ LSPA/abril/03.



FEIJÃO

Produção Mundial cresce em 2002

Após o ligeiro descenso de 3% em 2001, a produção mundial dos feijões voltou a crescer em 2002. Há que se considerar, no entanto, que os patamares de produção e área até hoje vigentes foram alcançados em meados dos anos 80 do século passado. Mais especificamente, o plantio e a produção dos variados tipos de feijão existentes no mundo estabilizaram-se entre 16 milhões e 18 milhões de toneladas, 24 milhões e 27 milhões de hectares e, 667 e 694 quilos por hectare. Desde 1998, porém, estes números espelham um crescimento de 13% em área, 16% em volume de produção e 2,5% em acréscimo de produtividade.

A queda da produção de 2001 – derivada, basicamente, das perdas brasileiras, indianas e estadunidenses – reforçou os números da recuperação da última safra mundial totalizada. Foram 13% de crescimento de produção, 12,5% de área e menos de 1% em produtividade média.

O feijão tem o grosso de seu plantio e produção concentrado em algumas áreas de três continentes. Três países do subcontinente indiano (Bangladesh, Índia e Paquistão) detêm 1/4 da quantidade total produzida no mundo; cinco países da América do Sul (Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai e Peru), 1/5; a América do Norte (México, Estados Unidos e Canadá), entre 13% e 15%; quatro países do sudeste asiático (Indonésia, Mianmar, Tailândia e Vietnã), 13%; três países do Extremo-Oriente (China, Coreia do Norte e Japão), 11% a 12%; cinco países do centro-leste africano (Burundi, Ruanda, Malauí, Tanzânia e Uganda), 5% a 6%.

Dentre esses países estão os dez principais produtores mundiais de feijão. Em conjunto, eles vêm ocu-

pando de 75% a 78% da área mundial e produzindo de 70% a 73% do total mundial. Sua produtividade média, ao contrário, vem-se situando de 10% a 12% abaixo da média mundial.

Entretanto, desde 1998 até 2002, nesses dez países os índices médios cresceram mais do que os mundiais em volume de produção (21% contra 16%), em área (16% contra 13%) e em produtividade (4,5% contra 2,5%).

Dentre eles, apenas o México (-4,5%) e os EUA (-10%) reduziram sua área plantada. O forte acréscimo de produtividade desses dois países vizinhos proporcionou vultoso incremento na produção mexicana (31%) e reduziu drasticamente a queda de produção estadunidense (-1,5%). Oposta foi a trajetória da produção do terceiro país norte-americano. O Canadá apresentou imensa expansão de área (133%) e produção (124%), rebaixando, portanto, seu rendimento médio do período em 4%.

O quarto país americano da lista, o Brasil (por enquanto, o maior produtor), alcançou níveis de crescimento de sua produção de mesmo patamar que o africano Uganda e o asiático Mianmar (38% para os dois primeiros e 36% para o terceiro). Resultaram da combinação entre a expansão de 19%, 25% e 39% de suas respectivas áreas cultivadas e de 17%, 10% e -2% de suas produtividades médias.

Em situação pior quanto a este último aspecto ficaram a China e a Indonésia, que tiveram perdas de produção (em 15% e 40%) e produtividade (em 14% e 1%); a primeira, simplesmente pelo declínio abrupto de seu volume de produção e a segunda, pela forte ampliação de área cultivada e pífio acréscimo de produção.

TABELA 1/I – FEIJÃO – QUANTIDADE PRODUZIDA NOS 10 PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – 1998-2002

PAÍS	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					EVOLUÇÃO %		MUNDO/02 %
	1998	1999	2000	2001	2002	02/98	02/01	
Mundo	15.801.153	16.865.570	16.737.673	16.194.393	18.334.318	16,0	13,2	100,0
Brasil	2.191.153	2.830.915	3.038.238	2.453.680	3.017.280	37,7	23,0	16,5
Índia	2.500.000	2.690.000	2.700.000	2.200.000	3.000.000	20,0	36,4	16,4
México	1.260.658	1.059.156	887.868	1.062.970	1.647.670	30,7	55,0	9,0
Mianmar	1.077.570	1.235.337	1.285.259	1.467.330	1.467.330	36,2	-	8,0
EUA	1.379.700	1.500.700	1.197.890	888.270	1.359.600	(1,5)	53,1	7,4
China	1.577.197	1.679.352	1.658.498	1.805.527	1.355.527	(14,1)	(24,9)	7,4
Uganda	387.000	401.000	420.000	511.000	535.000	38,2	4,7	2,9
Canadá	185.100	284.500	261.400	289.200	414.000	123,7	43,2	2,3
Indonésia	306.000	265.000	289.876	301.021	304.299	(0,6)	1,1	1,7
Coreia do Norte	280.000	280.000	290.000	300.000	300.000	7,1	-	1,6
Principais Países	10.558.378	11.680.960	11.449.153	10.677.977	12.796.407	21,2	19,8	
% Mundo	66,8	69,3	68,4	65,9	69,8			

FONTE: FAO.

TABELA 2/I – FEIJÃO – ÁREA CULTIVADA NOS 10 PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – 1998-2002

PAÍS	ÁREA CULTIVADA (ha)					EVOLUÇÃO %		MUNDO/02 %
	1998	1999	2000	2001	2002	02/98	02/01	
Mundo	23.682.441	24.298.934	24.450.417	23.850.630	26.836.860	13,3	12,5	100,0
Índia	7.800.000	7.700.000	7.600.000	7.400.000	9.000.000	15,4	21,6	33,5
Brasil	3.313.620	4.154.194	4.332.314	3.450.350	4.146.680	25,1	20,2	15,5
México	2.146.472	1.708.688	1.502.818	1.698.580	2.048.790	(4,6)	20,6	7,6
Mianmar	1.328.370	1.674.701	1.762.420	1.849.548	1.849.548	39,2	-	6,9
China	1.196.272	1.164.231	1.206.258	1.335.081	1.205.081	0,7	(9,7)	4,5
Uganda	645.000	669.000	699.000	731.000	765.000	18,6	4,7	2,9
EUA	776.070	759.600	650.540	505.260	698.860	(9,9)	38,3	2,6
Indonésia	339.000	298.000	307.000	330.000	560.000	65,2	69,7	2,1
Coreia do Norte	330.000	330.000	340.000	350.000	350.000	6,1	-	1,3
Canadá	93.900	149.900	158.400	170.200	219.000	133,2	28,7	0,8
Principais Países	17.968.704	18.608.314	18.558.750	17.820.019	20.842.959	16,0	17,0	77,7
% Mundo	75,9	76,6	75,9	74,7	77,7			

FONTE: FAO.



TABELA 3/I – FEIJÃO – RENDIMENTO MÉDIO NOS 10 PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – 1998-2002

PAÍS	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)					EVOLUÇÃO %	
	1998	1999	2000	2001	2002	02/98	02/01
Mundo	667,2	694,1	684,6	679,0	683,2	2,4	0,6
EUA	1.777,8	1.975,6	1.841,4	1.758,0	1.945,5	9,4	10,7
Canadá	1.971,2	1.897,9	1.650,3	1.699,2	1.890,4	(4,1)	11,3
China	1.318,4	1.442,5	1.374,9	1.352,4	1.124,8	(14,7)	(16,8)
Coréia do Norte	848,5	848,5	852,9	857,1	857,1	1,0	-
México	587,3	619,9	590,8	625,8	804,2	36,9	28,5
Mianmar	811,2	737,6	729,3	793,3	793,3	(2,2)	-
Brasil	661,3	681,5	701,3	711,1	727,6	10,0	2,3
Uganda	600,0	599,4	600,9	699,0	699,3	16,6	0,04
Indonésia	902,7	889,3	944,2	912,2	543,4	(39,8)	(40,4)
Índia	320,5	349,4	355,3	297,3	333,3	4,0	12,1
Principais Países	587,6	627,7	616,9	599,2	613,9	4,5	2,5
% Mundo	88,1	90,4	90,1	88,2	89,9		

FONTE: FAO.

O outro líder da produção mundial de feijão, a Índia, não vem conseguindo superar seu baixíssimo nível de produtividade, que alteou apenas 4% neste quinquênio (em área 15,5% maior, resultando em 20% de aumento da quantidade produzida).

A Coréia do Norte cresceu apenas 1% no total do período, por ter crescido 7% em produção e 6% em área (Tabelas 1, 2 e 3).

Mercosul: crescimento do Brasil em 2002 e 2003

A quantidade de feijão produzida em âmbito do Mercosul está estreitamente vinculada às vicissitudes do mercado brasileiro. Em 2002, esse pequeno bloco econômico produziu 3,35 milhões de toneladas, o equivalente a 18,5% do total mundial. Representa, também, uma recuperação em relação às safras anteriores (4% a mais do que em 1998 e 21% sobre a de 2001).

Acompanha, portanto, o comportamento da produção brasileira. Esta, em 1998 correspondia a 86,5% da total do Mercosul e em 2002 passou a equivaler-lhe a 90%.

Dos três países hispânicos do bloco, a Argentina é o mais consistente abastecedor do mercado brasileiro de feijão, especialmente do preto. Em 2002, sua produção total (de feijão negro, branco e outros) alcançou 8,5% da do bloco. Entre 1994 e 1999, a produção platina cresceu 72% e sua área, 122%, tendo suplantado ligeiramente 340 mil toneladas e 431 mil hectares plantados. Seu rendimento médio, entretanto, reduziu-se 23% (de 1.021 para 789 kg/ha).

A partir de 1999, em consequência dos desequilíbrios causados pela primeira desvalorização da moeda brasileira, a produção de feijão sofreu redução expressiva, que até 2001 correspondeu a -23%. A produção de 2002 só superou a desse ano em 6%.

Nos últimos quatro anos, a produção argentina de feijão caiu 18,5%. Resultou da redução em 20% na área ocupada com seu cultivo e do crescimento de seu rendimento médio em quase 3%.

Ademais, a produção colhida neste ano de 2003 está calculada em 214 mil toneladas. Foi semeada em cerca de 206,2 mil hectares e rendeu 1.038

quilos por hectare. Logo, nova queda de produção. Em relação à safra anterior, o volume de produção diminuiu 23%, a área plantada, 21,5% e, a produtividade por área, 2%.

O conjunto da produção do Mercosul neste ano,

no entanto, deverá elevar-se, mais uma vez, para algo em torno de 3,5 milhões de toneladas. E, mais uma vez, devido ao crescimento da produção brasileira, que deverá ficar pouco acima de 3,3 milhões de toneladas (Tabelas 4, 5 e 6).

TABELA 4/I – FEIJÃO – QUANTIDADE PRODUZIDA – PAÍSES DO MERCOSUL – 1999-2002

PAÍS	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)				EVOLUÇÃO %		MUNDO/02 %
	1999	2000	2001	2002	02/99	02/01	
Mundo	16.865.570	16.737.673	16.194.393	18.334.318	8,7	13,2	100,0
Mercosul	3.217.707	3.375.219	2.772.673	3.353.440	4,2	20,9	18,3
Brasil	2.830.915	3.038.238	2.453.680	3.017.280	6,6	23,0	16,5
Argentina	340.494	297.157	262.985	278.100	(18,3)	5,7	1,5
Paraguai	43.098	36.624	52.708	54.710	26,9	3,8	0,3
Uruguai	3.200	3.200	3.300	3.350	4,7	1,5	0,02

FONTE: FAO.

TABELA 5/I – FEIJÃO – ÁREA CULTIVADA – PAÍSES DO MERCOSUL – 1999-2002

PAÍS	ÁREA CULTIVADA (ha)				EVOLUÇÃO %		MUNDO/02 %
	1999	2000	2001	2002	02/99	02/01	
Mundo	24.298.934	24.450.417	23.850.630	26.836.860	10,4	12,5	100,0
Mercosul	4.539.378	4.668.188	3.775.205	4.474.850	(1,4)	18,5	16,7
Brasil	4.154.194	4.332.314	3.450.350	4.146.680	(0,2)	20,2	15,5
Argentina	322.400	276.170	257.050	256.750	(20,4)	(0,1)	1,0
Paraguay	57.584	54.504	62.505	66.070	14,7	5,7	0,2
Uruguay	5.200	5.200	5.300	5.350	2,9	0,9	0,0

FONTE: FAO.

TABELA 6/I – RENDIMENTO MÉDIO – PAÍSES DO MERCOSUL – 1999-2002

PAÍS	RENDIMENTO (kg/ha)				EVOLUÇÃO %	
	1999	2000	2001	2002	02/99	02/01
Mundo	694,1	684,6	679,0	683,2	(1,6)	0,6
Mercosul	708,8	723,0	734,4	749,4	5,7	2,0
Argentina	1.056,1	1.076,0	1.023,1	1.083,2	2,6	5,9
Paraguay	748,4	672,0	843,3	828,1	10,6	(1,8)
Brasil	681,5	701,3	711,1	727,6	6,8	2,3
Uruguay	615,4	615,4	622,6	626,2	1,8	0,6

FONTE: FAO.



Brasil: mercado calmo e preços elevados marcaram o período

Este volume de produção entra no mercado sob pressão do recuo dos níveis nacionais de consumo desse grão, um pouco mais acentuado desde meados do ano. Não destoia, porém, da média dos últimos cinco anos-safra. Talvez por isso mesmo venha conseguindo suprir o mercado sem que se necessite recorrer a volumes mais expressivos de importações, ainda que se conte com baixos estoques (Tabela 7).

Com efeito, a quantidade de feijão produzida nas três safras 02/03 resultou num crescimento de 16%, se levados em consideração os cinco últimos anos. O fato de as áreas ocupadas com seu cultivo recuarem

11% evidencia o principal fator de impulsão: a incorporação de tecnologia, retratada na elevação, também em 16%, de seu rendimento por área.

Disso resulta que as mais de 3,3 milhões de toneladas de produção das três safras do corrente ano foram colhidos em 4,2 milhões de hectares, com um rendimento médio de 802,1 quilos por hectare. Por outro lado, a evolução da produção total de feijão no País somente mostra uma ascensão mais vigorosa entre os dois últimos anos agrícolas (8% em produção e 8,5% em rendimento). Nos quatro anos-safra precedentes oscilaram entre 2,5 milhões e 3,05 milhões de toneladas. A área plantada recuou 11% ao final das safras 01/02. Por seu turno, o rendimento médio por área cresceu progressivamente, terminando o quadriênio 1999-2002 com 7% mais alto (Tabelas 8, 9 e 10).

TABELA 7/I – FEIJÃO – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA, SAFRAS 98/99-02/03

(1.000 t)

SAFRA	ESTOQUE FINAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
98/99	113,1	2.895,7	90,0	3.098,8	2.950,0	2,0	146,8
99/00	146,8	3.098,0	77,7	3.322,5	3.050,0	2,0	270,5
00/01	270,5	2.587,1	128,9	2.986,5	2.880,0	2,0	104,5
01/02	104,5	2.953,4	88,0	3.145,9	3.000,0	2,0	143,9
02/03	143,9	3.178,2	81,7	3.403,8	3.030,0	2,0	371,8

FONTE: Conab.

TABELA 8/I – FEIJÃO – QUANTIDADE PRODUZIDA – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					EVOLUÇÃO %		% BRASIL/03
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99	
Brasil	2.830.915	3.056.289	2.453.681	3.050.964	3.283.849	7,6	16,0	100,0
Paraná	570.289	494.713	462.615	610.196	601.199	(1,5)	5,4	18,3
Minas Gerais	381.215	407.097	387.542	496.441	499.436	0,6	31,0	15,2
Bahia	348.873	540.125	246.434	373.400	405.334	8,6	16,2	12,3
São Paulo	293.600	238.424	320.887	301.820	273.330	(9,4)	(6,9)	8,3
Goiás	199.151	200.415	221.742	235.418	259.372	10,2	30,2	7,9
Ceará	189.824	196.696	87.661	199.493	243.827	22,2	28,4	7,4
Santa Catarina	210.958	227.923	164.148	171.714	186.000	8,3	(11,8)	5,7
Rio Grande do Sul	158.363	145.955	140.474	146.042	138.026	(5,5)	(12,8)	4,2

FONTE: IBGE.

TABELA 9/I – FEIJÃO – ÁREA PLANTADA – BRASIL E NOS PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)					EVOLUÇÃO %		BRASIL/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99	
Brasil	4.670.257	4.441.431	3.879.069	4.148.490	4.155.835	0,2	(11,0)	100,0
Bahia	823.148	826.693	685.809	758.605	678.279	(10,6)	(17,6)	16,3
Ceará	576.736	570.027	525.965	596.124	599.760	0,6	4,0	14,4
Paraná	664.966	550.356	430.803	529.141	549.700	3,9	(17,3)	13,2
Minas Gerais	454.444	436.595	416.903	435.676	422.363	(3,1)	(7,1)	10,2
Pernambuco	273.146	320.401	267.526	261.548	281.528	7,6	3,1	6,8
São Paulo	261.500	212.780	219.618	216.320	213.150	(1,5)	(18,5)	5,1
Piauí	219.216	208.657	200.770	212.615	211.191	(0,7)	(3,7)	5,1
Paraíba	146.252	197.226	156.991	160.377	198.025	23,5	35,4	4,8
Santa Catarina	265.920	215.071	145.403	155.790	144.000	(7,6)	(45,8)	3,5

FONTE: IBGE.

TABELA 10/I – FEIJÃO – RENDIMENTO MÉDIO – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)					EVOLUÇÃO %	
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99
Brasil	681,5	701,3	711,1	727,6	790,2	8,6	15,9
Distrito Federal	1.916,0	2.209,4	2.089,2	2.386,9	2.400,2	0,6	25,3
Goiás	1.306,2	1.770,3	1.752,3	1.920,1	2.023,4	5,4	54,9
Mato Grosso	853,5	862,0	1.071,0	1.233,4	1.452,4	17,8	70,2
Santa Catarina	793,3	1.059,8	1.128,9	1.131,2	1.291,7	14,2	62,8
São Paulo	1.122,8	1.120,5	1.461,1	1.395,2	1.282,3	(8,1)	14,2
Minas Gerais	838,9	932,4	929,6	1.139,5	1.182,5	3,8	41,0
Tocantins	550,2	387,7	461,9	591,6	1.140,0	92,7	107,2
Paraná	857,6	898,9	1.073,8	1.153,2	1.093,7	(5,2)	27,5

FONTE: IBGE.

A primeira safra de feijão no País, encerrada em abril, registrou um ligeiro crescimento em seu volume de produção: de 1,51 milhão para 1,59 milhão de toneladas, em relação a 1999. Ao mesmo tempo, mostrou uma pequena perda de participação na produção total do país (de 53,5% para 48,5%).

Entre os dois últimos anos, porém, declinou quase 2% em produção devido à perda de 0,5% em produtividade e de 1% em área, por sua vez conseqüentes às adversidades climáticas registradas durante o desen-

volvimento biológico do feijão (Tabelas 11, 12 e 13).

A segunda safra nacional de feijão, com oscilações, veio crescendo em expressão no quinquênio em pauta. Plantada em todas as regiões brasileiras, vem sendo influenciada pelos elevados patamares de preços do produto da primeira safra. Atingiu a marca de 35% nos cinco anos em causa. Refletindo a redução de 2001, a produção elevou-se 31% entre as duas últimas safras brasileiras. Ou, por outra, em 1999 participava no total da safra nacional de feijão com 36%, na atual



TABELA 11/I – FEIJÃO 1ª SAFRA – PRODUÇÃO BRASILEIRA E PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	PRODUÇÃO (t)					EVOLUÇÃO %		BRASIL/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99	
Brasil	1.514.060	1.710.001	1.203.079	1.624.156	1.594.469	(1,8)	5,3	100,0
Paraná	400.000	368.500	572.831	448.000	419.801	(6,3)	5,0	26,3
Minas Gerais	166.497	208.177	162.728	215.568	229.862	6,6	38,1	14,4
Ceará	172.797	184.884	79.287	188.584	198.149	5,1	14,7	12,4
Santa Catarina	166.501	176.953	127.796	136.045	137.000	0,7	(17,7)	8,6
Bahia	180.320	315.077	332.310	168.830	134.577	(20,3)	(25,4)	8,4
Rio Grande do Sul	130.984	116.370	114.162	115.764	97.576	(15,7)	(25,5)	6,1
São Paulo	99.100	86.600	108.750	122.500	94.085	(23,2)	(5,1)	5,9
Goiás	68.492	99.838	66.583	79.687	83.166	4,4	21,4	5,2

FONTE: IBGE.

TABELA 12/I – FEIJÃO 1ª SAFRA – ÁREA PLANTADA – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)					EVOLUÇÃO %		BRASIL/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99	
Brasil	2.415.780	2.499.906	2.062.992	2.448.230	2.419.003	(1,2)	0,1	100,0
Ceará	556.934	555.674	501.568	86.571	584.809	575,5	5,0	24,2
Paraná	479.000	449.000	544.064	392.498	409.510	4,3	(14,5)	16,9
Bahia	370.070	461.406	293.209	384.092	341.799	(11,0)	(7,6)	14,1
Minas Gerais	237.498	236.479	217.387	163.883	211.967	29,3	(10,7)	8,8
Piauí	210.793	202.637	193.372	584.458	204.977	(64,9)	(2,8)	8,5
Pernambuco			92.294	154.375	173.061	12,1	-	7,2
Rio Grande do Sul	147.139	142.135	104.775	124.973	117.824	(5,7)	(19,9)	4,9
Santa Catarina	170.401	159.621	106.585	114.663	104.000	(9,3)	(39,0)	4,3

FONTE: IBGE.

TABELA 13/I – FEIJÃO 1ª SAFRA – RENDIMENTO MÉDIO – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)					EVOLUÇÃO %	
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99
Brasil	626,7	684,0	583,2	663,4	659,1	(0,6)	5,2
Distrito Federal	2.094,0	2.139,0	1.948,0	2.186,8	2.258,0	3,3	7,8
Goiás	1.762,8	1.768,4	1.646,7	1.816,8	1.819,2	0,1	3,2
Mato Grosso do Sul	784,8	1.142,7	1.515,5	977,5	1.383,3	41,5	76,3
Santa Catarina	1.013,8	1.120,5	1.020,0	1.221,1	1.317,3	7,9	29,9
São Paulo	1.056,5	1.049,7	1.371,7	1.573,3	1.282,0	(18,5)	21,3
Minas Gerais	701,0	880,3	748,6	1.315,4	1.084,4	(17,6)	54,7
Paraná	835,1	820,7	1.052,9	1.141,4	1.025,1	(10,2)	22,8
Rio Grande do Sul	890,2	818,7	1.219,7	926,3	828,2	(10,6)	(7,0)

FONTE: IBGE.

safrinha da seca participa com 42%. Ao mesmo tempo, elevou o rendimento médio dos cultivos 27% no período maior e 20% entre as duas últimas safrinhas (Tabelas 14, 15 e 16).

Acrescente-se, ainda, que esse aumento não foi maior em razão da concorrência do milho e da soja, por seu menor risco e maior liquidez.

A terceira safra nacional de feijão, iniciada em maio,

TABELA 14/I – FEIJÃO 2ª SAFRA – PRODUÇÃO BRASILEIRA E PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	PRODUÇÃO (t)					EVOLUÇÃO %		BRASIL/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99	
Brasil	1.027.671	1.090.908	914.962	1.055.724	1.385.354	31,2	34,8	100,0
Bahia	168.553	225.048	131.869	204.570	322.865	57,8	91,6	23,3
Paraná	137.000	101.500	115.276	148.798	192.680	29,5	40,6	13,9
Minas Gerais	125.915	128.347	128.245	161.011	181.140	12,5	43,9	13,1
Paraíba	20.362	91.700	12.304	51.639	105.255	103,8	416,9	7,6
São Paulo	119.100	76.500	114.850	88.790	95.750	7,8	(19,6)	6,9
Pará	57.566	48.710	50.773	56.810	58.264	2,6	1,2	4,2
Goiás	50.431	26.265	64.106	43.194	53.452	23,7	6,0	3,9
Santa Catarina	44.457	50.970	36.352	35.669	49.000	37,4	10,2	3,5

FONTES: IBGE (junho de 2003).

TABELA 15/I – FEIJÃO 2ª SAFRA – ÁREA PLANTADA – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)					EVOLUÇÃO %		BRASIL/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99	
Brasil	1.559.816	1.693.574	1.217.790	1.509.981	1.598.781	5,9	2,5	100,0
Bahia	282.084	365.287	263.732	374.513	369.769	(1,3)	31,1	23,1
Paraíba	74.022	190.498	32.717	160.377	198.025	23,5	167,5	12,4
Minas Gerais	171.029	163.010	151.906	163.883	168.270	2,7	(1,6)	10,5
Paraná	117.000	81.490	81.445	116.453	134.502	15,5	15,0	8,4
Alagoas	86.881	82.106	84.540	81.985	92.776	13,2	6,8	5,8
Pernambuco	123.869	275.856	69.191	107.173	92.640	(13,6)	(25,2)	5,8
São Paulo	108.300	70.400	87.000	81.010	78.930	(2,6)	(27,1)	4,9
Pará	89.698	75.437	70.938	75.154	75.282	0,2	(16,1)	4,7

FONTES: IBGE (junho de 2003).

TABELA 16/I – FEIJÃO 2ª SAFRA – RENDIMENTO MÉDIO – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)					EVOLUÇÃO %	
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	03/99
Brasil	658,8	644,1	751,3	699,2	838,9	20,0	27,3
Distrito Federal	1.055,1	1.945,6	1.549,5	1.885,0	1.761,8	(6,5)	67,0
Goiás	715,3	990,2	1.289,7	1.186,8	1.412,5	19,0	97,5
Tocantins	242,0	341,3	484,7	647,8	1.402,8	116,6	479,7
Paraná	1.170,9	1.245,6	1.415,4	1.277,8	1.400,0	9,6	19,6
São Paulo	1.099,7	1.086,6	1.320,1	1.096,0	1.099,5	0,3	(0,0)
Santa Catarina	583,8	928,8	940,2	883,2	1.097,6	24,3	88,0
Minas Gerais	736,2	787,4	844,2	982,5	1.095,1	11,5	48,7
Rio Grande do Sul	550,1	759,9	804,6	760,7	1.063,9	39,9	93,4

FONTES: IBGE.



também vem se expandindo nestes cinco anos (44% em produção, 2,5% em área e 25% em rendimento). Vem apresentando um crescimento progressivo após a redução em 2000. Tanto assim é que entre os dois últimos anos seu volume de produção subiu na exata proporção da queda de área (7%), e sua produtividade cresceu 2,5%. De qualquer maneira, foi estimulada

pela pouca oferta de feijão de qualidade superior (extra). Destaque-se, ainda, que este incremento do cultivo irrigado deu-se mais fortemente em Mato Grosso (267% em produção, 260% em área e 7% em produtividade) e Distrito Federal (125% em produção, 109% em área e 8% em produtividade) (Tabelas 17, 18 e 19).

O mercado do feijão neste último ano agrícola

TABELA 17/I – FEIJÃO 3ª SAFRA – PRODUÇÃO BRASILEIRA E NOS PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	PRODUÇÃO BRASILEIRA (t)					EVOLUÇÃO %		BRASIL/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03	
Brasil	275.617	237.329	318.315	371.084	397.274	7,1	44,1	100,0
Goiás	82.094	71.312	89.225	112.537	131.879	17,2	60,6	33,2
Minas Gerais	88.803	70.573	96.623	119.862	110.104	(8,1)	24,0	27,7
São Paulo	75.400	74.676	97.287	90.530	99.600	10,0	32,1	25,1
Mato Grosso	7.092	10.855	12.794	18.675	26.032	39,4	267,1	6,6
Paraná	16.000	3.084	15.089	13.398	14.992	11,9	(6,3)	3,8
Distrito Federal	5.784	6.829	7.297	14.451	13.036	(9,8)	125,4	3,3
Mato Grosso do Sul	-	-	-	1.631	1.631	-	-	0,4

FONTE: IBGE (junho de 2003).

TABELA 18/I – FEIJÃO 3ª SAFRA – ÁREA PLANTADA – BRASIL E NOS PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)					EVOLUÇÃO %		BRASIL/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03	
Brasil	172.778	138.834	168.273	190.279	176.791	(7,1)	2,3	100,0
São Paulo	59.400	58.800	53.338	57.450	57.450	-	(3,3)	32,5
Goiás	33.818	29.299	36.160	42.351	44.926	6,1	32,8	25,4
Minas Gerais	45.917	36.840	46.719	55.561	37.286	(32,9)	(18,8)	21,1
Paraná	28.110	6.579	23.699	20.190	20.190	-	(28,2)	11,4
Mato Grosso	2.975	4.755	5.556	8.158	10.733	31,6	260,8	6,1
Distrito Federal	2.308	2.561	2.801	5.191	4.828	(7,0)	109,2	2,7
Mato Grosso do Sul	-	-	-	1.378	1.378	-	-	0,8

FONTE: IBGE (junho de 2003).

TABELA 19/I – FEIJÃO 3ª SAFRA – RENDIMENTO MÉDIO – BRASIL E NOS PRINCIPAIS ESTADOS – 1999-2003

ESTADO	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)					EVOLUÇÃO %	
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03
Brasil	1.595,2	1.709,4	1.891,7	1.950,2	1.995,2	2,3	25,1
Goiás	2.427,5	2.433,9	2.467,5	2.657,2	2.745,7	3,3	13,1
Distrito Federal	2.506,1	2.666,5	2.605,1	2.783,9	2.700,1	(3,0)	7,7
Mato Grosso	2.383,9	2.282,9	2.302,7	2.289,2	2.555,1	11,6	7,2
Minas Gerais	1.934,0	1.915,7	2.068,2	2.157,3	2.235,7	3,6	15,6
São Paulo	1.269,4	1.270,0	1.824,0	1.575,8	1.575,8	-	24,1
Mato Grosso do Sul	-	-	-	1.183,6	1.183,6	-	-
Paraná	569,2	468,8	636,7	663,6	663,6	-	16,6

FONTE: IBGE (junho de 2003).

vem-se caracterizando pela calma e pelos índices elevados de preço. Mas esses preços passaram a sofrer sucessivos recuos desde meados do corrente ano (final da colheita da safrinha).

Santa Catarina: bons preços estimularam a safrinha

A produção catarinense de feijão vem oscilando com tendência a decrescer. Há cinco anos colhia 13,5% mais feijão. Mas, após ter atingido seu ponto mais baixo em 2001, esta produção dá sinais de recuperação (8% nos dois últimos anos), ainda que insuficientes para alcançar os patamares dos dois primeiros anos do período.

Sua área total de cultivo no estado está se reduzindo em ritmo bem mais acentuado (-46% no quinquênio e -8% no último biênio).

Estes números indicam, portanto, expressivos ganhos em produtividade (17% entre os dois últimos anos e 63% em cinco anos).

Das principais regiões produtoras, Chapecó e Curitibanos apresentaram queda acentuada de produção nos cinco anos considerados (41% e 27%, respectivamente). De sentido oposto foi a evolução de área cultivada. A redução de área foi generalizada, variando entre 7% (Joaçaba) e 72% (Chapecó). No último biênio, entretanto, Chapecó e Lages tiveram perdas expressivas (27% e 14%). Nos dois últimos anos, porém, houve acréscimos de área em várias regiões, dentre as quais se destacaram Criciúma (41%) e Curitibanos (15%).

De sentido contrário foi a evolução da produtividade média quinquenal dessas regiões. Os percentuais mais salientes foram alcançados por Xanxerê (132%), Chapecó (114%) e Joaçaba (48%). Mesmo o conjunto das regiões de menor produção cresceu bastante positivamente (102%). Apenas a região de maior produtividade teve crescimento muito pequeno (3%) (Tabelas 20, 21 e 22).

TABELA 20/1 – FEIJÃO – QUANTIDADE PRODUZIDA EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					EVOLUÇÃO %		SC/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03	
SANTA CATARINA	210.958	227.923	164.148	171.714	186.000	8,3	(11,8)	100,0
Curitibanos	50.327	46.782	30.126	33.039	36.821	11,4	(26,8)	19,8
Canoinhas	23.528	30.619	17.238	30.454	27.910	(8,4)	18,6	15,0
Chapecó	40.669	46.157	26.145	22.474	24.037	7,0	(40,9)	12,9
Campos de Lages	26.475	22.996	24.304	25.511	22.495	(11,8)	(15,0)	12,1
Joaçaba	13.163	17.156	16.856	14.714	18.138	23,3	37,8	9,8
Xanxerê	11.705	17.259	11.044	9.195	17.168	86,7	46,7	9,2
Criciúma	10.393	9.325	7.134	8.784	9.642	9,8	(7,2)	5,2
Tubarão	6.704	6.318	5.173	5.355	6.377	19,1	(4,9)	3,4
Demais regiões	27.994	31.311	26.128	22.188	23.412	5,5	(16,4)	12,6

FONTE: IBGE.


TABELA 21/I – FEIJÃO – ÁREA PLANTADA EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA PLANTADA (ha)					EVOLUÇÃO %		SC/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03	
Santa Catarina	265.920	215.071	145.403	155.790	144.000	(7,6)	(45,8)	100,0
Curitibanos	34.152	29.767	21.220	21.205	24.295	14,6	(28,9)	16,9
Chapecó	87.690	63.060	33.070	33.041	24.263	(26,6)	(72,3)	16,8
Campos de Lages	27.320	23.166	20.050	21.600	18.625	(13,8)	(31,8)	12,9
Canoinhas	21.020	18.390	11.950	18.830	18.500	(1,8)	(12,0)	12,8
Joaçaba	12.267	12.825	12.091	10.822	11.399	5,3	(7,1)	7,9
Xanxerê	15.358	13.703	7.285	6.885	9.710	41,0	(36,8)	6,7
Criciúma	11.555	9.635	7.840	8.985	8.665	(3,6)	(25,0)	6,0
Tubarão	7.760	6.955	5.300	6.160	6.311	2,5	(18,7)	4,4
Demais regiões	48.798	37.570	26.597	28.262	20.227	(28,4)	(58,5)	14,0

FONTE: IBGE.

TABELA 22/I – FEIJÃO – RENDIMENTO MÉDIO EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	RENDIMENTO MÉDIO (ha)					EVOLUÇÃO %	
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03
Santa Catarina	793,3	1.059,8	1.128,9	1.102,2	1.291,7	17,2	62,8
Xanxerê	762,1	1.259,5	1.516,0	1.335,5	1.768,1	32,4	132,0
Joaçaba	1.073,0	1.337,7	1.394,1	1.359,6	1.591,2	17,0	48,3
Curitibanos	1.473,6	1.571,6	1.419,7	1.558,1	1.515,6	(2,7)	2,8
Canoinhas	1.119,3	1.665,0	1.442,5	1.617,3	1.508,6	(6,7)	34,8
Campos de Lages	969,1	992,7	1.212,2	1.181,1	1.207,8	2,3	24,6
Criciúma	899,4	967,8	909,9	977,6	1.112,8	13,8	23,7
Tubarão	863,9	908,4	976,0	869,3	1.010,5	16,2	17,0
Chapecó	463,8	732,0	790,6	680,2	990,7	45,6	113,6
Demais regiões	573,7	833,4	982,4	785,1	1.157,5	47,4	101,8

FONTE: IBGE.

A primeira safra de feijão deste estado vem diminuindo sua participação no conjunto da produção estadual. No primeiro dos cinco anos considerados, correspondia-lhe a 78% e, no ano agrícola há pouco encerrado, a 73,5%.

Por outro lado, vem-se recuperando da queda de 23% na produção de 2001. Desse ano para cá, cresceu tão somente 7%. Em cinco anos, sua produção caiu 18%.

No mesmo período de tempo, o recuo de área semeada com a leguminosa foi de 39%.

Esse desempenho deixa clara a elevação dos índices de produtividade, em 35%.

As duas últimas safras das águas colhidas neste estado caracterizaram-se pela acentuação do ganho de rendimento (11%), que resultaram de 1% de ganho em produção e de 9% de retração em área cultivada.

Das três principais regiões produtoras localizadas no planalto catarinense, Curitibanos e Lages apresentaram queda de produção (27% e 14%, respectivamente); Canoinhas cresceu apenas 4%. A produtividade média alcançada por cada uma destas regiões, entretanto, mostrou-se em ascensão (3%, 24% e 14,5%, respectivamente), uma vez que suas áreas recuaram 29%, 31% e 9%.

Entre os dois últimos anos agrícolas, o comportamento da primeira safra de feijão no estado expandiu-se apenas 1%, com redução de produção em São Miguel d'Oeste (30%), Lages (15%), Canoinhas (12%) e Chapecó (11%). Em compensação, cresceram fortemente em Joaçaba (21%), São Bento do Sul (16%), Curitibanos e Xanxerê (11% cada).

Reduções nas produtividades médias, no entanto, somente aconteceram em Curitibanos (8%) e Canoinhas (3%). Em pólo oposto situaram-se Tubarão (46%), Xanxerê (29%) e Chapecó (27,5%) (Tabelas 23, 24 e 25).

O desempenho de mercado da primeira safra estadual de feijão, com preços relativamente elevados, estimulou a segunda safra. Imprimiu-lhe uma

TABELA 23/I – FEIJÃO 1ª SAFRA – QUANTIDADE PRODUZIDA EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					EVOLUÇÃO %		SC/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03	
Santa Catarina	166.501	176.953	127.796	136.045	137.000	0,7	(17,7)	100,0
Curitibanos	50.268	46.618	29.976	33.039	36.761	11,3	(26,9)	26,8
Canoinhas	21.857	29.881	16.788	26.550	22.670	(14,6)	3,7	16,5
Campos de Lages	26.259	22.780	24.304	25.511	22.495	(11,8)	(14,3)	16,4
Joaçaba	12.704	16.323	16.354	14.684	17.744	20,8	39,7	13,0
Chapecó	26.029	27.290	14.204	13.953	12.438	(10,9)	(52,2)	9,1
Xanxerê	9.071	10.531	5.782	5.249	5.835	11,2	(35,7)	4,3
São Miguel do Oeste	4.272	7.304	6.146	4.264	2.971	(30,3)	(30,5)	2,2
São Bento do Sul	708	1.006	1.062	1.634	1.901	16,3	168,5	1,4
Demais regiões	15.333	15.220	13.180	11.161	7.364	(34,0)	(52,0)	5,4

FONTE: IBGE.

TABELA 24/I – FEIJÃO 1ª SAFRA – ÁREA PLANTADA EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA PLANTADA (ha)					EVOLUÇÃO %		% SC/03
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03	
Santa Catarina	170.401	159.621	106.585	114.663	104.000	(9,3)	(39,0)	100,0
Curitibanos	34.085	29.630	21.120	21.205	24.255	14,4	(28,8)	23,3
Campos de Lages	27.014	22.860	20.050	21.600	18.625	(13,8)	(31,1)	17,9
Canoinhas	16.100	17.650	11.650	15.700	14.600	(7,0)	(9,3)	14,0
Chapecó	44.490	40.600	19.065	20.291	14.185	(30,1)	(68,1)	13,6
Joaçaba	11.345	11.970	11.500	10.762	11.102	3,2	(2,1)	10,7
São Miguel do Oeste	8.615	9.980	6.710	7.135	4.340	(39,2)	(49,6)	4,2
Xanxerê	8.670	9.090	3.817	4.325	3.735	(13,6)	(56,9)	3,6
Tubarão	2.105	1.745	1.460	1.900	1.836	(3,4)	(12,8)	1,8
Demais regiões	17.977	16.096	11.213	11.745	6.371	(45,8)	(64,6)	6,1

FONTE: IBGE.


TABELA 25/I – FEIJÃO 1ª SAFRA – RENDIMENTO MÉDIO EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)					EVOLUÇÃO %	
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03
Santa Catarina	977,1	1.108,6	1.199,0	1.186,5	1.317,3	11,0	34,8
São Bento do Sul	1.026,1	1.458,0	1.539,1	1.617,8	1.728,2	6,8	68,4
Joaçaba	1.119,8	1.363,7	1.422,1	1.364,4	1.598,3	17,1	42,7
Xanxerê	1.046,3	1.158,5	1.514,8	1.213,6	1.562,2	28,7	49,3
Canoinhas	1.357,6	1.693,0	1.441,0	1.691,1	1.552,7	(8,2)	14,4
Curitibanos	1.474,8	1.573,3	1.419,3	1.558,1	1.515,6	(2,7)	2,8
Ituporanga	873,6	1.175,3	1.253,0	1.230,6	1.328,7	8,0	52,1
Tijucas	1.053,3	971,1	1.262,0	1.388,6	1.219,6	(12,2)	15,8
Campos de Lages	972,1	996,5	1.212,2	1.181,1	1.207,8	2,3	24,3

FONTE: IBGE.

evolução em direção contrária à sua, crescendo 10% no período quinquenal. Alicerçou-se basicamente na duplicação de seu rendimento médio (105%) e, na retração de área, praticamente à metade da de cinco anos atrás.

Este crescimento da quantidade produzida foi mais saliente em Xanxerê (221,5%), Canoinhas (168%) e Ituporanga (73%), contrapondo-se desse modo aos fortes decréscimos de produção de São Miguel d'Oeste (55%), na de menor produção (32%) e Chapecó (21%).

Em termos de produtividade média, apenas Tubarão (59%) e Ituporanga (82%) ficaram abaixo da média estadual.

A partir da segunda safra do ano passado, a produção desta leguminosa expandiu-se 37,5% e o rendimento médio, 10%. A área cultivada cresceu 25%.

Dentre as principais regiões feijoeiras, os níveis de produtividade média declinaram em valor absoluto apenas em Xanxerê e Araranguá (24% e 20%, respectivamente). De modo geral, porém, ficaram muito acima da média estadual (Tabelas 26, 27 e 28).

TABELA 26/I – FEIJÃO 2ª SAFRA – QUANTIDADE PRODUZIDA EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					EVOLUÇÃO %		SC/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03	
Santa Catarina	44.457	50.970	36.352	35.669	49.000	37,4	10,2	100,0
Chapecó	14.640	18.867	11.941	8.521	11.599	18,3	(31,2)	20,6
Criciúma	8.127	7.431	5.760	7.466	11.333	(3,3)	(11,2)	14,7
Xanxerê	2.634	6.728	5.262	3.946	8.469	51,4	126,8	12,2
Tubarão	4.768	4.598	3.730	4.011	5.240	11,6	(6,1)	9,1
Canoinhas	1.671	738	450	3.904	4.477	(0,1)	133,4	8,0
Ituporanga	1.670	1.197	1.096	1.591	2.885	56,5	49,1	5,1
Araranguá	1.342	2.083	992	1.475	1.720	16,6	28,2	3,5
São Miguel do Oeste	3.101	3.149	2.434	1.082	1.389	28,4	(55,2)	2,8
Demais regiões	6.504	6.179	4.687	3.673	4.403	19,9	(32,3)	9,0

FONTE: IBGE.

TABELA 27/I – FEIJÃO 2ª SAFRA – ÁREA PLANTADA EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA PLANTADA (ha)					EVOLUÇÃO %		SC/03 %
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03	
Santa Catarina	95.519	55.450	38.818	41.127	51.336	24,8	(46,3)	100,0
Chapecó	43.200	22.460	14.005	12.750	10.078	(21,0)	(76,7)	19,6
Xanxerê	6.688	4.613	3.468	2.560	7.220	182,0	8,0	14,1
Criciúma	9.640	7.935	6.410	7.415	5.975	19,4	(38,0)	11,6
Canoinhas	4.920	740	300	3.130	4.475	43,0	9,0	8,7
Tubarão	5.655	5.210	3.840	4.260	3.900	(8,5)	(31,0)	7,6
Ituporanga	2.620	1.300	1.120	1.490	2.490	67,1	5,0	4,9
Araranguá	3.715	2.023	1.363	2.365	1.720	(27,3)	(53,7)	3,4
São Miguel do Oeste	7.815	3.695	3.280	2.765	1.590	(42,5)	(79,6)	3,1
Demais regiões	11.266	7.474	5.032	4.392	4.224	(3,8)	(62,5)	8,2

FONTE: IBGE.

TABELA 28/I – FEIJÃO 2ª SAFRA – RENDIMENTO MÉDIO EM SANTA CATARINA E NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1999-2003

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)					EVOLUÇÃO %	
	1999	2000	2001	2002	2003	03/02	99/03
Santa Catarina	465,4	919,2	936,5	867,3	954,5	10,1	105,1
Criciúma	843,0	936,5	898,6	1.006,9	1.896,7	88,4	125,0
Tubarão	843,1	882,5	971,4	941,5	1.343,6	42,7	59,4
Xanxerê	393,8	1.458,5	1.517,3	1.541,4	1.173,0	(23,9)	197,8
Ituporanga	637,4	920,8	978,6	1.067,8	1.158,6	8,5	81,8
Chapecó	338,9	840,0	852,6	668,3	1.150,9	72,2	239,6
Canoinhas	339,6	997,3	1.500,0	1.247,3	1.000,4	(19,8)	194,6
Araranguá	361,2	1.029,7	727,8	623,7	1.000,0	60,3	176,8
São Miguel do Oeste	396,8	852,2	742,1	391,3	873,6	123,2	120,2

FONTE: IBGE.



FUMO

Situação mundial e brasileira

A produção mundial de fumo vem decrescendo e, nos últimos anos, situando-se sempre abaixo do consumo. Com isto, os estoques mundiais, que há algum tempo provocaram depreciação nos preços internacionais, são cada vez mais baixos e tornam o mercado internacional bastante favorável para alguns exportadores.

A menor produção mundial é explicada, pelo menos em parte, pela redução na produção de importantes produtores mundiais. De 1998 até 2002, tiveram significativa redução em sua produção os seguintes países: Estados Unidos (EUA), Zimbábue, Malauí, Turquia e Índia, entre outros.

Com a redução na produção e das exportações de alguns destes países, particularmente os EUA e o Zimbábue, e com a ampliação das compras de importantes países consumidores, abriu-se uma importante fatura de mercado para alguns exportadores mundiais.

O Brasil foi o maior beneficiário desta situação. Por conta de um mercado internacional francamente favorável, tem ampliado sensivelmente a quantidade exportada, atingindo níveis recordes nos últimos dois anos: 443 mil toneladas em 2001 e 474 mil em 2002. Com isto, o Brasil consolida cada vez mais a sua condição de maior exportador mundial de fumo em folha; não apenas ampliando a participação nos seus mercados tradicionais, como na conquista de novos.

Com a necessidade de atender ao mercado externo e com a redução na produção dos Estados Unidos e da Índia, em poucos anos o Brasil saiu da condição de quarto para segundo produtor mundial, superando estes dois países.

Segundo os números da FAO, em 2002 o Brasil foi responsável por mais de 10% da produção mundial, superado apenas pela China, com cerca de 38%, que

tem um consumo maior que a produção, sendo um dos importantes compradores do fumo brasileiro. Não fossem as perdas na safra da Região Sul, na safra 02/03 o Brasil teria ampliado ainda mais a sua participação na produção mundial.

Safra 02/03 - situação do Sul do País e de Santa Catarina

A cada ano que passa mais a produção brasileira de fumo se confunde com a da Região Sul. Enquanto nos estados desta região a área plantada é crescente, nos das demais regiões são raros os casos em que não houve redução.

Na safra 02/03 da Região Sul esperava-se um novo recorde de produção. A área plantada foi a maior da história, mas, em função do excesso de chuvas no transcorrer da safra, a produção deve ser menor que em 01/02 e, eventualmente, que em 92/93. As estimativas iniciais apontavam para uma produção próxima das 700 mil toneladas, mas não deve superar em muito as 600 mil toneladas. Segundo o IBGE, nas safras 01/02 e 92/93 foram colhidas, respectivamente, 633,390 mil e 612,252 mil toneladas.

Embora Paraná e Santa Catarina tenham sofrido importantes prejuízos, a significativa redução na produção é explicada especialmente pela frustração na safra do Rio Grande do Sul, que teve um maior comprometimento dos seus rendimentos médios e é o maior produtor regional.

A produção do Sul, bem menor que a inicialmente esperada, e o mercado internacional favorável tornaram o interesse pela aquisição de fumo ainda maior que em anos anteriores. Com isto, a comercialização transcorreu tranqüila durante a maior parte do período. A exceção foi o seu final, quando as indústrias já

havam recebido boa parte do fumo, marcado por preços extremamente elevados, muito superiores aos recebidos pelos produtores que entregaram a sua produção mais no começo da safra. Até o mês de abril, os produtores vinham recebendo um preço médio próximo de R\$ 3,95/kg pelo fumo Virgínia; alguns, que entregaram o produto no transcorrer dos meses de maio e junho, receberam valores entre R\$ 4,50 e R\$ 6,00/kg.

Esta substancial diferença provocou uma forte indignação junto aos produtores não beneficiados por estes valores mais favoráveis. Isto significa também o preço médio final da safra bem menos representativo que o de algumas safras anteriores.

De qualquer maneira, na maior parte dos casos o preço médio recebido superou os 29% dotados para corrigir a tabela de preços da safra 01/02 para a 02/03. Este percentual foi considerado favorável na época da negociação entre as entidades representativas dos produtores e as indústrias. A correção de 29% na tabela de preços permitiu, inclusive, que produtores e indústrias assinassem o protocolo que estabelece as condições de comercialização da safra, coisa que raramente ocorria nos últimos anos.

Em Santa Catarina, o resultado da safra 02/03 não é muito diferente do da Região Sul. A produção também foi menor que a inicialmente esperada e as perdas ocorreram de forma bastante diferenciada entre as regiões. Não fosse o clima adverso, pela área plantada a produção estadual superaria as 240 mil toneladas, acima do recorde anterior de 226 mil da safra 92/93 e das 223 mil da safra 01/02. Apesar disto, em função dos bons preços recebidos, a maioria dos produtores ficou satisfeita com o resultado final da safra.

Isto ajuda a consolidar a fumicultura como uma das atividades mais importantes econômica e socialmente para o meio rural catarinense. Esta atividade tem andado no caminho inverso da maioria das principais cadeias produtivas. Em muitas delas, são cada vez mais freqüentes os casos de aumento de produção

com redução de número de produtores. Pelos dados da Afubra, mais de 57 mil produtores catarinenses plantaram fumo na safra 02/03. Segundo o Censo Agropecuário 1995-1996, havia menos de 50 mil produtores no estado.

No caso de Santa Catarina, esta incorporação de novos produtores deu-se também pelo surgimento e/ou crescimento da produção em novas regiões. O exemplo mais ilustrativo é a região Oeste Catarinense, onde raramente se considera a produção de fumo como uma atividade econômica e socialmente importante. No início dos anos oitenta, a mesorregião Oeste produzia pouco mais de 5 mil toneladas de fumo e respondia por menos de 5% da produção catarinense; na safra 01/02, passou para pouco menos de 50 mil toneladas, cerca de 22% do total do estado.

Perspectivas para 03/04

O crescimento da fumicultura brasileira tem sido cada vez mais dependente do comportamento das exportações. Em 2002, mais de 70% da produção teve como destino o mercado externo. Assim, qualquer projeção para a atividade deve considerar as perspectivas do mercado internacional.

O cenário está bastante tranqüilo. As principais indústrias projetam a possibilidade de o Brasil continuar ampliando significativamente sua participação no mercado internacional; tanto clientes novos como mais tradicionais têm mostrado interesse em ampliar as compras de fumo brasileiro.

O comportamento das exportações em 2003 ilustra bem isto. Nos primeiros quatro meses, a quantidade exportada superou em mais de 27% a alcançada no mesmo período de 2002. Caso este crescimento seja mantido até o final do ano, as exportações brasileiras de fumo poderão superar as 600 mil toneladas, mas a frustração da safra limita esta possibilidade. De



qualquer maneira, as exportações de 2003 podem superar o recorde de 2002.

Assim, a maioria das empresas tem o claro interesse em aumentar a produção e, a exemplo do que vem ocorrendo nas safras mais recentes, é certo um novo e sensível crescimento na área total plantada nos três estados do Sul. Em caso de situação climática normal, a safra 03/04 deverá apresentar, de longe, a maior produção da história.

Isto não tranqüiliza plenamente os produtores. É preciso considerar que, além do comportamento e das perspectivas favoráveis das exportações brasileiras, os bons preços da safra 02/03 decorreram também do fato de a produção da Região Sul ter sido bem menor que a inicialmente esperada.

Assim, a dúvida de muitos é se o cenário favorável será mantido num ano de crescimento de área de plantio, de comportamento satisfatório do clima e, conseqüentemente, de produção bem superior que a alcançada nos últimos anos.

Ainda que uma maior produção não signifique necessariamente problemas para os produtores, parece muito provável que limitará muito as perspectivas de que se repitam as rentabilidades alcançadas nas últimas safras. A safra 03/04 deverá ser uma boa oportunidade para avaliar se é realmente isto, ou se o Brasil pode expandir significativamente a produção, certo de que o mercado internacional a absorverá sem grandes transtornos. É esperar o final da safra para conferir.

TABELA 1/1 – FUMO – PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAÍSES – 1990/2002 (t)

PAÍS	1990	1995	1998	2002
China	2.645.610	2.326.685	2.373.978	2.394.215
Brasil	445.489	455.986	505.353	654.250
Índia	551.600	566.700	646.000	575.000
EUA	737.710	576.020	671.250	403.530
Zimbábue	130.394	198.380	260.000	174.000
Turquia	296.008	204.440	250.556	154.000
Indonésia	156.432	140.169	137.564	144.700
Itália	214.851	124.492	132.509	130.400
Argentina	67.634	79.011	116.510	125.431
Grécia	135.685	148.543	137.114	123.700
Paquistão	68.096	80.917	98.600	85.100
Tailândia	69.469	48.800	74.300	73.000
Malauí	101.028	129.400	124.550	69.401
Canadá	63.057	74.219	73.178	65.000
Coréia do Norte	65.000	60.000	62.000	63.000
Japão	80.500	70.391	64.000	60.000
Bulgária	76.542	18.803	38.692	58.448
Coréia do Sul	70.073	83.862	55.535	55.587
Mianmar	40.000	37.577	56.765	48.161
Filipinas	81.722	63.700	61.952	47.914
Mundo	7.137.537	6.273.510	6.936.023	6.351.941

FONTE: FAO.

TABELA 2/1 – FUMO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO – BRASIL – SAFRAS 92/93-02/03

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
92/93	375.679	655.739	1.745
93/94	320.237	519.541	1.622
94/95	293.643	455.986	1.553
95/96	317.117	472.738	1.491
96/97	338.240	596.952	1.765
97/98	358.155	505.353	1.411
98/99	341.731	629.525	1.842
99/00	310.633	579.727	1.866
00/01	305.676	568.505	1.860
01/02 ⁽¹⁾	338.893	657.444	1.940
02/03 ⁽²⁾	383.770	655.550	1.708

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾ Dados sujeitos a pequenas alterações.
⁽²⁾ Dados preliminares (abr/03).

TABELA 3/I – FUMO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO, SEGUNDO OS ESTADOS E REGIÕES – BRASIL – SAFRAS 99/00-01/02

ESTADO REGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾
Rio Grande do Sul	145.480	148.668	165.260	294.873	298.193	339.898	2.027	2.006	2.057
Santa Catarina	96.117	93.678	112.067	188.327	178.207	223.382	1.959	1.902	1.993
Paraná	33.908	34.714	36.900	64.554	68.554	70.110	1.904	1.975	1.900
Região Sul	275.505	277.060	314.227	547.754	544.954	633.390	1.988	1.967	2.016
Alagoas	17.710	13.348	9.698	15.876	10.638	10.425	896	797	1.075
Bahia	10.399	10.597	11.159	8.419	8.846	9.943	810	835	891
Sergipe	3.411	1.666	1.363	5.364	1.992	1.756	1.573	1.196	1.288
Paraíba	373	183	331	246	130	236	660	710	713
Rio Grande do Norte	171	107	-	115	67	-	673	626	-
Ceará	125	106	77	102	97	71	816	915	922
Piauí	21	7	-	19	5	-	905	714	-
Pernambuco	10	10	-	7	5	-	700	500	-
Região Nordeste	32.220	26.024	22.628	30.148	21.780	22.431	936	837	991
Minas Gerais	2.059	1.858	1.862	1.311	1.300	1.480	637	700	795
São Paulo	132	126	176	65	61	143	492	484	813
Região Sudeste	2.191	1.984	2.038	1.376	1.361	1.623	628	686	796
Acre	234	211	-	187	174	-	799	825	-
Pará	294	210	-	148	114	-	503	543	-
Amazonas	189	187	-	114	122	-	603	652	-
Região Norte	717	608	-	449	410	-	626	674	-
Brasil	310.633	305.676	338.893	579.727	568.505	657.444	1.866	1.860	1.940

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alterações.

TABELA 4/I – FUMO – QUANTIDADE PRODUZIDA E EXPORTADA PELO BRASIL – 1993-2002 (t)

ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO	(%) EXP./PROD.
1993	655.739	279.321	42,6
1994	519.541	335.567	64,6
1995	455.986	321.298	70,5
1996	472.738	365.254	77,3
1997	596.952	409.919	68,7
1998	505.353	392.875	77,7
1999	629.525	358.746	57,0
2000	579.727	353.022	60,9
2001	568.505	443.846	78,1
2002	657.444	474.472	72,2
Média	564.151	373.432	66,2

FONTE: IBGE e Secex/Decex.

TABELA 5/I – FUMO – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1992-2002

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1.000)	(US\$/kg)
1992	276.337	981.604	3,55
1993	279.321	900.782	3,22
1994	335.567	1.030.708	3,07
1995	321.298	1.174.961	3,66
1996	365.254	1.515.392	4,15
1997	409.919	1.664.806	4,06
1998	392.875	1.558.990	3,97
1999	358.746	961.237	2,68
2000	353.022	841.474	2,38
2001	443.846	944.316	2,13
2002	474.472	1.008.169	2,12

FONTE: Secex/Decex.



TABELA 6/I – FUMO – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1995-2002

ANO	VALOR (US\$ 1.000)	TAXA DE CÂMBIO ⁽¹⁾	VALOR (R\$ 1.000)
1995	1.174.961	0,91767	1.078.223
1996	1.515.392	1,00508	1.523.083
1997	1.664.806	1,07799	1.794.647
1998	1.558.990	1,16052	1.809.233
1999	961.237	1,81473	1.744.389
2000	841.474	1,83020	1.540.069
2001	944.316	2,35044	2.219.559
2002	1.008.169	2,92115	2.945.016

FONTE: Secex/Decex.
⁽¹⁾ Média anual.

TABELA 7/I – FUMO – EXPORTAÇÕES CATARINENSES – 1992-2002

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1.000)	(US\$/kg)
1992	24.641	96.075	3,90
1993	27.763	83.110	2,99
1994	33.173	84.677	2,55
1995	38.070	116.055	3,05
1996	39.452	140.674	3,57
1997	34.909	122.125	3,50
1998	38.735	127.255	3,29
1999	31.449	84.388	2,68
2000	37.882	88.697	2,34
2001	48.101	90.579	1,88
2002	45.968	88.211	1,92

FONTE: Secex/Decex.

TABELA 8/I – FUMO – COMPARATIVO DAS SAFRAS DO SUL DO PAÍS – SAFRAS 00/01-02/03

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾
Rio Grande do Sul	126.850	152.680	182.790	266.270	330.360	296.720	2.099	2.164	1.623
Santa Catarina	92.770	111.520	120.530	176.610	223.000	212.810	1.904	2.000	1.766
Paraná	34.170	40.310	50.490	66.230	81.730	91.010	1.938	2.028	1.803
Sul do País	253.790	304.510	353.810	509.110	635.090	600.540	2.006	2.086	1.697

FONTE: Afubra.
⁽¹⁾ Dados sujeitos a pequenas alterações (jun/03).

TABELA 9/I – FUMO – PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELOS PRODUTORES DO SUL DO PAÍS – SAFRAS 96/97-02/03

SAFRA/ESTADO	(R\$/kg)				(US\$/kg)			
	RS	SC	PR	REGIÃO SUL	RS	SC	PR	REGIÃO SUL
96/97	1,91	1,94	1,76	1,90	1,80	1,83	1,66	1,79
97/98	1,90	1,96	1,72	1,91	1,67	1,72	1,51	1,68
98/99	1,82	1,88	1,80	1,84	1,04	1,08	1,03	1,06
99/00	2,01	2,01	1,93	2,00	1,12	1,12	1,08	1,12
00/01	2,51	2,43	2,25	2,45	1,17	1,13	1,05	1,14
01/02	2,86	2,89	2,71	2,85	1,17	1,18	1,11	1,17
02/03 ⁽¹⁾	4,02	3,94	3,77	3,95	1,23	1,21	1,15	1,21

FONTE: Afubra.
⁽¹⁾ Dado calculado pelo Instituto Cepa/SC.
Conversão em dólar realizada pelo Instituto Cepa/SC.

TABELA 10/I – FUMO – PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELOS PRODUTORES DO SUL DO PAÍS – SAFRAS 96/97-02/03

SAFRA/TIPO	(R\$/kg)				(US\$/kg)			
	VIRGÍNIA	BURLEY	COMUM	MÉDIA	VIRGÍNIA	BURLEY	COMUM	MÉDIA
96/97	1,94	1,80	1,14	1,90	1,83	1,70	1,08	1,79
97/98	1,94	1,83	1,20	1,91	1,71	1,61	1,06	1,68
98/99	1,85	1,82	1,24	1,84	1,06	1,04	0,71	1,06
99/00	2,03	1,90	1,32	2,00	1,14	1,06	0,74	1,12
00/01	2,52	2,22	1,44	2,45	1,17	1,03	0,67	1,14
01/02	2,92	2,62	1,69	2,85	1,20	1,07	0,69	1,17
02/03 ⁽¹⁾	4,10	3,43	2,21	3,95	1,25	1,05	0,68	1,21

FONTE: Afubra.
⁽¹⁾ Dado calculado pelo Instituto Cepa/SC.
Conversão em dólar realizada pelo Instituto Cepa/SC.

TABELA 11/I – FUMO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO – SANTA CATARINA – SAFRAS 92/93-02/03

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
92/93	126.171	226.421	1.795
93/94	95.458	173.372	1.816
94/95	80.997	135.732	1.676
95/96	102.951	166.468	1.617
96/97	104.804	200.736	1.915
97/98	116.761	163.768	1.403
98/99	105.523	204.675	1.940
99/00	96.117	188.327	1.959
00/01	93.678	178.207	1.902
01/02	112.067	223.382	1.993
02/03 ⁽¹⁾	127.530	231.330	1.814

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾ Dados preliminares (abr/03).

TABELA 12/I – FUMO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO, SEGUNDO AS REGIÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA – SAFRAS 99/00-01/02

MICRO/MESORREGIÃO GEOGRÁFICAS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	99/00	00/01	01/02	99/00	00/01	01/02 ⁽¹⁾	99/00	00/01	01/02
São Miguel do Oeste	9.569	9.330	11.370	17.245	17.348	21.146	1.802	1.859	1.860
Chapecó	10.465	9.875	11.759	18.782	18.386	22.543	1.795	1.862	1.917
Xanxerê	1.088	1.149	1.675	1.970	2.194	3.217	1.811	1.909	1.921
Joaçaba	878	751	881	1.602	1.340	1.660	1.825	1.784	1.884
Concórdia	649	513	562	1.201	954	1.076	1.851	1.860	1.915
Oeste Catarinense	22.649	21.618	26.247	40.800	40.222	49.642	1.801	1.861	1.891
Canoinhas	16.882	16.901	21.775	33.985	1.853	43.464	2.013	1.885	1.996
São Bento do Sul	632	517	611	1.239	1.003	1.268	1.960	1.940	2.075
Joinville	64	42	41	129	81	83	2.016	1.929	2.024
Norte Catarinense	17.578	17.460	22.427	35.353	32.937	44.815	2.011	1.886	1.998
Curitibanos	613	575	591	1.118	1.064	1.080	1.824	1.850	1.827
Campos de Lages	1.020	872	1.019	2.039	1.671	2.052	1.999	1.916	2.014
Serrana	1.633	1.447	1.610	3.157	2.735	3.132	1.933	1.890	1.945
Rio do Sul	15.344	15.077	17.811	30.129	28.965	35.571	1.964	1.921	1.997
Blumenau	997	1.048	876	2.029	2.068	1.762	2.035	1.973	2.011
Itajaí	-	6	1	-	10	2	-	1.667	2.000
Ituporanga	8.056	8.021	8.956	16.142	15.193	18.276	2.004	1.894	2.041
Vale do Itajaí	24.397	24.152	27.644	48.300	46.236	55.611	1.980	1.914	2.012
Tijucas	2.677	2.684	2.933	5.366	4.973	6.055	2.004	1.853	2.064
Florianópolis	21	15	8	40	29	15	1.905	1.933	1.875
Tabuleiro	545	573	609	1.104	1.084	1.232	2.026	1.892	2.023
Grande Florianópolis	3.243	3.272	3.550	6.510	6.086	7.302	2.007	1.860	2.057
Tubarão	8.699	7.715	8.886	17.791	14.860	17.998	2.045	1.926	2.025
Criciúma	6.677	6.365	7.353	13.575	12.381	15.179	2.033	1.945	2.064
Araranguá	11.241	11.649	14.350	22.841	22.750	29.703	2.032	1.953	2.070
Sul Catarinense	26.617	25.729	30.589	54.207	49.991	62.880	2.037	1.943	2.056
Santa Catarina	96.117	93.678	112.067	188.327	178.207	223.382	1.959	1.902	1.993

FONTE: IBGE.



MAÇÃ

Setor registra crescimento da oferta e comemora resultados das exportações

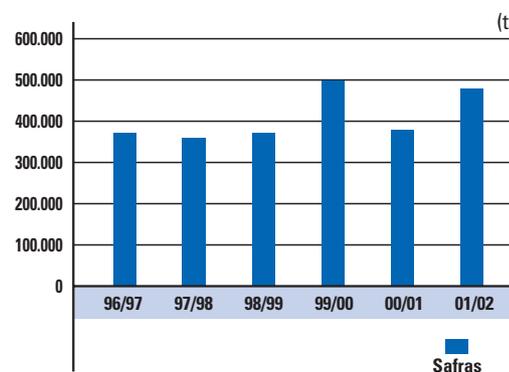
O estado de Santa Catarina continua liderando a produção nacional de maçãs. De acordo com dados recentemente divulgados pelos IBGE e ratificados pelo Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias, na safra recém-finda, correspondente ao ano agrícola 01/02, o total da produção catarinense somou aproximadamente 474,5 mil toneladas do fruto.

O volume em questão representou um incremento de oferta de 25,3% comparativamente ao volume colhido no ano passado e deverá contribuir com cerca de 55,3% do total da produção atualmente estimada em nível nacional.

O montante da área já plantada com a cultura no estado soma ao redor de 17.950 hectares, dos quais, em torno de 15.900 hectares, são constituídos de pomares em idade produtiva.

A evolução da produção catarinense de maçãs das últimas safras apresentou-se conforme o demonstrado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1/I – MAÇÃ – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO CATARINENSE – SAFRAS – 96/97-01/02



FUNTE: IBGE

A microrregião de Joaçaba continua respondendo pela maior parcela da produção interna, tendo contribuído, na presente campanha, com mais de 55,0% do total colhido. O desempenho da cultura nesta safra, por microrregião produtora, apresentou-se de acordo com a tabela a seguir.

TABELA 1/I – MAÇÃ – ÁREA PLANTADA, COLHIDA E PRODUÇÃO OBTIDA EM SANTA CATARINA – SAFRA 01/02 ⁽¹⁾

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
Joaçaba	8.066	7.986	265.619	56,0
Campos de Lages	8.067	6.389	165.713	34,9
Curitibanos	1.682	1.460	41.528	8,8
Xanxerê	133	72	1.656	0,3
Santa Catarina	17.948	15.907	474.516	100,0

FUNTE: IBGE.

⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificações.

O município de Fraiburgo detém a primeira colocação em termos de volume colhido, liderando, com muita vantagem, a produção de maçã em Santa Catarina e no Brasil.

De acordo com informações oficiais, do total da produção estadual colhida nesta safra, cerca 207,9 mil, ou o equivalente a 43,8% da oferta, foram produzidas nesse município.

Fraiburgo também mantém o destaque de principal produtor brasileiro da fruta no País, devendo contribuir, no corrente ano agrícola, com aproximadamente 24,2% da oferta prevista para o Brasil.

A produção dos principais municípios catarinenses na última safra e sua participação percentual no total da oferta estadual é mostrada na tabela 2, a seguir.

Em nível nacional, a produção deste ano agrícola está estimada em 857,9 mil toneladas, volume que se

apresenta evoluído em 19,8% em relação ao colhido na safra do ano passado.

O aumento da produção interna é atribuído ao registro de condições climáticas de certa forma mais favoráveis, comparativamente às registradas em anos anteriores, assim como ao crescimento, pequeno, mas sempre constante da área de pomares em idade produtiva, além, evidentemente, da constante preocupação dos produtores na adoção de práticas culturais mais eficientes e menos agressivas ao meio ambiente.

O total da área plantada com macieiras no Brasil já soma ao redor de 33.150 hectares. Destes, 31.100 hectares encontram-se em idade produtiva.

A distribuição da cultura no Brasil e os níveis de produção colhidos nesta safra, por estado produtor, de acordo com o IBGE, constam nas tabelas 3 e 4.

TABELA 2/I – MAÇÃ – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS CATARINENSES – SAFRA 01/02 ⁽¹⁾

MUNICÍPIO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (t)	PART. NO TOTAL DA PRODUÇÃO (%)
Fraiburgo	5.940	207.900	43,8
São Joaquim	3.860	93.854	19,8
Monte Carlo	1.300	35.100	7,4
Lebon Régis	1.130	33.900	7,1
Bom Jardim da Serra	979	19.801	4,2
Água Doce	730	15.600	3,3
Bom Retiro	1.260	12.000	2,5
Urubici	500	9.200	1,9
Lages	305	7.625	1,6
Urupema	352	7.560	1,6
Santa Cecília	366	6.028	1,3
Outros	1.226	25.948	5,5
Santa Catarina	17.948	474.516	100,0

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificações.

TABELA 3/I – MAÇÃ – ESTIMATIVA DE DESEMPENHO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA – SAFRA 01/02 ⁽¹⁾

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (t)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)
Santa Catarina	17.948	474.516	55,31
Rio G. do Sul	13.649	346.798	40,42
Paraná	1.300	33.800	3,95
São Paulo	224	2.710	0,31
Minas Gerais	32	91	0,01
Brasil	33.153	857.915	100,0

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificações.



Com relação às operações de comércio exterior, há que se registrar o excelente resultado apresentado pelo setor relativamente às exportações da fruta.

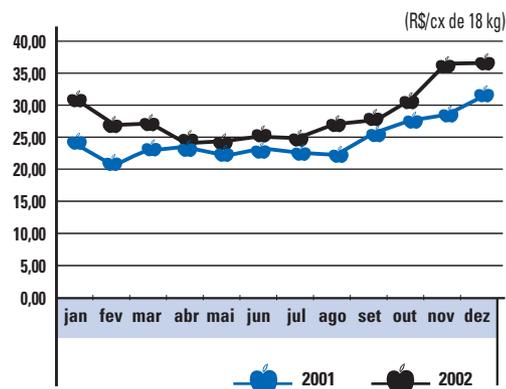
Com efeito, de acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior, as vendas brasileiras de maçãs deste ano totalizaram 65.927,3 mil toneladas, representando um ingresso de divisas de US\$ 31.403.186,00. O volume em questão representou um incremento da ordem de 84,2%, comparativamente às vendas do ano passado, e se traduz em novo recorde nas exportações brasileiras da fruta.

Relativamente às importações, estas totalizaram, durante o último ano, apenas 53.486,7 mil toneladas e se mostraram 33,5% menores em comparação às compras registradas em 2001.

Os preços de comercialização apresentaram-se, no segmento atacadista, em valor substancialmente mais elevado que os do ano passado. Tal comportamento não significa, necessariamente, que os preços ao produtor tenham sido satisfatórios e remunerado convenientemente a atividade, haja vista que o encarecimento dos custos de produção e de armazenamento tem reduzido significativamente as margens de lucratividade do setor.

O comportamento dos valores médios mensais de comercialização da maçã nacional, registrado nos dois últimos anos na Ceagesp, em São Paulo, apresentou-se conforme o gráfico a seguir.

GRÁFICO 2/I – MAÇÃ – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS NA CEAGESP – 2001-2002



FONTE: Ceagesp.

A tendência do setor para os próximos anos é de continuidade do atual cenário de produção e comercialização. Ou seja, os níveis de oferta e de exportação do fruto deverão continuar positivos.

TABELA 4/I – MAÇÃ – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO – SAFRAS 99/00-01/02

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO ⁽¹⁾ (kg/ha)		
	99/00	00/01	01/02 ⁽²⁾	99/00	00/01	01/02 ⁽²⁾	99/00	00/01	01/02 ⁽²⁾
Santa Catarina	16.779	17.815	17.950	500.142	378.748	474.516	29.808	21.260	29.831
Rio G. do Sul	13.590	13.733	13.649	427.039	304.447	346.798	31.423	22.169	25.408
Paraná	1.469	1.383	1.300	28.901	36.971	33.800	19.674	26.732	26.000
São Paulo	363	240	224	4.885	2.820	2.710	13.457	11.750	12.098
Minas Gerais	33	33	32	91	91	91	2.758	2.758	2.844
Brasil	32.234	33.204	33.155	961.058	723.077	857.915	29.815	21.777	27.575

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾ Rendimento calculado sobre a área destinada à colheita.
⁽²⁾ LSPA/Abr./03.

MANDIOCA

Panorama mundial

A cultura da mandioca continua sendo explorada em mais de 90 países, devido à significativa função social exercida principalmente junto às famílias de menor poder aquisitivo, contribuindo para a alimentação de aproximadamente meio bilhão de pessoas em todo o planeta.

A atividade possui a seguinte estrutura de consumo: 58% da produção destinada ao consumo humano in natura, 27% para o animal e apenas 15% para o industrial.

Em 2002, a FAO estimava uma produção mundial de raiz em cerca de 185 milhões de toneladas, numa área

colhida de 17,3 milhões de hectares. A Nigéria, o Brasil, a Tailândia, a Indonésia e a República Democrática do Congo foram responsáveis por mais da metade da quantidade total produzida, conforme mostra a tabela 1.

As vendas de farinha e de amido natural de mandioca nos mercados mundiais possibilitaram, nos últimos anos, um movimento médio anual nas balanças comerciais de aproximadamente 355 milhões de dólares. A Tailândia é o maior parceiro comercial, com participação de 91% e 96%, respectivamente, nas exportações totais desses produtos, conforme tabelas 2 e 3.

Nas importações, o mercado chinês é o maior demandador de amido de mandioca, absorvendo uma

TABELA 1/I – MANDIOCA – ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO – TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 2000-2002

PAÍS	ÁREA COLHIDA (1.000 ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (1.000 t)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Mundo	16.828	17.160	17.268	178.567	183.289	184.853
China	238	240	240	3.801	3.851	3.851
Brasil	1.722	1.656	1.687	23.336	22.479	23.108
Rep. Dem. Congo	1.967	1.902	1.840	15.959	15.436	14.929
Gana	660	726	794	8.107	8.966	9.731
Índia	270	270	270	6.800	6.900	6.900
Indonésia	1.284	1.318	1.290	16.089	17.055	16.723
Moçambique	926	930	930	5.362	5.400	5.400
Nigéria	3.030	3.430	3.455	32.010	32.586	34.476
Tailândia	1.131	1.024	1.030	19.064	18.396	16.870
Tanzânia	810	661	661	7.120	6.884	6.888
Outros países	4.791	5.002	5.070	40.919	45.336	45.975

FONTE: FAO.

TABELA 2/I – FARINHA DE MANDIOCA – QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E POR PAÍS – 1999-2001

PAÍS	QUANTIDADE (t)			VALOR (US\$ 1.000)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Mundo	111.234	149.158	116.816	19.767	22.580	19.633
Brasil	947	1.134	1.470	372	450	434
Gana	1.456	2.053	741	491	623	303
Singapura	587	312	268	295	215	108
Tailândia	108.134	141.838	114.176	18.413	20.767	18.654

FONTE: FAO.



TABELA 3/I – AMIDO DE MANDIOCA – QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E POR PAÍS – 1999-2001

PAÍS	QUANTIDADE (t)			VALOR (US\$ 1.000)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Mundo	701.038	983.325	832.505	137.274	155.975	137.274
Brasil	9.749	9.086	17.936	2.682	2.820	2.682
China	1.571	2.240	2.201	838	1.025	838
Hong Kong	41.313	43.955	31.828	12.138	11.174	12.138
Estados Unidos	2.211	6.167	4.629	700	1.943	700
Indonésia	49.295	7.683	10.928	9.254	1.675	9.254
Holanda	598	2.003	2.832	545	1.198	545
Singapura	1.435	1.561	3.444	620	495	620
Tailândia	591.236	906.422	748.819	108.914	133.594	108.914

FONTES: FAO.

fatia de aproximadamente 45% do volume total comercializado, seguido pelo Japão e a Indonésia, com 12% cada um. No item aquisição de farinha de mandioca,

o Níger e a Singapura são os maiores parceiros, com participação de 31% e 29,4%, respectivamente, no volume total comprado, conforme tabelas 4 e 5

TABELA 4/I – FARINHA DE MANDIOCA – QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS E PRINCIPAIS PAÍSES – 1999-2001

PAÍS	QUANTIDADE (t)			VALOR (US\$ 1.000)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Mundo	21.483	25.913	14.841	4.049	4.347	3.621
Canadá	606	638	1.061	222	215	353
Japão	518	604	478	123	140	104
Laos	230	1.500	1.760	45	260	320
Malásia	675	36	292	145	2	27
Níger	10.540	9.072	3.572	826	709	253
Portugal	347	371	631	144	149	213
Singapura	6.151	5.803	6.181	1.639	1.393	1.727
Uruguai	255	290	283	81	98	63

FONTES: FAO.

TABELA 5/I – AMIDO DE MANDIOCA – QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS E POR PAÍS – 1999-2001

PAÍS	QUANTIDADE (t)			VALOR (US\$ 1.000)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Mundo	792.669	1.024.322	956.721	158.575	178.085	180.820
Alemanha	2.200	4.956	2.459	967	1.455	814
Argentina	5.265	3.858	4.239	1.496	1.222	934
Austrália	6.732	5.474	5.264	1.564	1.208	1.724
Canadá	4.386	7.540	6.381	1.420	2.216	1.799
China	422.475	438.729	496.091	78.875	71.166	90.919
Hong Kong	52.481	46.122	49.018	10.096	7.375	8.521
Rep da Coréia	1.672	4.030	3.684	344	696	743
Estados Unidos	27.289	22.362	13.321	9.744	7.757	4.927
Filipinas	11.326	11.490	34.441	2.933	1.890	5.482
França	4.316	5.522	5.328	1.497	1.279	1.566
Indonésia	8.300	205.989	66.344	1.447	32.346	9.969
Japão	98.383	115.668	122.907	19.815	20.657	23.221
Malásia	97.564	86.753	66.627	16.511	13.457	11.528
Holanda	2.289	4.599	7.260	884	1.330	2.677
Singapura	35.033	35.222	39.545	6.527	6.060	6.752

FONTES: FAO.

Panorama nacional

Safra 01/02

Na safra brasileira 01/02 de mandioca foram colhidos 1.693 mil hectares, que geraram uma produção de 23.131 mil toneladas, demonstrando um aumento de 1,5% e de 2,5%, respectivamente, comparados com os dados da safra passada.

A Região Nordeste tem a maior produção e contribui com 7,5 milhões de toneladas (33,4%), seguida pela Região Norte, com 5,8 milhões de toneladas (25,9%), pela Região Sul, com 5,6 milhões de toneladas (24,7%), pela Região Sudeste, com 2,3 milhões de toneladas (10,2%) e, finalmente, pela Centro-Oeste, com 1,3 milhão de toneladas (5,7%). A soma das produções dos estados do Pará, Paraná e Bahia representam mais da metade da produção nacional.

Em 2002, o predomínio de baixos preços e de poucas alternativas de mercado até o final do mês de setembro ocasionaram o excesso de produção nos segmentos de fécula e farinha, afetando intensamente os agentes de produção, transformação e comercialização, principalmente nos estados produtores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, fazendo com que muitas agroindústrias deixassem de funcionar ou operassem abaixo da sua capacidade instalada, ocasionando um aumento da área remanescente da lavoura nestas regiões.

A partir de outubro, entretanto, o mercado nacional começou a dar os primeiros sinais de recuperação, refletindo positivamente nos preços dos derivados da mandioca, além de proporcionar aos diversos segmentos do setor esperança de dias melhores.

Safra 02/03

As estimativas do Ibge para a safra brasileira de mandioca 02/03 – mês de abril - eram de uma área a ser colhida de 1.648 mil hectares e uma produção de 22.465 mil toneladas, apresentando um decréscimo de 2,6% e de 2,9%, respectivamente, em relação à safra passada.

Em alguns estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, entretanto, à medida que se intensificam as atividades de colheita para o atendimento da demanda dos segmentos das farinhas e fecularias, observa-se uma escassez, gradativa, da matéria-prima como reflexo da diminuição da área plantada na safra atual, podendo antecipar os trabalhos de algumas agroindústrias que provavelmente terão dificuldades em manter com certa regularidade o volume de negócios neste ano.

As condições de mercado, favoráveis desde o início deste ano aos produtos e subprodutos da mandioca, com o predomínio de preços em alta em todos os níveis, obrigaram os estados produtores das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste a antecipar as atividades de colheita com vistas à produção de farinha e fécula, aumentando a demanda de matéria-prima, além de contribuir para a manutenção dos preços da raiz crescentes e em patamares acima da média dos últimos anos.

Para o segundo semestre deste ano, as expectativas iniciais são de que o mercado nacional dos derivados da mandioca continuará comprador, contribuindo para que os preços se mantenham em alta ao produtor, no atacado e no varejo.

A tabela 6 mostra o comportamento da área e produção no Brasil e nos principais estados no período de 2001 a 2003.



TABELA 6/1 – RAIZ DE MANDIOCA – ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO NO BRASIL E NOS PRINCIPAIS ESTADOS – 2001-2003 ⁽¹⁾

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA COLHIDA (1.000 ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (1.000 t)		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Brasil	1.667.183	1.692.876	1.648.249	22.577.142	23.131.212	22.464.826
Bahia	286.600	325.529	325.529	3.568.393	4.087.848	4.087.848
Pará	282.305	271.319	273.348	3.994.863	4.119.712	4.273.112
Paraná	172.850	157.837	112.399	3.615.321	3.427.063	2.528.978
Maranhão	140.534	151.177	165.144	1.033.953	1.145.267	1.279.305
Amazonas	94.874	95.008	95.008	956.862	944.458	944.458
Rio Grande do Sul	85.026	84.515	89.430	1.259.888	1.275.907	1.335.481
Ceara	84.308	86.639	88.591	731.796	815.306	839.123
Minas Gerais	63.562	62.007	60.513	823.589	858.796	859.005
Pernambuco	44.041	44.730	44.730	410.849	482.859	482.859
São Paulo	42.010	37.700	41.676	1.043.700	805.435	974.990
Piauí	41.209	43.122	39.810	428.747	353.612	467.202
Santa Catarina	37.983	32.081	27.860	708.950	582.995	538.460
Rio Grande do Norte	36.488	39.909	40.717	326.404	373.163	371.572
Mato Grosso do Sul	34.180	34.160	21.580	620.692	731.644	428.371

FONTES: IBGE (LSPA, abr/03).
⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificação.

Panorama estadual

Safra 01/02

Em 2002, o mercado catarinense de raiz e derivados da mandioca foi influenciado pelas condições mercadológicas nacionais. Pouco atrativo, apresentou um acentuado aumento da oferta nos principais centros consumidores, exercendo uma forte pressão, para baixo, nos preços ao produtor, no atacado e no varejo. As indústrias dos segmentos da farinha, fécula e polvilho azedo operaram abaixo da sua capacidade, contribuindo para o aumento da área remanescente da cultura no estado (mandioca de dois anos).

O comércio da farinha grossa, a exemplo do ano anterior, sofreu uma forte concorrência do produto paranaense que, devido à sensível diminuição nos negócios pelos estados nordestinos, buscou alternati-

vas em outros centros consumidores do País, inclusive em Santa Catarina.

A farinha fina, por outro lado, conseguiu manter com certa regularidade o volume de negócios durante todo o ano, uma vez que o seu consumo está focado principalmente nas regiões do Litoral Sul, Grande Florianópolis e Litoral Norte do estado.

O setor mandioqueiro estadual, a exemplo do nacional, manteve praticamente constante o volume de negócios de janeiro até o final de setembro. A partir do mês de outubro, entretanto, começou a dar os primeiros sinais de reação, tornando os preços crescentes. Nos meses de novembro e dezembro, continuaram subindo, possibilitando ao produtor a reposição de uma pequena parcela do seu poder de compra.

A tabela 7 mostra o comportamento das safras 99/00 a 01/02 (referentes aos anos de 2000 a 2002) nas microrregiões geográficas de Santa Catarina.

TABELA 7/I – RAIZ DE MANDIOCA – ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA – 2000-2002

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA COLHIDA (1.000 ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (1.000 t)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Santa Catarina	38.544	37.983	32.081	691.996	708.950	582.995
Araranguá	3.965	3.945	2.440	58.680	53.870	36.120
Blumenau	2.582	3.224	2.005	47.605	59.792	40.108
Campos de Lages	92	92	63	1.062	1.063	694
Canoinhas	697	517	200	10.755	7.875	3.200
Chapecó ⁽¹⁾	4.782	4.957	4.888	81.399	87.451	77.715
Concórdia	1.498	1.511	1.251	25.859	25.849	21.824
Criciúma	1.210	780	780	20.260	13.890	14.220
Curitibanos	106	41	41	1.428	573	573
Florianópolis	1.447	1.387	1.630	24.260	22.800	26.060
Itajaí	489	413	248	6.986	6.159	3.723
Ituporanga	1.225	1.585	1.215	24.750	37.350	28.675
Joaçaba	505	319	199	8.009	5.028	3.045
Joinville	1.433	1.406	1.381	25.327	26.575	24.343
Rio do Sul	4.715	4.845	4.250	100.995	110.160	93.015
São Bento do Sul	50	70	70	775	1.075	1.095
São Miguel do Oeste	2.580	2.947	2.758	58.325	69.465	55.105
Tabuleiro	900	900	690	23.550	23.550	13.550
Tijucas	1.270	1.290	925	23.370	23.760	16.425
Tubarão	8.589	7.315	6.565	143.111	126.595	117.420
Xanxerê	409	439	482	5.490	6.070	6.085

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾ Deve-se observar que a produção da microrregião de Chapecó é destinada, em sua grande maioria, à alimentação animal.

Safra 02/03

As estimativas do IBGE/GCEA-SC, em maio, indicavam uma variação negativa da safra 02/03, na comparação com os dados da safra passada: área plantada de 27,9 mil hectares (-13,2%) e quantidade obtida de 538,5 mil toneladas (-7,6%).

Este comportamento foi ocasionado pela falta de estímulos recebidos pelo produtor, resultantes dos baixos preços da raiz e derivados e das poucas alternativas de mercado em 2002, gerando incertezas para o produtor na hora de plantar, fazendo com que optasse pelo plantio de culturas consideradas mais rentáveis, como o milho, o fumo, o feijão e a cebola, dentre outras.

Excepcionalmente, nesta safra, as contingências do mercado levaram algumas agroindústrias a antecipar

as compras de raiz (mandioca de segundo ciclo) nos meses de março e abril, respectivamente, nas maiores regiões produtoras do estado: Sul Catarinense e Alto Vale do Itajaí. Esta foi a maneira mais providencial que encontraram para atender aos compromissos de mercados. Entretanto, tal procedimento contribuiu para aumentar a competitividade entre os segmentos da farinha, polvilho azedo e fécula pela busca de matéria-prima, além de manter os níveis de preços da raiz em alta durante a safra, que deverá encerrar-se com a colheita na primeira quinzena de setembro.

Para o segundo semestre de 2003 persistirão as condições favoráveis de mercado, mantendo-se os preços em alta e assegurando-se praticamente o mesmo volume de negócios do primeiro semestre deste ano.



Ressalta-se, entretanto, na política atual de mercado, diante da qual os estoques de farinha, fécula e de polvilho azedo tendem a diminuir a cada dia, que o mercado catarinense deverá provavelmente conviver com a escassez desses produtos logo no início do próximo ano.

As tabelas 8, 9, 10, 11, 12 e 13 mostram o comportamento de preços mensais recebidos pelo produtor de raiz, farinha, polvilho azedo e fécula nas Regiões Sul Catarinense e Alto Vale do Itajaí, de janeiro de 1998 a junho de 2003, enquanto os gráficos 1, 2, 3 e 4 descrevem a evolução anual desses mesmos preços no período de 1998 a 2003.

TABELA 8/I – RAIZ – SUL CATARINENSE – PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR – 1998-2003

MÊS	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Março	-	71,18	100,00	-	-	-
Abril	50,00	75,00	100,00	45	49,78	155,83
Mai	50,00	75,00	79,09	42	50,00	156,25
Junho	56,00	64,00	60,00	46,25	50,00	168,42
Julho	60,00	55,00	60,00	43,86	50,00	-
Agosto	63,10	63,33	68,89	42,17	55,26	-
Setembro	65,00	-	-	52,81	-	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 9/I – RAIZ – ALTO VALE – PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR – 1998-2003

MÊS	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Abril	35,80	50,00	-	-	-	118,89
Mai	36,75	51,05	65,11	53,36	60,00	150,00
Junho	35,00	52,00	65,00	53,00	60,00	150,00
Julho	36,65	53,18	65,00	48,00	60,00	150,00
Agosto	37,00	55,71	65,00	48,00	60,00	-
Setembro	37,00	-	65,00	48,00	60,00	-
Outubro	-	-	-	-	60,00	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 10/I – FARINHA GROSSA – SUL CATARINENSE – PREÇOS MENSAIS AO PRODUTOR – 1998-2003

MÊS	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Janeiro	11,70	12,47	24,00	12,50	9,00	20,00
Fevereiro	11,62	14,37	22,94	10,68	9,83	21,70
Março	10,57	16,00	18,90	9,62	10,00	27,78
Abril	10,25	15,11	16,72	9,00	10,00	30,58
Mai	10,08	14,57	13,95	8,40	10,00	34,03
Junho	11,70	12,00	12,90	8,63	10,43	35,00
Julho	11,50	11,83	13,20	9,16	10,50	-
Agosto	12,00	12,14	13,58	9,15	10,57	-
Setembro	11,81	13,32	14,00	10,24	11,19	-
Outubro	11,50	15,00	14,00	9,39	12,24	-
Novembro	11,50	18,42	14,00	9,00	15,88	-
Dezembro	11,50	21,35	13,16	9,00	20,36	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 11/I – FARINHA FINA – SUL CATARINENSE – PREÇOS MENSIS AO PRODUTOR – 1998-2003

MÊS	(R\$/sc 50 kg)					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Janeiro	16,40	15,93	25,57	18,00	12,00	25,00
Fevereiro	16,00	16,84	24,53	16,73	12,42	27,75
Março	13,90	20,00	21,60	16,00	12,50	36,94
Abril	13,50	18,68	20,06	16,00	14,10	40,56
Maio	12,00	18,00	17,36	15,40	15,00	45,45
Junho	14,00	16,20	17,24	13,06	15,00	45,00
Julho	14,39	16,00	18,00	12,73	15,00	-
Agosto	15,00	16,29	18,17	12,70	15,00	-
Setembro	15,00	16,63	19,45	13,37	15,38	-
Outubro	15,00	18,64	20,14	12,95	16,52	-
Novembro	15,00	21,37	21,00	11,17	22,76	-
Dezembro	15,00	24,06	18,63	11,80	29,14	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 12/I – FÉCULA – ALTO VALE – PREÇOS MENSIS NA INDÚSTRIA – 1998-2003

MÊS	(R\$/t)					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Janeiro	370,00	400,00	750,00	530,00	440,00	980,00
Fevereiro	360,00	410,00	750,00	530,00	440,00	980,00
Março	350,00	450,00	770,00	490,00	440,00	1.110,00
Abril	330,00	460,00	710,00	480,00	440,00	1.170,00
Maio	330,00	550,00	600,00	460,00	440,00	1.200,00
Junho	330,00	540,00	530,00	350,00	420,00	1.160,00
Julho	330,00	510,00	480,00	340,00	420,00	-
Agosto	330,00	470,00	530,00	340,00	420,00	-
Setembro	330,00	470,00	580,00	340,00	420,00	-
Outubro	330,00	480,00	560,00	350,00	410,00	-
Novembro	320,00	580,00	540,00	380,00	580,00	-
Dezembro	320,00	730,00	530,00	430,00	930,00	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 13 – POLVILHO AZEDO – SUL CATARINENSE – PREÇOS MENSIS AO PRODUTOR – 1998-2003

MÊS	(R\$/sc 50 kg)					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Janeiro	370,00	400,00	750,00	530,00	440,00	980,00
Janeiro	30,00	23,00	40,00	40,00	23,00	40,50
Fevereiro	30,00	23,42	41,59	34,55	23,00	43,95
Março	28,48	26,30	42,55	33,57	23,00	46,33
Abril	28,00	27,79	47,55	33,00	23,00	49,22
Maio	28,00	27,24	44,77	32,73	23,00	54,25
Junho	25,50	25,40	43,19	29,50	23,00	62,89
Julho	25,00	26,22	46,80	29,82	23,00	65,00
Agosto	25,00	28,00	47,17	27,13	23,38	-
Setembro	25,00	28,84	44,20	26,00	24,19	-
Outubro	25,00	28,00	44,05	25,05	25,24	-
Novembro	25,00	32,47	44,20	22,61	30,00	-
Dezembro	23,00	35,00	40,19	23,40	37,71	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.



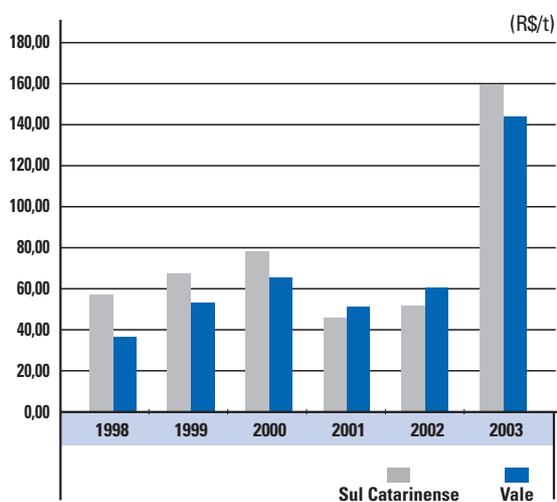
O gráfico 1 visualiza o comportamento de preços de raiz – médias anuais – nas regiões Sul Catarinense e Alto Vale do Itajaí, de 1998 a 2003.

O gráfico 2 visualiza o comportamento de preços recebidos pelo produtor de farinha (grossa e fina) – médias anuais – na região Sul Catarinense de 1998 a 2003.

O gráfico 3 visualiza o comportamento de preços de fécula na indústria – médias anuais – na região do Alto Vale do Itajaí de 1998 a 2003.

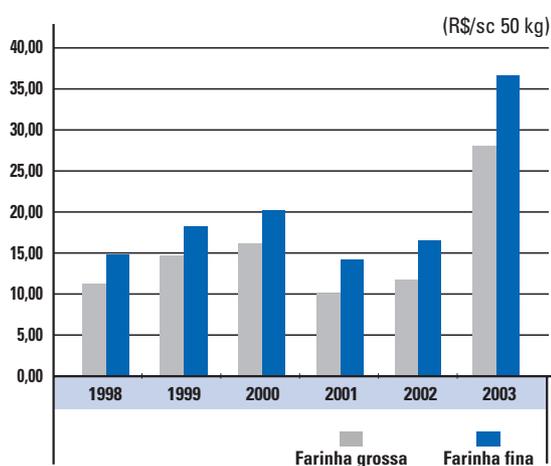
O gráfico 4 visualiza o comportamento de preços recebidos pelo produtor de polvilho azedo – médias anuais – na região Sul Catarinense de 1998 a 2003.

GRÁFICO 1/I – RAIZ – PREÇOS RECEBIDOS – SUL CATARINENSE E VALE – MÉDIAS ANUAIS – 1998-2003



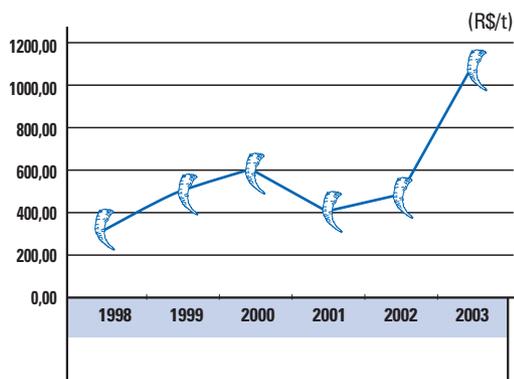
FONTE: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 2/I – PREÇOS DE FARINHA GROSSA E FINA – SUL CATARINENSE – MÉDIAS ANUAIS – 1998-2003



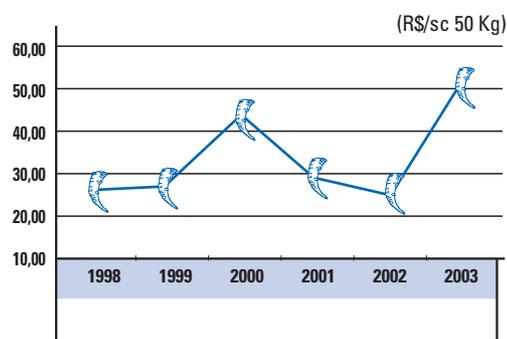
FONTE: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 3/I – FÉCULA – PREÇOS NA INDÚSTRIA ALTO VALE – MÉDIAS ANUAIS – 1998-2003



FONTE: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 4/I – POLVILHO AZEDO – PREÇOS AO PRODUTOR – SUL CATARINENSE – MÉDIAS ANUAIS – 1998-2003



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Perspectivas para 2004

Para o ano de 2004, numa visão mais otimista, considerando a atual conjuntura do setor mandioqueiro nacional, alguns pontos merecem a nossa reflexão:

A expectativa é de aumento de área plantada na maioria dos estados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O mercado de produtos e subprodutos da mandioca permanecerá favorável, fazendo com que os preços se mantenham em alta.

A demanda por matéria-prima crescerá, exigindo que algumas agroindústrias revejam o cronograma de suas atividades e intensifiquem os contratos com o setor produtivo, estabelecendo um preço-referência como forma de garantir o abastecimento de raiz de mandioca;

A sensível diminuição da área remanescente (mandioca de dois ciclos) na safra 02/03 trará, provavelmente, dificuldades para as agroindústrias de proces-

samento, podendo atrasar o início de suas atividades no próximo ano.

O mercado de fécula continuará se expandindo, possibilitando a implantação de novos investimentos no setor.

Em Santa Catarina, a situação para a próxima safra será semelhante à nacional:

Diminuirá sensivelmente a área remanescente da lavoura (mandioca de dois anos), devendo retardar os trabalhos das agroindústrias, principalmente na região Sul Catarinense.

Haverá um aumento entre 15% e 20% da área a ser plantada nas principais regiões produtoras.

Os preços da raiz e derivados da mandioca se manterão relativamente altos. Este comportamento poderá eventualmente atrair os chamados “produtores aventureiros” na exploração da atividade.

Luiz Marcelino Vieira



MILHO

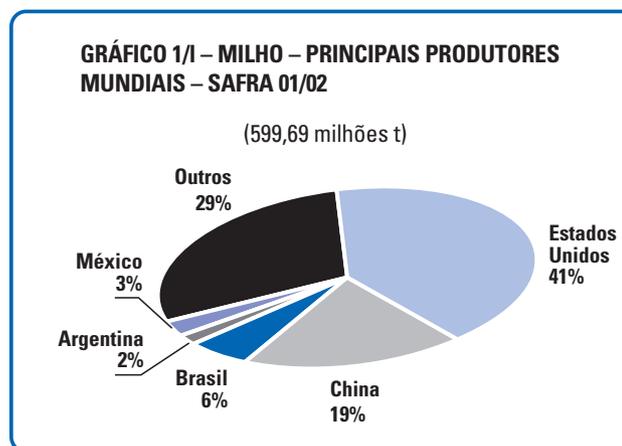
Panorama Internacional

A produção mundial de milho da safra 01/02 situou-se, segundo o Usda, em 599,69 milhões de toneladas, quantidade 1,9% superior à da safra anterior (588,4 milhões). O aumento decorreu principalmente da recuperação da safra da China (de 106,0 milhões para 114,1 milhões) e da safra do México, cuja produção aumentou de 17,9 milhões para 20,4 milhões de toneladas.

O aumento só não foi maior porque nos Estados Unidos, no Brasil e na Argentina, as safras apresentaram recuos. A participação dos países mais importantes no contexto da produção mundial em 01/02 pode ser vista no gráfico 1.

As projeções do Usda para a safra 02/03 (jun/03) apontam para uma produção 593,7 milhões de toneladas, ou seja, 1% menor que a da safra anterior.

O patamar relativamente modesto das últimas safras, e em montantes sempre inferiores ao do consumo global, provocou um gradativo e acentuado decréscimo dos estoques mundiais de milho. Estes, que já haviam caído de 171,2 milhões de toneladas na



FONTE: Usda (maio/02).

temporada 99/00 para 151,6 milhões na temporada 00/01, recuaram para 128,4 milhões ao final da temporada 01/02.

Para a temporada 02/03, que termina em setembro, a estimativa é de que os estoques caiam para 95,8 milhões de toneladas, uma vez que o consumo está estimado em 626,3 milhões de toneladas, contra uma produção de 593,7 milhões de toneladas. A tendência de declínio deverá estender-se também para a temporada 03/04, pois tudo indica que a produção continuará abaixo do potencial da demanda (Tabela 1).

TABELA 1/I – MILHO – OFERTA/DEMANDA MUNDIAL E NORTE-AMERICANA – SAFRAS 01/02-03/04

(milhões t)

DISCRIMINAÇÃO	MUNDIAL			ESTADOS UNIDOS		
	01/02	02/03	03/04	01/02	02/03	03/04
Estoque inicial	151,61	128,39	95,75	48,24	40,55	27,54
Produção	599,69	593,66	621,73	241,49	228,80	255,54
Cons. doméstico	622,91	626,30	634,17	201,45	201,56	202,57
Exportação	75,59	74,72	75,54	47,98	40,64	46,99
Estoque final	128,39	95,75	83,31	40,55	27,54	33,76

FONTE: Usda (jun/03).

Dentro do contexto global, vale ressaltar o comportamento dos estoques norte-americanos, que caíram de 40,6 milhões de toneladas em 01/02, para 27,5 milhões de toneladas em 02/03, podendo, desde que se confirme uma boa produção, crescer para algo próximo de 34,0 milhões em 03/04.

Vale destacar também o caso dos estoques chineses, que declinaram, no mesmo período, de 102,3 milhões para apenas 44,7 milhões de toneladas. Este resultado decorreu, além do incremento do consumo interno, do aumento gradativo das exportações, que evoluíram de 9,94 milhões de toneladas na temporada 99/00 para 13,5 milhões na temporada 02/03.

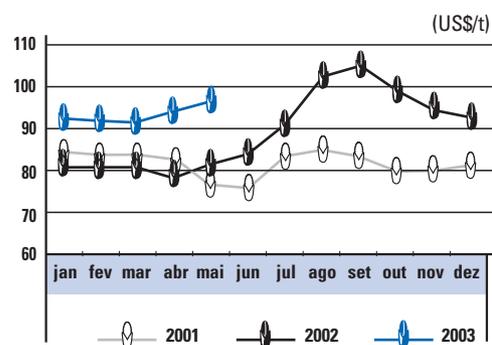
O mercado internacional, que até abril de 2002 oscilou numa faixa em torno dos US\$ 80,00/t (nível inferior ao do mesmo período dos dois anos anteriores), a partir de então começou a reagir, atingindo, em setembro, o mais alto patamar do ano (valor médio de US\$ 105,40/t). A reação resultou da gradativa deterioração das projeções para a safra dos Estados Unidos.

A partir de fins de setembro, com a configuração de uma safra norte-americana um pouco melhor do que se previa, as cotações oscilaram em gradativa baixa, tendo caído na média de dezembro para US\$ 93,50/t.

A queda dos estoques continuou repercutindo positivamente sobre o mercado internacional nos primeiros meses de 2003. Em Chicago, os contratos da primeira posição, embora não diferisse, muito dos patamares dos dois últimos meses de 2002, apresentaram-se sensivelmente superiores aos dos mesmos períodos das últimas temporadas comerciais. Na média, as cotações de maio de 2003 (US\$ 96,80/t) foram quase 20,0% maiores que as de maio do ano passado e 29,6% superiores às de maio do ano anterior (Gráfico 2).

Para o restante de 2003, as perspectivas também são razoáveis, uma vez que, apesar de a produção dos Estados Unidos dever apresentar crescimento, o suprimento mundial tende a continuar bem mais ajustado que nos últimos anos e também porque, devido aos problemas com a safra, as exportações chinesas tendem a cair.

GRÁFICO 2/1 – MILHO – COTAÇÕES INTERNACIONAIS – 2001-2003

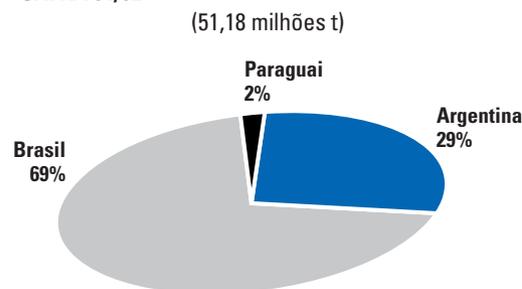


FONTE: Bolsa de Chicago.

Panorama do Mercosul

Na safra 01/02, a produção de milho do Mercosul situou-se em 51,2 milhões de toneladas, apresentando decréscimo de 13,1% em comparação à safra anterior (58,9 milhões). O recuo da produção da Argentina (de 15,4 milhões para 14,7 milhões de toneladas) e a expressiva queda da produção brasileira foram as responsáveis pelo desempenho negativo. A participação dos países na produção do Mercosul pode ser visualizada no gráfico 3.

GRÁFICO 3/1 – MILHO – PRODUÇÃO DO MERCOSUL – SAFRA 01/02



FONTE: Usda, Conab.



Para a safra 02/03, as últimas projeções apontaram para uma produção regional em torno de 62,3 milhões de toneladas. A previsão decorre da recuperação da safra da Argentina para 15,5 milhões de toneladas e do forte incremento previsto para a produção do Brasil, que deverá aproximar-se de 45,8 milhões de toneladas.

Ainda no que se refere à Argentina, apesar da relativa estabilização da produção, a diminuição do consumo interno do cereal permitiu que as exportações apresentassem aumento nas últimas temporadas. As vendas para o mercado internacional, que em 2001, segundo o Usda, situaram-se em 9,68 milhões de toneladas, deverão subir em 2003 para 12,0 milhões de toneladas (Tabela 2).

TABELA 2/1 – MILHO – OFERTA/DEMANDA DA ARGENTINA – SAFRAS 00/01-02/03

DISCRIMINAÇÃO	00/01	01/02	02/03
Estoque inicial	0,49	0,64	0,39
Produção	15,40	14,70	15,50
Consumo doméstico	5,60	4,15	3,30
Exportação	9,68	10,80	12,00
Estoque final	0,64	0,39	0,61

FONTES: Usda (jun/03).

Panorama brasileiro

A produção da primeira safra de 01/02, em razão da diminuição de plantio e de problemas climáticos, situou-se em apenas 29,10 milhões de toneladas, ou seja, apresentou um recuo de quase 17,4% em relação aos 35,23 milhões colhidos em 00/01.

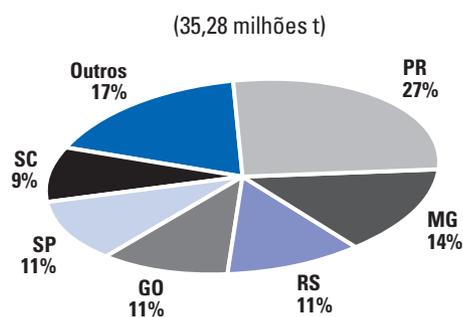
A redução de plantio foi provocada pelo mau desempenho da comercialização do cereal no primeiro semestre de 2001 e pelo fato de os preços da soja se terem mostrado muito mais atrativos. As condições climáticas, por sua vez, também não se mostraram favoráveis: as estiagens provocaram perdas expressivas na safra gaúcha e na catarinense.

A produção da safrinha, que chegou a ser estimada em 8,1 milhões de toneladas, também sofreu com os problemas climáticos, especialmente no Paraná, situando-se em apenas 6,18 milhões de toneladas.

Como conseqüência, a produção total do País, que na safra anterior havia atingido 42,29 milhões de toneladas, caiu para apenas 35,28 milhões em 01/02. O Paraná, com 27% do total, permaneceu como o principal produtor, seguido, em importância, de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina (Gráfico 4).

A forte redução da produção nacional e a ocorrência de um bom volume de exportações (cerca de 2,5 milhões de toneladas) provocaram um expressivo enxugamento da oferta e um sentimento generalizado de escassez durante boa parte do ano. Por isso, apesar de o consumo nacional ter apresentado leve declínio em comparação ao ano anterior, os estoques finais, segundo a Conab, caíram de 4,22 milhões para apenas 1,45 milhão de toneladas (Tabela 3).

GRÁFICO 4/1 – MILHO – BRASIL – PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – SAFRA 01/02



FONTES: Conab.

TABELA 3/1 – MILHO – OFERTA/DEMANDA – BRASIL – SAFRAS 99/00-02/03

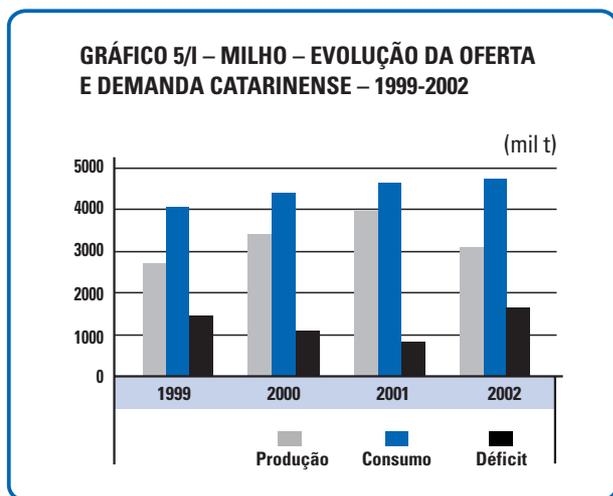
DISCRIMINAÇÃO	99/00	00/01	01/02	02/03
Estoque inicial	4.676,9	3.534,8	4.218,9	1.449,6
Produção	31.640,9	42.289,3	35.280,7	45.807,4
Importação	1.759,2	548,1	450,00	250,0
Consumo	34.480,0	36.235,5	36.000,0	39.600,0
Exportação	62,1	5.917,8	2.500,0	3.700,0
Estoque final	3.534,8	4.218,9	1.449,6	4.207,0

FONTES: Conab (jun/03).

Panorama catarinense

Em Santa Catarina, a área cultivada com o cereal, em razão dos mesmos fatores que influíram negativamente no plantio da safra nacional, apresentou um decréscimo de 6,8% em relação à safra 00/01. Além disso, o milho foi a cultura mais prejudicada pela falta de chuvas, uma vez que a maior parte das lavouras foi atingida justamente nas fases de maior suscetibilidade à falta de umidade. Por isso, a produção estadual, inicialmente estimada entre 3,75 milhões e 3,80 milhões de toneladas, caiu para apenas 3,10 milhões, registrando uma queda de 21,5% em relação à anterior (3,95 milhões de toneladas).

Como conseqüência da queda da produção, o déficit estadual, que em 2001 havia declinado para apenas 829 mil toneladas, cresceu em 2002 para 1,63 milhão de toneladas (Gráfico 5).



A comercialização, devido ao aperto no suprimento, apresentou um desempenho bastante positivo, tanto em nível nacional, como em Santa Catarina. Os preços ofertados aos produtores catarinenses, que, em termos médios, iniciaram o ano em R\$ 11,50/sc, evoluíram para R\$ 14,00/sc em junho e para R\$ 24,50/sc em novembro. Embora tendo mostrado sinais de declínio em dezembro, apresentaram, na média do ano, um incremento de 71% em relação aos de 2001.

Perspectivas para 2003

Em junho de 2003, a Conab estimou a produção da primeira safra brasileira de milho em 34,74 milhões de toneladas, montante que representa um incremento de 19,4% em relação aos 29,1 milhões colhidos em 01/02.

Neste contexto, vale ressaltar o desempenho da primeira safra da Região Sul, cuja produção aumentou de 14,39 milhões para 17,66 milhões de toneladas, resultado que decorreu principalmente da recuperação da safra do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Com tal produção da primeira safra e com a perspectiva de que a safrinha possa situar-se em 11,1 milhões de toneladas, em junho a produção total estava projetada em 45,81 milhões de toneladas, contra 35,28 milhões colhidas na safra 01/02.

Se estas projeções se confirmarem, a produção nacional será suficiente não só para suprir o consumo nacional (estimado em 39,6 milhões de toneladas), como também para gerar um expressivo volume a ser exportado.

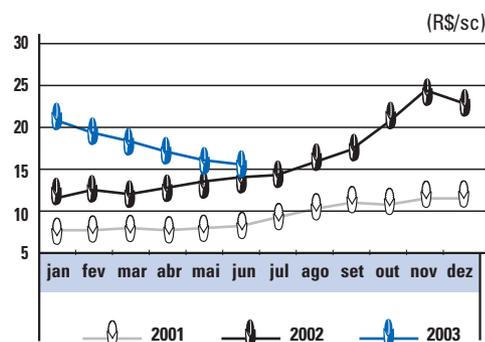
Em Santa Catarina, a área semeada apresentou crescimento de 3,1% em relação aos 834 mil hectares semeados em 01/02. Tal situação decorreu do estímulo proporcionado pelos excelentes preços atingidos pelo cereal no segundo semestre de 2002 e pela boa perspectiva que se desenhava para a comercialização da nova safra, fato que não só estimulou o plantio, como também um maior uso de tecnologia. Por isso, a estimativa é de que a produção deverá situar-se próximo de 4,3 milhões de toneladas.

Diante da forte recuperação da produção e de um consumo estadual que, devido a crise da suinocultura, deverá manter-se praticamente estabilizado, a tendência é de um suprimento bem mais confortável que em 2002. O déficit catarinense, que aumentara de 829 mil toneladas para cerca de 1,6 milhão de toneladas devido à quebra da produção em 01/02, poderá, em 2003, refluir para algo próximo de 700 mil toneladas (Tabela 4).


TABELA 4/I – MILHO – OFERTA/DEMANDA – SANTA CATARINA 2001-2003

DISCRIMINAÇÃO	(1.000 t)		
	2001	2002	2003
I - Consumo	4633,8	4.731,5	4.767,7
1 - Humano	85,0	85,0	90,0
2 - Animal	4.452,1	4.592,5	4.623,7
- Suínos	2.062,5	2.151,0	2.084,5
- Aves	2.220,7	2.227,1	2.308,2
- Outros	211,5	214,4	231,0
3 - Indústrias/outros	54,0	54,0	63,0
II - Perdas	195,0	100,0	215,0
III - Necessidade total	4.828,8	4.831,5	4.991,7
IV - Produção ⁽¹⁾	4.000,0	3.200,0	4.300,0
V - Déficit	828,8	1.631,5	691,7

FONTES: Estimativas do Instituto Cepa/SC (jun/03).
⁽¹⁾Produção de milho, mais outros produtos.

GRÁFICO 6/I – MILHO – PREÇOS AO PRODUTOR DE CHAPECÓ – 2001-2003


FONTES: Instituto Cepa/SC.

A diminuição do déficit estadual e a grande produção nacional pressupõem que em 2003 o consumo catarinense será atendido com relativa tranqüilidade, especialmente porque a produção do Paraná, principal fornecedor, deverá crescer substancialmente em relação ao ano passado.

Esta situação de maior tranqüilidade, tanto catarinenses quanto, e especialmente, nacional, pressionou os preços do cereal no transcorrer do primeiro semestre de 2003. Em Chapecó, por exemplo, os preços oferta-

dos aos produtores, que em janeiro ainda se situavam na faixa dos R\$ 21,00/sc, declinaram gradativamente, caindo para R\$ 15,00/sc em junho (Gráfico 6).

Para o restante do ano, em razão da perspectiva de um grande excedente em termos nacionais, a evolução dos preços dependerá fundamentalmente do comportamento da paridade de exportação, a qual, por sua vez, estará condicionada à evolução das cotações internacionais e do câmbio.

TABELA 5/I – MILHO – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL – SAFRAS 00/01-02/03

NÍVEL GEOGRÁFICO	ÁREA COLHIDA (milhões de ha)			PRODUÇÃO (milhões de t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	00/01	01/02	02/03	00/01	01/02	02/03	00/01	01/02	02/03
Mundo	136,36	137,85	136,30	586,09	599,69	593,63	4.300	4.350	4.360
E. Unidos	29,32	27,85	28,05	251,85	241,49	228,81	8.590	8.670	8.160
China	23,06	24,28	24,63	106,00	114,09	121,30	4600	4.700	4.920
Brasil	12,97	11,83	12,40	41,54	35,50	40,50	3.200	3.000	3.270
Argentina	2,82	2,45	2,45	15,40	14,70	15,50	5.460	6.000	6.330
México	7,15	7,78	6,70	17,92	20,40	17,00	2.510	2.620	2.540
França	1,80	1,91	1,82	16,23	16,48	16,20	9.040	8.610	8.900
Índia	6,56	6,87	6,20	12,07	13,51	10,57	1.840	1.970	1.700
Itália	1,06	1,11	1,14	10,14	10,55	10,80	9.530	9.520	9.470
África do Sul	3,23	3,53	3,58	7,50	10,05	9,20	2.330	2.840	2.570
Canadá	1,09	1,27	1,29	6,83	8,39	9,07	6.270	6.620	7.040
Outros	46,30	48,97	48,04	100,61	114,53	114,71	2.173	2.339	2.388

FONTES: Usda (jun/03).

TABELA 6/I – MILHO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO – SAFRAS 00/01-02/03

ESTADO	ÁREA PLANTADA (milhões de ha)			PRODUÇÃO (mil t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	00/01	01/02	02/03	00/01	01/02	02/03	00/01	01/02	02/03
Rondônia	125,0	98,0	96,0	193,8	178,4	177,1	1.550	1.820	1.845
Acre	30,0	33,0	31,40	45,6	51,2	48,0	1.550	1.550	1.530
Amazonas	10,5	10,5	10,9	15,8	14,7	15,7	1.500	1.400	1.440
Roraima	11,0	9,5	8,9	16,5	34,2	42,7	1.500	3.600	4.800
Pará	318,8	275,0	300,0	483,0	451,0	535,8	1.515	1.640	1.786
Amapá	1,2	2,0	1,5	1,0	1,5	1,2	800	770	776
Tocantins	61,5	63,3	69,0	120,5	124,1	158,7	1.960	1.960	2.300
Maranhão	322,0	324,5	360,2	310,0	324,5	414,2	960	1.000	1.150
Piauí	278,0	280,0	282,89	144,6	83,7	287,3	520	299	1.016
Ceará	612,8	695,6	713,7	245,1	622,6	749,4	400	895	1.050
Rio Grande Norte	83,0	103,8	106,4	8,0	69,6	72,4	96	671	680
Paraíba	140,1	165,3	178,5	8,4	74,4	160,7	60	450	900
Pernambuco	270,0	281,0	285,2	43,2	78,7	139,7	160	280	490
Alagoas	77,9	78,0	78,0	155,8	51,7	81,1	2.000	663	1.040
Sergipe	90,0	100,8	110,9	99,0	48,2	133,1	1.100	478	1.200
Bahia ⁽¹⁾	705,5	672,6	786,0	1.013,1	715,0	1.495,2	1.436	1.063	1.902
Minas Gerais ⁽¹⁾	1.246,4	1.201,6	1.266,1	4.020,1	4.787,7	5.330,7	3.225	3.984	4.210
Espírito Santo	46,9	50,2	52,7	129,0	138,1	144,9	2.750	2.750	2.750
Rio de Janeiro	14,4	11,8	9,7	28,1	26,9	22,1	1.950	2.280	2.280
São Paulo ⁽¹⁾	1.246,4	1.083,5	1.099,0	4.110,3	3.941,7	4.579,0	3.298	3.638	4.167
Paraná ⁽¹⁾	2.796,9	2.492,5	2.655,5	12.282,3	9.363,2	12.467,0	4.391	3.757	4.695
Santa Catarina	893,0	832,0	848,6	3.947,1	3.105,9	4.234,5	4.420	3.733	4.990
Rio Grande do Sul	1.663,2	1.460,0	1.408,9	6.070,7	3.905,5	5.283,4	3.650	2.675	3.750
Mato Grosso do Sul ⁽¹⁾	545,9	481,2	680,2	2.054,3	1.345,6	2.419,1	3.763	2.796	3.556
Mato Grosso ⁽¹⁾	542,9	738,6	767,6	1.827,9	2.199,8	2.52,8	3.367	2.978	3.326
Goiás ⁽¹⁾	906,1	746,3	728,3	4.026,5	3.394,7	3.489,8	4.444	4.316	4.792
Distrito Federal ⁽¹⁾	33,7	28,2	26,8	130,0	148,1	141,9	3.858	5.252	5.2959
Brasil	12.971,9	12.318,8	12.962,8	41.535,2	35.280,7	45.807,4	3.202	2.864	3.534

FONTE: Conab (jun/03).
⁽¹⁾ Safra, mais safrinha.

TABELA 7/I – MILHO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA – SANTA CATARINA – SAFRAS 00/01-02/03

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾
São M. do Oeste	126.700	124.140	130.000	500.688	316.400	585.000	3.952	2.549	4.500
Chapecó	217.120	200.830	210.500	904.805	657.943	983.035	4.167	3.276	4.670
Xanxerê	96.100	79.650	86.680	512.810	387.945	563.420	5.336	4.871	6.500
Joaçaba	86.130	85.930	87.430	395.506	263.801	479.436	4.592	3.070	5.484
Concórdia	78.810	78.330	78.960	323.116	215.021	352.554	4.100	2.745	4.465
Canoinhas	80.900	72.900	75.800	458.796	462.230	490.274	5.671	6.341	6.468
São Bento do Sul	7.840	7.940	8.440	36.588	45.676	56.040	4.667	5.753	6.640
Joinville	1.581	1.484	1.294	5.577	5.283	4.440	3.528	3.560	3.431
Curitibanos	56.980	50.300	50.850	292.449	264.982	271.630	5.132	5.268	5.342
Campos de Lages	46.740	45.290	46.960	143.295	133.124	159.688	3.066	2.939	3.401
Rio do Sul	29.090	27.085	30.000	120.174	112.959	118.890	4.131	4.171	3.963
Blumenau	6.770	5.373	6.295	19.642	15.912	19.045	2.901	2.961	3.025
Itajaí	348	60	37	888	149	79	2.552	2.483	2.135
Ituporanga	18.700	17.200	19.200	84.564	77.780	78.720	4.522	4.522	4.100
Tijucas	4.910	3.690	4.680	16.606	13.592	18.789	3.382	3.683	4.015
Florianópolis	1.437	1.535	1.565	4.798	5.139	5.304	3.333	3.348	3.389
Tabuleiro	5.600	5.680	5.780	19.620	20.280	19.040	3.504	4.046	3.294
Tubarão	11.796	11.630	12.543	43.895	45.240	47.862	3.721	3.890	3.816
Criciúma	9.280	8.382	9.110	35.793	36.939	41.849	3.857	4.407	4.594
Araranguá	9.280	6.480	8.310	27.269	19.636	28.601	2.983	3.030	3.442
Santa Catarina	896.112	833.909	874.434	3.946.870	3.100.031	4.323.696	4.404	3.717	4.945

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾ Estimativa do Instituto Cepa/SC.

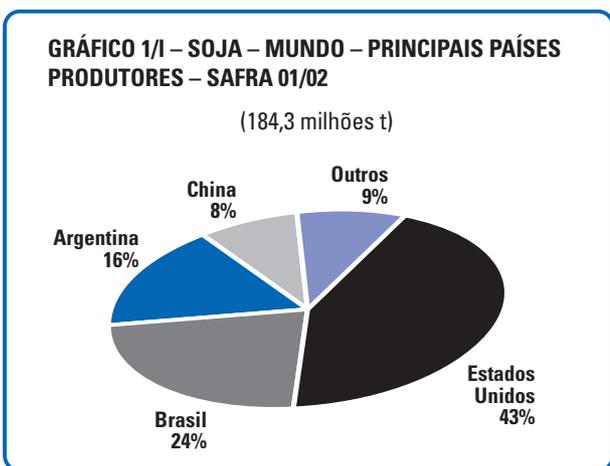


SOJA

Panorama mundial

A produção mundial de soja da safra 01/02 situou-se em 184,34 milhões de toneladas, patamar 5,3% maior que o da safra 00/01 (175,06 milhões). O aumento da produção dos Estados Unidos (75,06 milhões de toneladas na anterior para 78,67 milhões de toneladas atual), o do Brasil (de 38,4 milhões para 41,9 milhões) e o da Argentina (de 27,8 milhões para 30,0 milhões de toneladas) foram responsáveis pelo incremento.

A safra da China permaneceu praticamente estabilizada em 14,1 milhões de toneladas. A participação percentual destes países na produção mundial pode ser visualizada no gráfico 1.



FONTE: Usda, Conab.

Para a safra 02/03, as projeções do Usda (jun/03) apontam uma produção mundial de 194,6 milhões de toneladas, patamar 5,6% maior que o da anterior. Este desempenho, apesar da diminuição da produção dos Estados Unidos para 74,3 milhões de toneladas, decorreu do expressivo crescimento da produção brasileira e argentina e, em menor escala, da evolução positiva da safra chinesa.

Como a produção se situou num patamar levemente superior ao do consumo e as exportações acusaram leve decréscimo, os estoques mundiais, que já haviam crescido de 27,76 milhões para 30,64 milhões de toneladas ao final da temporada 00/01, evoluíram para 32,01 milhões ao final da temporada 01/02. Para a temporada 02/03, embora a safra deva apresentar novo incremento, os estoques tendem a apresentar leve decréscimo (Tabela 1).

O aumento do “carry-over”, que já havia pressionado o mercado internacional nos últimos meses de 2001, continuou influenciando negativamente as cotações nos dois primeiros meses de 2002.

A partir de março, todavia, com as indicações de que o plantio da nova safra dos Estados Unidos seria inferior ao de 01/02, o mercado começou a melhorar, tendência que ganhou mais força em julho, devido à atuação negativa do clima sobre a produção daquele país.

TABELA 1/1 – SOJA-GRÃO – OFERTA/DEMANDA MUNDIAL E NORTE-AMERICANA – SAFRAS 00/01-02/03

(milhões t)

DISCRIMINAÇÃO	MUNDIAL			NORTE-AMERICANA		
	00/01	01/02	02/03	00/01	01/02	02/03
Estoque inicial	27,76	30,64	32,01	7,90	6,74	5,66
Produção	175,06	184,34	194,60	75,06	78,67	74,29
Moagem	146,83	158,48	166,94	44,62	46,26	43,82
Exportação	55,50	55,18	63,52	27,10	28,92	27,49
Consumo doméstico	171,84	184,23	194,35	49,20	50,90	48,78
Estoque final	30,64	32,01	31,84	6,74	5,66	3,80

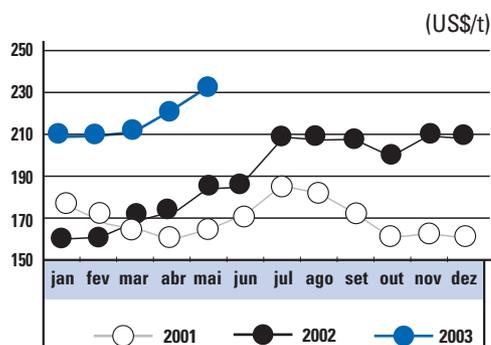
FONTE: Usda (jun/03).

Nos últimos meses de 2002, apesar da perspectiva de novo incremento da produção global, o mercado permaneceu firme, sustentado pelas projeções de que os estoques mundiais sofreriam leve queda.

Em Chicago, as cotações para os contratos da primeira posição, após terem evoluído de US\$ 160,00/t no início de 2002 para US\$ 208,70 em julho, oscilaram próximo deste patamar no restante do ano. Em termos médios, os contratos da primeira posição apresentaram, em relação aos de 2001, crescimento de 12,4% no grão, 2,0% no farelo e 18,3% no óleo.

Nos primeiros meses de 2003, o mercado internacional, estimulado principalmente pela forte redução dos estoques norte-americanos, continuou em alta (Gráfico 2). Todavia, caso a nova safra dos Estados Unidos atinja o potencial esperado, a perspectiva é de os estoques apresentarem alguma recuperação, fato que poderá pressionar negativamente as cotações.

GRÁFICO 2/1 – SOJA – COTAÇÕES INTERNACIONAIS – 2001-2003



FONTE: Bolsa de Chicago.

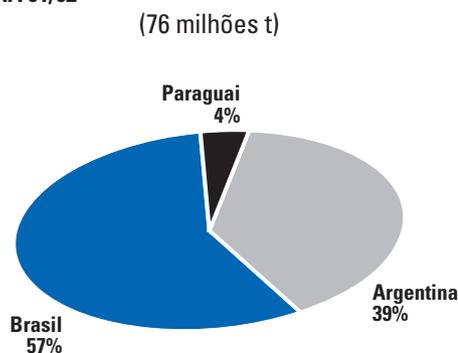
Panorama do Mercosul

A produção do Mercosul cresceu 8,5%, evoluindo de 70,32 milhões de toneladas na safra 00/01 para 76,60 milhões na safra 01/02. Este montante representou 41,6% do total produzido no mundo. As par-

ticipações de cada país no total da produção regional podem ser visualizadas no gráfico 3.

Para a safra 02/03, os números disponíveis em junho projetavam uma produção regional de 90,90 milhões de toneladas, ou seja, um novo incremento de 18,7%. Com tal desempenho, a produção do Mercosul representará 46,7% do montante mundial, superando, pela primeira vez na história, a produção dos Estados Unidos.

GRÁFICO 3/1 – SOJA – PRODUÇÃO DO MERCOSUL – SAFRA 01/02



FONTE: Usda.

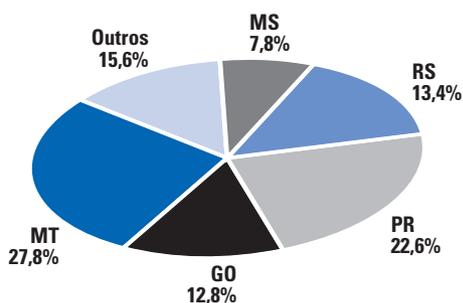
Panorama brasileiro

A safra brasileira, estimulada pelo bom desempenho da comercialização no ano anterior e pelas boas perspectivas para os preços em 2002, apresentou um incremento de plantio de 19%. A produção, devido aos problemas acarretados pelas estiagens que assolaram principalmente o Sul do País, não apresentou o mesmo desempenho. Ainda assim, situou-se, segundo a Conab, em 41,9 milhões de toneladas, patamar que representou um avanço de 9,1% em relação à do ano anterior.

O Mato Grosso, com uma produção de 11,64 milhões de toneladas, foi o primeiro produtor nacional, seguido, por ordem de importância, pelo Paraná (9,48 milhões), Rio Grande do Sul (5,6 milhões), Goiás (5,4 milhões) e Mato Grosso do Sul (3,3 milhões). A participação destes estados no contexto nacional pode ser vista no gráfico 4.



GRÁFICO 4/I – SOJA – BRASIL – PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – SAFRA 00/01



FONTE: Conab.

A produção nacional permitiu exportações de aproximadamente 16,0 milhões de toneladas de grãos, 12,8 milhões de farelo e 1,80 milhão de toneladas de óleo. O volume das vendas para o exterior, portanto, somou 30,6 milhões de toneladas, contra 27,8 milhões exportados na temporada anterior, ou seja, apresentou um incremento de 10,1% no volume físico embarcado (Tabela 2).

A receita cambial do complexo, devido ao aumento das exportações e principalmente da melhora das cotações internacionais, cresceu de 5,3 bilhões de dólares em 2001 para 6,0 bilhões em 2002.

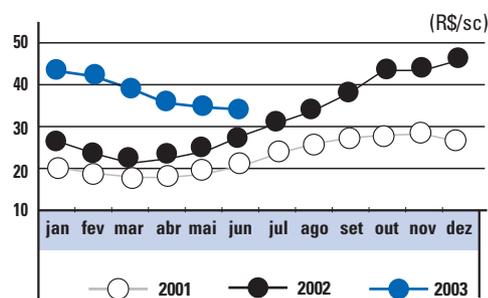
A comercialização interna apresentou excelente desempenho. Os preços ofertados aos produtores, que iniciaram o ano em patamares levemente superiores aos do mesmo período de 2001, apresentaram altas substantivas a partir de maio/junho, beneficiados pela melhora das cotações internacionais e pela desvalorização do real frente ao dólar. Na média de 2002, apresentaram crescimento expressivo em relação ao ano anterior.

Panorama Catarinense

No contexto nacional, Santa Catarina permaneceu como o nono produtor. A safra catarinense – devido ao estímulo proporcionado pelos bons preços vigentes à época do plantio e pelas boas perspectivas que se desenhavam para a comercialização da nova safra da oleaginosa, além do encolhimento do plantio de milho –, apresentou um incremento de área de 22,7%. A produção, inicialmente estimada em 648 mil toneladas, reduziu-se, em razão das estiagens, para apenas 529,9 mil toneladas, ou seja, foi 0,8% menor que a anterior.

A comercialização interna apresentou excelente desempenho. Os preços ofertados aos produtores catarinenses, levemente superiores no início do ano aos do mesmo período de 2001, apresentaram altas expressivas a partir de maio/junho, beneficiados pela melhora das cotações internacionais e pela desvalorização do real frente ao dólar. Na média do ano, apresentaram um crescimento de 40% em relação ao ano passado (Gráfico 5).

GRÁFICO 5/I – SOJA – PREÇOS AO PRODUTOR DE CHAPECÓ – 2001-2003



FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 2/I – COMPLEXO SOJA – BRASIL – OFERTA/DEMANDA – SAFRAS 00/01-01/02

(mil t)

DISCRIMINAÇÃO	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	00/01	01/02	00/01	01/02	00/01	01/02
Estoque inicial	2.662,0	2.388,8	388,2	326,2	230,2	170,2
Produção	38.431,8	41.907,0	17.538,0	20.145,0	4.218,0	4.845,0
Importação	700,0	1.050,0	400,0	370,0	72,0	135,0
Consumo	23.630,0	27.300,0	7.200,0	7.600,0	2.950,0	2.960,0
Exportação	15.675,0	16.000,0	10.800,0	12.800,0	1.400,0	1.800,0
Estoque final	2.388,8	2.045,8	326,2	441,2	170,2	390,2

FONTE: Conab (abr/03).

Perspectiva para 2003

O excelente desempenho da comercialização estimulou o plantio da nova safra nacional, a qual, segundo o último levantamento da Conab, apresentou crescimento 13,5%. Como consequência disso, do maior uso de tecnologia e de um comportamento favorável do clima, a produção brasileira foi estimada (em junho) em 52,2 milhões de toneladas, ou seja, um incremento de 24,6% em relação à safra 01/02.

A safra catarinense também apresentou bom desempenho. O incremento dos preços estimulou o cultivo da oleaginosa, cuja área cresceu de 243,6 mil para 258,0 mil hectares. Em razão disso, do maior uso de tecnologia e do bom comportamento do clima, a produtividade, que na safra 01/02 havia caído para apenas 2.175 kg/ha, apresentou forte recuperação, atingindo 2.800 kg/ha. Como consequência, a produção atingiu 714,0 mil toneladas, com avanço de 34,7% em comparação à da frustrada safra 01/02.

O excelente resultado da safra brasileira, de qualquer forma, permitirá novo incremento no volume a ser exportado. As projeções indicam que serão vendidos ao exterior cerca de 20,3 milhões de toneladas de grãos, 14,5

milhões de farelo e 2,4 milhões de toneladas de óleo. No global, as exportações do complexo poderão aumentar cerca de 22% em relação à temporada passada.

As receitas cambiais, diante do aumento do volume a ser exportado e da melhora das cotações internacionais, também deverão apresentar expressivo avanço em relação aos 6,0 bilhões de dólares de 2002. As estimativas mais correntes apontam para um potencial que deverá superar os 8,0 bilhões de dólares.

No que tange ao mercado interno, a melhora das cotações internacionais e o câmbio mais favorável que no primeiro semestre do ano passado proporcionaram bom suporte aos preços, os quais, na média dos primeiros seis meses, registraram crescimento de 63% em relação aos do mesmo período de 2002.

Para o restante do ano, todavia, caso a safra dos Estados Unidos apresente bom desempenho, é provável que as cotações internacionais venham a sofrer pressão de baixa.

Esta possibilidade e a perspectiva de a taxa de câmbio não apresentar grandes modificações sugerem que os preços internos, embora maiores que os do primeiro semestre, poderão não apresentar o mesmo desempenho do mesmo período do ano passado.

TABELA3/1 – SOJA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL E DO MERCOSUL – SAFRAS 00/01-02/03

NÍVEL GEOGRÁFICO	ÁREA COLHIDA (milhões de ha)			PRODUÇÃO (milhões de t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	00/01	01/02	02/03	00/01	01/02	02/03	00/01	01/02	02/03
Mundo	75,36	79,41	81,79	175,06	184,35	194,60	2.320	2.320	2.380
Estados Unidos	29,30	29,53	29,20	75,06	78,67	74,29	2.560	2.660	2.540
Brasil	13,93	16,35	18,40	39,00	43,50	52,00	2.800	2.660	2.830
Argentina	10,40	11,40	12,50	27,80	30,00	35,00	2.670	2.630	2.800
China	9,30	9,48	9,40	15,40	15,41	16,51	1.660	1.630	1.760
Índia	5,80	6,00	5,67	5,25	5,40	4,00	910	900	710
Paraguai	1,35	1,42	1,45	3,52	3,10	3,90	2.610	2.180	2.690
Canadá	1,06	1,05	1,03	2,70	1,64	2,34	2.550	1.560	2.280
União Européia	0,35	0,39	0,30	1,05	1,21	0,95	3.040	3.100	3.210
Outros	3,87	3,79	3,84	5,28	5,42	5,61	1.371	1.418	1.461
Mercosul	25,68	29,17	32,35	70,32	76,60	90,90	2.740	2.630	2.810
Brasil	13,93	16,35	18,40	39,00	43,50	52,00	2.800	2.660	2.830
Argentina	10,40	11,40	12,50	27,80	30,00	35,00	2.670	2.630	2.800
Paraguai	1,35	1,42	1,45	3,52	3,10	3,90	2.610	2.180	2.690

FORNTE: Usda (Jun/03).



TABELA 4/I – SOJA – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO – BRASIL SAFRAS 00/01-02/03

ESTADO	ÁREA PLANTADA (mil ha)			PRODUÇÃO (mil t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾
Roraima	-	3,5	8,0	-	8,4	22,4	-	2.400	2.800
Tocantins	47,3	105,0	145,6	106,4	262,5	371,3	2.250	2.500	2.550
Rondônia	25,0	28,6	37,8	76,5	89,2	113,0	3.060	3.120	2.990
Pará	0,7	2,9	15,5	1,5	7,3	44,2	2.100	2.520	2.850
Maranhão	187,6	238,3	274,0	425,9	540,9	712,4	2.270	2.270	2.600
Piauí	62,0	86,8	116,3	142,6	91,1	308,2	2.300	1.050	2.650
Bahia	690,6	800,0	850,4	1.450,3	1.464,0	1.632,8	2.100	1.830	1.920
Minas Gerais	642,0	719,0	841,2	1.444,5	1.926,9	2.330,1	2.250	2.680	2.770
São Paulo	513,8	567,1	609,6	1.335,9	1.525,5	1.664,2	2.600	2.690	2.730
Paraná	2.764,7	3.283,0	3.578,5	8.294,1	9.478,0	10.792,8	3.000	2.887	3.016
Santa Catarina	194,6	241,3	255,8	521,5	546,5	738,5	2.680	2.265	2.887
Rio Grande do Sul	2.954,9	3.281,9	3.593,7	6.914,5	5.579,2	9.487,4	2.340	1.700	2.640
Mato Grosso do Sul	1.064,5	1.192,2	1.406,8	3.087,1	3.278,6	4.079,7	2.900	2.750	2.900
Mato Grosso	2.968,0	3.853,2	4.585,3	9.200,8	11.636,7	13.434,9	3.100	3.020	2.930
Goiás	1.534,5	1.887,4	2.170,5	4.143,2	5.379,1	6.359,1	2.700	2.850	2.930
Distrito Federal	35,0	37,7	43,2	73,5	101,4	112,8	2.100	2.690	2.612
Brasil	13.685,2	16.329,0	18.534,3	37.218,3	41.916,9	52.209,7	2.720	2.567	2.817

FONTES: Conab.
⁽¹⁾ Estimativa jun/03.

TABELA 5/I – SOJA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA – SANTA CATARINA – SAFRAS 00/01-02/03

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾	00/01	00/01	02/03 ⁽¹⁾	00/01	01/02	02/03 ⁽¹⁾
São Miguel do Oeste	10.265	12.087	13.520	24.994	23.432	36.980	2.435	2.016	2.735
Chapecó	29.890	43.365	45.975	72.106	77.694	115.805	2.412	1.857	2.519
Xanxerê	69.890	85.700	81.750	190.319	161.857	241.000	2.723	1.893	2.940
Joaçaba	4.630	6.705	8.922	12.129	14.189	23.319	2.620	2.144	2.614
Concórdia	1.485	1.407	1.648	4.056	3.238	3.822	2.731	2.304	2.319
Canoinhas	47.800	54.500	63.150	139.650	148.359	171.300	2.922	2.965	2.712
São Bento do Sul	1.200	1.500	3.100	2.910	3.630	7.470	2.425	2.420	2.409
Curitibanos	30.810	35.006	37.275	80.595	88.689	106.000	2.616	2.536	2.844
Campos Lages	2.810	3.390	3.050	7.430	8.845	8.168	2.644	2.192	2.678
Ituporanga	73	5	20	132	8	37	1.808	1.600	2.667
Rio do Sul	-	-	55	-	-	99	-	-	1.800
Santa Catarina	198.853	243.665	258.465	534.321	529.941	714.000	2.687	2.248	2.762

FONTES: IBGE.
⁽¹⁾ Estimativa do Instituto Cepa/SC (jun/03).

TOMATE

A produção mundial em 2002 atingiu cerca de 108 milhões de toneladas, volume 7,7% superior ao do ano anterior e 5,9% maior que a produção de 2000.

A área plantada aumentou 6,8% em 2002, se comparada com a do ano anterior e 6,6% superior à de 2000, conforme relatório da FAO, divulgado em maio último.

Em 2002, a China foi o maior produtor mundial, com 23,6% da produção e 24,4% da área cultivada, seguida dos Estados Unidos, com 9,5% da produção e 4,1% da área plantada. O Brasil aparece em sétimo lugar, com cerca de 3,3% da produção e 1,5% da área.

Quanto à produtividade (kg/ha) das lavouras em todo o mundo, verifica-se que a última temporada, com 27.005 kg/ha, foi 0,88% superior à de 2001 e inferior em 0,7% à de 2000.

Os países com maior produtividade foram os Estados Unidos, com rendimento de 62.500 kg/ha; a Espanha; com 59.210 kg/ha; o Brasil, em terceiro lugar, com 58.546 kg/ha e a Itália, em quarto, com 53.846 kg/ha.

A tabela 1 apresenta, para o período 2000 a 2002, a área plantada e a produção obtida de tomates no mundo e nos dez países maiores produtores.

A produção da América do Sul, em 2002, foi de aproximadamente 6,6 milhões de toneladas, sendo 10,3% superior à produção do ano anterior e 10,5% maior que a de 2000. Do total produzido no último ano, cerca de 83,1% foi, no Brasil, de 54,4%, no Chile, de 18,1%, e na Argentina, 10,6%, enquanto que em 2001 a participação destes países foi de 81,5%, sendo, respectivamente, de 50,6%, 19,3% e 11,6%.

Os três países acima citados detinham, em 2002, 64,5% da área cultivada, sendo 38,8% no Brasil, 12,6 no Chile e 13,1% na Argentina. Quando se compara a área de 2002 com a de 2001, verifica-se que houve aumento de 9,3% no Brasil e de 2,7% no Chile, permanecendo inalterada na Argentina.

Fazendo-se uma análise dos números referentes aos três países referidos (83,1% da produção e 64,5% da área cultivada), verifica-se, em relação aos demais, uma alta produtividade, principalmente no Chile (60.000 kg/ha) e no Brasil (58.546 kg/ha), enquanto que a Argentina chega apenas a 24.006 kg/ha..

O crescimento da área e do volume produzido no Brasil em 2002 (3,6 milhões de toneladas), represen-

TABELA 1/I – TOMATE – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – 2000-2002

PAÍS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO OBTIDA (t)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
China	754.353	779.703	974.462	19.324.767	20.135.040	25.466.211
Estados Unidos	169.290	164.000	164.000	11.270.000	10.250.000	10.250.000
Índia	500.000	500.000	500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000
Turquia	160.000	160.000	225.000	6.800.000	6.800.000	9.000.000
Egito	195.444	182.102	180.721	6.785.640	6.579.910	6.328.720
Itália	136.625	123.224	130.000	7.538.100	6.334.460	7.000.000
Brasil ⁽¹⁾	56.866	57.660	61.633	3.004.797	3.103.293	3.608.367
Espanha	60.200	63.000	60.800	3.582.600	3.785.400	3.600.000
Irã	118.665	110.000	110.000	3.190.999	3.000.000	3.000.000
México	74.629	74.666	74.666	2.086.030	2.158.745	2.100.000
Outros	1.524.104	1.530.874	1.516.937	29.892.704	32.592.703	29.118.800
Mundo	3.750.176	3.745.229	3.998.219	101.975.637	100.259.346	107.972.098

FONTES: FAO.
⁽¹⁾ Fonte IBGE.



tando mais de 50% da produção da América do Sul e três vezes a do segundo produtor (Chile, com 1,2 milhão de toneladas), credencia o Brasil como fornecedor potencial do produto para os diversos mercados, principalmente para os países do Mercosul.

Na tabela 2 constam os dados referentes à área plantada e à produção obtida nos diversos países da América do Sul nas safras 2000-2002.

A produção brasileira em 2002 foi 16,3% maior que a do ano anterior e 20% superior à de 2000, enquanto a área plantada evoluiu cerca de 7% em relação aos dois anos anteriores, significando um ganho na produtividade média das lavouras de 8,7% em relação a 2001, conforme tabela 3.

Os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, juntos, somam cerca de 55% da área cultivada e produziram aproximadamente 65% do tomate brasileiro no últimos três anos. O estado de Goiás é o maior produtor do País, com 26,4% do total, e com produtividade de 76.040 kg/ha, 30% acima da média nacional, seguido de Minas Gerais, com 17,5% da produção nacional e rendimento de 64.746 kg/ha.

Em Goiás, a região de Goianópolis produz tomate de mesa ao longo de todo o ano, enquanto a região do

Rio Verde tem a produção voltada à industrialização.

O estado de São Paulo tem a principal colheita de inverno nos municípios de Mogi Guaçu, Sumaré, Elias Fausto, Indaiatuba e Monte Mor; além de situados próximo aos grandes mercados consumidores, têm boa estrutura de produção e comercialização, enquanto que a produção de verão ocorre em Itapeva, Ribeirão Branco, Apiaí e Guapiara, onde predomina baixa tecnologia de produção, com um deficiente sistema de comercialização.

Minas Gerais tem sua principal produção de inverno nos municípios de Carmópolis de Minas (grande abastecedor de Belo Horizonte) e Araguari (que vende grande parte de sua produção para Uberlândia (MG) e o interior paulista). A região de Barbacena é a grande produtora no verão, tendo como mercados principais a capital mineira e Rio de Janeiro.

Devem, ainda, ser destacados como importantes produtores de tomate, não apenas pela produção ao longo de todo o ano e boa produtividade que obtêm, mas também pelos mercados que atingem, os estados do Rio de Janeiro, com produção de inverno em São José de Ubá e Paty de Alferes; Espírito Santo, com produção de verão na região de Venda Nova do Imigrante, e Santa Catarina, que tem na região de Caçador (com

TABELA 2/I – TOMATE – ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL – 2000-2002

PAÍS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO OBTIDA (t)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Brasil ⁽¹⁾	56.866	57.606	61.633	3.004.797	3.103.293	3.608.367
Chile	20.249	19.475	20.000	1.217.100	1.157.000	1.200.000
Argentina	20.500	20.800	20.800	675.193	700.000	700.000
Colômbia	17.264	16.582	16.872	375.082	399.989	394.136
Venezuela	11.000	11.500	11.500	231.064	215.000	215.000
Peru	7.957	7.319	7.400	250.429	188.713	190.000
Bolívia	7.385	8.526	8.832	97.728	137.816	153.389
Equador	7.401	7.178	7.178	65.819	70.431	70.431
Paraguai	1.803	1.634	1.700	61.304	55.175	55.500
Uruguai	2.000	2.200	2.200	36.000	37.000	37.000
Guiana Francesa	130	130	130	3.770	3.770	3.770
Guyana	240	500	500	1.000	2.500	2.500
Suriname	77	80	80	960	1.090	1.090
Total	152.872	153.530	158.825	6.020.246	6.071.777	6.631.183

FONTES: FAO.
⁽¹⁾ Fonte IBGE.

35% da produção estadual e colheita de dezembro a março) expressão nacional e até internacional, por suas vendas, principalmente para São Paulo, Minas Gerais, a cidade de Manaus e Argentina, dependendo do câmbio.

Em Santa Catarina, a cultura do tomate se destaca como a terceira ocupação em horticultura, sendo uma atividade desenvolvida basicamente por pequenos e médios produtores rurais. Segundo o Censo Agropecuário de 1995, da Fundação IBGE, envolve cerca de 10.700 agricultores.

Uma característica desta cultura no Estado, e importante no contexto nacional, é a possibilidade de seu cultivo em todos os meses do ano, pela existência de regiões distintas em relação ao clima, ainda que a oferta se concentre em grande parte no verão.

A produção estadual em 2002 aumentou 12,9% em relação a 2000, e 4,5% em relação ao ano anterior,

passando a figurar como o sexto produtor nacional, apesar de a participação na produção brasileira ter passado de 4% em 2001 para 3,5% em 2002.

Em 2002, o rendimento por área cultivada foi 8,3% superior ao do ano anterior e 12,8% em relação a 2001, como resultado do aumento do uso da tecnologia disponível nas diversas regiões produtoras do estado. A atividade está se tornando importante, fazendo com que, em maior ou menor escala, o plantio comercial seja adotado em todas as regiões.

Os destaques na produção estadual, como se pode observar na tabela 4, foram as microrregiões de Joaçaba, Florianópolis, Tabuleiro, Campos de Lages e Tubarão, as quais, juntas, produziram 84,1% do total estadual. A microrregião de Canoinhas se sobressai pela produtividade média das lavouras (71.538 kg/ha), que em 2002, em razão da prática do cultivo protegido, foi 40% superior à média estadual.

TABELA 3/1 – TOMATE – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO NOS ESTADOS BRASILEIROS – 2000-2002

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO OBTIDA (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
Goiás	10.201	10.549	12.512	712.448	742.182	951.410	69.841	70.356	76.040
Minas Gerais	9.685	10.248	9.761	532.380	626.520	631.985	54.970	61.136	64.746
São Paulo	11.487	10.290	11.930	709.060	625.630	758.280	61.727	60.800	63.561
Rio de Janeiro	3.362	3.342	2.783	193.328	197.398	163.134	57.504	59.066	58.619
Bahia	5.145	5.526	5.298	170.653	195.275	237.723	33.169	35.337	44.871
Santa Catarina	2.520	2.613	2.521	115.402	125.201	127.350	45.794	47.915	50.516
Paraná	2.594	3.032	3.074	116.092	137.509	141.076	44.754	45.353	45.894
Espírito Santo	1.498	1.514	1.687	95.289	99.433	109.539	63.611	65.676	64.932
Rio G. Sul	2.824	2.739	2.730	102.757	98.650	102.153	36.387	36.017	37.419
Pernambuco	2.062	2.420	4.387	89.227	96.609	206.630	43.272	39.921	47.101
Ceará	2.022	1.752	1.789	88.348	79.372	95.745	43.693	45.304	53.519
Distrito Federal	268	255	251	16.503	16.120	15.279	61.578	63.216	60.873
Paraíba	460	381	513	16.157	12.000	14.941	35.124	31.496	29.125
M. Grosso Sul	213	192	182	6.419	7.070	7.110	30.136	36.823	39.066
R. G. Norte	255	270	352	7.290	7.045	11.178	28.588	26.093	31.756
Maranhão	367	352	368	6.905	6.813	7.209	18.815	19.355	19.590
Sergipe	274	301	294	4.801	5.214	5.033	17.522	17.322	17.120
Roraima	110	360	338	800	3.260	3.500	7.273	9.056	10.356
Amazonas	768	768	761	3.255	3.255	3.793	4.238	4.238	4.985
Mato Grosso	179	164	118	4.098	3.021	2.355	22.894	18.421	19.958
Outros	572	592	349	13.585	15.716	12.944	23.750	26.548	37.089
Brasil	56.866	57.660	61.633	3.004.797	3.103.293	3.608.367	52.840	53.821	58.547

FUNTE: IBGE.

⁽¹⁾ Dados preliminares.



Nas principais regiões produtoras, o desenvolvimento da cultura e a comercialização seguem especificidades locais, conforme segue.

Do total estadual produzido em 2002, a microrregião de Joaçaba participou com 35%. Do total da região, 87,8% foi produzido no município de Caçador e 5% em Lebon Régis. A produção é colhida da segunda quinzena de dezembro até o final de abril. Na entressafra, abastece-se com produção vinda da Ceasa/Pr, de Curitiba.

A segunda maior microrregião produtora, Florianópolis, com 22,6% da produção estadual em 2002, tem 45,2% de sua produção no município de Santo Amaro da Imperatriz, 43,4% em Palhoça e 4,9% em São Pedro de Alcântara; além disso, influi diretamente na produção e comercialização do produto em diversos municípios próximos, dentre eles Urubici e Angelina, que representam 8,3% da produção estadual.

A região da Grande Florianópolis, pela diferença de clima nos diversos municípios, produz ao longo de todo

o ano. Na faixa litorânea - especificamente nos municípios de Santo Amaro, Palhoça e São Pedro de Alcântara e em parte do município de Angelina, a produção ocorre em todos os meses, ao passo que nos municípios de clima frio, como Bom Retiro, Alfredo Wagner, Urubici e na parte alta de Angelina, a colheita é feita no verão.

A produção desta região é comercializada, quase que totalmente, na Ceasa/SC, em São José, que, para abastecer a Grande Florianópolis, em 2002 recebeu tomate de outras regiões do estado, de São Paulo (2.362 t), do Espírito Santo (1.843 t), do Paraná (292 t) e de Goiás (288 t).

A microrregião do Tabuleiro, que em 2002 participou com 16,5% da produção estadual, tem sua produção distribuída nos municípios de Águas Mornas (41%), Anitápolis (30%) e Rancho Queimado (21,4%), onde predomina clima frio. É uma microrregião que forma a “Grande Florianópolis” e, por consequência, sofre influência direta na produção e comercialização de seu produto, que é

TABELA 4/1 – TOMATE – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA – 2000-2002

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO OBTIDA (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
Blumenau	85	87	73	2.585	3.385	2.875	34.412	38.908	39.384
Campos de Lages	152	170	132	6.848	9.334	7.450	45.053	54.906	56.439
Canoinhas	55	55	26	3.315	4.060	1.860	60.273	73.818	71.538
Chapecó	34	34	53	1.825	1.492	1.965	53.676	43.882	37.076
Concórdia	13	13	7	571	621	248	43.923	47.769	35.429
Criciúma	35	27	27	825	955	1.205	23.571	35.370	44.630
Curitibanos	50	55	48	1.850	2.200	1.920	37.000	40.000	40.000
Florianópolis	536	533	530	22.802	26.350	28.770	2.541	49.437	54.283
Itajaí	18	16	0	670	680	0	7.222	42.500	0
Ituporanga	68	70	70	3.039	4.051	3.875	44.691	57.871	55.357
Joaçaba	624	799	865	37.515	38.015	44.603	60.120	47.578	51.564
Joinville	54	26	10	1.718	948	418	1.815	36.462	41.800
Rio do Sul	40	40	38	1.685	1.900	1.720	2.125	47.500	45.263
Sao Bento do Sul	17	17	13	680	680	520	40.000	40.000	40.000
Tabuleiro	510	480	437	20.780	22.300	21.000	40.745	46.458	48.055
Tijucas	93	81	75	3.660	3.220	3.375	9.355	39.753	45.000
Tubarão	135	110	111	4.970	5.010	5.306	36.815	45.545	47.802
Xanxerê	1	0	6	64	0	240	64.000	0	40.000
Santa Catarina	2.520	2.613	2.521	112.817	121.816	127.350	44.769	46.620	50.516

FONTES: IBGE
⁽¹⁾ Dados preliminares.

quase totalmente vendido na Ceasa/SC, em São José, na Grande Florianópolis.

A microrregião de Tubarão, com 4,2% da produção estadual em 2002, teve 54,8% de sua produção no município de São Ludgero, seguido de Braço do Norte, com 7,5% e, ainda, mas em menor volume, Rio Fortuna, Pedras Grandes, Tubarão. A colheita de verão vai de outubro a janeiro e a de inverno, de maio a julho. O produto é vendido na própria região, na Ceasa/SC, em São José, no norte do estado e parte no Rio Grande do Sul.

A microrregião de Canoinhas, apesar da pequena produção (1,5% da estadual), é uma região de clima frio e se destaca por praticar o cultivo protegido em grande parte de sua área cultivada.

Pela alta tecnologia utilizada, obtém alto rendimento por área, excelente qualidade e ótima apresentação do produto, muito utilizado para a venda em bandejas.

A comercialização da produção é feita na própria região e apenas algum excedente é vendido na Ceasa/PR, de Curitiba, que na entressafra complementa o abastecimento e regula os preços do produto na região.

Os preços recebidos pelos produtores catarinenses pela caixa de 25 quilos foram compensadores em 2002, visto que a média deste ano foi 17,17% superior à do ano anterior e 23,74% à de 2000.

Se os preços já foram bons no ano passado, em 2003 vêm sendo mais remuneradores ainda, pois, analisando-se a média dos primeiros cinco meses deste ano em relação à dos mesmos períodos de anos anteriores, verificam-se altas de 63,3%, 41,8% e 40,6%, quando comparadas com as médias de 2002, 2001 e 2000, respectivamente (Tabela 5).

Os preços remuneradores registrados nos primeiros meses de 2003 resultaram de expressiva alta a partir da segunda semana de fevereiro até a segunda semana de abril, tanto no atacado (142%) quanto para o produtor (190%). Este fato, por sua vez, se deveu à escassez do produto no mercado neste período, ocasionado pela concentração do plantio (por problemas climáticos) e pelo excesso de chuvas no pe-

ríodo da colheita, prejudicando a quantidade e também a qualidade do produto. Outra causa da elevação dos preços foi a alta cotação do dólar nos últimos meses de 2002 e início deste ano, aumentando os gastos com insumos e reduzindo a margem de lucro. Este fato provocou grande desestímulo nos produtores, pois o alto custo de produção, aliado aos riscos da cultura (doenças e clima) e à sensibilidade as leis de mercado (oferta/procura), inviabilizava a permanência do tomaticultor na atividade, provocando reação do mercado regulador nos grandes centros produtores.

A partir do final de abril de 2003, o declínio verificado foi provocado pela maior oferta do produto no mercado, tendo em vista o início de colheita nos municípios da Grande Florianópolis e a entrada no estado da produção paulista, onde, em algumas regiões, também se iniciou a colheita.

Um aspecto importante, e que chamam a atenção, é a semelhança de reação dos preços nos mesmo período de diversos anos, conforme se destaca; primeiro, nos quatro anos houve altas de janeiro a março e de forma acentuada nos dois últimos anos; segundo, nos dois primeiros anos da série apresentada os preços caíram no período de maio a agosto. Observa-se, ainda, uma expressiva baixa dos preços no período março/junho de 2000, fato que vem se repetindo neste ano. Outro

TABELA 5/I – TOMATE – PREÇOS MÉDIOS PAGOS AOS PRODUTORES EM SANTA CATARINA – 2000-2003

(cx 25 kg)

MÊS/ANO	LONGA VIDA "AA" –			
	2000	2001	2002	2003
Janeiro	8,02	9,66	8,38	7,84
Fevereiro	11,73	9,06	8,37	12,86
Março	19,85	11,56	9,19	25,60
Abril	12,42	12,57	14,16	21,31
Maiο	7,88	16,55	11,49	16,63
Junho	5,02	11,86	14,38	
Julho	6,10	13,12	15,16	
Agosto	5,95	10,96	14,80	
Setembro	12,40	7,52	20,40	
Outubro	14,23	7,88	16,00	
Novembro	14,92	11,48	15,82	
Dezembro	9,92	13,35	10,37	

FONTE: Instituto Cepa/SC.

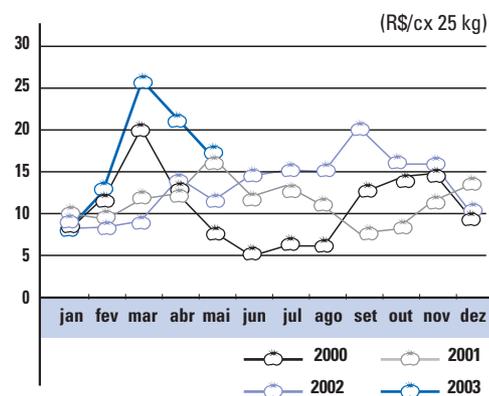


aspecto a salientar é a estabilidade verificada entre os meses junho/agosto, dos anos 2000/2002.

Deve-se salientar ainda que, se no gráfico 1 é possível visualizar uma certa estabilidade dos preços nos anos 2000 a 2002, também se podem constatar picos de alta, como os de março de 2000 e de 2003, e picos de baixa, como os de junho a agosto de 2000 e de dezembro de 2000 e de 2002.

Se a estabilidade e/ou a regularidade dos preços durante a comercialização da produção são aspectos positivos, que dão ao produtor segurança para continuar e investir na atividade, a variação e inversão dos preços em mesmos períodos de anos diferentes trazem insegurança e desestímulo, deixando muitas dúvidas ao produtor na hora de decidir.

GRÁFICO 1/I – TOMATE – PREÇOS MÉDIOS PAGOS AOS PRODUTORES EM SANTA CATARINA – 2000-2003



OBS.: Valores do tipo longa vida "AA"

FONTE: Instituto Cepas/SC.

José Eláudio Della Giustina

TRIGO

A safra de 02/03

Nos últimos anos, a cada período que passa, o balanço mundial de oferta e demanda se apresenta mais apertado que o anterior. No período 02/03 não foi diferente.

No início do período chegou-se a prever um pequeno aumento na produção mundial. Entre alguns dos importantes produtores e exportadores mundiais de trigo - Estados Unidos (EUA), União Européia (UE), Austrália, Canadá e Argentina -, apenas para os EUA se previa redução na produção.

Posteriormente, entretanto, a situação alterou-se substancialmente. Não só a produção mundial não cresceu, como, e principalmente, a reversão de tendência decorreu da frustração na safra da maioria destes importantes produtores e exportadores mundiais de trigo. Entre os principais exportadores, apenas a UE alcançou uma produção maior que a do período 01/02.

Além de uma produção bem menor que a inicialmente esperada para os EUA, também foram bastante significativos os decréscimos para os demais países, principalmente o Canadá e a Austrália.

No Brasil não foi diferente. Segundo o IBGE, a área plantada em 2002 alcançou 2,064 milhões de hectares, um crescimento de 19% em relação à área de 2001. A última área de plantio superior a esta foi a da safra 1990.

A produção chegou a ser estimada em mais de 4,2 milhões de toneladas. Seria a maior produção desde o final dos anos 80, quando o mercado era completamente controlado pelo governo e, em algumas safras, havia um grande estímulo de preços e de crédito para os produtores plantarem trigo.

Esta expectativa acabou sendo frustrada. Em face, principalmente, dos problemas climáticos ocorridos no Paraná e no Rio Grande do Sul, a produção brasi-

leira alcançou apenas 2,93 milhões de toneladas, 13% a menos que em 2001.

Em Santa Catarina, em 2002 a área plantada foi de 51,851 mil hectares e a produção, de 91,958 mil toneladas. Em relação à safra de 2001, houve um crescimento de 1,7% na área e de 15% na produção.

Pelas mesmas razões que explicam o incremento da área plantada no País, como: o bom resultado alcançado por muitos produtores na safra anterior, a grande elevação nos preços internos no primeiro semestre (época do plantio), o preço mínimo fixado pelo governo e a perspectiva de mais uma safra de comercialização favorável, chegou-se a esperar que a área plantada no estado pudesse se aproximar dos 65 mil hectares.

As razões para a não-confirmação desta expectativa foram: o excesso de chuvas durante o período de plantio; as preocupações dos produtores de algumas regiões com possíveis geadas tardias; as dificuldades de acesso ao crédito de custeio, a experiência negativa vivida por parte dos produtores na safra de 2001 e a opção pelo plantio de triticales em alguns municípios.

Apesar de esta área de plantio do estado ser bem menor que a de alguns anos atrás, a produção alcançada está entre as maiores dos últimos anos, o que significa uma sensível melhora no rendimento médio das lavouras em Santa Catarina.

Em relação às safras mais recentes, a melhora de rendimento médio desta safra é explicada especialmente pelo comportamento mais favorável do clima, ainda que no estado também ocorreram perdas decorrentes de adversidades climáticas.

Numa perspectiva de médio prazo, entretanto, fica evidente que decorre da especialização da triticultura catarinense. Houve uma sensível concentração da produção num número bastante reduzido de produtores mais especializados e da área de plantio em poucos municípios catarinenses.



Em 1989, por exemplo, foram colhidas 126 mil toneladas em Santa Catarina; 50% da colheita se concentrou nos dez principais municípios produtores. O principal deles (Xanxerê) respondeu por pouco mais de 6% do total estadual. Na safra de 2002, apenas quatro municípios responderam pelos mesmos 50% da produção estadual. O principal - Campos Novos - respondeu por quase 35% do total.

O que compensou um pouco o prejuízo da produção de alguns produtores brasileiros e catarinenses foram os bons preços recebidos durante a maior parte da comercialização. Em alguns momentos, principalmente nos meses de outubro e de novembro, o preço foi quase o dobro em relação ao do ano de 2001.

Aspectos como: produção nacional bem menor que a inicialmente esperada; elevação da taxa cambial brasileira; taxação das exportações argentinas (medida adotada pelo governo daquele país no início do ano passado); produção argentina inferior às alcançadas nos anos mais recentes; preços internacionais elevados; baixos estoques de trigo nacional e balanço de oferta e demanda mundiais apertado favoreceram a elevação dos preços internos.

Isto, na realidade, foi uma repetição do que vem acontecendo desde 1999 (mesmo com alguns momentos adversos), quando foi encerrado um grande período de sobrevalorização do real, que tornava os preços do trigo importado muito mais atrativos que os do mercado interno, com repercussões negativas sobre estes, forçando o governo a participar ativamente da comercialização nacional para garantir pelo menos o preço mínimo aos produtores.

Perspectivas para a safra de 03/04

No primeiro semestre de 2003, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) divulgou as primeiras projeções acerca da oferta e demanda mundiais de trigo do período 03/04.

Os números surpreendem. A estimativa é de decréscimo na produção mundial. Como no período 02/03 as adversidades climáticas no transcorrer da safra comprometeram a produção de alguns dos principais produtores mundiais (EUA, Argentina, Austrália, Canadá), esperava-se uma produção mundial bem maior que a anterior. No seu relatório mensal de abril, por exemplo, o Conselho Internacional de Grãos (IGC) chegou a projetar a produção mundial em 590 milhões de toneladas.

Segundo o Usda, todavia, as produções maiores esperadas para estes países não chegariam a compensar a redução esperada na de outros importantes produtores mundiais.

Assim, a produção continuaria bem abaixo do consumo mundial, reduzindo sensivelmente os estoques mundiais.

Considerando que estas estimativas são bastante iniciais, é de se esperar que no transcorrer dos meses ainda possa haver alterações sensíveis nestas projeções.

No Brasil, a situação é diferente. Em todos os estados produtores, as expectativas de repetição de mais uma safra de comercialização favorável estimularam os produtores a aumentar as suas áreas de plantio. As primeiras estimativas do IBGE projetam na área e na produção brasileiras um crescimento de 11,4% e 54,9%, respectivamente. Esta significativa diferença se deve ao fato de a safra nacional de 2002 ter sofrido significativas perdas por causa de adversidades climáticas.

A confirmação deste crescimento é ótima para o Brasil reduzir um pouco a sua necessidade de compras externas. Ainda assim, não configura uma tendência forte de recuperação da triticultura nacional. Esta recuperação é um objetivo relativamente antigo, que vem se mostrando bastante difícil de ser alcançado.

Em Santa Catarina, o crescimento de área de plantio deverá ser ainda mais significativo que o nacional. As projeções iniciais apontavam para uma área de no mínimo 63 mil hectares, um crescimento de 21,5% em rela-

ção à área do ano passado. Com o avanço do plantio, porém, as informações da maioria das regiões indicavam a possibilidade de um crescimento bem maior do que este. Com isto, caso o clima não atrapalhe, o estado deverá alcançar a maior produção dos últimos anos.

Perspectivas de mercado

Mantido o quadro de final de primeiro semestre deste ano, é pouco provável que a comercialização da safra nacional apresente aos produtores preços tão favoráveis quanto no segundo semestre do ano passado.

Alguns aspectos explicam estas perspectivas: a importante recuperação esperada na produção dos principais países exportadores mundiais, inclusive da Argentina; a estimativa de produção nacional; a taxa de câmbio e o decréscimo das exportações argentinas para alguns importantes compradores.

A recuperação na produção dos países exportadores deverá intensificar a disputa por mercados compradores e dificultar para que os preços internacionais apresentem o mesmo comportamento verificado em alguns momentos do segundo semestre de 2002, quando estiveram em patamares relativamente elevados e ajudaram a puxar os preços internos para cima.

Em relação à produção nacional, as estimativas atuais apontam para uma produção em torno de 4,5 milhões de toneladas, portanto muito acima dos 2,9 milhões de toneladas colhidos na frustrada safra de 2002. A produção, bem menor que a inicialmente esperada, ajudou a dar firmeza aos preços no ano passado.

Em relação à taxa cambial, é oportuno relembrar que foi nos quatro últimos meses de 2002, período que concentra boa parte da comercialização da safra pelos produtores, que esteve nos patamares mais elevados dos últimos anos. As taxas médias de venda foram as seguintes: R\$ 3,35 em setembro; R\$ 3,81 em outubro; R\$ 3,58 em novembro; R\$ 3,62 em dezem-

bro. Isto ajudou a encarecer as importações e a elevar os preços internos; taxas cambiais muito abaixo das do ano passado terão o efeito inverso. Na realidade, isto já ocorreu durante este primeiro semestre de 2003; com a redução da taxa cambial, os preços do trigo importado ganharam competitividade em relação aos preços internos.

Quanto às exportações argentinas, o fato de até agora este país ter vendido bem menos trigo da safra 02/03 que o esperado significa que concentrará boa parte das suas exportações no transcorrer do segundo semestre, coincidindo com a entrada da safra nacional. Além disto, como os argentinos estão com dificuldades de vender para alguns dos seus tradicionais compradores, deverão focar especialmente o mercado brasileiro, onde é maior a sua competitividade.

A situação mundial, a confirmação de uma produção nacional satisfatória, a manutenção dos atuais níveis da taxa cambial (cerca de R\$ 2,90/US\$) e a permanência da situação argentina indicam a possibilidade de o governo ter de participar da próxima comercialização, senão de forma ostensiva, pelo menos circunstancialmente, para evitar que os preços aos produtores caiam abaixo do mínimo de garantia. Menos mal para os produtores que este preço teve correções de 40% (nos estados da Região Sul) e 50% (nos demais estados) em relação aos da safra de 2002 e não deixam de se constituir num bom patamar, pelo menos como garantia.



TABELA 1/I – TRIGO – BALANÇO MUNDIAL DE OFERTA E DEMANDA – SAFRAS 92/93-03/04

SAFRA	ÁREA (milhões de ha)	PRODUÇÃO (milhões de t)	COMÉRCIO (milhões de t)	CONSUMO (milhões de t)	ESTOQUE FINAL (milhões de t)
92/93	222,9	561,7	113,2	548,2	175,7
93/94	222,1	558,1	101,7	553,4	180,5
94/95	214,3	523,1	101,5	543,4	160,2
95/96	218,8	538,0	99,2	544,9	153,3
96/97	230,2	582,7	104,0	574,9	161,1
97/98	228,4	610,1	104,4	579,4	191,8
98/99	225,4	589,9	102,0	579,3	202,4
99/00	216,6	585,3	112,7	584,7	203,0
00/01	219,3	581,5	103,6	583,9	200,7
01/02	215,4	581,1	110,4	583,8	198,0
02/03	212,8	564,0	104,8	596,9	165,1
03/04	209,9	561,4	98,2	589,9	136,6

FONTE: Usda (jun/03).

101

TABELA 2/I – TRIGO – PRODUÇÃO MUNDIAL E DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – SAFRAS 99/00-03/04

PAÍS	(milhões de t)				
	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04
União Européia	96,4	104,7	91,2	103,3	101,0
China	113,9	99,6	93,9	90,3	87,0
Índia	70,8	76,4	69,7	71,8	67,0
Estados Unidos	62,6	60,8	53,3	44,0	59,2
Rússia	31,0	34,5	46,9	50,6	36,0
Canadá	26,9	26,5	20,6	15,7	24,0
Austrália	24,8	22,1	24,9	9,5	23,0
Argentina	16,4	16,2	15,5	12,3	14,5
Outros	142,6	140,7	165,2	166,5	149,7
Mundial	585,3	581,5	581,1	564,0	561,4

FONTE: Usda (jun/03).

TABELA 3/I – TRIGO – ESTIMATIVA DE EXPORTAÇÃO ⁽¹⁾, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAL – SAFRAS 99/00-03/04

PAÍS	(milhões de t)				
	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04
Estados Unidos	29,4	28,0	26,2	23,5	26,0
Austrália	17,1	16,7	16,5	11,0	14,0
União Européia ⁽²⁾	17,4	15,2	11,5	15,5	14,5
Canadá	19,4	17,4	16,8	8,5	15,0
Argentina	11,1	11,4	11,7	5,5	10,0
Outros	18,3	15,0	27,7	40,8	18,7
Mundial	112,7	103,6	110,4	104,8	98,2

FONTE: Usda (jun/03).

⁽¹⁾ Período de julho a junho.⁽²⁾ Considerado apenas a exportação para países de fora da comunidade.

TABELA 4/I – TRIGO – ESTIMATIVA DE IMPORTAÇÃO ⁽¹⁾, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAL – SAFRAS 99/00-03/04

(milhões de t)

PAÍS	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04
Brasil	7,3	7,5	7,2	6,5	6,5
Egito	5,9	6,1	6,9	6,5	6,5
Japão	6,0	5,9	5,8	5,8	5,8
Indonésia	3,7	4,1	3,7	4,0	4,1
Argélia	4,8	5,6	4,6	4,8	4,0
Coreia do Sul	3,8	3,1	4,0	3,8	3,1
Iran	7,4	6,2	5,6	1,5	3,0
Outros	73,9	65,2	72,6	71,9	65,2
Mundial	112,7	103,6	110,4	104,8	98,2

Fonte: Usda (jun/03).
⁽¹⁾ Período de julho a junho.

TABELA 5/I – TRIGO – COMPARATIVO DA ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO – BRASIL – 1993-2003

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1993	1.540.267	2.197.354	1.427
1994	1.472.083	2.096.259	1.424
1995	1.036.343	1.533.871	1.480
1996	1.825.628	3.292.759	1.804
1997	1.544.489	2.489.070	1.612
1998	1.423.789	2.269.847	1.594
1999	1.254.275	2.461.856	1.963
2000	1.535.723	1.725.792	1.124
2001	1.729.808	3.364.949	1.945
2002(1)	2.064.109	2.924.690	1.417
2003(2)	2.300.000	4.530.000	1.970

Fonte: IBGE.
 Obs: Antes de 1988 a área é a colhida.
⁽¹⁾ Dados sujeito a alterações.
⁽²⁾ Projeção do Instituto Cepa/SC.

TABELA 6/I – TRIGO – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SEGUNDO OS ESTADOS – 2000-2002

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
Paraná	850.633	961.649	1.057.204	700.118	2.012.771	1.501.230	823	2.093	1.420
Rio Grande do Sul	560.550	614.052	800.307	884.507	1.074.247	1.126.624	1.578	1.749	1.408
Mato Grosso do Sul	65.614	61.948	93.316	34.712	107.006	75.462	529	1.727	809
Santa Catarina	30.897	51.007	51.851	54.318	79.865	91.958	1.758	1.566	1.774
São Paulo	14.012	21.950	35.340	16.525	52.240	60.850	1.179	2.380	1.722
Minas Gerais	5.615	3.445	5.482	22.885	15.310	23.544	4.076	4.444	4.295
Goiás	6.887	14.415	20.609	8.509	18.773	45.022	1.236	1.302	2.185
Distrito Federal	515	842	-	2.418	3.987	-	4.695	4.735	-
Mato Grosso	1.000	500	-	1.800	750	-	1.800	1.500	-
Brasil	1.535.723	1.729.808	2.064.109	1.725.792	3.364.949	2.924.690	1.124	1.945	1.417

Fonte: IBGE.
⁽¹⁾ Dados sujeito a alterações.



TABELA 7/I – TRIGO – OFERTA E DEMANDA BRASILEIRAS – 1998-2003

DISCRIMINAÇÃO	(mil t)					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Estoque inicial (1/8)	821,1	768,4	845,4	931,7	130,0	443,9
Produção	2.402,0	2.188,0	2.403,0	1.658,4	2.913,9	4.514,7
Importação	6.190,3	7.071,0	7.733,3	7.609,9	7.700,0	6.250,0
Suprimento	9.413,4	10.027,4	10.981,7	10.200,0	10.743,9	11.208,6
Consumo	8.645,0	9.182,0	10.050,0	10.070,0	10.300,0	10.550,0
Estoque final (31/7)	768,4	845,4	931,7	130,0	443,9	658,6

FONTE: Conab (maio/03).

TABELA 8/I – TRIGO – QUANTIDADE DE TRIGO EM GRÃO IMPORTADA PELO BRASIL – 1996-2002

PAÍS DE ORIGEM	(t)						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	3.763.582	3.699.698	5.842.984	6.569.326	7.207.869	6.789.395	5.422.944
EUA	941.466	-	-	95.078	51.685	102.912	677.203
Ucrânia	-	-	-	-	-	-	128.347
Polônia	-	-	-	-	-	-	89.368
Paraguai	55.700	246.174	131.222	865	64.079	87.670	81.489
Cazaquistão	-	-	-	-	-	-	76.980
Canadá	977.402	817.309	370.275	191.613	163.075	33.820	59.076
Uruguai	137.996	86.809	24.526	34.234	36.015	1.001	14.050
França	-	-	26.163	-	-	-	-
Outros	7.366	10	14	19	-	-	22.771
Total	5.883.512	4.850.000	6.395.184	6.891.135	7.522.723	7.014.798	6.572.228

FONTE: Secex/Decex (jul/03).

TABELA 9/I – TRIGO – QUANTIDADE DE FARINHA IMPORTADA PELO BRASIL – 1996-2002

PAÍS DE ORIGEM	(t)						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	150.311	365.959	274.194	177.758	181.639	141.921	81.027
Uruguai	17.692	19.395	34.322	13.256	17.635	20.870	7.345
Paraguai	128	10.229	7.503	25	-	1.123	5.740
Venezuela	2.663	16	117	20	3.705	2.390	-
Outros	84	2.020	2.241	311	55	69	1.726
Total	170.878	397.619	318.377	191.370	203.034	166.373	95.838

FONTE: Secex/Decex (jul/03).

TABELA 10/I – TRIGO – COMPARATIVO ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO – SANTA CATARINA – 1993-2003

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1993	79.190	100.651	1.271
1994	61.370	74.147	1.208
1995	36.825	53.875	1.463
1996	72.062	105.056	1.458
1997	36.635	34.227	934
1998	28.785	42.411	1.473
1999	24.861	45.440	1.828
2000	30.897	54.318	1.758
2001	51.007	79.865	1.566
2002	51.851	91.958	1.774
2003 ⁽¹⁾	63.000	113.400	1.800

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾ Projeção.

TABELA 11/I – TRIGO – COMPARATIVO DA ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO – SANTA CATARINA – 2000-2002

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002
São Miguel do Oeste	2.782	4.690	3.350	3.614	7.985	5.452	1.299	1.703	1.627
Chapecó	6.775	10.049	8.130	8.777	12.085	9.553	1.295	1.203	1.175
Xanxerê	6.425	13.325	16.323	9.463	9.615	26.620	1.473	722	1.631
Joaçaba	2.202	2.772	3.256	4.208	5.392	5.705	1.911	1.945	1.752
Concórdia	1.239	1.085	996	1.540	1.101	1.064	1.243	1.015	1.068
Canoinhas	500	6.060	4.030	896	11.296	6.765	1.792	1.864	1.679
Sao Bento do Sul	-	40	170	-	60	252	-	1.500	1.482
Curitibanos	10.521	12.502	14.645	24.433	30.804	34.120	2.322	2.464	2.330
Campos de Lages	438	469	936	1.372	1.512	2.415	3.132	3.224	2.580
Rio do Sul	15	15	15	15	15	12	1.000	1.000	800
Estado	30.897	51.007	51.851	54.318	79.865	91.958	1.758	1.566	1.774

FONTE: IBGE.

TABELA 12/I – TRIGO – PREÇOS MÍNIMOS DE GARANTIA – 1999-2003

CLASSIFICAÇÃO/ANO	TIPO 1 (PH 78)					TIPO 2 (PH 75)					TIPO 3 (PH 70)				
	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Pão/Melhorador/Durum	185,00	205,00	225,00	285,00	400,00	175,00	194,47	213,43	270,42	379,54	161,00	178,40	195,79	248,07	348,17
Brando	161,00	178,40	195,79	248,07	348,17	153,00	169,54	186,07	235,75	330,88	137,00	151,81	166,61	211,09	296,27
Outros usos	113,00	125,22	125,22	-	-	105,00	116,35	116,35	-	-	97,00	107,49	107,49	-	-

FONTE: Conab

⁽¹⁾ Estes são valores sujeitos a pequenas alterações, pois não foram divulgados oficialmente.

TABELA 13 – TRIGO – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA – 1996 – 2003

MÊS/ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Janeiro	10,7	8,4	8,6	9,0	11,7	12,4	16,1	29,8
Fevereiro	10,8	8,4	9,7	12,3	12,0	12,4	16,2	30,0
Março	11,0	8,2	9,8	13,9	12,0	12,6	16,5	30,6
Abril	11,0	8,4	10,2	14,2	12,1	14,3	16,8	30,0
Mai	12,8	9,3	10,5	14,7	12,5	15,5	17,7	28,6
Junho	14,2	10,8	10,8	-	13,5	16,4	19,6	26,8
Julho	14,5	10,7	-	-	13,8	16,8	21,1	...
Agosto	14,5	10,7	-	-	14,4	16,8	23,8	...
Setembro	14,7	10,3	-	-	14,8	-	26,5	...
Outubro	9,7	9,8	8,5	12,0	13,4	16,7	35,7	...
Novembro	9,6	9,0	8,9	12,8	12,2	16,2	32,0	...
Dezembro	8,7	9,0	8,9	12,2	12,2	16,0	29,6	...
Média	11,8	9,4	9,5	12,6	12,9	15,1	22,6	29,3

Fonte: Instituto Cepa/SC.

⁽¹⁾ Saca 60kg de trigo superior de pH78



UVA

Os produtores de uva no Brasil correm contra o relogio nas principais regiões produtoras. O estado do Rio Grande do Sul concentra mais da metade da produção brasileira de uva e 85% da produção de vinhos e mostos. O Vale do São Francisco, representado pelos estados de Pernambuco e Bahia, já responde por 15% da produção nacional de uvas e 95% das exportações de uvas finas de mesa.

A ampliação de área na metade sul do Rio Grande do Sul, especialmente na região da campanha, onde nos próximos três anos deve estar em produção, algo em torno de 2000 hectares de vinhedos destinados à produção de vinhos finos, é marca inequívoca desse esforço.

O Brasil apresenta um consumo anual entre 56 milhões e 60 milhões de litros de vinhos finos, dos quais somente metade é de vinhedos brasileiros, especialmente gaúchos. É neste contexto que se amplia o plantio em novas áreas, antes inimagináveis, na produção de vinhos finos, especialmente no Nordeste. O mesmo acontece em Santa Catarina, que passou a plantar especialmente na serra. Os primeiros vinhedos, implantados ainda em 2000, já são conhecidos pela qualidade de seus vinhos.

Até hoje se fala dos vinhos da serra gaúcha, especialmente no entorno dos municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi e Flores da Cunha; entretanto, os “Vinhos do Sol”, do Vale do São Francisco, já conseguiram premiação em concursos internacionais de vinhos finos e espumantes. Em muito pouco tempo estarão em produção também os mais de 150 hectares de vinhedos de uvas para vinhos finos implantados em Santa Catarina até a presente safra, nas cercanias de São Joaquim, Caçador e Tangará, com as melhores cepas para vinhos finos, cuja qualidade e sabor comprovam o potencial dos vinhedos de altitude nesse estado.

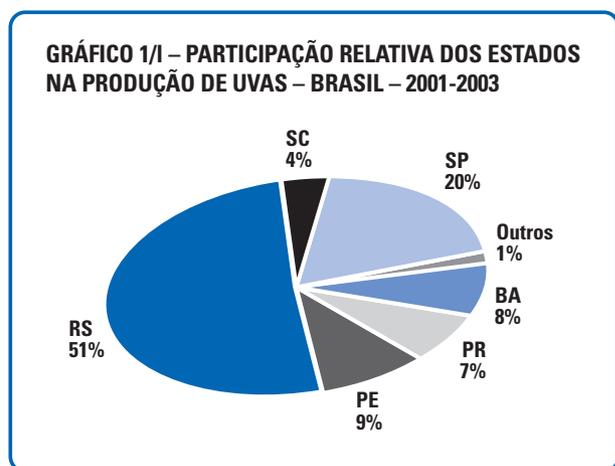
Se há esse esforço para o vinho fino, também, e especialmente, no Nordeste é grande a reconversão dos vinhedos de uvas de mesa para as de exportação, em particular pelo fato de o mercado internacional está a demandar cada vez mais uvas sem sementes. Além do pólo Juazeiro/Petrolina, está em expansão a produção de uvas finas de mesa nos demais pólos irrigados do Nordeste.

Mas o nordeste brasileiro, especialmente no estado de Pernambuco, não se restringiu à produção de uvas finas de mesa para exportação. Atualmente, já é o segundo maior produtor de vinhos finos do Brasil, e o pólo vitivinícola de Lagoa Grande (PE) deve consolidar a posição de segundo maior produtor nacional de vinhos, posição esta que até agora pertencia ao estado de Santa Catarina.

Enquanto isso, iniciativas do setor privado de Santa Catarina se esforçam para concluir os primeiros 200 hectares de uvas viníferas ainda em 2003; enquanto isso, somente no pólo de Lagoa Grande (PE) já há mais de 500 hectares. Foi determinante no impulso de área, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Nordeste, uma política de apoio à pesquisa e ao fomento dessa produção.

Em Santa Catarina, percebe-se também uma ampliação muito expressiva da viticultura na região oeste, destinada basicamente ao consumo in natura, mas passível de agregação de valor pela transformação em sucos ou vinhos de mesa, vinhos estes derivados de uvas americanas e híbridas.

A produção brasileira em 2003, segundo estimativa da Fundação IBGE, é de uma colheita também superior a 1,1 milhão de toneladas, base que se estabeleceu ainda na safra 00/01. Considerando a média de produção das últimas safras, o estado do Rio Grande do Sul continua com uma participação superior à metade da produção nacional. Em seguida, vêm os estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Paraná e Santa Catarina, que respondem, respectivamente, por 20%, 9%, 8%, 7% e 4% da produção nacional.



FONTE: IBGE.

A produção nacional de uva para mesa está praticamente estagnada. Enquanto isso, o aumento na produção de uvas para vinhos finos apresenta crescimento constante desde metade da década de 90, estendendo-se a novos pólos, conforme mencionado. Entre os anos de 1998 e 2001, a importação de mudas foi suficiente para formar mais de 1.500 novos hectares.

É importante destacar, também, o aumento na área plantada em estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, embora tal crescimento ainda não esteja sendo mensurado pelos órgãos de estatística. No Nordeste, a área em expansão é superior àquela em que a produtividade é decrescente.

Apesar da ampliação da área cultivada com irrigação, tanto para a produção de uvas de mesa como para vinhos finos, as condições naturais ainda impõem uma forte concentração na oferta de uvas de mesa nos meses de dezembro a março, época de concentração também da colheita de uvas para produção do vinho fino no Sul do Brasil.

A participação brasileira no cenário mundial ainda representa muito pouco tanto na produção de uvas quanto de vinhos. Contudo, a abertura comercial iniciada nos anos 90, os acordos celebrados no âmbito do Mercosul e a ampliação do mercado experimentada de-

pois do Plano Real estão a exigir uma maior aproximação das estatísticas com os resultados da balança comercial brasileira. Dados de organismos internacionais já colocam o Brasil entre os dez maiores importadores de uvas, especialmente do Chile e da Argentina.

Os avanços dessa cultura no Brasil, existe como decorrência não prevista há 10 anos. A oferta de uvas e vinhos do vizinho Chile e os problemas econômicos recentes da Argentina permitiram maior competitividade à produção desses países, que em breve se tornarão os maiores fornecedores de vinhos para o Brasil. Observe-se que somente a Argentina, segundo estimativas relativas à redução do consumo, deverá dispor de um excedente dez vezes maior que o consumo nacional de um ano de vinhos finos.

O Chile especializou-se na fruticultura de clima temperado, especialmente frutas de caroço, uvas finas e vinhos finos e tornou-se muito agressivo no mercado mundial, especialmente por ter sua produção direcionada aos mercados americano e europeu, extremamente exigentes. Em função disso, o mercado brasileiro fica à mercê do excedente desses mercados.

Relativamente ao consumo de vinhos finos, há uma desaceleração nos principais mercados. Contudo, o mais importante hoje e nos próximos anos é a exposição a que estará submetida a produção brasileira, tendo que melhorar qualidade e preços para garantir uma maior presença nesse mercado. A vitivinicultura catarinense concentra-se na microrregião de Joaçaba, que inclui os municípios situados na região do Alto Vale do Rio do Peixe, onde a produção de uvas representa em torno de 60% da produção estadual e concentra as principais cantinas do estado. É nessa região que estão as melhores iniciativas de organização e apoio ao desenvolvimento de uma atividade com melhor qualidade.

A Epagri capitaneia tais iniciativas. Dentre elas podem ser destacados o lançamento de vinhos de qualidade com selo de identificação com uvas Niágara Branca e Isabel, o Laboratório de Controle de Qua-



lidade de Vinhos e Derivados de Uvas em Videira. Este laboratório foi dinamizado em 2002 pela parceria com a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), através de seu campus em Videira, criando o curso de biotecnologia, com ênfase em enologia. Também vem da Epagri a revisão no zoneamento agroclimático para a uva, incluindo as regiões emergentes do estado. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE - deu apoio à atividade desde o primeiro momento, repassando recursos dos programas administrados pelo BNDES, os quais financiam a instalação e a reconversão de vinhedos com taxas pré-fixadas de 8,75% ao ano, com limite de R\$ 200 mil por produtor.

Na iniciativa privada, destacam-se as novas unidades industriais de suco e vinho e o acelerado aumento de área que tal processo deslanchou no oeste; o melhoramento na produção dos vinhos no sul do estado e o trabalho que vem sendo desenvolvido em Rodeio, no Vale do Itajaí, sobre plantio e processamento. Marcante tem sido também, por iniciativa do setor privado, o plantio de uvas para vinhos finos nas regiões de altitude, desde Água Doce, ao norte, até São Joaquim, ao sul. Além disso, está em implantação a primeira cantina do planalto sul, no município de São Joaquim, devendo entrar em operação na safra 03/04.

Quanto ao mercado de uvas de mesa, a principal uva é a Niágara, como uva comum, e a Itália e a Itália Rubi, como uvas finas. Para a produção de vinhos, no Rio Grande do Sul, onde se processam mais de 350 milhões de litros por ano, reina absoluta a Isabel, com mais de 200 mil toneladas/ano. O preço da uva comum tem-se mantido relativamente estável, oscilando entre R\$ 0,35/kg e R\$ 0,45/kg, especialmente quando é adquirida para o fabrico de vinho comum ou colonial. Vale destacar que grande parte da produção é vendida como uva para consumo in natura, geralmente a preços superiores aos alcançados na venda às cantinas.

Com a expansão observada na última década na região da campanha e no Vale do São Francisco e a expansão de novas áreas em Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, na implantação de vinhedos para vinhos finos, algo de novo se desenha como desafiador: continuar competitivo num mercado tão aguerrido. O Vale do São Francisco tem demonstrado, na exportação de uva, que quando iniciativa privada e governo caminham juntos, em dez anos poder-se-ão multiplicar as exportações por dez.

As informações disponíveis a respeito da vitivinicultura catarinense são animadoras no sentido de que poderá despontar no cenário nacional não mais como um grande produtor de vinhos, mas como um produtor de grandes vinhos finos.

Francisco Assis de Brito

FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

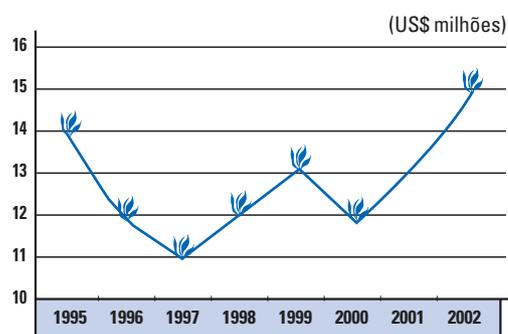
Situação Nacional

Até o ano 2000, a floricultura nacional, conforme pesquisa efetuada pelo Programa Brasileiro de Exportação de Flores e Plantas Ornamentais proporcionada pelo convênio Apex/Ibraflor, contemplava mais de 5 mil produtores com vendas no atacado, em movimento superior a 400 milhões de reais e vendas no varejo em torno de R\$ 1,3 bilhão, envolvendo mais de 12 mil postos de vendas, 400 atacadistas e 8 grandes centros de comercialização, quais sejam: Veiling-Holambra, Floranet, Ceasa-Campinas, Ceagep, Agraflor, Cadeg, Mercaflor, Ceasa/Porto Alegre.

Os cultivos são efetuados em pequenas áreas de produção, com área média nacional de três hectares.

As exportações mundiais de flores e plantas ornamentais em 1999 atingiram 7,5 bilhões de dólares; o Brasil exportou 0,2% deste valor, ou seja, 13 milhões de dólares. O comportamento das exportações nacionais no período 1995-1999 podem ser visualizado no gráfico seguinte:

**GRÁFICO 1/1 – FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS
VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1995-2002**



FONTE: Ibraflor, Secex/Decex.

O detalhamento das exportações brasileiras nos anos de 1999 a 2002 é visualizado na tabela 1 da página seguinte.

Conforme o Ibraflor, as exportações de flores e plantas ornamentais está dependendo da ampliação e profissionalização da base produtiva do setor, incluindo também transporte, distribuição, armazenamento e manuseio de flores, sendo a organização da produção de suma importância.

As exportações das flores frescas apresentaram significativa evolução em 2002: em torno de 121% em relação ao ano anterior. Nota-se uma inversão nos últimos quatro anos, entre as exportações de flores frescas e das flores secas, estas com elevado declínio.

A origem da produção exportada no último triênio pode ser observada através da tabela 2.

A supremacia do estado de São Paulo em todos os anos é evidente, o que reforça o parecer do Ibraflor de que para haver aumento de exportações é necessária a organização e profissionalização da produção, além da existência de uma infra-estrutura que permita um apoio logístico que proporcione a diminuição dos custos. O estado catarinense apresentou, no triênio, inconstância nos valores exportados.

As importações brasileiras de flores e plantas ornamentais em 1999 foi de 5,5 milhões de dólares e correspondeu a 0,1% dos valores das importações mundiais. Em 2002, estas importações somaram aproximadamente 4,7 milhões de dólares. Concentram-se, principalmente, na aquisição de rosas de corte provenientes da Colômbia e do Equador, e em material para reprodução (sementes, bulbos, tubérculos, rizomas, etc.), vindo principalmente da Holanda. O gráfico seguinte mostra o comportamento das importações nacionais no período 1995-1999.



TABELA 1/I – EXPORTAÇÕES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS – BRASIL – 1999-2002

ANO/ESPÉCIE	QUANTIDADE (Unidade)	VALOR (US\$)	PARTICIPAÇÃO (%)	VALOR UNITÁRIO
Total das espécies				
1999	-	12.965.361	-	-
2000	-	11.781.574	-	-
2001	-	13.248.248	-	-
2002	-	14.961.655	-	-
Tubérculos/rizomas			27,57	
1999	37.096.638	4.051.583	-	0,10
2000	17.530.130	3.197.038	-	0,18
2001	22.996.108	3.346.885	-	0,14
2002	21.049.848	4.004.551	-	0,19
Estacas/enxertos			0,19	
1999	22.900	24.570	-	1,07
2000	140.530	48.221	-	0,34
2001	50.000	17.740	-	0,35
2002	6.875	8.946	-	1,30
Árvores/arbustos/silvados			0,55	
1999	57.510	126.932	-	2,20
2000	38.050	40.988	-	1,07
2001	52500	81.795	-	1,55
2002	29.000	43.200	-	1,49
Orquídeas			0,42	
1999	32.304	115.728	-	3,58
2000	5.160	32.906	-	6,37
2001	5.055	30.588	-	6,05
2002	6.994	40.833	-	5,84
Plantas ornamentais			54,33	
1999	288.403.883	6.835.808	-	0,02
2000	308.736.121	6.441.770	-	0,02
2001	352.654.623	7.324.844	-	0,02
2002	364.536.694	8.170.935	-	0,02
Flores frescas			4,20	
1999	659.871	156.409	-	0,23
2000	1.066.519	314.710	-	0,29
2001	2.094.058	545.984	-	0,26
2002	1.694.628	1.206.619	-	0,71
Flores secas			2,37	
1999	270.820	1.096.076	-	4,04
2000	34.876	128.388	-	3,68
2001	2.428	8.907	-	3,66
2002	2.502	19.772	-	7,90
Musgos/liquens			0,81	
1999	90.561	108.347	-	1,19
2000	109.940	84.649	-	0,76
2001	104.000	99.237	-	0,95
2002	180.950	136.146	-	0,75
Folhagens frescas			2,73	
1999	48.962	54.939	-	1,12
2000	344.288	479.729	-	1,39
2001	233.406	587.062	-	2,51
2002	185.353	325.981	-	1,76
Folhagens e plantas secas			6,83	
1999	141.106	394.969	-	2,79
2000	344.232	1.013.175	-	2,94
2001	433.075	1.205.206	-	2,78
2002	407.613	1.004.672	-	2,46

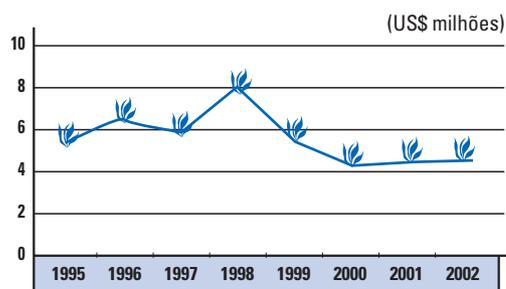
FONTE: Secex/Decex.

TABELA 2/I – PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA – ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 2000-2002

ESTADO	2000		2001		2002	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
São Paulo	8.358.831	70,59	9.893.850	74,93	11.450.911	76,73
Rio Grande do Sul	1.638.816	13,84	1.631.698	12,36	1.701.171	11,40
Minas Gerais	1.150.606	9,72	1.243.557	9,42	1166.841	7,82
Santa Catarina	338.412	2,86	238.083	1,80	311.579	2,09
Pará	84.929	0,72	99.327	0,75	136.146	0,91
Ceará	212.977	1,80	-	-	54.853	0,37
Rio de Janeiro	30.675	0,26	38.023	0,29	36.950	0,25
Alagoas	956	0,01	20.060	0,15	20.307	0,14
Pernambuco	14.725	0,12	23.360	0,18	11.876	0,08
Mato Grosso do Sul	1.450	0,01	-	-	4.992	0,03
Distrito Federal	-	-	-	-	3.000	0,02
Goiás	-	-	-	-	2.689	0,02
Bahia	-	-	-	-	2.498	0,02
Amazonas	-	-	-	-	500	-
Paraná	1.200	0,01	11.387	0,09	-	0
Outros	8.118	0,07	5.567	0,0	20.002	0,13
Total	11.841.425	100,00	13.204.912	100,00	14.924.315	100,00

FONTE: Secex/Decex.
Elaboração: Hórtica, Consultoria e Treinamento.

GRÁFICO 2/I – FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1995-2002



FONTE: Ibraflor, Secex/Decex.

O detalhamento das importações brasileiras de flores e plantas ornamentais podem ser vistas pela tabela 3.

A estimativa do Ibraflor para o consumo anual per cápita de flores e plantas ornamentais no Brasil gira entre quatro e seis dólares.

A área cultivada nacional por estrutura de produção apresentou-se, em 2000, com 73,5% em campo (cultivo em ambiente natural), 25,0% em estufas e 1,5% em telados, com os seguintes grupos:

- mudas e plantas ornamentais: 58,3%;
- flores e plantas envasadas: 19,1%;
- flores e folhagens de corte: 18,4%;
- outros produtos: 4,3%.

Quanto aos produtores de flores e plantas ornamentais:

- 41,9% são associados;
- 41,3% não pertencem a nenhuma associação;
- 13,3% são cooperados e
- 3,6% são cooperados e associados.

A maioria deles (62,3%) não participa de treinamentos. A assistência técnica é prestada a 55,1% dos floricultores, mas desse percentual, 46,9% é de assistência técnica privada.



TABELA 3/I – IMPORTAÇÕES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS – BRASIL – 1999-2002

ANO/ESPÉCIE	QUANTIDADE (Unidade)	VALOR (US\$)	PARTICIPAÇÃO (%)	VALOR UNITÁRIO
Total das espécies				
1999	–	4.286.472	–	–
2000	–	4.435.412	–	–
2001	–	4.507.987	–	–
2002	–	4.674.944	–	–
Bulbos/tubérculos em repouso			30,18	
1999	20.002.641	1.140.619	–	0,05
2000	23.682.335	1.461.355	–	0,06
2001	21.143.036	1.337.043	–	0,06
2002	20.680.066	1.464.521	–	–
Bulbos,tubérculos em flor			7,90	
2000	100.000	5.273	–	0,05
2001	512.000	481.887	–	0,94
2002	279.819	927.821	–	–
Estacas/enxertos			0,16	
2000	33.000	18.779	–	0,55
2001	3.150	497	–	0,15
2002	37.550	8.580	–	–
Árvores, arbustos e silvados			2,55	
1999	982.382	186.628	–	0,18
2000	1.908.260	129.376	–	0,06
2001	2.040.050	99.201	–	0,04
2002	881.000	42.345	–	–
Roseiras			0,29	
2000	81.536	47.750	–	0,58
2001	70.000	4.690	–	0,06
2002	–	–
Outras plantas ornamentais			20,67	
1999	4.185.179	893.857	–	0,21
2000	4.606.922	969.129	–	0,21
2001	5.110.689	980.695	–	0,19
2002	4.003.254	856.753	–	–
Flores e botões			0,25	
1999	1.424	8.451	–	5,98
2000	3.626	12.679	–	3,47
2001	4.148	21.686	–	5,22
2002	2.201	2.534	–	–
Folhas/ramos secos			0,85	
1999	21.902	52.972	–	2,42
2000	15.527	42.643	–	2,75
2001	9.421	37.247	–	3,95
2002	7.365	18.957	–	–
Mudas de orquídeas			1,90	
1999	117.341	129.371	–	1,10
2000	128.611	95.435	–	0,74
2001	64.630	73.687	–	1,14
2002	63.358	41.079	–	–
Flores e botões frescos cortados			35,24	
1999	4.888.045	1.874.574	–	0,38
2000	4.827.186	1.652.993	–	0,34
2001	4.317.545	1.471.051	–	0,34
2002	7.811.545	1.311.154	–	–
Musgos e líquens p/ ornamentação			0,01	
2001	500	303	–	–
2002	21.270	1.200	–	–

FONTE: Secex/Decex.

O transporte da produção é feito em temperatura ambiente e 5% com refrigeração.

Os canais de comercialização interna estão assim distribuídos:

- box próprio da Ceasa: 30,9%;
- floricultura - terceiros –20,4%;
- atacadistas: 19,4%;
- cooperativas: 5,9%;
- Garden Center: 4,1%;
- associações: 3,5%;
- outros: 11,6%.

A utilização do crédito rural é feita por 31,8% dos produtores. A distribuição regional da produção de flores e plantas ornamentais, por estado, assim se apresenta:

- Rio Grande do Sul: Vacaria, Santa Cruz do Sul, Antônio Prado, Nova Petrópolis, Maquiné, Paraci Novo e Ivoti;
- Paraná: Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Guaruva e Curitiba;
- Santa Catarina: Joinville, Biguaçu, Laurentino, Rio do Oeste e Corupá;

- São Paulo: Registro, Mogi das Cruzes, Arujá, Ibiúna, Cotia, São Roque, Atibaia, Paranapanema, Holambra e Campinas;

- Distrito Federal em Brasília;

- Espírito Santo: Venda Nova do Imigrante;

- Rio de Janeiro: Petrópolis, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Rio Bonito, Sumidouro, Teresópolis, Guaratiba, Niterói, Maricá;

- Amazonas: Manaus;

- Minas Gerais: Munhoz, Andradas, Barbacena, Belo Horizonte e Araxá;

- Bahia: Ituberá, Morro do Chapéu, Feira de Santana;

- Pernambuco: Recife, Gravatá, Bonito, Garanhuns, Petrolina e Barra do Guabiraba;

- Ceará: Região Metropolitana de Fortaleza, Serra do Baturité, Serra de Ibiapaba e Cariri;

- Alagoas: Maceió;

- Pará: Belém

A comercialização nos últimos oito anos no Veiling-Holambra dá uma noção das principais espécies de flores e plantas ornamentais comercializadas no Brasil, de acordo com a tabela 4.

TABELA 4/I – PRODUTOS MAIS VENDIDOS NO VEILING-HOLAMBRA – 1992-1999

(mil unidades)

PRODUTO	ANO							
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Rosas (dz)	5.453	6.507	7.571	9.054	10.040	12.241	11.679	7.975
Violetas ⁽¹⁾	9.185	14.111	1.5302	1.7381	19.123	20.698	15.259	14.288
Crisântemos ⁽²⁾	1.202	1.517	920	2.091	2.277	1.650	1.342	1.601
Azáleas ⁽¹⁾	854	1.199	1.250	1.351	1.611	1.277	1.834	831
Kalanchoes ⁽¹⁾	1.887	2.257	3.205	3.590	4.245	6.483	6.914	8.292
Crisântemos ⁽¹⁾	391	444	791	1.148	1.382	1.867	1.873	1.860
Gladiolos (dz)	1.301	1.152	905	748	695	533	495	...
Cravos (dz)	190	83	193	372	387	459	338	...
Gérberas (dz)	262	307	302	259	260	325	234	...
Gypsophila	489	372	319	212	174	155	60	...
Aster	408
Gibóia Verde	309	...
Crisântemo ⁽³⁾	3.095
Begônia ⁽¹⁾	2.473
Tango	764
Lírio ⁽³⁾	646

FONTE: Ibraflor.

⁽¹⁾ Em vasos.

⁽²⁾ Em maços.

⁽³⁾ Em pacotes de 13 a 15 unidades.



Situação estadual

O levantamento proporcionado pelo convênio celebrado entre a Apex/Ibraflor e Epagri proporcionou grande evolução nos últimos cinco anos, fornecendo um novo panorama à floricultura catarinense, conforme tabela 5.

TABELA 5/1 – EVOLUÇÃO DA FLORICULTURA CATARINENSE – 1997 E 2002

ITEM ANALISADO	ANO	
	1997	2002
Número de produtores	115	370
Municípios com produção	25	112
Área total cultivada (ha)	342	917
Produção anual (unidade)	4.338.280	⁽¹⁾ 37.417.058
Flores e plantas ornamentais (unidade)	3.084.184	4.053.201
Flores em vasos (unidade)	–	101.190
Flores cortadas (dz/maço)	286.765	203.251
Gramas (m ²)	1.498.000	2.834.245
Sementes (kg)	15.000	76.882
Flores/folhas secas (maço)	80.800	82.600

FONTE: Epagri/Ibraflor.

⁽¹⁾Deste total, 32.407.000 unidades são forrações com flor e sem flor (caixaria).

O valor bruto desta produção, estimado pela Epagri, foi de aproximadamente R\$ 27.600.000,00.

Os tipos de cultivo encontrados em Santa Catarina, em metros quadrados, foram de 9.020.644 em ambiente natural (campo), de 109.044 em estufas, de 9.177.588 em telados e de 34.204 em abrigos.

A mão-de-obra utilizada foi a familiar em 50,27% e o restante, contratada. O número médio da mão-de-obra absorvida, incluindo a familiar, por propriedade pesquisada foi de 4,82 pessoas.

A assistência técnica é prestada em 51,35% das propriedades, com predomínio da assistência privada. O crédito rural é utilizado por 18,1% dos floricultores; poucos procedem à escrituração agrícola (23,5%); 63,2% usam transporte próprio e 74,1%, de terceiros.

As benfeitorias e instalações encontradas foram as seguintes:

- 74,7% das propriedades possuem galpão de serviço;
- 73,5% possuem construção para produção;
- 57% possuem abrigos (estufas) em número de 1,3 por propriedade, medindo 289 m² cada.
- 1,4% das propriedades têm o minitúnel, em número médio de 1,5 túnel por estabelecimento, medindo 32 m² cada;
- 38,4 % das explorações têm os telados, em número médio de 1,6 e com 450 m² por telado.

A comercialização no mercado interno, em percentual, foi assim diagnosticada:

- direto com floristas, 47,6%;
- atacadistas: 37,3%;
- floricultura própria: 28,6%;
- Mercator: 2,7%;
- Garden: 1,4%;
- Outros: 47,8%.

O destino principal da produção foram os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

A produção geral registrada pelo levantamento, além das relacionadas no quadro acima foi a seguinte, em unidades:

- Bromélias 159.425;
- Orquídeas 167.091;
- Roseiras 104.060;
- Flor em vaso 101.190;
- Samambaias 23.850;
- Cactos 7.420;
- Ornamentais 4.447.022;
- Musgo (sc) 5.300.

A produção catarinense por espécie; resultante do levantamento, pode ser verificada pela seguinte tabela:

TABELA 6/I – PRODUÇÃO COMERCIALIZADA – SANTA CATARINA – 2000

ESPÉCIE	FLOR EM VASO	FLOR DE CORTE			FLOR SECA		DIVERSOS
	Unidades	Dúzia	Maço	Pacote	Maço	sc	kg
Crisântemo	24.860	–	–	19.240	–	–	–
Antúrio	20.405	5.724	–	–	–	–	–
Gerânio	17.080	–	–	–	–	–	–
Espatífilo	13.055	–	–	–	–	–	–
Fúcsia	11.240	–	–	–	–	–	–
Copo-de-leite	7.950	6.200	–	–	–	–	–
Impatiens	3.360	–	–	–	–	–	–
Ciclamen	1.800	–	–	–	–	–	–
Petúnia	960	–	–	–	–	–	–
Poinsetia	480	–	–	–	–	–	–
Rosa	–	84.256	–	–	–	–	–
Áster	–	–	25.720	–	–	–	–
Tango (100 g)	–	–	21.300	–	–	–	–
Gipsofila	–	–	16.000	–	–	–	–
Cravo	–	21.200	–	–	–	–	–
Estátice	–	–	6.400	–	–	–	–
Hipéricum	–	–	6.400	–	–	–	–
Lírio	–	1.500	–	–	–	–	–
Cravina	–	2.120	–	–	–	–	–
Gérbera	–	530	–	–	–	–	–
Boca-de-leão	–	–	371	–	–	–	–
Latifolia	–	–	120	–	–	–	–
Palma	–	80	–	–	–	–	–
Flores diversas	–	–	2.650	–	–	–	–
Hortênsia	–	–	–	–	40.000	–	–
Trigo	–	–	–	–	20.000	–	–
Alpiste	–	–	–	–	16.000	–	–
Vime torcido	–	–	–	–	1.600	–	–
Outras	–	–	–	–	5.000	–	–
Bromélias (semente)	300.000	–	–	–	–	5.300	–
Musgo	–	–	–	–	–	–	–
Sementes diversas	–	–	–	–	–	–	76.882

FONTE: Epagri/Ibraflor.



As exportações catarinenses de flores e plantas ornamentais no período 1999-2001 podem ser observadas na tabela 7.

Observa-se um aumento gradativo, ano após ano, das exportações de mudas de orquídeas, apesar de um decréscimo de seu preço unitário médio;

uma irregularidade nos valores exportados, no período, para as vendas de plantas ornamentais e para flores com ênfase para a elevação das quantidades exportadas se comparadas com o ano anterior. As plantas secas e as folhagens apresentaram declínio no quadriênio analisado.

TABELA 7/I – EXPORTAÇÕES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS – SANTA CATARINA – 1999-2002

ANO/ESPÉCIE	QUANTIDADE (Unidade)	VALOR (US\$)	PARTICIPAÇÃO (%)	VALOR UNITÁRIO
Total das espécies				
1999	–	265.352	–	–
2000	–	338.142	–	–
2001	–	238.083	–	–
2002	–	311.579	–	–
Orquídeas			7,52	
1999	1.645	14.710	–	8,94
2000	3.201	18.617	–	5,81
2001	3.513	24.589	–	7,00
2002	5.848	29.236	–	5,00
Plantas ornamentais			39,54	
1999	14.182	202.109	–	14,25
2000	5.128	50.123	–	9,77
2001	6.965	12.221	–	1,75
2002	25.540	191.283	–	7,49
Flores			1,04	
1999	248	5.200	–	20,96
2000	500	400	–	26,66
2001	7.580	6.390	–	14,92
Folhas e plantas secas			12,35	
1999	4.931	28.938	–	5,86
2000	6.642	32.830	–	4,94
2001	11.421	52.173	–	4,56
2002	6.740	28.370	–	4,21
Folhagens verdes			39,42	
1999	35.200	14.395	–	0,40
2000	280.000	236.172	–	0,84
2001	144.200	141.210	–	0,97
2002	130.610	62.690	–	0,48
Estacas e enxertos			0,13	
2001	30.000	1.500	–	0,05

FONTE: Secex/Decex.

Os principais grupos de produtos, excetuados mudas de orquídeas, flores, estacas e enxertos, exportados por Santa Catarina e seus destinos podem ser visualizados através da tabela 8.

Nota-se uma mudança de destino das exportações em 2002, concentrando-se nos países latinos, principalmente na Península Ibérica e Itália. As importações catarinenses no mesmo período foram as seguintes (tabela 9).

TABELA 8/I – EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS DE FLORICULTURA – 2000-2002

PRODUTO/ PAÍS DE DESTINO	2000		2001		2002	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
Mudas de plantas ornamentais						
Portugal	–	–	–	–	81.455	42,58
Espanha	27.246	54,36	–	–	67.002	36,03
Itália	9.308	18,57	8.720	71,35	35.696	18,66
China	–	–	–	–	4.645	2,43
Japão	9.693	19,34	2.250	18,41	2.085	1,09
Canadá	–	–	–	–	400	0,21
Alemanha	176	0,35	350	2,86	–	–
Áustria	800	1,60	–	–	–	–
Taiwan (Formosa)	–	–	245	2,00	–	–
Colômbia	–	–	300	2,45	–	–
Estados Unidos	–	–	356	2,91	–	–
Nova Caledônia	800	1,60	–	–	–	–
Tailândia	2.100	4,19	–	–	–	–
Subtotal	50.123	100,00	12.221	100,00	191.283	100,00
Folhagens, folhas, ramos frescos para buquê						
Itália	215.572	91,28	133.260	94,37	62.690	100,00
Chipre	3.500	1,48	–	–	–	–
Espanha	17.100	7,24	7.950	5,63	–	–
Subtotal	236.172	100,00	141.210	100,00	62.690	100,00
Folhagens, folhas, ramos secos para buquê						
Itália	31.430	95,74	46.960	90,01	26.690	94,08
Uruguai	1.400	4,26	5.213	9,99	1.680	5,92
Subtotal	32.830	100,00	52.173	100,00	28.370	100,00
Total	319.125	100,00	205.604	64,43	282.343	88,47

Elaboração: Hórtica Consultoria e Treinamento e Instituto Cepa/SC. FONTE: Secex/Decex.

TABELA 9/I – IMPORTAÇÕES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS – SANTA CATARINA – 1999-2001

ANO/ESPÉCIE	QUANTIDADE (Unidade)	VALOR (US\$)	PARTICIPAÇÃO (%)	VALOR UNITÁRIO
Total				
1999	–	430	–	–
2001	–	3.410	–	–
Árvores/arbustos			11,2	
1999	140	430		3,07
Flores secas			16,4	
2001	134	628		4,68
Folhagens/ramos secos			72,4	
2001	2.744	2.782		1,01

FONTE: Secex/Decex.



Em 2002 não foram registradas importações significativas para os produtos considerados na tabela anterior.

Verifica-se que a balança comercial estadual de flores e plantas ornamentais foi altamente positiva no período analisado.

Perspectivas para 2003

Conforme relatório e cenário efetuados pelo Instituto Brasileiro de Floricultura – Ibraflor –, as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais vêm mantendo, desde o início do ano, um quadro de forte expansão.

No primeiro quadrimestre de 2003, conforme a Secex, o Brasil comercializou no mercado internacional 5,2 milhões de dólares, acumulando um crescimento de 23,4% sobre o mesmo período de 2002. A persistente manutenção destes indicadores, cuja evolução vem sendo monitorada pelo Ibraflor dentro das diretrizes do programa de incentivo às exportações Florabrazilis, vêm apontando para vendas internacionais em torno de 21 milhões de dólares até o final do ano, o que representará um crescimento superior a 40% sobre o ano anterior e um novo recorde histórico da floricultura brasileira.

As mudas de orquídeas brasileiras projetam-se, especialmente, neste cenário, com crescimento de 218% sobre o quadrimestre do ano anterior. Além dos mercados tradicionais, como os Estados Unidos, o Reino Unido e Hong Kong, estas plantas chegam, pela primeira vez, ao mercado russo.

O Brasil é um tradicional exportador de mudas de flores e plantas ornamentais, principal item de sua pauta setorial, sendo um dos principais produtores mundiais de mudas de crisântemo. A Holanda é o principal destino desses produtos, concentrando 46% das vendas totais do Brasil; outros compradores importantes são a Itália (22,7%) e Estados Unidos (18%), além do Reino Unido, a Dinamarca e o Japão. Os

estados exportadores são São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Flores e botões frescos, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, tiveram crescimento de 29% nas exportações, destinadas especialmente para os Estados Unidos (79%) e Holanda (21%); neste grupo, as flores tropicais, como as helicônias, as alpínias e as zingibers, produzidas por floricultores pernambucanos e alagoanos especializados, estão conquistando os mercados mediterrâneos.

Outro segmento que vem apresentando progressos nas exportações é o destinado à confecção de arranjos e buquês decorativos, tais como folhagens, ramos e folhas secas, musgos e líquens, exportados para a Holanda, a Itália, os Estados Unidos e a Alemanha, procedentes principalmente de Minas Gerais, aumentaram em três vezes o valor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os Estados Unidos constituem, atualmente, o terceiro mercado comprador de flores e plantas ornamentais do Brasil, sobrepujado apenas pela Holanda e a Itália. É considerado mercado prioritário para rosas e outras flores de corte para a confecção de buquês, além de plantas ornamentais para paisagismo e jardinagem.

O Instituto Cepa/SC iniciou em janeiro de 2003 os trabalhos de pesquisa mensal de preços, em nível de produtor, objetivando orientar produtores e comerciantes de flores e plantas ornamentais sobre o comportamento dos preços nos mercados regionais de Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville (Mercaflor), Joaçaba, Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Sul Catarinense. O levantamento de preços abrange 51 produtos ligados à floricultura, e divididos em quatro classes: flores – compreendendo também forrações (caixaria) com flor; forrações sem flor; gramas e plantas ornamentais.

QUADRO 1/I – CALENDÁRIO AGRÍCOLA – PLANTIO, COLHEITA E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS – SANTA CATARINA – 2003

PRODUTO	FASE	MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ALHO	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
ARROZ	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
BANANA	Colheita												
	Comerc.												
BATATA	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
CEBOLA	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
FEIJÃO 1a SAFRA	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
FEIJÃO 2a SAFRA	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
FUMO	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
MANDIOCA	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
MILHO	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
SOJA	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
TRIGO	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
TOMATE	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
MAÇÃ	Colheita												
	Comerc.												

FONTE: IBGE/Instituto Cepa/SC.

 maior concentração.

 menor concentração.



DESEMPENHO DA PRODUÇÃO ANIMAL

CARNE DE FRANGOS

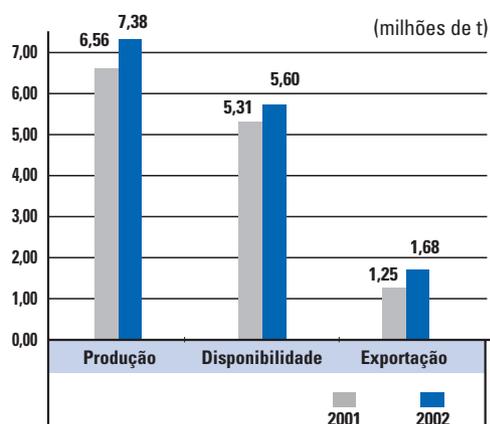
Panorama Nacional

A produção nacional de frangos em 2002 atingiu 7,45 milhões de toneladas, um incremento de 13,47% sobre os 6,56 milhões de toneladas produzidos em 2001. Apesar das dificuldades no abastecimento de milho, do represamento da produção e da dificuldade de suprimento de milho no segundo semestre, a atividade manteve uma trajetória de crescimento o ano todo, comprovando sua capacidade de superar adversidades, através de ganhos constantes de produtividade e de escala.

Em 2002, o mercado brasileiro caracterizou-se por um aumento de 6,87% na disponibilidade do produto. Mais uma vez, a grande vedete foram as exportações, que cresceram 34,5%. Os estoques, que aumentaram rapidamente no primeiro semestre, foram integralmente escoados no segundo semestre pela forte expansão das exportações e pela melhor mobilidade das vendas internas. As vendas internas foram avaliadas em 5,67 milhões de toneladas, um incremento de 6,87%, sugerindo a possibilidade de que o consumo interno se tenha situado em 33,2 quilos per capita, confirmando que o mercado interno ainda tem fôlego para crescer.

As exportações brasileiras atingiram 1,68 milhão de toneladas. Este resultado é considerado expressivo, sobretudo pelos volumes exportados no segundo semestre, quando se exportou praticamente o dobro do volume vendido no mesmo período de 2000. Em 2001 e 2002, as exportações brasileiras aumentaram quase 80%, enquanto o mercado mundial evoluiu menos de 10%.

GRÁFICO 1/1 – FRANGO – PRODUÇÃO, DISPONIBILIDADE E EXPORTAÇÃO – BRASIL – 2001-2002



FONTE: Apinco, ABEF.

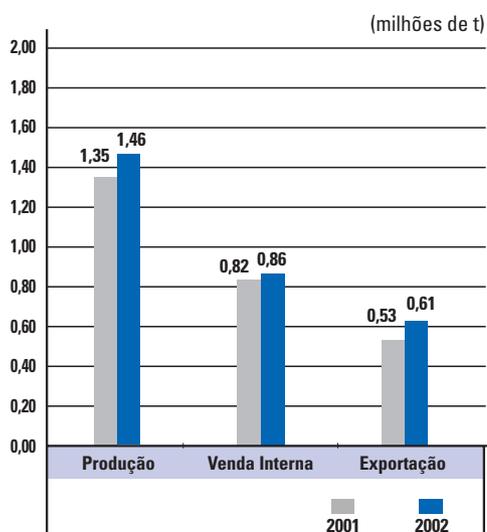
Panorama Catarinense

A produção catarinense, nos anos recentes, vem crescendo a taxas inferiores à nacional. Com 19,6% da produção do País, produziu em 2002 pouco mais de 1,46 milhão de toneladas, um crescimento de apenas 8,54%, enquanto a produção nacional cresceu

mais de 12%. A produção estadual, embora venha perdendo participação, ainda se destaca como uma atividade competitiva, sendo referência internacional sobre a produção brasileira.

No mesmo período, as exportações de Santa Catarina cresceram 14,5%, um desempenho modesto se comparado ao nacional, pois nos anos recentes houve um rápido crescimento das exportações por parte do Paraná e do Rio Grande do Sul. Mesmo assim, com 36,1% das vendas externas do País, permaneceu como o principal estado exportador.

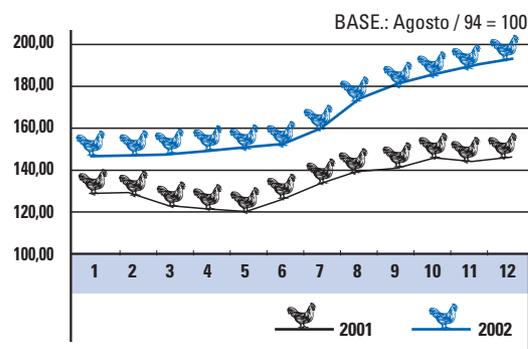
GRÁFICO 2/I – FRANGO – PRODUÇÃO, DISPONIBILIDADE E EXPORTAÇÃO – SANTA CATARINA – 2001-2002



FONTE: Instituto Cepa/SC e ABEF.

Os preços recebidos pelos avicultores de Santa Catarina tiveram uma evolução entre 32% e 35%, mas o desempenho econômico da atividade foi prejudicado pela forte pressão sobre os custos, em decorrência do encarecimento dos principais insumos. O aperto no abastecimento do milho, a elevação dos preços do farelo de soja e as dificuldades de importação de milho elevaram os custos de produção, forçando muitos avicultores não integrados a saírem do mercado.

GRÁFICO 3/I – ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS PELOS AVICULTORES – 2001-2002



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Perspectivas para 2003

Apesar das dificuldades econômicas enfrentadas por muitos avicultores e pequenas e médias indústrias, o alojamento de matrizes no País dá sinais de que a produção continuará em expansão em 2003, porém, em percentuais bem mais modestos do que nos anos recentes. Nos cinco primeiros meses de 2003, o alojamento de matrizes de corte totalizou 12,5 milhões de cabeças, volume 0,8% menor do que o do mesmo período de 2002 (104,2 mil matrizes a menos). Nos últimos 12 meses (maio de 2002 a maio de 2003), o total de matrizes alojadas no País atingiu 30,4 milhões de aves, um crescimento de 1,4% em relação ao mesmo período anterior, praticamente o mesmo volume alojado no decorrer de 2002. A queda de 0,8% em cinco meses e o aumento de 1,4% em 12 meses indica uma evolução próxima a zero no alojamento de matrizes em 2003. Isto permite projetar para 2003 um crescimento moderado da produção. Se confirmada esta possibilidade e ancorada sobretudo no aumento da produtividade, a produção nacional deverá situar-se entre 7,67 milhões e 7,82 milhões de toneladas.



Devido, principalmente, à queda prevista nos embarques para a Rússia, as exportações, segundo projeção da Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos – ABEF –, deverão crescer entre 5% e 10% em 2003. A menos que os exportadores consigam abrir novos mercados, as exportações devem se posicionar entre 1,76 milhão e 1,85 milhão de toneladas. Com isso, a disponibilidade interna do produto deverá situar-se entre 5,9 milhões e 6,0 milhões de toneladas, um aumento em torno de 2,4%, bem abaixo do registrado nos anos recentes.

Os alojamentos de matrizes de corte em Santa Catarina, em 2003, devem ficar em aproximadamente 6,0 milhões de aves. Com este alojamento, a produção estadual tem um potencial para crescer entre 5,0% e 7,0%. No entanto, nos primeiros seis meses do ano, as dificuldades de mercado e custos mais altos determinaram uma ligeira queda de 2,0% na produção estadual. Mesmo assim, a expectativa entre os principais atores é de que a produção local se recupere no segundo semestre, encerrando o ano com um crescimento em torno de 2,0%.

TABELA 1/I – CARNE DE FRANGOS – PRODUÇÃO, DISPONIBILIDADE E EXPORTAÇÃO – 2002-2003

(1.000 t)

SITUAÇÃO	BRASIL			SANTA CATARINA		
	2002	2003 ⁽¹⁾	VAR %	2002	2003 ⁽¹⁾	VAR %
Produção	7.449	7.672	3,00	1.462	1.491	1,98
Exportação	1.680	1.764	5,00	607	635	4,61
Disponibilidade	5.769	5.908	2,41	855	856	0,12

FONTE: Apinco, ABEF e Instituto Cepa/SC.
⁽¹⁾ Estimativa.

CARNE BOVINA

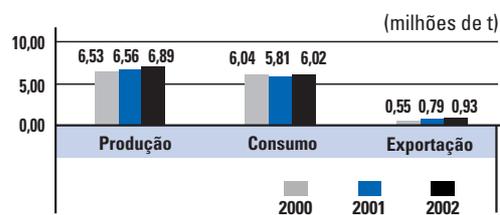
Panorama Nacional

A bovinocultura está presente em praticamente todo o território nacional. Adaptada às particularidades regionais, tem forte presença desde a grande até a pequena propriedade. Com um rebanho estimado entre 167,5 milhões e 170 milhões de cabeças, distribui-se em 14,2% na Região Norte (23,7 milhões de cabeças); 15,2% na Região Nordeste (25,5 milhões de cabeças); 34,4% no Centro-Oeste (57,3 milhões de cabeças); 21,7% no Sudeste (35,3 milhões de cabeças) e 15,3% no Sul (25,6 milhões de cabeças). Esta distribuição e a concentração dos investimentos estão facilitando expansão da produção no Centro-Oeste e nos estados de Roraima e Rondônia, no norte do País.

A produção nacional, em 2002, foi avaliada pelo Instituto Cepa/SC em 6,89 milhões de toneladas, 4,9% a mais do que em 2001. Empresas de consultoria estimam a produção brasileira para o mesmo ano ao redor de 7,4 milhões de toneladas. Deste aumento, grande parte deve-se à expansão da oferta no Centro-Oeste, cujos plantéis têm apresentado constantes ganhos de produtividade. No Sul e no Sudeste, apesar de ter havido ganhos de produtividade e os efetivos terem crescido a taxas modestas, a produção destaca-se pela qualidade. O crescimento da oferta nacional também se deve ao aumento da produção na entressafra, à melhoria da sanidade, à capacitação da mão-de-obra, ao melhoramento genético e ao aumento da oferta de animais precoces.

A bovinocultura também contribuiu com a pauta de exportações do País. Em 2002, vendeu 930 mil toneladas, que geraram receitas de US\$ 1,2 bilhão. Se somados aos das vendas externas de couros – US\$ 910 milhões – os valores das exportações do setor atingiram

GRÁFICO 1/1 – CARNE BOVINA – PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO – 2000-2002



FONTE: Abiec/Instituto Cepa/SC.

US\$ 2,1 bilhões. A carne brasileira está sendo exportada para os mais expressivos e exigentes mercados consumidores, atendendo aos requisitos de sanidade e às especificações de qualidade.

A coordenação da cadeia bovina nacional está dividida entre as indústrias processadoras do Sudeste e do Centro-Oeste, que detêm 70% do abates inspecionados do País. O Sudeste e o Centro-Oeste e mais o Rio Grande do Sul controlam quase 80% da produção brasileira. A produção destes estados tem gerado excedentes que concorrem com a produção catarinense.

A produção do Sudeste e Centro-Oeste tornou-se competitiva, nacionalmente. A produtividade dos plantéis tem crescido com a rápida modernização tecnológica e gerencial. O resultado tem sido um produto de qualidade reconhecida. Também a indústria nessas regiões se modernizou, tendo montado uma estrutura de logística que lhe permite chegar a qualquer centro consumidor do País, podendo até mesmo competir no mercado gaúcho e catarinense.



Panorama Catarinense

O rebanho catarinense situa-se entre 2,6 milhões e 2,8 milhões de cabeças. A sua produtividade é baixa (desfrute de 12,0% no rebanho geral e 18% a 20% no efetivo especializado), mas existem plantéis ainda mais competitivos. Os criatórios estão presentes em praticamente todas as propriedades agrícolas. Do rebanho total, 51% destina-se à produção de carne e 41%, à produção de leite. Por mesorregião, a produção se distribui em: 4% na Grande Florianópolis, 8% no norte, 42% no oeste, 23% na região serrana, 9% no sul e 14% no Vale do Itajaí.

A produção local teve em 2002 um incremento moderado (1,63%), com a produção em equivalentes carcaças atingindo 124 mil toneladas, correspondente a um abate de 537,2 mil cabeças. Por ter uma modesta participação no contexto da pecuária nacional, apenas 1,7% da produção sofre a concorrência da crescente produção do centro-oeste brasileiro. Do total produzido no estado, 37% (45 mil toneladas) teve origem no abate inspecionado.

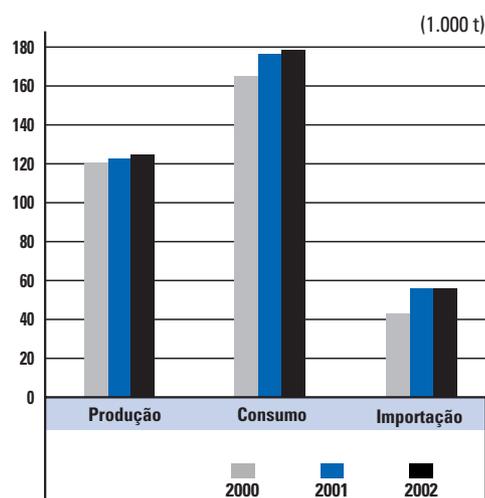
A produção local não foi suficiente para atender à demanda, situada em torno de 179 mil toneladas (33 quilos per cápita), importando-se naquele ano 44% das necessidades, (cerca de 55 mil toneladas. Embora a demanda tenha crescido apenas 1,12%, acompanhando o crescimento da população, o consumo per cápita manteve-se estável, pois os consumidores locais preferem a carne de frango e suína.

Na estimativa das importações, não se consideraram as compras da indústria suína, mas somente as que visaram abastecer o crescente mercado do litoral e do Vale do Itajaí. Embora seja visível a presença de carne bovina de outras procedências no varejo das maiores cidades do litoral e de Vale do Itajaí, no oeste, principal região pro-

duzida, tem crescido a presença de carne bovina produzida no Centro-Oeste e no Rio Grande do Sul.

O parque industrial é formado por cinco empresas com inspeção federal e 81 com inspeção estadual. A plantas industriais com inspeção federal, apesar de estarem mais estruturadas para atender ao mercado estadual, realizaram investimentos com vistas ao fornecimento ao mercado nacional e ao internacional. Mesmo assim, não se modernizaram suficientemente para suportar a concorrência da produção com origem nos grandes estados produtores. As mais importantes, por estarem localizadas fora das regiões de produção, possuem custos maiores, sobretudo de logística. Por isso, boa parte delas tem-se especializado em abastecer pequenos e médios municípios.

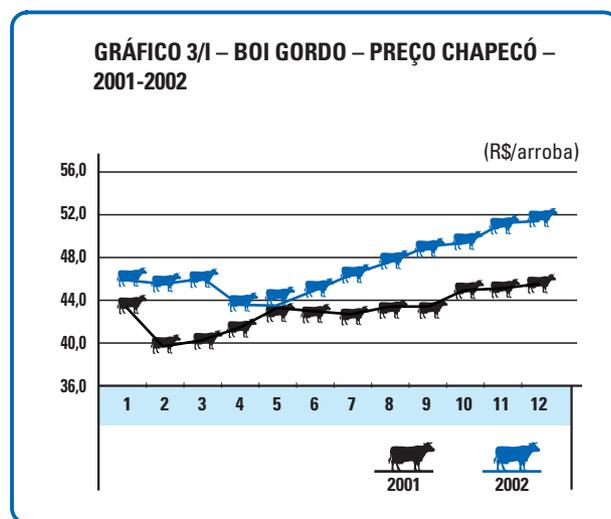
GRÁFICO 2/1 – SC – CARNE BOVINA – OFERTA E DEMANDA – 2000-2002



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Desempenho da produção catarinense

Os preços recebidos pelos pecuaristas entraram em um período de sustentação, apresentando pouca variabilidade ao longo do ano. Em 2001, apresentaram um comportamento de baixa até mesmo em plena entressafra, pois o produto local sofreu a influência das importações, da estabilidade do consumo e da oferta das demais carnes. Durante o ano de 2002, ao contrário do ano anterior, os preços tiveram um comportamento ascendente; na média, subiram 9,2%, sendo sustentados pelas exportações do país, mas a grande oferta de suínos e frangos a preços mais competitivos dificultou uma evolução mais consistente. Com este comportamento e mais a elevação dos custos de produção, o desempenho da atividade não correspondeu à expectativa dos pecuaristas.



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Jurandi Soares Machado



CARNE SUÍNA

Panorama Nacional

A produção nacional de 2002 atingiu, com o abate de 37,89 milhões de cabeças, 2,89 milhões de toneladas em equivalentes carcaças. O País contou com um plantel de matrizes de aproximadamente 2,9 milhões de cabeças, das quais 55% foram consideradas de alta produtividade. O encarecimento das rações, decorrente do aperto no suprimento de milho e do aumento dos preços dos insumos em geral, levou a uma diminuição do peso médio das carcaças, que ficaram em torno de 76,3 quilos.

A produção manteve-se fortemente concentrada no Sul, que deteve 57,6% do total da produção do País. A seguir veio o Sudeste, com 19,4%, e o Centro-Oeste, com 13,3%. A importância da atividade na Região Nordeste, embora já seja visível a participação da suinocultura industrial, advém do fato de destinar-se em grande parte a consumo próprio nas propriedades rurais.

TABELA 1/1 – CARNE SUÍNA – BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA BRASILEIRA – 2001-2002

(1.000 t)

SITUAÇÃO	BRASIL		
	2001	2002	Var %
Produção	2.730	2.872	5,21
Exportação	260	476	83,08
Disponibilidade	2.470	2.396	-2,99

FONTE: Abipecs, ABCS, Instituto Cepa/SC.

No mercado, as exportações, como em 2001, foram fundamentais para o enxugamento dos excedentes internos, pois o consumo esteve comprimido. A perda do poder aquisitivo dos consumidores e as

altas taxas de desemprego nas principais regiões consumidoras do País foram os dois principais fatores do engessamento do consumo interno.

Entre as carnes produzidas e exportadas pelo Brasil, a de suínos foi a que apresentou melhor taxa de crescimento. O País saltou da décima para a quarta posição no ranking dos maiores exportadores. Além da melhora na qualidade da carne nacional, a desvalorização cambial ajudou no aumento das vendas externas, que totalizaram 476 mil toneladas, um crescimento de 79,5% sobre 2001. Em receita, os embarques somaram US\$ 481,4 milhões, 34,0% a mais que no mesmo período do ano passado. Nos últimos três anos, com um crescimento médio de 60%, passou de US\$ 172 milhões em 2000 para US\$ 481,4 milhões em 2002, representando, no período, um crescimento de 180%.

Panorama Catarinense

A produção catarinense atingiu 688 mil toneladas, 24% da produção nacional. Em 2002, teve um crescimento moderadamente inferior ao apresentado pelo País, pois a atividade vem crescendo mais rapidamente no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Goiás.

TABELA 2/1 – CARNE SUÍNA – BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA CATARINENSES – 2001-2002

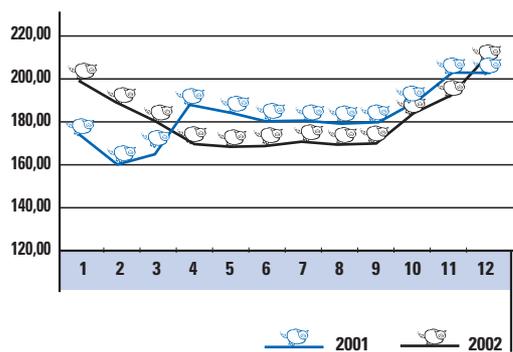
(1.000 t)

SITUAÇÃO	SANTA CATARINA		
	2001	2002	Var %
Produção	663	688	3,77
Exportação	170	258	51,76
Disponibilidade	493	430	-12,78

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Apesar do bom desempenho nas exportações, que representaram 54% das vendas do País, os preços recebidos pelos suinocultores estiveram em queda. A forte expansão da oferta manteve a produção represada, seja no campo, seja nas indústrias. Este represamento teve conseqüências negativas sobretudo para os suinocultores, para quem os preços recebidos mantiveram-se abaixo dos de 2001. A disponibilidade estadual caiu 12,8%; mesmo assim, foi insuficiente para sustentar os preços. No mercado interno, as vendas apresentaram recuperação a partir da segunda quinzena de setembro, puxadas pelas eleições. A partir desta data, os estoques diminuíram rapidamente, enquanto também se reduzia o peso médio de abate e se iniciava o movimento de recomposição dos estoques no varejo para atender às vendas de final de ano. Dessa forma, acirrou-se a concorrência na aquisição da matéria-prima, com efeito positivo sobre os preços recebidos pelos suinocultores.

GRÁFICO 1/1 – ÍNDICE DE PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES CATARINENSES – 2001-2002



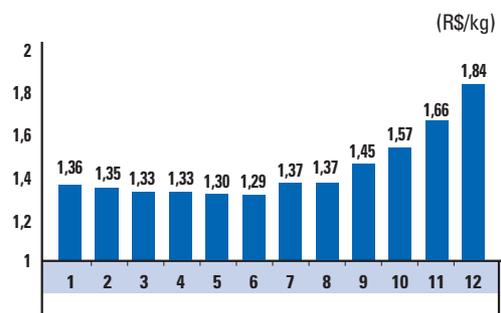
(Base: agosto/94=100)

FONTE: Instituto Cepa/SC.

As dificuldades econômicas dos suinocultores não se limitaram às restrições de demanda no mercado interno e de queda nos preços internacionais do pro-

duto. A quebra da safra nacional de milho, o aumento do consumo interno do cereal, o uso especulativo dos estoques em mãos de grandes produtores, o crescimento das exportações e as dificuldades de importação, seja pela desvalorização do real, seja pela proibição de importação de grãos transgênicos, levaram a um sério aperto no abastecimento, com os preços internos do milho igualando-se aos preços internacionais. Por outro lado, a elevação dos preços internacionais do farelo de soja e a crise cambial também explicam a forte elevação dos custos do arraçamento dos animais. Dessa forma, a crise econômica por que passou a atividade teve como origem a queda nos preços de venda, que, mesmo após iniciado o processo de recuperação, ainda foi insuficiente para reverter completamente as perdas para um grande número de produtores.

GRÁFICO 2/1 – CUSTO DE PRODUÇÃO – SISTEMA EFICIENTE – Out/2001-Out/2002



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Este quadro determinou um forte descarte de matrizes e forte concentração da produção nas integrações. O descarte de matrizes e o despovoamento de granjas se deram com maior velocidade entre os produtores independentes e os pequenos suinocultores familiares.



Perspectivas para 2003

As estimativas de 2003 para a produção nacional de carne suína mantêm forte tendência de queda, devendo situar-se entre 2,65 milhões e 2,76 milhões de toneladas, decréscimo entre 7,7% e 3,6% em relação a 2002. A queda nos alojamentos de matrizes de alta produtividade foi estimada em 6,6%. Os plantéis de matrizes tipificadas, que produzem acima de 18 terminados por ano, devem ficar abaixo de 1,48 milhão de animais, ante uma média de 1,57 milhão no ano passado. Os alojamentos dessas matrizes caíram significativamente no Sul, no Sudeste e no Nordeste. Como a expectativa de crescimento dos plantéis no Centro-Oeste não está se confirmando, torna-se mais concreta a diminuição da produção do País.

O mesmo raciocínio pode ser feito para o efetivo de matrizes de baixa produtividade (produção inferior a 18 terminados/matriz/ano), que também apresenta fortes indícios de queda. Este efetivo, de forma conservadora, está avaliado em 2,42 milhões de animais,

uma queda de aproximadamente 15% em relação aos alojamentos de 2002 (2,85 milhões de cabeças).

No Sul, região responsável por 57% da produção, há possibilidade de que a queda na oferta regional possa ser maior, sobretudo pelas informações qualitativas de que as produções do Paraná e do Rio Grande do Sul sinalizam encolhimento. No Sudeste, que representa 18% do total produzido no País, a oferta comporta-se também com forte tendência de baixa, diminuição nos alojamentos de matrizes, estabilidade na produtividade e peso médio de abate menor. No Centro-Oeste, apesar de os alojamentos de matrizes serem estáveis, a produção poderá ser maior por conta do aumento da produtividade e do peso médio de abate.

O pouco interesse na compra de reprodutores, o baixo desempenho das vendas de equipamentos, o crescimento do endividamento dos suinocultores e a pouca mobilidade das vendas no mercado interno são os principais indicadores de que a queda da produção continuará até se adequar à demanda.

TABELA 3/1 – PRODUÇÃO DE CARNE SUÍNA POR REGIÃO GEOGRÁFICA – BRASIL – 2002-2003 ⁽¹⁾

REGIÃO	MILHÕES DE CABEÇAS			MILHÕES DE TONELADAS		
	2002	2003	VAR %	2002	2003	VAR %
Sul	20,65	20,14	-2,5	1.646,9	1.606,9	-2,4
Sudeste	7,73	6,31	-18,3	561,7	496,1	-11,7
Centro -Oeste	5,21	5,23	0,5	385,6	411,4	6,7
Nordeste	3,35	2,90	-13,5	230,9	203,7	11,8
Norte	0,72	0,72	0,0	46,8	46,8	0,0
Brasil	37,66	35,30	-6,3	2.872,0	2.765,0	3,7

FONTE: Abipecs, ABCS
⁽¹⁾ Estimativa em 10/5/03.

Jurandi Soares Machado

LEITE

Produção Mundial

A produção mundial de leite continua em expansão. Neste ano de 2003, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), a produção de leite dos principais produtores mundiais deve atingir 392,305 bilhões de quilos. Isto representa cerca de 78% da produção mundial, que em 2003 deve ficar em torno de 505 bilhões de quilos (segundo a FAO, a produção mundial de 2002 atingiu 502,325 bilhões de quilos).

Entre os principais produtores mundiais, a produção da União Européia (UE) continua praticamente estabilizada e a dos Estados Unidos (EUA),

após um decréscimo em 2001, volta a aumentar. Ao longo dos anos, os crescimentos mais significativos continuam sendo os da Nova Zelândia e da Austrália, que em 2003 devem produzir, respectivamente, 14,204 bilhões e 11,000 bilhões de quilos. A projeção de redução na produção australiana de 2003 é circunstancial; decorre de adversidades climáticas.

A produção da Argentina, principal origem das importações brasileiras, continuou em processo de sensível redução. Segundo as estimativas mais recentes da Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Pesca y Alimentos, a produção de 2002 deve ter atingido apenas 8,150 bilhões de litros, quase 14% a menos que os 9,475 bilhões de litros de 2001. É o terceiro ano consecutivo de queda na produção.

TABELA 1/1 – PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA DE ALGUNS PAÍSES SELECIONADOS – 1998-2003

	(1.000 t métrica)					
	1998	1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽²⁾
União Européia	113.753	115.218	114.900	115.165	115.355	115.375
Estados Unidos	71.373	73.807	76.004	74.996	77.035	77.970
Índia	35.500	36.000	36.250	36.400	36.200	37.000
Federação Russa	33.000	32.000	31.900	33.000	33.250	33.200
Nova Zelândia	11.640	11.070	12.235	13.162	13.925	14.204
Polônia	12.500	12.068	11.800	11.894	12.000	12.200
Austrália	9.722	10.483	11.172	10.860	11.607	11.000
México	8.366	8.877	9.305	9.501	9.560	9.575
Canadá	8.200	8.164	8.161	8.106	8.130	8.170
Argentina	9.450	10.300	9.800	9.500	8.200	7.700
Outros principais	60.162	60.130	60.879	63.712	65.445	65.911
TOTAL	373.666	378.117	382.406	386.296	390.707	392.305

FONTES: Usda.
⁽¹⁾ Dado preliminar
⁽²⁾ Projeção



Produção brasileira, importação e exportação

Em relação à produção brasileira, não se descarta a possibilidade de que a de 2002 tenha sido menor que a de 2001, interrompendo um longo período de expansão. Esta suposição baseia-se no comportamento da produção recebida pelas indústrias inspecionadas.

Neste primeiro semestre de 2003, o IBGE divul-

gou os números preliminares da produção brasileira de leite recebida pelas indústrias com inspeção federal, estadual e municipal em 2002. Os números, ainda que sujeitos a pequenas alterações, confirmam aquilo que se pensava em boa parte do transcorrer de 2002, de que a produção não seria maior que a de 2001.

É importante registrar que, embora os números mostrem uma produção idêntica à de 2001, pode ter havido decréscimo, já que ano a ano o número de

TABELA 2/I – LEITE – PRODUÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO OS ESTADOS – 1985/2001

ESTADO/ANO	(1.000 litros)						
	1985	1995/96 ⁽¹⁾	1997	1998	1999	2000	2001
Minas Gerais	3.772.411	5.499.862	5.602.015	5.688.011	5.801.063	5.865.486	5.981.223
Goiás	1.055.295	1.830.057	1.868.976	1.978.579	2.066.404	2.193.799	2.321.740
Rio Grande do Sul	1.280.804	1.885.640	1.913.124	1.914.556	1.974.662	2.102.018	2.222.054
Paraná	919.892	1.355.487	1.579.837	1.625.226	1.724.917	1.799.240	1.889.627
São Paulo	1.810.408	1.847.069	2.003.165	1.981.966	1.913.499	1.861.425	1.783.017
Santa Catarina	603.704	869.419	852.169	870.809	906.540	1.003.098	1.076.084
Bahia	648.995	633.339	688.475	682.503	672.394	724.897	739.099
Rondônia	47.279	343.069	335.913	371.975	408.749	422.255	475.596
Pará	122.660	287.217	290.210	311.315	311.162	380.319	459.165
Rio de Janeiro	424.191	434.719	451.223	455.144	457.736	468.752	446.676
Mato Grosso do Sul	268.014	385.526	414.947	426.896	409.044	427.261	445.179
Mato Grosso	122.917	375.426	380.517	406.374	411.390	422.743	442.803
Espírito Santo	281.412	308.002	339.339	340.075	367.903	378.068	362.236
Pernambuco	308.419	406.606	357.853	285.827	266.171	292.130	360.266
Ceará	354.021	384.836	387.990	313.297	325.267	331.873	328.127
Alagoas	110.022	188.172	301.614	244.928	214.813	217.887	244.046
Tocantins	88.501	144.921	138.083	140.318	152.726	156.018	166.020
Maranhão	97.559	139.451	138.961	137.548	142.596	149.976	155.452
Rio Grande do Norte	140.735	158.815	161.629	129.904	129.165	144.927	143.074
Sergipe	92.933	134.392	127.228	118.022	122.424	115.142	112.873
Paraíba	172.938	154.923	149.802	86.863	95.684	105.843	105.547
Acre	18.146	32.538	31.831	32.850	36.625	40.804	85.773
Piauí	62.336	73.459	75.504	71.062	73.302	76.555	77.628
Amazonas	19.325	27.005	32.487	35.436	36.054	36.680	37.704
Distrito Federal	14.986	19.716	30.749	32.889	36.683	36.318	36.597
Roraima	7.426	9.534	9.523	8.816	10.000	9.958	9.043
Amapá	1.089	2.049	2.832	2.713	3.062	3.735	3.307
Brasil	12.846.418	17.931.249	18.666.010	18.693.914	19.070.048	19.767.206	20.509.953

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários de 1985 e de 1995-96 e Produção Pecuária Municipal.
Observação: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.
⁽¹⁾ Período de 1/8/95 a 31/7/96.

empresas cadastradas pelo IBGE tem aumentado. Ou seja, muito provavelmente o universo de empresas pesquisadas em 2002 foi maior do que o de 2001; não porque sejam empresas que passaram a funcionar apenas em 2002, mas por uma questão de atualização cadastral do IBGE, especialmente aquelas com inspeção estadual e municipal. Assim, é muito provável que a produção de 2001 esteja um pouco subestimada.

A consolidação destes números acerca da produção recebida pelas indústrias inspecionadas tem implicações diretas sobre as estimativas da produção total do Brasil. Algumas delas apontavam, para 2002, uma produção brasileira superior a 21 bilhões de litros.

Nas circunstâncias atuais (redução da população rural, redução de número de produtores de leite, aumento do volume comercializado por produtor, au-

TABELA 3/I – LEITE – COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO TOTAL E A DESTINADA À INDUSTRIALIZAÇÃO, SEGUNDO OS ESTADOS – 1998 E 2001

(1.000 litros)

ESTADO/ANO	1998			2001		
	TOTAL	RECEBIDA	(%)	TOTAL	RECEBIDA	(%)
Minas Gerais	5.688.011	3.126.620	55,0	5.981.223	3.700.598	61,9
Goiás	1.978.579	1.445.517	73,1	2.321.740	1.713.588	73,8
Rio Grande do Sul	1.914.556	1.254.129	65,5	2.222.054	1.679.885	75,6
Paraná	1.625.226	860.466	52,9	1.889.627	1.034.990	54,8
São Paulo	1.981.966	1.891.689	95,4	1.783.017	2.178.436	122,2
Santa Catarina	870.809	350.580	40,3	1.076.084	551.421	51,2
Bahia	682.503	244.752	35,9	739.099	254.262	34,4
Rondônia	371.975	294.004	79,0	475.596	386.276	81,2
Pará	311.315	93.484	30,0	459.165	168.228	36,6
Rio de Janeiro	455.144	492.538	108,2	446.676	432.195	96,8
Mato Grosso do Sul	426.896	178.224	41,7	445.179	191.766	43,1
Mato Grosso	406.374	180.258	44,4	442.803	213.363	48,2
Espírito Santo	340.075	174.341	51,3	362.236	169.261	46,7
Pernambuco	285.827	53.825	18,8	360.266	96.430	26,8
Ceará	313.297	85.036	27,1	328.127	86.000	26,2
Alagoas	244.928	68.721	28,1	244.046	96.205	39,4
Tocantins	140.318	16.528	11,8	166.020	59.986	36,1
Maranhão	137.548	17.673	12,8	155.452	30.309	19,5
Rio Grande do Norte	129.904	59.097	45,5	143.074	79.295	55,4
Sergipe	118.022	7.904	6,7	112.873	16.232	14,4
Paraíba	86.863	8.366	9,6	105.547	7.527	7,1
Acre	32.850	10.468	31,9	85.773	8.657	10,1
Piauí	71.062	14.092	19,8	77.628	11.348	14,6
Amazonas	35.436	137	0,4	37.704	-	-
Distrito Federal	32.889	65.271	198,5	36.597	46.169	126,2
Roraima	8.816	1.653	18,8	9.043	277	3,1
Amapá	2.713	-	-	3.307	-	-
Brasil	18.693.914	10.995.373	58,8	20.509.953	13.212.710	64,4

FUNTE: IBGE.

Observação: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.



mento do número de empresas com inspeção, aumento da infra-estrutura de coleta e comercialização de leite, aumento da fiscalização da comercialização clandestina), considerando que as estatísticas de produção inspecionada estejam corretas, é um contra-senso imaginar que a produção total de leite do Brasil possa crescer enquanto a comercializada está sendo reduzida.

Assim, é bastante razoável supor que a produção de 2002 tenha sido menor do que os 20,510 bilhões

de litros de 2001. Com base nesta lógica, o Instituto Cepa/SC estima a produção nacional de 2002 em patamar não muito longe de 20,0 bilhões de litros.

Como a produção brasileira recebida pelas indústrias vinha de consecutivos anos de crescimento, fica bastante caracterizado que níveis de preço como os verificados em 2001 sejam inviáveis para muitos produtores brasileiros. Afinal, a principal explicação para o decréscimo de produção em 2002 foi o baixo preço

TABELA 4/I – LEITE – PRODUÇÃO DESTINADA À INDUSTRIALIZAÇÃO, SEGUNDO OS ESTADOS – 1997-2002

ESTADO/ANO	(1.000 litros)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
Minas Gerais	2.919.134	3.126.620	3.230.842	3.329.695	3.700.598	3.634.385
São Paulo	1.942.549	1.891.689	1.860.143	2.132.671	2.178.436	2.383.167
Goiás	1.446.303	1.445.517	1.358.909	1.454.712	1.713.588	1.613.289
Rio Grande do Sul	1.291.685	1.254.129	1.381.343	1.556.944	1.679.885	1.569.595
Paraná	835.171	860.466	897.112	945.927	1.034.990	1.070.740
Santa Catarina	292.259	350.580	396.629	479.279	551.421	554.518
Rondônia	261.919	294.004	321.622	384.455	386.276	456.783
Rio de Janeiro	470.301	492.538	469.988	438.313	432.195	382.830
Mato Grosso	155.479	180.258	176.494	184.897	213.363	244.052
Bahia	257.466	244.752	245.234	252.322	254.262	223.713
Espírito Santo	197.628	174.341	149.344	147.829	169.261	200.112
Mato Grosso do Sul	177.043	178.224	163.101	174.232	191.766	191.286
Pará	44.740	93.484	101.930	137.855	168.228	181.512
Pernambuco	56.833	53.825	23.162	69.839	96.430	94.522
Alagoas	58.160	68.721	70.704	89.091	96.205	89.312
Ceará	88.635	85.036	86.263	94.880	86.000	86.852
Rio Grande do Norte	49.995	59.097	59.841	74.680	79.295	80.300
Tocantins	12.756	16.528	34.719	45.080	59.986	59.924
Maranhão	15.080	17.673	17.586	22.024	30.309	30.634
Distrito Federal	74.104	65.271	55.015	55.574	46.169	23.228
Sergipe	12.648	7.904	9.093	8.817	16.232	19.271
Piauí	12.524	14.092	11.121	11.342	11.348	12.433
Paraíba	5.604	8.366	8.556	7.979	7.527	9.594
Acre	8.437	10.468	8.350	8.167	8.657	9.228
Roraima	1.669	1.653	1.812	1.138	277	29
Amazonas	160	137	8	-	-	-
Brasil	10.688.279	10.995.373	11.138.930	12.107.741	13.212.710	13.221.307

FONTE: IBGE.
Obs.: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.
⁽¹⁾ Dados preliminares.

recebido em alguns meses de 2001, sobretudo no segundo semestre.

Quanto às importações brasileiras, em 2002, embora ainda longe das quantidades alcançadas de 1995 a 2000, apresentaram uma sensível recuperação. Mesmo tendo havido reduções nos preços internacionais de alguns lácteos, o crescimento das importações decorreu especialmente da firmeza dos preços internos e de um crescimento de de-

manda acompanhado de redução da produção interna.

Parte deste crescimento da demanda nacional resultou da ampliação das exportações brasileiras, cada vez mais significativas. Isto só reforça a tese de que, num quadro de mercado internacional com preços menos distorcidos por políticas de subsídio, o Brasil tem condições não apenas de reduzir sensivelmente as importações, como de ampliar as exportações.

TABELA 5/I – LEITE – PRODUÇÃO BRASILEIRA DESTINADA À INDUSTRIALIZAÇÃO, SEGUNDO OS MESES – 1997-2002

MÊS/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
Janeiro	958.143	1.030.320	1.028.956	1.083.710	1.193.407	1.195.537
Fevereiro	825.195	881.126	893.282	1.001.475	1.008.155	1.047.697
Março	863.303	905.385	940.534	988.188	1.060.550	1.078.325
Abril	801.042	820.389	874.957	899.857	1.004.622	1.060.808
Mai	809.520	832.587	879.926	901.861	1.014.858	1.063.712
Junho	789.274	825.582	847.894	861.098	1.049.435	1.039.875
Julho	880.115	869.001	909.341	918.272	1.107.755	1.064.154
Agosto	874.358	916.544	922.791	968.794	1.117.504	1.100.078
Setembro	857.648	924.670	898.472	1.024.031	1.102.850	1.058.913
Outubro	983.480	969.400	935.473	1.123.015	1.169.042	1.117.072
Novembro	998.307	994.168	965.151	1.132.015	1.176.927	1.146.884
Dezembro	1.047.894	1.026.201	1.042.153	1.205.425	1.207.605	1.248.252
Total	10.688.279	10.995.373	11.138.930	12.107.741	13.212.710	13.221.307

(1.000 litros)

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Dados preliminares.

TABELA 6/I – LEITE E DERIVADOS – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1992-2002

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1000)	VALOR MÉDIO (US\$/t)
1992	42.513	72.064	1.695
1993	87.718	149.155	1.700
1994	152.083	258.234	1.698
1995	355.619	610.406	1.716
1996	330.227	514.288	1.557
1997	318.747	454.670	1.426
1998	384.124	508.829	1.325
1999	383.674	439.951	1.147
2000	307.116	373.189	1.215
2001	141.189	178.607	1.265
2002	215.331	247.557	1.150

FONTE: Secex/Decex (Maio/03).



Produção catarinense

Em 2002, a produção catarinense deve ter continuado sua trajetória de crescimento, ainda que em nível mais discreto que nos anos recentes; em 2001, por exemplo, segundo o IBGE, a produção foi 7% superior à de 2000. Estima-se a produção total catarinense de 2002 em 1,114 bilhão de litros.

As estatísticas mostram que o volume de leite recebido pelas indústrias sob inspeção continua crescendo de forma ainda mais significativa que a produção total.

Isto se explica pela ampliação da quantidade vendida por produtor, pela ampliação de unidades de recepção e industrialização e pela regularização de estabelecimentos junto aos órgãos de inspeção; estes estabelecimentos já funcionavam de forma “clandestina” e a sua produção recebida acabava não entrando nas estatísticas.

A região oeste continua sendo aquela em que as taxas de crescimento da produção são as mais significativas, o que faz com que a cada ano seja maior a sua participação em relação ao total do estado.

TABELA 7/I – LEITE E DERIVADOS – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES – 2000-2002

PAÍS/ANO	QUANTIDADE (t)			VALOR (US\$ 1.000)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Argentina	148.767	59.758	94.442	231.798	101.596	128.471
Uruguai	97.912	42.670	63.204	69.024	29.124	69.637
Nova Zelândia	8.994	5.172	22.530	16.495	13.292	18.739
Estados Unidos	9.512	9.906	8.968	5.155	5.197	4.549
França	8.071	7.633	6.970	8.257	8.226	6.405
Canadá	4.946	2.078	1.503	2.082	872	882
Dinamarca	7.836	4.512	816	14.076	10.239	2.716
Alemanha	2.520	717	492	4.172	993	502
Outros	18.558	8.742	16.405	22.131	9.068	15.657
Total	307.116	141.189	215.331	373.189	178.607	247.557

FONTE: Secex/Decex (Jun/03).

TABELA 8/I – LEITE E DERIVADOS – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS – JANEIRO A MAIO – 1992-2003

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1.000)	VALOR MÉDIO (US\$/t)
1992	27.214	45.329	1.666
1993	22.409	40.733	1.818
1994	18.015	28.644	1.590
1995	149.428	245.281	1.641
1996	98.757	162.434	1.645
1997	128.318	186.098	1.450
1998	146.156	194.874	1.333
1999	133.754	162.514	1.215
2000	133.354	149.327	1.120
2001	72.678	91.450	1.258
2002	76.735	96.361	1.256
2003	42.297	54.531	1.289

FONTE: Secex/Decex (Jun/03).

TABELA 9/I – LEITE E DERIVADOS – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1992-2002

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1.000)	VALOR MÉDIO (US\$/t)
1992	3.694	10.023	2.713
1993	14.195	22.661	1.596
1994	1.339	2.726	2.035
1995	2.407	5.846	2.429
1996	7.786	19.257	2.473
1997	4.304	9.410	2.186
1998	3.000	8.105	2.702
1999	4.398	7.520	1.710
2000	8.928	13.361	1.497
2001	19.371	25.030	1.292
2002	40.123	40.246	1.003

FONTE: Secex/Decex (maio/03).

TABELA 10/I – LEITE E DERIVADOS – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – JANEIRO A MAIO – 1992-2003

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$1.000)	VALOR MÉDIO (US\$/t)
1992	419	1.626	3.882
1993	13.372	21.230	1.588
1994	571	1.156	2.026
1995	689	1.576	2.286
1996	3.205	7.402	2.309
1997	353	979	2.777
1998	1.596	3.951	2.475
1999	906	2.325	2.566
2000	2.993	4.266	1.425
2001	3.630	5.644	1.555
2002	14.190	16.932	1.193
2003	10.935	11.550	1.056

FONTE: Secex/Decex (Jun/03).

Comportamento dos preços em 2002

Depois de um 2001 adverso, o ano de 2002 foi de recuperação nos preços recebidos pelos produtores. Os preços médios recebidos em todas as bacias leiteiras catarinenses apresentaram um comportamento favorável na maior parte de 2002.

Alguns fatores ajudam a explicar a recuperação nos preços aos produtores: melhor distribuição das margens de lucro ao longo da cadeia produtiva; maior organização dos produtores; estabelecimento de fóruns de negociação; menor sazonalidade da produção em algumas regiões; encarecimento dos preços dos produtos importados; crescimento das exportações e comportamento da taxa de câmbio, entre outros.

Apesar disto, o que realmente mais pesou no comportamento dos preços aos produtores foi o apertado balanço nacional entre a oferta e a demanda, particularmente a redução na produção brasileira. Isto acirrou a disputa por matéria-prima entre as indústrias por praticamente todo o ano de 2002. Os preços cresceram mesmo durante o período de safra e, ao final do ano, os preços recebidos pelos produtores ainda eram crescentes.

Primeiro semestre de 2003 e perspectivas

A situação vivida em 2002 sinalizava para um ano 2003 com preços favoráveis aos produtores. No caso de Santa Catarina, pode-se dizer que isto foi confirmado por todo o primeiro semestre, quando, em todas as bacias leiteiras do estado, os preços aos produtores foram melhores que os do segundo semestre de 2002.

Isto não significa que os preços tenham sido crescentes por todo o semestre. Iniciaram o ano em ascensão e, apesar de oscilações entre as regiões, na maior parte dos casos dá para dizer que se estabilizaram a partir do início de março. Nos meses de maio e junho, na maioria das regiões produtoras do estado, a tendência passou a ser de gradativos e discretos decréscimos, razão por que se intensificaram as cogitações sobre a possibilidade de novas reduções.

Em outras regiões do Brasil, a situação não era muito diferente. Algumas indústrias reduziram os preços pagos aos produtores e outras davam claras indicações da necessidade de fazê-lo. Uma das razões apontadas para este comportamento dos preços em plena entressafra era a redução de consumo de lácteos em praticamente todo o País.

O mais provável, entretanto, é que, além de eventuais reduções no consumo de alguns lácteos, também passou a



TABELA 11/I – LEITE – PRODUÇÃO CATARINENSE, SEGUNDO AS MICRO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – 1985/2001

(1.000 litros)

MICRO E MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	1985	1995/96 ⁽¹⁾	1997	1998	1999	2000	2001
Chapecó	75.139	145.240	129.259	122.634	128.853	167.553	178.197
Concórdia	50.351	90.351	93.115	94.276	99.731	103.502	118.424
Joaçaba	60.603	83.293	85.555	88.039	90.078	93.365	94.706
São Miguel do Oeste	61.030	128.612	131.120	142.955	159.156	174.002	204.483
Xanxerê	23.370	37.655	33.945	36.660	39.058	64.392	70.109
Oeste Catarinense	270.493	485.151	472.994	484.564	516.876	602.814	665.919
Canoinhas	21.609	46.422	47.640	44.675	43.396	46.320	46.470
Joinville	32.659	22.900	23.787	22.851	23.168	22.513	20.177
São Bento do Sul	4.401	4.903	5.150	5.150	5.141	5.219	5.259
Norte Catarinense	58.669	74.225	76.577	72.676	71.705	74.052	71.906
Florianópolis	6.767	6.392	6.534	7.066	7.931	7.936	7.949
Tabuleiro	9.219	12.436	10.649	13.126	13.353	15.196	15.541
Tijucas	9.509	9.315	7.480	7.766	8.055	9.303	9.940
Grande Florianópolis	25.495	28.143	24.663	27.958	29.339	32.435	33.430
Campos de Lages	34.315	36.567	36.687	39.162	40.170	40.507	41.448
Curitibanos	12.838	14.708	14.926	14.824	14.699	13.667	13.246
Serrana	47.153	51.275	51.613	53.986	54.869	54.174	54.694
Araranguá	14.526	14.778	14.647	14.596	12.081	11.586	11.641
Criciúma	14.781	18.004	17.518	16.663	16.380	17.630	18.348
Tubarão	32.866	48.245	49.016	49.259	49.456	50.278	50.650
Sul Catarinense	62.173	81.027	81.181	80.518	77.917	79.494	80.639
Blumenau	48.995	38.971	39.620	40.781	41.217	40.702	39.990
Itajaí	5.908	6.737	6.825	7.866	8.829	8.871	9.643
Ituporanga	18.879	22.964	21.379	23.922	24.945	26.205	30.225
Rio do Sul	65.939	80.925	77.321	78.478	80.778	84.367	89.650
Vale do Itajaí	139.721	149.597	145.145	151.047	155.769	160.145	169.508
Santa Catarina	603.704	869.418	852.169	870.809	906.540	1.003.098	1.076.084

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾ Período de 1/8/95 a 31/7/96.

Obs.: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.

TABELA 12/I – LEITE – PRODUÇÃO CATARINENSE INSPECIONADA – TOTAL DAS INDÚSTRIAS E POSTOS DE RESFRIAMENTO – 1997-2002

(1.000 litros)

ANO/MÊS	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	36.772	40.450	37.109	44.983	59.862	64.966
Fevereiro	32.833	36.116	34.005	42.641	54.707	54.074
Março	33.285	36.613	35.092	41.754	55.139	54.056
Abril	29.691	32.660	31.872	37.788	49.603	49.744
Mai	29.686	32.655	32.878	41.330	51.308	52.966
Junho	29.753	32.728	33.379	43.898	52.513	58.475
Julho	32.966	36.263	41.677	49.478	60.264	63.915
Agosto	35.896	39.485	44.926	54.780	65.788	69.942
Setembro	36.819	40.501	46.153	56.115	67.480	70.302
Outubro	38.493	42.343	44.233	53.964	67.271	74.292
Novembro	38.262	42.088	43.709	53.325	66.651	71.206
Dezembro	39.916	43.908	45.456	55.456	69.414	72.063
Total	414.372	455.809	470.489	575.513	720.000	756.000

FONTE: Estimativas do Instituto Cepa/SC.

pesar nestas reduções de preço uma maior oferta de matéria-prima, sobretudo em comparação com o ano passado.

Como o ano de 2002 e o início de 2003, mesmo havendo alguma pressão de custo de produção, foram períodos de recuperação nos preços recebidos e nas margens de rentabilidade de muitos produtores, é muito razoável supor que as produções de vários estados e a nacional estejam em crescimento.

Mesmo que os preços recebidos venham a decrescer de forma mais sensível no transcorrer do segundo semestre, a exemplo de 2002, este ano deverá ser considerado favorável para a maior parte dos produtores catarinenses.

Assim, é muito provável que a produção estadual de leite siga a sua trajetória de crescimento dos últimos anos e este produto consolide ainda mais a sua importância para o desenvolvimento de muitos municípios do estado.

TABELA 13/I – LEITE – PRODUÇÃO DESTINADA À INDUSTRIALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA, SEGUNDO OS MESES – 1997-2002

ANO/MÊS	(1.000 litros)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
Janeiro	23.853	29.281	32.759	37.729	47.386	48.827
Fevereiro	21.117	25.289	30.056	35.587	39.441	44.144
Março	22.792	25.564	30.139	33.657	39.428	44.186
Abril	20.165	23.927	27.719	31.437	36.283	42.514
Mai	19.611	24.528	28.802	33.723	38.633	42.812
Junho	19.246	26.538	28.826	36.344	42.651	43.745
Julho	23.469	30.939	34.013	39.798	46.619	46.393
Agosto	25.610	32.759	36.974	43.687	51.015	47.420
Setembro	28.034	33.806	37.701	46.278	51.278	45.791
Outubro	30.607	34.061	36.003	48.298	54.188	49.885
Novembro	28.259	31.479	35.569	45.356	51.937	47.513
Dezembro	29.496	32.409	38.068	47.385	52.562	51.288
Total	292.259	350.580	396.629	479.279	551.421	554.518

FONTES: IBGE.

⁽¹⁾Dados preliminares.

TABELA 14/I – LEITE – PREÇOS MÉDIOS(1) RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA – 1997-2003

ANO/MÊS	(R\$/l)							(US\$/l)						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Janeiro	0,21	0,21	0,23	0,26	0,25	0,27	0,41	0,20	0,19	0,15	0,14	0,13	0,11	0,12
Fevereiro	0,21	0,21	0,22	0,27	0,25	0,27	0,42	0,20	0,19	0,11	0,15	0,12	0,11	0,12
Março	0,21	0,21	0,23	0,27	0,26	0,28	0,43	0,20	0,19	0,12	0,15	0,12	0,12	0,12
Abril	0,21	0,22	0,23	0,27	0,28	0,30	0,44	0,20	0,19	0,14	0,15	0,13	0,13	0,14
Mai	0,21	0,23	0,23	0,29	0,30	0,32	0,43	0,19	0,20	0,14	0,16	0,13	0,13	0,15
Junho	0,23	0,23	0,23	0,30	0,32	0,33	0,44	0,21	0,20	0,13	0,17	0,13	0,12	0,14
Julho	0,24	0,24	0,26	0,32	0,33	0,34		0,22	0,21	0,14	0,18	0,13	0,12	
Agosto	0,23	0,24	0,25	0,35	0,30	0,35		0,21	0,20	0,13	0,19	0,12	0,11	
Setembro	0,22	0,24	0,25	0,34	0,26	0,35		0,20	0,20	0,13	0,18	0,10	0,10	
Outubro	0,22	0,23	0,23	0,31	0,24	0,35		0,20	0,19	0,12	0,16	0,09	0,09	
Novembro	0,21	0,23	0,24	0,27	0,25	0,36		0,19	0,19	0,12	0,14	0,10	0,10	
Dezembro	0,21	0,22	0,25	0,25	0,26	0,38		0,19	0,18	0,14	0,13	0,11	0,10	
Média	0,22	0,23	0,24	0,29	0,28	0,33	0,43	0,20	0,19	0,13	0,16	0,12	0,11	0,13

FONTES: Instituto Cepa/SC.

⁽¹⁾Posto na plataforma das indústrias.



MEL

Panorama mundial

Para 2002, segundo informações da FAO, a produção mundial de mel de abelha atingiu aproximadamente 1,27 milhão de toneladas, proporcionando um valor bruto anual da ordem de 1,8 bilhão de dólares. Esse montante, todavia, aumenta sensivelmente à medida que às atividades melíferas são agregados às vendas produtos, subprodutos (como geléia real, pólen) e serviços (polinização). Os países de maior expressão, por ordem de importância na produção, são a China, os Estados Unidos, a Argentina, a Turquia, a

Ucrânia, o México e a Índia, responsáveis por mais da metade (54%) do volume físico total gerado, conforme mostra a tabela 1.

Além da produção de mel, as abelhas realizam também o trabalho de polinização, que exerce papel significativo no aumento da qualidade e da produtividade dos produtos agropecuários na maioria dos países. Para se ter uma idéia, nos Estados Unidos praticamente todas as lavouras e pastagens se utilizam desses serviços; na Europa e no Canadá quase toda a produção de hortaliças (obtida em estufa) é resultante dos serviços da polinização.

Os dados da FAO mostram que em 2001 foram exportadas 360,3 mil toneladas de mel in natura para os principais centros consumidores mundiais, representando um montante de 440,1 milhões de dólares. Somente o mercado chinês e o argentino se destacam, sendo responsáveis pela metade do volume total transacionado. Apesar da diminuição de 2,9% no volume comercializado em relação ao ano anterior, observa-se um incremento nos valores comercializados, demonstrando uma relativa recuperação nos preços de venda do produto da ordem de 0,77%, conforme mostram os dados das tabelas 2 e 3.

Observa-se, entretanto, que alguns países com relativa participação na produção mundial de mel e com destaque nas vendas para o mercado externo aparecem nas estatísticas também como importadores potenciais, caso da Alemanha e dos Estados Unidos.

As tabelas 4 e 5 permitem visualizar o comportamento das quantidades e dos valores das importações nos principais países no período de 1997 a 2001.

TABELA 1/1 – MEL – QUANTIDADE PRODUZIDA NO MUNDO E NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 1998-2002 (t)

PAÍS	1998	1999	2000	2001	2002
Mundo	1.188.401	1.234.308	1.246.432	1.255.271	1.270.002
Alemanha	16.306	20.286	20.409	25.951	22.000
Angola	22.000	22.000	23.000	23.000	23.000
Argentina	75.000	98.000	93.000	80.000	85.000
Austrália	22.021	18.852	21.381	21.500	21.500
Brasil	20.562	22.356	25.266	25.831	22.000
Canadá	46.080	37.100	31.857	35.388	33.297
China	210.691	236.283	251.839	254.758	257.800
Espanha	32.700	30.456	31.000	31.000	32.000
Estados Unidos	99.930	94.000	99.945	84.335	90.000
Etiópia	28.000	28.500	29.000	28.000	28.000
França	17.212	18.097	15.691	15.383	15.000
Índia	51.000	51.000	52.000	52.000	52.000
Quênia	24.700	24.800	24.940	24.940	24.940
México	55.297	55.323	58.935	59.069	55.189
Tanzânia	25.000	25.500	26.000	26.500	26.500
Turquia	67.490	67.259	61.091	60.190	60.190
Ucrânia	58.899	55.451	52.439	60.043	60.000

FONTE: FAO.

TABELA 2/I – MEL – QUANTIDADE EXPORTADA, TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 1997-2001 (t)

PAÍS	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	268.973	306.725	340.282	370.995	360.285
Alemanha	13.061	13.574	17.149	22.307	20.273
Argentina	70.422	68.301	93.103	88.467	73.032
Austrália	13.287	10.363	10.363	9.077	8.486
Bélgica-Luxemburgo	2.297	2.963	3.336	5.652	6.017
Canadá	8.408	11.481	14.717	15.513	12.862
Chile	1.565	4.436	1.745	4.616	6.506
China	48.306	78.787	87.364	103.042	106.868
Cuba	3.776	4.499	5.151	5.697	6.000
Espanha	9.619	9.708	7.019	8.892	7.968
Estados Unidos	4.111	5.024	5.043	4.746	3.409
França	2.674	3.108	3.306	3.021	2.997
Hungria	7.675	9.262	9.889	12.806	12.725
Itália	2.617	2.254	3.435	3.295	3.710
México	26.900	32.441	22.477	31.115	22.923
Romênia	8.478	5.743	7.235	7.512	6.869
Uruguai	7.714	5.181	10.647	2.899	9.646
Vietnã	2.443	5.400	3.000	3.400	7.600

FONTE: FAO.

TABELA 3/I – MEL – VALOR DAS EXPORTAÇÕES, TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 1997-2001 (US\$ 1.000,00)

PAÍS	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	461.108	456.341	429.349	436.799	440.137
Alemanha	33.406	32.899	35.418	38.606	34.737
Argentina	108.361	88.533	95.729	87.203	71.508
Austrália	22.159	15.695	15.428	14.337	13.165
Bélgica-Luxemburgo	5.178	6.242	4.952	9.877	9.273
Canadá	17.054	19.596	20.840	21.117	21.249
Chile	2.498	5.622	2.088	4.811	6.649
China	69.200	86.620	78.673	86.892	98.818
Cuba	5.766	6.231	8.079	5.831	6.150
Espanha	20.329	20.667	14.316	17.238	14.476
Estados Unidos	7.858	9.317	8.809	8.121	6.388
França	7.704	9.459	9.416	8.440	7.830
Hungria	14.059	19.621	15.906	16.413	19.255
Itália	7.144	6.413	7.851	6.541	7.856
México	41.090	41.511	25.277	34.805	28.086
Romênia	11.778	8.495	8.470	7.727	8.339
Uruguai	12.173	7.015	10.935	2.940	9.247
Vietnã	3.280	6.500	2.700	3.400	8.700

FONTE: FAO.

TABELA 4/I – MEL – QUANTIDADE IMPORTADA, TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 1997-2001 (t)

PAÍS	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	320.504	326.116	349.807	372.170	356.630
Alemanha	83.295	93.552	89.617	95.016	92.200
Arábia Saudita	4.661	6.042	5.200	6.397	7.730
Áustria	4.208	4.439	5.634	4.430	4.612
Brasil	1.665	2.420	1.821	287	254
Bélgica-Luxemburgo	7.499	9.061	8.672	10.144	10.475
Canadá	1.992	2.409	2.859	2.824	5.210
China	2.297	1.977	2.817	3.552	1.599
Dinamarca	3.228	6.858	5.161	5.596	6.557
Espanha	7.169	10.260	13.335	13.625	14.756
Estados Unidos	75.950	60.039	82.791	89.890	65.749
França	11.946	12.503	15.319	15.724	15.547
Grécia	2.294	3.352	2.616	2.079	2.433
Itália	12.201	12.074	12.439	12.487	11.961
Japão	34.318	29.425	34.658	40.077	40.188
Holanda	5.530	6.789	8.314	8.234	4.549
Reino Unido	21.223	24.699	22.902	22.748	26.151
Suécia	2.355	2.901	2.926	2.348	2.435
Suíça	6.399	6.328	6.722	6.784	6.921

FONTE: FAO.

TABELA 5/I – MEL – VALOR DAS IMPORTAÇÕES, TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES – 1997-2001 (US\$ 1.000,00)

PAÍS	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	541.072	487.164	453.784	440.115	459.563
Alemanha	130.383	136.481	112.473	104.894	110.395
Arábia Saudita	14.738	14.532	10.000	13.323	26.517
Áustria	8.468	8.539	7.992	6.374	6.975
Brasil	3.360	4.430	2.504	568	413
Bélgica-Luxemburgo	12.367	14.311	11.126	13.973	13.937
Canadá	3.279	3.143	3.437	3.195	5.440
China	2.408	2.068	2.769	2.858	1.981
Dinamarca	5.415	10.560	6.970	6.026	7.171
Espanha	10.427	12.932	13.910	13.347	14.804
Estados Unidos	124.852	81.020	91.685	96.018	76.350
França	23.869	24.374	25.711	21.735	22.563
Grécia	3.343	5.413	4.284	2.713	3.597
Itália	20.478	19.364	16.672	15.021	15.028
Japão	50.167	34.597	36.248	38.747	41.776
Holanda	12.200	12.542	15.316	12.366	7.596
Reino Unido	37.282	35.682	26.634	23.790	29.270
Suécia	5.870	6.233	5.571	4.124	4.386
Suíça	13.572	13.670	13.457	11.708	12.414

FONTE: FAO.



Panorama nacional

O Brasil possui uma expressiva extensão territorial com vegetação e clima diversificados e favoráveis à exploração apícola, que se expande gradativamente a cada ano nos principais estados, contribuindo para o aumento de sua participação na produção de mel, que na década de 70 ocupava o 17º lugar no ranking mundial, para o 14º lugar nos anos recentes, graças aos trabalhos de parceria entre os diversos agentes do setor, tornando os produtos e subprodutos mais competitivos, conciliando competência, qualidade, marca, preços e investimentos em inovação de processos, marketing, bem como em recursos humanos.

A apicultura nacional é uma atividade que a cada ano contribui ativamente na geração de benefícios econômicos e sociais, gerando mais de meio milhão de empregos diretos, dentre os quais os serviços de manutenção dos apiários, a produção de equipamentos e o manejo de produtos e serviços de mel, pólen, cera, geléia real e polinização de pomares, entre outros.

Em 2001, o IBGE informava uma produção nacional de mel de 25,8 mil toneladas, apresentando um acréscimo de 400 toneladas em relação ao ano anterior. Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Piauí foram os maiores produtores, respondendo por mais de 80% do volume total produzido, conforme mostra a tabela 6.

TABELA 6/1 – MEL – PRODUÇÃO BRASILEIRA E DOS PRINCIPAIS ESTADOS – 1997-2001 (t)

ESTADO	1997	1998	1999	2000	2001
Brasil	21.484	20.562	22.356	25.266	25.831
Rio Grande do Sul	5.440	5.717	5.985	5.815	6.045
Santa Catarina	3.432	3.474	3.344	3.984	3.775
Paraná	2.418	2.209	2.540	2.871	2.925
Minas Gerais	1.278	1.573	1.885	2.101	2.068
São Paulo	2.350	1.956	1.805	1.830	2.053
Piauí	1.720	1.127	1.587	1.863	1.741
Demais estados	2.422	2.253	2.605	3.401	3.612

FORNTE: IBGE.

Entretanto, a Confederação Brasileira de Apicultores (CBA) estima que a produção brasileira de mel deverá oscilar entre 38 mil e 42 mil toneladas.

A mesma fonte informa que a atividade apícola carece, na maioria dos estados produtores, de informações estatísticas uniformes, principalmente nos segmentos de produção, beneficiamento e comercialização, focando pontos fundamentais como: produção existente, número de apicultores (profissional e amador), entrepostos de venda (número existente, onde se encontram e qual a sua capacidade), prática de manejo dos apiários e do mel extraído, embalagem (especificando a origem do produto, tipo de florada, data de validade) e selo de qualidade, dentre outros.

O trabalho de parceria em alguns estados produtores ainda é incipiente, devendo intensificar-se gradativamente, propiciando uma maior integração e conscientização entre a federação, as associações de apicultores e os diversos agentes da cadeia produtiva de mel.

A apicultura brasileira conta atualmente com uma confederação nacional, oito federações, cerca de 650 associações organizadas e instituídas e aproximadamente 1.500 entrepostos de venda. Possui, ainda, aproximadamente 180 mil apicultores e cerca de 1,8 mil colmeias. Ressalta-se que esses números devem aumentar substancialmente à medida que forem computados os agricultores que exploram a atividade apenas como uma fonte de renda complementar da família.

Enquanto na Alemanha o consumo de mel atinge cerca de 2,4 kg/hab/ano, no Brasil segundo a Epagri/Cepea, situa-se entre 200 e 250 gramas/hab/ano – volume considerado baixo, como consequência da pouca divulgação entre a população (mediante a promoção de feiras, exposições, seminários, serviços de marketing, etc.) e da falta de conhecimento sobre os diversos benefícios resultantes do uso regular de seus produtos e subprodutos (geléia real, pólen, própolis, etc.), fazendo que algumas pessoas o utilizem apenas para fins medicinais (cura

de gripe, regulador de intestino, etc.), ao invés de uma fonte complementar de alimento.

O Brasil, a cada ano, vem conquistando novos espaços e aumentando gradativamente o volume de negócios internacionais de produtos de mel e seus derivados, principalmente com os mercados da Alemanha, dos Estados Unidos, da Argentina, do Japão e do Uruguai.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior e do Departamento de Operações de Comércio Exterior (Secex/Decex), as vendas nacionais para esses mer-

cados crescem sensivelmente, passando de 2,5 mil toneladas em 2001 para 12,6 toneladas em 2002. Em 2003, somente nos cinco primeiros meses o volume comercializado já atingiu 7,8 mil toneladas, conforme mostra a tabela 7. Observa-se também, através dos dados apresentados na tabela 8, que a cada ano o Brasil consegue obter no mercado externo preços médios mais elevados, em função da melhor performance do produto que concilia qualidade, desempenho e apresentação.

TABELA 7/I – MEL – QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, POR ESTADO – 2000-2003

ESTADO	VALOR FOB (US\$ 1000,00)				QUANTIDADE (t)			
	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Ceará	-	236,9	3.461,9	1.641,5	-	244,5	1.965,6	647,7
Minas Gerais	8,9	50,2	1.561,4	1.157,5	0,8	41,7	902,2	493,8
Paraná	0,2	146,5	1.682,3	2.234,3	0,1	122,9	848,6	942,1
Piauí	-	-	1.278,3	4.426,9	-	-	741,3	1.811,5
Rio Grande do Sul	-	-	164,9	396,2	-	-	77,1	174,3
Santa Catarina	262,5	2.042,3	4.634,3	4.240,0	243,6	1.814,5	2.717,8	1.775,2
São Paulo	39,1	249,6	10.348,7	4.524,9	12,6	197,3	5.387,0	1.899,8
Demais estados	20,4	83,9	9,4	47,8	11,8	67,8	0,9	20,1
Total	331,1	2.809,6	23.141,2	18.669,1	268,9	2.488,7	12.640,5	7.764,5

FONTE: Secex/Decex (jun/03).
⁽¹⁾ Acumulado nos meses de janeiro a maio de 2003.

140

TABELA 8/I – MEL DE ABELHA – PREÇOS MÉDIOS OBTIDOS ATRAVÉS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, POR ESTADO – 2000-2003
 (US\$/t)

ANO	CEARÁ	MINAS GERAIS	PARANÁ	SÃO PAULO	RIO GRANDE DO SUL	SANTA CATARINA	MÉDIA NACIONAL
2000	-	-	2.000,0	3.103,2	-	1.077,60	1.231,3
2001	968,9	1.203,8	1.192,0	1.265,1	-	1.125,50	1.128,9
2002	1.761,2	1.730,7	1.982,4	1.921,1	2.138,8	1.705,20	1.830,7
2003	2.534,4	2.344,1	2.371,6	2.381,8	2.273,1	2.388,50	2.404,4

FONTE: Secex/Decex (jun/03).



Panorama estadual

O estado de Santa Catarina possui uma farta vegetação natural e cultivada, considerada de boa qualidade floral e melífera, que proporciona excelentes condições para a exploração da atividade apícola, atuando como fonte complementar da renda familiar do produtor.

A apicultura estadual, a exemplo da nacional, produz mel, cera, própolis, geléia real e pólen, dentre outros produtos, além de realizar os serviços de polinização que contribuem para a melhoria da produtividade da maioria dos produtos agrícolas (frutas, sementes, grãos, etc.).

Entre profissionais e amadores, Santa Catarina conta com mais de 30 mil apicultores, responsáveis pela exploração de aproximadamente 400 mil colmeias distribuídas em todo o seu território. Deste contingente, cerca de três mil são considerados profissionais e têm na apicultura a principal fonte de renda, enquanto os 90% restantes são amadores e consideram a apicultura uma atividade secundária e apenas fonte complementar de renda da família.

O setor apícola estadual conta com o apoio de uma federação, 68 associações de apicultores e 40 entrepostos de compra e venda (embora alguns operem precariamente), que dão apoio aos segmentos de produção, processamento e comercialização.

A atividade é explorada praticamente em todo o território. As maiores produções (IBGE-2001) estão concentradas nas mesorregiões Sul Catarinense, Oeste Catarinense e Serrana. Dependendo da região produtora, o rendimento médio varia entre 14 e 26 kg/colmeia, com alterações variáveis principalmente em função das condições climáticas (índice pluviométrico e de insolação, temperaturas, umidade relativa, etc.), localização geográfica, disponibilidade de florada, dentre outros fatores que poderão influenciar no trabalho das abelhas, além da qualidade e do sabor do mel.

Segundo a Epagri/Cepea e a FAASC, a maior densidade de colmeias por apicultor encontra-se nas mesorregiões Sul Catarinense, Serrana e Vale do Itajaí. Quanto ao emprego de florada na produção de mel, no sul predominam as flores de eucalipto, no Planalto Norte Catarinense as flores de vassoura (carqueja) e bracatinga e demais silvestres, no Alto Vale do Itajaí as flores silvestres, enquanto no Oeste Catarinense o néctar é extraído das flores silvestres, da uva-do-japão e da laranja.

A Tabela 9 mostra os meses de colheita de mel, o tipo de florada predominante, o número de colmeias por apicultor e o rendimento por colmeia nas mesorregiões de Santa Catarina.

Segundo o IBGE, a produção catarinense de mel atingiu, em 2001, 3,9 mil toneladas, mantendo a

TABELA 9/I – MEL – PERÍODO DE COLHEITA, TIPO DE FLORADA, NÚMERO DE COLMEIA POR APICULTOR E RENDIMENTO POR COLMEIA, POR MESORREGIÃO GEOGRÁFICA – SANTA CATARINA – 2002

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	PERÍODO DE COLHEITA	TIPO DE FLORADA PREDOMINANTE	COLMEIA/ APICULTOR (nº)	RENDIMENTO/COLMEIA (kg)
Oeste Catarinense	agosto a novembro	silvestre, uva-do-japão e laranja	7	13,007
Norte Catarinense	setembro a novembro	silvestre, vassouras e bracatinga	26	14,521
Serrana	setembro a dezembro	silvestre, vassouras e bracatinga	23	18,336
Grande Florianópolis	setembro a novembro	silvestre	26	15,814
Vale do Itajaí	agosto a dezembro	silvestre	34	16,986
Sul Catarinense	março a maio	eucalipto	87	25,830

FONTE: Epagri/Cepea e FAASC.

segunda posição nacional, uma vez que o primeiro lugar pertence ao estado do Rio Grande do Sul (Tabela 10). Entretanto, as projeções da Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina - que considera, inclusive, o volume de mel comercializado no mercado informal - indicam que a produção deverá

ultrapassar em mais de 50% os dados oficiais. Em 2002, a Faasc estimava um volume de mel produzido entre 6 mil e 6,5 mil toneladas, como consequência das condições climáticas favoráveis, que propiciaram a formação de florada abundante, facilitando o trabalho das abelhas, além de fornecer mel de boa qualidade.

TABELA 10/1 – MEL – QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA – SANTA CATARINA – 1997-2001

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					PARTICIPAÇÃO % NO PERÍODO
	1997	1998	1999	2000	2001	
Santa Catarina	3.431,8	3.474,1	3.344,3	3.983,7	3.894,7	100,00
Araranguá	91,0	176,0	84,5	120,0	120,0	3,26
Blumenau	117,7	139,8	111,0	122,0	161,4	3,60
Campos de Lages	420,2	428,1	392,0	535,8	578,2	12,99
Canoinhas	401,0	424,0	422,0	418,0	290,5	10,79
Chapecó	215,4	245,8	239,1	296,6	294,6	7,12
Concórdia	216,8	108,0	100,4	120,3	134,3	3,75
Criciúma	686,7	519,1	398,1	723,5	660,5	16,48
Curitibanos	121,7	98,1	102,5	108,1	115,0	3,01
Florianópolis	27,0	31,7	43,1	43,3	47,2	1,06
Itajaí	15,4	15,2	16,9	17,4	17,4	0,40
Ituporanga	15,5	73,0	83,6	74,2	75,6	1,78
Joaçaba	306,2	234,6	260,7	263,6	244,2	7,22
Joinville	16,4	30,7	28,9	28,4	28,5	0,73
Rio do Sul	83,6	147,0	191,9	172,9	188,4	4,32
São Bento do Sul	65,0	43,0	46,5	46,7	47,6	1,37
São Miguel d'Oeste	149,0	193,2	264,3	293,8	280,1	6,51
Tabuleiro	121,0	195,4	213,2	180,5	211,5	5,08
Tijucas	57,0	72,8	75,6	86,6	89,8	2,11
Tubarão	214,9	199,8	174,7	227,2	211,9	5,67
Xanxerê	100,6	98,8	95,4	104,9	98,1	2,75

FONTE: IBGE.

Quanto ao destino do mel e derivados, estima-se que aproximadamente 20% da produção seja consumida no mercado catarinense. Os demais 80% são comercializados nos centros consumidores interestaduais, principalmente

São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e Tocantins, bem como no mercado internacional, concentrando os negócios na Alemanha (maior parceiro comercial), na Argentina, no Japão e no Uruguai.



Os preços no mercado interno, que em 2000 e 2001 apresentaram relativa baixa, começaram a dar sinais de recuperação a partir de 2002, mantendo-se em alta também durante o primeiro semestre de 2003, propiciando ao setor o retorno dos recursos financeiros empregados, bem como a possibilidade de investimento e implantação de novos apiários.

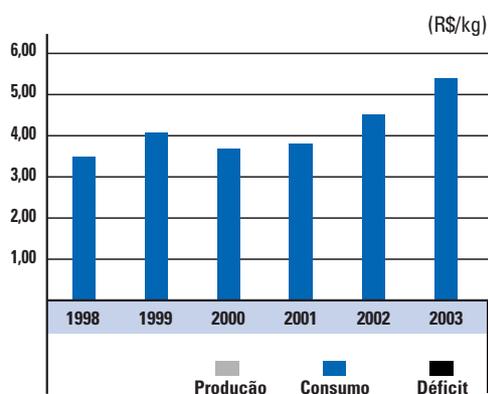
O comportamento de preços mensais recebidos pelo apicultor de Santa Catarina, no período de janeiro de 1998 a maio de 2003, é mostrado na tabela 11 e no gráfico 1.

TABELA 11/I – MEL – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELO APICULTOR DE SANTA CATARINA – 1998-2003 (R\$/kg)

MÊS	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Janeiro	3,48	3,43	3,32	4,08	4,28	5,13
Fevereiro	3,56	3,54	3,47	3,88	4,29	5,17
Março	3,24	3,53	3,42	3,91	4,38	5,25
Abril	3,31	3,52	3,40	3,64	4,46	5,53
Mai	3,49	3,52	3,59	4,06	4,24	5,71
Junho	3,47	3,53	3,82	3,96	4,41	-
Julho	3,49	3,20	3,95	4,19	4,40	-
Agosto	3,55	...	3,81	4,18	4,49	-
Setembro	3,60	...	3,66	4,27	4,64	-
Outubro	3,55	...	3,80	4,39	4,54	-
Novembro	3,54	...	3,89	4,42	4,64	-
Dezembro	3,30	...	3,88	4,46	5,04	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 1/I – MEL – PREÇOS ANUAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR – 1998-2003



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Perspectivas para 2003

As perspectivas para o setor apícola catarinense para este ano, segundo a Epagri/Cepea e a FAASC, são de aumento da produção estadual, que poderá variar entre 7 mil e 7,5 mil toneladas, desde que não ocorram fatores climáticos adversos, tais como frio fora de época, chuvas contínuas, excesso de umidade na época da florada, e outros.

Nos municípios sul-catarinenses, os serviços de colheita da safra 2003 de mel tiveram início no mês de março e se estenderam até o mês de maio, apresentando incremento na produção em relação à safra passada, atingindo um rendimento médio entre 20 e 25 kg/colmeia, considerado satisfatório pelo segmento produtivo.

Nas demais regiões produtoras do estado, a colheita (primavera/verão) terá início somente a partir do mês de agosto, devendo se estender até meados de dezembro.

O mercado estadual de mel e derivados continuará receptível, favorável à manutenção dos preços em alta em todas as regiões produtoras. Santa Catarina, no segundo semestre de 2003, deverá continuar exportando uma parcela expressiva de sua produção, uma vez que os valores transacionados deverão manter-se muito próximos aos níveis atuais, contribuindo para o aumento do saldo na balança comercial brasileira.

Luiz Marcelino Vieira

OVOS

Mercado e importância na alimentação

A partir dos anos oitenta, acusado de possuir altos índices de colesterol e ser o grande responsável pelas doenças cardíacas, o ovo, como alimento, sofreu um grande impacto negativo, sem que suas notórias qualidades nutricionais fossem suficientes para neutralizar aquela imagem, e resgatar-lhe o conceito de um dos alimentos de mais alto valor nutritivo disponível para a alimentação humana (Anualpec 2003, p.274).

Na década de 80 e 90, foi parcialmente retirado do cardápio; contudo, atualmente, encontra-se reabilitado, com base em estudos cautelosos, focados na saúde, visto que pesquisas constataram não haver relação entre consumo de ovos e aumento do nível de colesterol no organismo.

Nestas décadas, o setor produtivo ressentiu-se bastante da retração do consumo, com o consequente atraso no processo de crescimento e modernização do setor produtivo. A avicultura de postura, no Brasil, ao longo deste período, apresentou taxas reduzidas de crescimento, levando muitos produtores a abandonarem a atividade, enquanto algumas empresas de maior porte conseguiram capitalizar-se, investir na modernização de seu processo produtivo e manter-se no mercado.

Nos últimos anos, face aos novos conhecimentos relacionados aos aspectos alimentícios do ovo, médicos e outros profissionais ligados à área da nutrição passaram a flexibilizar as recomendações de seu consumo, admitindo ser saudável sua utilização em maior escala que a atual.

Apesar de ser bom e saudável, o ovo ainda não conseguiu um lugar de destaque no mercado consumidor, tendo em vista a cultura negativa e a fama de vilão das doenças cardíacas, somadas ao desconhecimento da população sobre seu valor nutritivo.

Produção mundial

Entre os maiores produtores mundiais, aparece em primeiro a China, com 343.606 milhões de unidades em 2002, que, se na década passada aumentou sua produção em 139%, de 1998 a 2002 cresceu apenas 17,6%. Em segundo, os EEUU, com 85.467 milhões de unidades. O Brasil aparece como o sétimo maior produtor mundial de ovos, com 25.833 milhões de unidades, fato que indica avanço da avicultura de postura no Brasil (Tabela 1).

Com relação à participação dos grandes produtores na produção mundial em 2002 e respectivos percentuais de crescimento no período 1998 a 2002, aparecem: a China, em primeiro lugar, com 38,5% de produção e 17,6% de crescimento; em segundo lugar, os Estados Unidos, com 9,6% e 8,4%, respectivamente; em terceiro, o Japão, com 4,7% da produção e zero de crescimento; em seguida aparece a Rússia, com 3,9% da produção e 13,2% de aumento; o quinto é a Índia, com 3,8% da produção e 21,2% de crescimento; em sexto o México, com 3,5% da produção e 29,0% de crescimento.

A produção mundial cresceu, neste período, 11,1% e o Brasil, 11,5%, e volta a ocupar o sétimo lugar na produção mundial, com 2,9%, um décimo percentual acima do índice de 1999.



TABELA 1/I – OVOS – PRODUÇÃO MUNDIAL E DOS PRINCIPAIS PAÍSES – 1998-2002

(milhões de unidades)

PAÍS	1998	1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
China	292.177	308.499	323.881	337.140	343.606
Estados Unidos	78.850	81.867	83.305	84.708	85.467
Japão	42.267	42.324	42.335	42.498	42.250
Rússia	30.466	30.773	31.577	32.500	34.500
Índia	27.633	28.875	29.717	31.763	33.500
México	24.353	27.247	29.799	31.536	31.419
Brasil	23.159	24.450	25.158	25.628	25.833
França	17.050	17.567	17.317	17.233	16.833
Alemanha	14.233	14.700	15.000	14.833	14.777
Itália	12.353	13.293	11.435	12.041	11.950
Holanda	10.750	10.783	11.133	10.967	10.883
Ucrânia	7.917	8.191	8.276	9.106	10.633
Reino Unido	11.185	9.765	9.877	10.492	10.500
Total mundial	802.609	834.032	856.756	878.925	891.972

FONTE: FAO, em Anualpec 2003, p.283.
⁽¹⁾ Previsão.

Consumo mundial e nos principais países – 1998-2002

Enquanto o consumo mundial de ovos cresceu 15,2% de 1998 a 2002, no Brasil, no mesmo período, foi de 8,1%. Este aumento é ligeiramente superior ao crescimento vegetativo da população, que foi de 7,94% (projeção do IBGE). A participação do Brasil no consumo mundial baixou de 1,9% em 1998 para 1,8% em 2002, permanecendo como o nono maior consumidor.

A China, como primeiro consumidor mundial, aumentou 28,5% o consumo de ovos de 1998 a 2002, utilizando 48,3% da produção do último ano, apresentando em 2000, um consumo per cápita anual de 301 ovos. Em segundo lugar aparecem os EUA, que, em 2002, consumiram 10,4% mais que em 1998; participam com 10,5% do uso mun-

dial, e tiveram um consumo per cápita, em 2000, de 299 unidades por ano.

Como grandes consumidores de ovos aprecem ainda o Japão, com 5,4%, tendo diminuído 0,2% de seu consumo no período analisado e um consumo per cápita de 348 ovos em 2000; a Índia, com 4,8% do consumo mundial, tendo aumentado o consumo de 1998 a 2000 em 16%, apresentou em 2000 um dos menores consumo per cápita anuais, apenas 35 ovos; o México, com 4,5%, aumentou em 23% sua participação no consumo mundial no período analisado, e consumiu 352 ovos per cápita em 2000. Taiwan, em 2000, mostrou-se como o maior consumidor per cápita, com 374 unidades, e o Brasil, naquele ano, consumiu apenas 84 ovos per cápita.

Comércio mundial - exportações e importações

As exportações mundiais apresentam uma certa estabilidade, em torno de 12 bilhões de unidades, ao longo do período 1998-2002, com decréscimo de 3% do início ao final do período analisado.

Dados do Usda (Anualpec 2003, p.284) indicam que a União Européia é a grande exportadora do produto, passando de 18,3% do volume em 1993 para 58,2% em 2002. Nesta região, destaca-se a Holanda, cujas exportações baixaram de 45,8% do total mundial em 1993 para 34% em 2002.

Como segundo exportador aparecem os Estados Unidos, que baixaram de 20,6% em 1998 para 16% em 2002 sua participação nas exportações mundiais, seguidos da China, que participou com 7% em 1998 e 8% em 2002.

O Brasil vem aumentando significativamente sua participação no comércio mundial, passando de 7 milhões de unidades em 1998 para 657 milhões em 2002, número que representa 5,3% das exportações mundiais (Tabela 2).

TABELA 2/I – OVOS – VOLUME DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS – 1998-2002

PAÍS	(milhões de unidades)				
	1998	1999	2000	2001 ⁽¹⁾	2002 ⁽²⁾
Canadá	367	454	553	560	570
Estados Unidos	2.626	1.942	2.062	2.105	1.980
Brasil	7	24	267	438	657
Bélgica/Luxemburgo	853	836	879	879	858
França	815	800	840	841	820
Alemanha	697	683	718	718	701
Holanda	4.183	4.102	4.311	4.313	4.209
Espanha	178	175	184	184	179
Reino Unido	186	183	192	192	187
China	898	774	1.060	933	989
Total mundial	12.760	11.650	12.792	12.784	12.376

FONTES: Usda, em Anualpec 2003, p.284.

⁽¹⁾Dados preliminares.

⁽²⁾Previsão.

Quanto às importações, dados do Usda, constantes do Anualpec (2003, p.284), apresentam quatro países que em 2002 importaram cerca de 71,5% do volume mundial, quais sejam: Alemanha, que em 1993 importou 31% do total mundial, baixando para 23,6% em 2002; Japão e Hong Kong, que em 1993 importaram 9,1%, cada um do total mundial, aumentaram significativamente em 2002, o primeiro passando para 22,3% e o segundo, para 17,9%; como quarto grande importador aparece o Canadá, que, de 2,8% em 1993, passou para 7,8% das importações mundiais do produto em 2002.

São Paulo tinha, em 2002, 28,7 milhões de poedeiras (81% para ovos brancos e 19% para vermelhos), representando 76,3% do plantel do Sudeste e 42,3% do nacional. Se este estado é o grande produtor nacional de ovos, vale salientar também o crescimento de seu plantel, que em 2002 era 34% superior ao de 1993 e 11,2% ao de 2000, o que demonstra um crescimento constante e confirma a força do setor nesse estado.

O segundo lugar é de Minas Gerais, com 6,2 milhões (78,8% para ovos brancos e 21,2% para vermelhos), representando 16,4% do plantel regional e 9,1% do nacional.

Com o terceiro plantel aparece o Paraná, que tem 6,1 milhões de poedeiras, 69,5% para ovos brancos e 30,5% para ovos vermelhos, seguido do Rio Grande do Sul, com plantel de 4,6 milhões, e Pernambuco, com 4,1 milhões de poedeiras.

Santa Catarina, em oitavo lugar nacional, possui um plantel de 1,7 milhão de poedeiras, 93,4% para ovos vermelhos e 6,6% para brancos. O crescimento do plantel em 2002 era superior em 26,7% ao de 1993 e 11,2% ao de 2000. Quanto à relação poedeira/habitante, cujo número ideal seria de 1:1, no Brasil é de 1:2,5; no Estado, é ainda menor, ou seja, 1:3,1.

Produção brasileira por região e por estado

Plantel de poedeiras no Brasil

Na distribuição nacional do plantel de poedeiras, aproximadamente 55,5% encontra-se no Sudeste, seguida da Região Sul com 18,5%, da Nordeste, com 15,5%, da Centro Oeste, com 7,7% e da Região Norte, com 2,8% (Tabela 3).



TABELA 3/1 – OVOS – PLANTEL DE POEDEIRAS NO BRASIL, POR REGIÃO E POR ESTADO – 2000- 2002

(mil cabeças)

REGIÃO E ESTADO	DE OVOS BRANCOS			DE OVOS VERMELHOS		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Norte	1.381	1.442	1.536	369	387	410
Rondônia	25	26	27	108	114	120
Amazonas	731	763	813	79	83	88
Roraima	3	3	4	98	102	108
Nordeste	7.775	8.115	8.644	1.670	1.746	1.856
Ceará	1.861	1.943	2.069	424	444	471
Pernambuco	3.236	3.376	3.599	450	471	500
Bahia	653	681	726	203	212	225
Sudeste	26.823	27.978	29.829	6.988	7.301	7.768
Minas Gerais	4.366	4.559	4.854	1.177	1.232	1.308
Espírito Santo	1.158	1.209	1.287	767	801	852
São Paulo	20.872	21.766	23.213	4.925	5.144	5.474
Sul	5.740	5.992	6.383	5.520	5.760	6.137
Paraná	3.837	4.007	4.265	1.681	1.753	1.869
Santa Catarina	102	106	114	1.443	1.506	1.604
Rio Grande do Sul	1.801	1.879	2.003	2.396	2.501	2.664
Centro - Oeste	3.459	3.606	3.847	1.223	1.279	1.358
Mato Grosso do Sul	479	500	532	297	309	330
Mato Grosso	188	198	209	284	298	315
Goiás	2.111	2.203	2.347	523	546	581
Brasil	45.179	47.133	50.240	15.770	16.474	17.530

FONTE: UBA (dados básicos), Estimativa de APA/FNP, em Anualpec 2003, p. 277-8.

Produção de ovos

Os últimos dados do IBGE para 2001 indicam para o Brasil uma produção de 2.565.239.000 dúzias, ou 85,51 milhões de caixas de 30 dúzias, compreendendo, além da produção comercial, a colonial “caipira” – tanto aquela consumida na propriedade quanto a comercializada –, a de descarte de ovos, destinados inicialmente à produção de pintos, e a de lotes em muda-forçada.

Segundo dados de Anualpec 2003, fornecidos pela União Brasileira de Avicultura – UBA –, Associação Paulista de Avicultura – APA – e a FNT Consultoria & Agroinformativos, que levam em conta apenas a

produção comercial de ovos, a produção brasileira em 2002 atingiu 45,8 milhões de caixas de 30 dúzias, número este 11,4% superior ao de 2000 (Tabela 4).

Do total previsto para 2002, 25.415.693 caixas de trinta dúzias (55,5%) são produzidas na Região Sudeste, capitaneada por São Paulo, com 76,3% da produção regional e 42,3% da nacional, seguido por Minas Gerais, com 16,4% da região e 9,1% da produção brasileira.

A segunda região produtora é o Sul, com o Paraná produzindo 9,1% da produção brasileira, e o Rio Grande do Sul, com 6,9%. Aparece em seguida o Nordeste, com 7,1 milhões de caixas de 30 dúzias, representando 15,5% da produção nacional. Nesta

TABELA 4/I – OVOS – PRODUÇÃO NO BRASIL, POR REGIÃO E PRINCIPAIS ESTADOS – 2000-2002

(cx 30 dz)

REGIÃO E ESTADO	OVOS BRANCOS			OVOS VERMELHOS		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Norte	933.547	964.170	1.040.137	247.326	256.495	275.264
Rondônia	15.915	16.675	17.639	73.499	76.423	81.772
Amazonas	493.995	509.832	550.491	52.709	54.571	58.679
Roraima	2.394	2.456	2.676	66.247	68.560	73.757
Nordeste	5.240.196	5.410.560	5.839.649	1.119.308	1.158.969	1.245.867
Ceará	1.255.816	1.297.976	1.399.210	286.800	296.955	319.228
Rio Gdo Norte	345.907	358.310	385.046	158.415	162.813	176.794
Pernambuco	2.180.411	2.249.542	2.430.361	298.622	309.663	332.260
Sudeste	18.105.234	18.681.848	20.179.684	4.700.728	4.859.419	5.236.009
Minas Gerais	2.948.647	3.047.936	3.284.293	788.989	816.367	878.602
Espírito Santo	783.489	808.589	873.174	511.479	528.529	569.856
São Paulo	14.083.474	14.528.256	15.698.709	3.319.812	3.432.376	3.697.613
Sul	3.859.148	3.986.053	4.299.804	3.740.507	3.860.587	4.169.044
Paraná	2.576.381	2.661.698	2.870.327	1.148.396	1.183.511	1.280.286
Santa Catarina	69.553	71.245	77.655	970.473	1.001.982	1.081.636
Rio Grande do Sul	1.213.214	1.253.110	1.351.822	1.621.638	1.675.095	1.807.123
Centro- Oeste	2.330.158	2.402.754	2.598.013	823.848	852.146	917.530
Mato Grosso do Sul	324.343	335.258	361.322	202.452	208.566	225.795
Mato Grosso	124.710	129.406	138.795	192.382	200.081	213.943
Goiás	1.421.206	1.467.500	1.583.789	349.613	361.205	389.406
Brasil	30.468.284	31.445.384	33.957.286	10.631.716	10.987.616	11.843.714

FONTES: UBA (dados básicos), Estimativa de APA/FNP, em Anualpec 2003, p.279-0.

região, destacam-se o Pernambuco, com 6% da nacional, e o Ceará, com 3,7%.

A Região Centro Oeste é a quarta em produção de ovos no Brasil, com 7,7%, sendo o estado de Goiás o maior produtor, com 4,3% da nacional.

A Região Norte produz aproximadamente 2,9% da produção nacional, sendo o Amazonas o estado de maior produção, com 1,3% da produção brasileira.

Pelas estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab –, em “Quadro de Suprimento – 0302 – Oferta e Demanda – Carne e Ovos”, em 2003 deverão ser produzidos no Brasil 40,4 milhões de caixas de 30 dúzia de ovos de galinha, volume este 12% menor que a produção de 2002 estimada pela UBA.

Produção em Santa Catarina

A produção estadual de ovos aumentou significativamente de 1998 a 2001. Os números indicam uma produção de 151,5 milhões de dúzias, em 2001, volume aproximadamente 20% superior ao de 1998 e 11,4% ao de 2000 (Tabela 5).

Para 2002, dados preliminares do IBGE em Santa Catarina, a produção atingiu cerca de 151,5 milhões de dúzias, volume 0,2% inferior ao de 2001. Tendo em vista que os dados de 2002 não são conclusivos, as relações e análises serão feitas sobre os números de 2001, já conclusivos e não muito diferentes daqueles.

Os dados da tabela, referentes aos anos de 1998 a



TABELA 5/I – OVOS – PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA – 1998-2002

(1.000 dz)

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA / MUNICÍPIO	QUANTIDADE PRODUZIDA DE OVO DE GALINHA					% / TOTAL ⁽²⁾
	1998	1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	
Xanxerê	22.505	22.653	28.519	31.006	34.529	20,46
- Xaxim	8.455	8.499	11.676	12.500	12.890	40,32
- Faxinal dos Guedes	7.266	7.355	7.565	7.800	9.300	25,16
- Xanxerê	3.386	3.562	5.499	6.908	7.965	22,28
Tubarão	14.529	18.664	18.440	25.038	16.005	16,52
- São Ludgero	8.426	12.410	11.170	18.000	10.000	71,90
- Jaguaruna	2.425	2.541	3.300	3.068	3.365	12,26
Joaçaba	18.714	19.640	18.142	20.272	3.365	13,38
- Catanduvas	3.456	4.552	3.818	4.209	3.303	20,77
- Videira	3.298	4.380	4.100	4.128	3.970	20,37
- Capinzal	4.040	3.216	2.829	3.884	5.078	19,16
Concórdia	10.336	10.536	10.804	10.196	11.265	6,73
- Concórdia	7.833	7.676	7.723	7.182	8.032	70,44
Chapecó	16.992	16.993	11.137	9.166	9.043	6,05
- Chapecó	11.520	11.522	5.655	3.760	3.885	41,03
Araranguá	4.380	5.625	6.749	7.739	8.106	5,11
- Araranguá	2.753	4.000	5.160	6.048	5.600	78,15
Florianópolis	5.283	5.295	6.489	7.207	7.311	4,76
- Biguaçu	3.780	3.790	4.980	6.443	5.741	89,40
Sao Miguel do Oeste	6.575	6.548	6.412	6.917	7.755	4,56
- Itapiranga	2.994	2.995	2.995	3.315	2.990	47,93
Blumenau	4.698	4.750	5.138	6.791	7.753	4,48
- Blumenau	2.537	2.661	2.456	4.000	4.321	58,90
Criciúma	1.858	1.980	2.465	5.072	4.987	3,35
- Criciúma	72	65	68	1.135	1.300	22,38
Joinville	4.058	4.022	4.217	4.436	4.353	2,93
- Araquari	2.991	2.960	3.112	3.190	3.194	71,92
Itajaí	2.950	3.142	3.278	3.885	3.911	2,56
- Porto Belo	2.214	1.899	1.733	1.759	1.759	45,28
Campos de Lages	2.666	3.353	3.414	3.340	2.746	2,20
- Bom Retiro	1.240	1.934	1.997	1.875	1.501	56,14
Canoinhas	2.064	1.934	2.334	2.614	2.800	1,72
- Canoinhas	498	490	693	980	900	37,50
Curitibanos	2.274	2.880	3.063	2.508	3.259	1,65
- Ponte Alta	1.450	1.460	1.410	1.400	1.578	55,83
Rio do Sul	3.305	2.869	2.513	2.399	2.828	1,58
- Trombudo Central	310	363	364	368	362	15,34
Ituporanga	1.188	1.155	1.153	1.166	1.089	0,77
- Ituporanga	338	325	341	370	330	31,74
Tabuleiro	767	770	781	777	774	0,51
- Anitápolis	274	275	275	276	277	35,53
Tijucas	623	626	629	626	677	0,41
- Angelina	191	181	179	176	232	28,12
Sao Bento do Sul	478	391	394	394	395	0,26
- Sao Bento do Sul	251	164	165	165	165	41,88
Total estadual	126.317	133.902	136.059	151.542	151.511	100,00

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾ Dados preliminares.⁽²⁾ Em relação à 2001.

2001, contemplam a produção por microrregião geográfica do IBGE e dos municípios produtores, que, em conjunto, somam 67,9% da produção catarinense. São apresentados também os percentuais de produção microrregional e a participação do município dentro dela.

Entre as microrregiões produtoras, com 63,1% da produção estadual aparecem a de Xanxerê, com 20,46%, a de Tubarão, com 16,52%, a de Joaçaba, com 13,38%, a de Concórdia, com 6,73%, e a de Chapecó, com 6,05%.

Analisando-se os municípios individualmente, São Ludgero se destaca como o maior produtor em 2001, com 11,88% do total estadual e 71,9% da produção microrregional, caindo em 2002 para 6,6% da estadual. Destaca-se este município como uma possível anomalia na coleta de dados, visto que em 2001 houve uma elevação de 61% em relação ao ano anterior, e 45% superior quando comparada com os dados preliminares de produção de 2002. Quanto à variação da produção entre 1998 e 2001, a microrregião aumentou a produção em 72,3%, diminuindo 44,5% em 2002, quando fica com mais 18,7% em relação a 1998, deixando de ser a maior produtora.

Como segundo produtor estadual de ovos em 2001 aparece o município de Xaxim, com 8,25% da produção estadual e 40,3% da microrregional. Este município, em 2002, passa a ser o maior produtor, com 8,5% do total estadual. A microrregião teve crescimento de 37,8% na produção, de 1998 a 2001, enquanto o município citado aumentou sua produção em 47,8% nesse período, e 52,5% se utilizada a produção de 2002.

Destacam-se ainda, quanto à evolução da produção municipal, no período apresentado, os municípios de Araranguá (+ 120%), Xanxerê (+104%), Biguaçu (+70%) e Xaxim (+48%). Com diminuição da produção, aparece Chapecó (- 67%), que cai de 11.520 mil dúzias para 3.760 mil dúzias no final do período.

Preços em Santa Catarina

Evolução dos preços médios de ovos em Santa Catarina

A variação dos preços dos ovos em Santa Catarina, de janeiro de 2001 a junho de 2003, pode ser vista no gráfico seguinte, que evidencia, em termos macro, uma estabilidade dos preços para os quatro tipos apresentados, de jan/01 a out/02, quando se inicia um período altista que vai até abril de 2003. Dentro deste período, verificam-se, num nível micro, variações para mais e para menos. Observa-se, também, um valor dos preços no atacado, que em 2003 chegou a ser 26% superior àquele recebido pelo produtor.

O preço médio estadual do ovo “tipo vermelho médio”, registrado no atacado de Santa Catarina no primeiro semestre de 2003, foi 83% superior ao do primeiro semestre de 2001. Observa-se, também, que não houve grandes variações nos preços durante 2001 e primeiro semestre de 2002, para constatar-se uma alta de 18% na média do segundo semestre de 2002 em relação aos preços do primeiro semestre deste mesmo ano. Já os preços médios do primeiro semestre de 2003, quando comparados com aqueles do primeiro e do segundo semestre de 2002 foram, respectivamente, 84% e 56% superiores.

O preço médio estadual do ovo “tipo branco médio”, verificado no atacado de Santa Catarina no primeiro semestre de 2003, foi 82% maior que os do primeiro semestre de 2001. Não houve grandes variações nos preços em 2001 e no primeiro semestre de 2002, salvo algumas oscilações para maior, ocorridas de maio a agosto de 2001. Constata-se uma alta de 20%, na média, no segundo semestre de 2002 em relação ao primeiro semestre deste mesmo ano. Os preços médios do primeiro semestre de 2003, quando comparados com aqueles do primeiro e se-



gundo semestre de 2002, foram superiores 97% e 63,5%, respectivamente.

Quanto ao ovo “tipo colonial”, o preço médio estadual pago ao produtor no primeiro semestre de 2003 foi 49,5% superior aos do primeiro semestre de 2001. Os preços mantiveram-se estáveis em 2001 e até quase o final de 2002. A média dos preços do segundo semestre de 2002 foi 12% maior que a do primeiro semestre deste mesmo ano. Os preços médios do primeiro semestre de 2003, em relação àqueles do primeiro e do segundo semestre de 2002, foram maiores em 53,1% e 36,6%, respectivamente, bastante inferiores aos diferenciais do atacado.

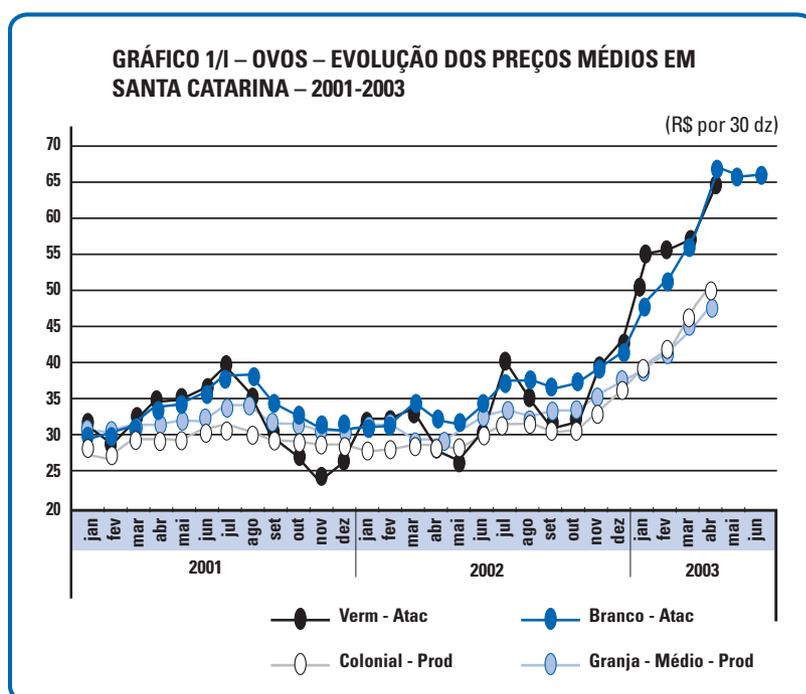
Se observado o preço recebido pelo produtor pelo “tipo granja médio”, vendido a granel no primeiro semestre de 2003, foi 65,4% superior ao do primeiro semestre de 2001. À semelhança do ovo “tipo colonial”, este também teve grande estabilidade de preços durante todo o ano de 2001 e os dez primeiros meses de 2002, para subir 13% no segundo semestre de 2002 em relação ao primeiro semestre deste mesmo ano. Já os preços médios do primeiro semestre de

2003, quando comparados com aqueles do primeiro e do segundo semestre de 2002, foram 67,1% e 47,9%, superiores, respectivamente; também abaixo da variação dos preços no atacado.

Relação de troca com insumos em Santa Catarina - 2000 - 2003

Considerando que no estado os preços dos ovos em 2003 estão sendo bastante superiores aos de anos anteriores, procurou-se identificar as causas e a relação insumo/produto na atividade, analisando-se a quantidade necessária de ovos para a aquisição de alguns insumos no período de 2000 a 2003; para isto, foram tomados os preços médios de diversos tipos de ovos e de insumos no mês de abril dos quatro anos.

No cálculo da variação percentual dos preços de um determinado ano em relação ao ano anterior (Tabela 6), verifica-se um ligeiro acréscimo nos preços do atacado em abril de 2001, diminuição para todos os tipos de ovos em 2002 e um aumento bastante significativo (69% a 141%) em abril de 2003.



FONTE: Instituto Cepas/SC.

A relativa estabilidade dos preços dos ovos, no período 2000-2002, não apresenta relação insumo/produto positiva para os produtores, tendo em vista a elevação dos preços dos insumos, em decorrência da cotação ascendente do dólar no período, que desestimulou a atividade. Por isso, os avicultores sentiram-se forçados a fazerem descarte e a diminuir o alojamento de pintos, reduzindo os plantéis e a oferta de ovo, elevando, com isto, os preços.

Para o cálculo da relação de troca (Tabela 7), o valor das quantidades dos insumos foi dividido pelo valor da caixa de 30 dúzias do ovo vermelho médio – tomada como base –, encontrando-se, desta forma, o número de caixas de ovos necessário para adquirir aquela quantidade de insumo. Estes dados corroboram as dificuldades relativas aos preços verificados no período 2000/2002, conforme se observa:

a) Em 2001, apesar da pequena alta nos preços dos ovos, o produtor precisou de mais caixas de ovos para adquirir o mesmo volume dos diversos insumos (exceto

para o milho, com menor preço), o que bem demonstra maior elevação no preço dos insumos do que para o ovo.

b) Em 2002, todos os indicadores foram superiores aos de 2001, demonstrando a necessidade de maior quantidade de ovo para adquirir o mesmo volume dos diversos insumos, evidenciando a variação discrepante dos dois preços.

Os indicadores destes dois anos confirmam as dificuldades identificadas com relação aos preços apresentados anteriormente, fato que evidencia a não-redução de preços dos insumos.

c) Em 2003, quando os preços tiveram altas de 69% a 141% (se comparados com os do ano anterior), foi bem menor o número de caixas de ovos necessário para adquirir o mesmo volume dos diversos insumos, indicando um ano de relação insumo/produto bastante atrativo para os produtores de ovos. Contudo, a redução (-32% a -43%) do volume de ovos necessário para a aquisição de insumo é bastante inferior à elevação dos preços dos ovos, o que deixa clara a maior alta nos preços dos insumos que para o dos ovos.

TABELA 6/I – OVOS – PREÇOS NO ATACADO EM SANTA CATARINA – 2000-2003 ⁽¹⁾

TIPO DO OVO	ABR/00	ABR/01	ABR/02	ABR/03	VARIACÃO %		
					01/00	02/01	03/02
Colonial (uma dúzia)	1,12	1,04	0,97	1,64	(-) 7,1	(-) 6,7	69,1
Granja médio (uma dúzia)	1,00	0,98	0,95	1,73	(-) 2,0	(-) 3,1	82,1
Branco médio (cx c/30 dz)	28,11	34,47	27,59	64,35	22,6	(-) 20,0	133,2
Branco grande (cx c/30 dz)	25,83	31,73	24,81	59,82	22,8	(-) 21,8	141,1
Vermelho médio (cx c/30 dz)	30,94	33,95	32,04	66,81	9,7	(-) 5,6	108,5
Vermelho grande (cx c/30 dz)	28,96	31,24	31,31	63,46	7,9	(-) 0,2	102,7

Obs: Os preços do ovo colonial e do granja médio são os recebidos pelo produtor.
⁽¹⁾ Média dos preços diários no estado.

TABELA 7/I – OVOS – RELAÇÃO DE TROCA COM DIVERSOS INSUMOS EM SANTA CATARINA – 2000- 2003

INSUMO A SER ADQUIRIDO	NÚMERO DE CAIXAS COM 30 DZ. DE OVO VERMELHO MÉDIO ^(a)			
	ABR/00	ABR/01	ABR/02	ABR/03
1- Farelo de soja (100 kg)	1,23	1,35	1,72	1,17
2- Concentrado (sc de 40 kg)	0,60	0,64	0,78	0,52
3- Ração de postura (sc de 40 kg)	0,42	0,40	0,47	0,35
4- Milho amarelo (sc de 60 kg)	0,42	0,29	0,47	0,29
5- Calcário a granel (1.000 kg)	0,88	1,02	1,18	0,67

Obs: a) Para os ovos, foi utilizada a média dos preços diários no estado.
 b) Para os insumos, foram utilizados os preços mensais no estado.
 c) Necessários para aquisição do insumo no respectivo mês/ano.



Perspectivas da atividade para os próximos anos

Segundo Mauro de Rezende Lopes ⁽¹⁾, a evolução histórica dos preços médios mensais de ovos no Brasil apresenta oscilações acentuadas de tempos em tempos. Salienta que os analistas de mercado e os produtores no mundo trabalham com essas tendências, pois elas são importantes na evolução da produção e explicam as variações de curto prazo.

Ressalta que, em seu conjunto, as variações estabelecem um equilíbrio da produção, pois que, no período de preços altos, surgem novos produtores de ovos e, naturalmente, com o aumento da produção os preços caem, e quando chegam abaixo de uma linha média de rentabilidade, os produtores produzem menos, descartam poedeiras e muitos chegam a abandonar a atividade, fatos que provocam queda na produção e conseqüente subida dos preços

Ainda segundo o autor, o problema reside na informação e se esta não for precisa leva os produtores a tomarem decisões erradas: aumentar a produção quando deviam reduzir ou vice-versa. Salienta que é preciso saber a causa das variações do setor e prever com precisão os preços futuros para o gerenciamento da atividade e decisões para os anos seguintes.

Quanto às perspectivas para 2003 e 2004 e dos fatores com impacto sobre os preços dos ovos no futuro e que afetam o setor, destaca que:

a) a demanda interna está projetada com ligeira recuperação e o Brasil deverá experimentar um crescimento lento da demanda interna (fator importante pa-

ra a fixação dos preços dos ovos nos próximos anos);

b) o comportamento do câmbio indica que o Brasil deverá manter, ao longo de 2003 e 2004, um comportamento bastante melhor do que o verificado no ano anterior;

c) há perspectivas de que os custos dos insumos não se repitam em 2003 e 2004, como o salto dos preços do milho verificado em 2002, a menos que haja grave alteração climática;

d) a perspectiva do alojamento será de crescimento apenas em 2004, tendo em vista os preços médios mensais acima da média verificados a partir de dezembro/ 2002;

e) as perspectivas de entrada de novas empresas no segmento são próximas de zero;

f) a perspectiva de consumo industrial não é das melhores, devendo manter-se constante ou levemente descendente.

Para que o Brasil supere as crises de preços baixos e seus prolongados efeitos de perda sobre o negócio, recomenda o autor algumas medidas:

1) geração e sinalização de informações estratégicas que permitam prever as condições de mercado;

2) criação de uma comunidade de produtores bem informados;

3) redução do risco da atividade, para induzir maiores aportes de recursos através de financiamento, com segurança para os emprestadores e os tomadores dos recursos;

4) busca de oportunidades de negócios que contribuam para reduzir as grandes variações dos preços.

José Eláudio Della Giustina

⁽¹⁾ Economista, pesquisador do Centro de Estudos Agrícolas, da FGV - Fundação Getúlio Vargas: Perspectiva do Mercado de Ovos - Palestra proferida no Centrosul em Florianópolis, em maio/2003

DESEMPENHO DA PESCA 2002/2003

O Brasil ocupa o 26º lugar no contexto mundial, apresentando um volume de captura em processo de estabilização. Segundo dados da FAO de 2000, este volume situava-se em torno de 693 mil toneladas. Os cinco principais países em volume de pescado capturado no mundo são, atualmente, em primeiro, a China; em seguida o Peru, o Japão, os EUA e o Chile.

O Chile e o Peru, apesar de suas costas serem menores e seu somatório não chegar ao tamanho dos 8,5 mil quilômetros de litoral do Brasil, têm um volume de pescado capturado bem maior que o brasileiro. Este fato se deve principalmente ao nível tecnológico empregado na atividade e das férteis águas da costa sul-americana do Pacífico.

As exportações brasileiras de pescado tiveram um aumento a partir de 1998, levando a balança comercial do setor a se tornar superavitária a partir de 2001.

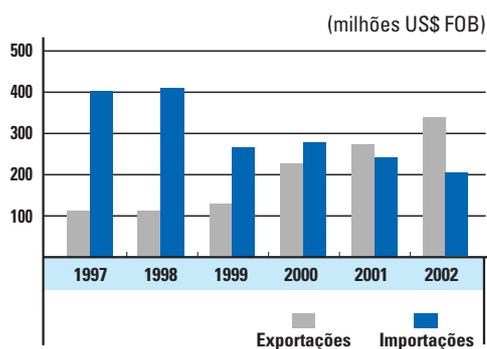
Este fato se deve principalmente ao aumento das exportações de camarões cultivados, pois o volume de pescado capturado mantém-se estável há alguns anos.

No tocante à participação das regiões no volume da pesca nacional, o estado catarinense ocupa um dos primeiros lugares. No panorama nacional, a maioria dos recursos pesqueiros, por se destinarem à pesca de espécies migratórias, é compartilhada pelos estados das Regiões Sul e Sudeste.

O setor pesqueiro catarinense tem sua produção estabilizada nos últimos anos, com um volume total de captura em torno de 130 mil toneladas/ano (Gráfico 3).

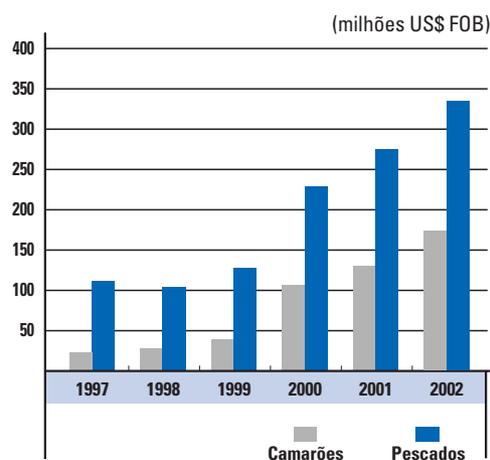
As estatísticas pesqueiras de Santa Catarina eram realizadas pelo Ibama/Cepsul até o ano de 1999; a partir de então, passaram para a Univali. Os dados da Univali para o ano de 2000 são de 71.042 toneladas, um pouco abaixo das estatísticas anteriores do Ibama.

GRÁFICO 1/1 – VALOR DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE PESCADOS BRASILEIROS – 1997-2002



FONTE: Secex/Decex.

GRÁFICO 2/1 – COMPARAÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE CAMARÕES E PESCADOS BRASILEIROS – 1997-2002



FONTE: Secex/Decex.



Mas, levando-se em conta a metodologia e os pontos de coleta dessas estatísticas, realizadas basicamente no setor da pesca industrial em alguns portos de Santa Catarina, acredita-se que a pesca tenha alcançado o limite máximo sustentável de captura, mantendo-se com uma produção de 130 mil toneladas ano.

Ao longo dos 561,4 quilômetros da costa catarinense, o setor pesqueiro contava, em 2000, com algo em torno de 40 mil profissionais, que têm na pesca sua principal atividade. Destes, 35 mil estão associados a 32 colônias de pescadores; o restante é representado por uma parcela de não associados.

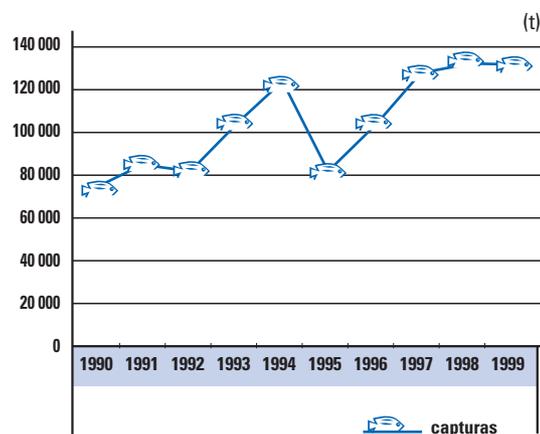
O estado catarinense exportou, no ano de 2002, 14.211 toneladas de pescado, representando US\$ 18.345.812. Este volume superou em 35,32% as exportações do ano anterior (Tabela 1).

Um dos produtos mais exportados em 2002 foi o camarão; em seguida, corvinas congeladas e bonitos-lustrados congelados.

As importações de pescado, em 2002, foram de 32.674 toneladas, num total de US\$ 15.416.881, o que demonstra uma queda nas exportações de 12,65% em relação a 2001. Mesmo com esta queda, porém, a balança comercial do pescado catarinense continua superavitária (Tabela 2).

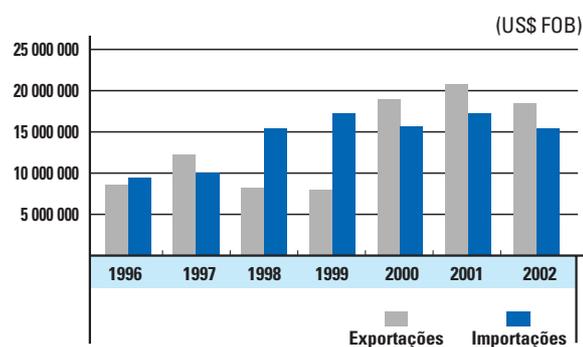
A produção da pesca artesanal é integralmente destinada ao mercado estadual. Um dos grandes problemas neste setor é o da comercialização. O pescador, por não possuir uma adequada estrutura de comercialização, é obrigado a entregar o pescado por um preço bem inferior ao preço de revenda no mercado consumidor, em que o produto chega após haver passado por muitos intermediários. Uma das alternativas para estes profissionais seria uma estruturação do segmento com as associações e colônias, objetivando agregar valor ao produto, utilizar políticas de marketing e infra-estrutura e diminuir os níveis de intermediação da comercialização.

GRÁFICO 3/I – PESCAO – VOLUME TOTAL DAS CAPTURAS – SANTA CATARINA – 1990-1999



FONTE: Ibama/Cepsul e Univali.

GRÁFICO 4/I – VALOR DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES CATARINENSES DE PESCADOS – 1996-2002



FONTE: Secex/Decex/ Sistema Alice.

TABELA 1/I – VALOR E PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA – 1998-2002

(US\$ FOB)

PAÍS	1998	1999	2000	2001	2002
Espanha	3.008.895	2.302.641	4.884.159	9.658.356	4.243.738
Argentina	2.511.653	1.758.608	1.311.162	1.002.870	825.290
Estados Unidos	1.087.256	1.795.607	2.572.549	1.528.045	1.608.931
Portugal	630.333	81.337	1.023.604	526.606	594.500
Coréia do Sul	-	299.178	3.780.047	2.100.116	2.813.652
Coréia do Norte	-	376.312	1.169.109	410.354	57.932
China	-	151.611	1.800.605	377.078	1.007.661
Alemanha	-	3.914	435.084	268.000	-
Outros	926.581	1.206.280	1.900.348	4.793.654	7.194.117
Total	8.164.718	7.975.488	18.876.667	20.665.079	18.345.821

FONTE: Secex/Decex.

TABELA 2/I – VALOR E PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA – 1998-2002

(US\$ FOB)

PAÍS	1998	1999	2000	2001	2002
Venezuela	562.424	3.430.477	3.037.766	4.910.139	6.444.270
Uruguai	4.760.106	2.091.364	2.044.746	2.555.809	1.450.576
Rússia	148.499	1.150.732	1.722.559	4.900.532	2.093.906
Argentina	4.944.600	2.249.573	1.527.040	1.834.722	1.211.669
Equador	1.364.169	2.107.802	836.355	72.417	268.551
Estados Unidos	121.672	430.194	128.281	5.175	352.981
Tailândia	1.220.380	1.472.572	310.536	1.507.474	2.828.711
Chile	1.468.517	241.489	530.348	649.916	166.028
Outros	1.340.087	7.434.641	8.496.264	5.624.942	7.044.459
Total	15.368.030	17.178.367	15.596.129	17.150.987	15.416.881

FONTE: Secex/Decex.



DESEMPENHO DA AQUICULTURA 2002/2003

A aquicultura é uma atividade em pleno crescimento no Brasil e particularmente em Santa Catarina, onde os órgãos de pesquisa, assistência técnica e preservação ambiental têm objetivado que o modelo aquícola ande sempre lado a lado com as questões ambientais, levando em consideração a relação com o uso dos recursos naturais existentes, segundo uma prática sustentável.

Este modelo de aquicultura, distribuído ao longo dos 561,4 quilômetros de costa e em águas interiores, confere ao estado uma posição de referência nacional em cultivo de moluscos bivalves e em piscicultura de águas interiores.

Na maricultura, o cultivo de camarões, mexilhões e ostras está presente na costa litorânea catarinense, trazendo mudanças na economia de vários municípios e aumentando a renda de muitos pescadores.

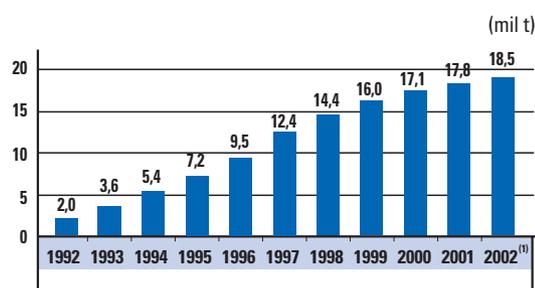
A piscicultura de águas mornas e frias (no interior do estado) também se tornou uma importante atividade econômica para muitos municípios, trazendo um incremento à renda do produtor rural.

PEIXES DE ÁGUAS INTERIORES

Santa Catarina é, atualmente, um dos maiores produtores brasileiros de peixes de água doce. Com uma produção de 17,8 mil toneladas no ano de 2001 (Gráfico 1), a atividade no estado gera cerca de 23 mil empregos diretos e um Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 27.633.645,00, o que representa 58,45% do VBP gerado pelo setor aquícola. Estima-se que a produção em 2002 tenha atingido a casa das 18,5 mil toneladas, o que representa um aumento em relação ao ano anterior de 3,93%.

A atividade tem destaque no Alto Vale do Itajaí, no sul e no oeste do estado. Nestas regiões predomina a

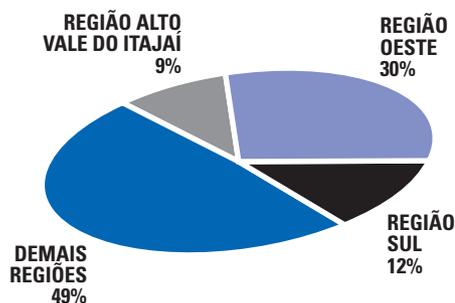
GRÁFICO 1/1 – PRODUÇÃO DA PISCICULTURA EM ÁGUAS INTERIORES – SANTA CATARINA – 1992-2002



FONTE: Epagri.
(¹) 2002 estimativa.

piscicultura de espécies de águas mornas (Gráfico 2). As principais espécies cultivadas são a tilápia e a carpa comum. No planalto serrano, merece destaque o cultivo de peixes de águas frias, especialmente trutas. Os cultivos de trutas estão localizados em altitudes em torno dos 1200 metros acima do nível do mar. Os municípios do planalto serrano formam a chamada “Rota da Truta”, que está na rota da pesca amadora do Brasil. A região possui dezenas de nascentes de rios com águas geladas e cristalinas, propícias para a truta. A introdução da espécie arco-íris nos rios da região foi feita há 30 anos, sendo a única região com uma Estação Nacional de Truticultura no Brasil. A produção de trutas em 2001 foi de 583 toneladas, representando um aumento de 95,63% em relação a 2000 (tabela 1).

A piscicultura em Santa Catarina é praticada desde a época da colonização, principalmente nas regiões de imigração alemã; a partir de 1960 a atividade tomou um impulso com a fundação da Acarpesc. Iniciaram-se

GRÁFICO 2/I – ORIGEM DA PRODUÇÃO DA PISCICULTURA NO ESTADO DE SANTA CATARINA – 2001

FONTE: Epagri.

também as primeiras atividades sistemáticas de assistência técnica e extensão, visando ao desenvolvimento da atividade, que passou a ter uma maior expressão econômica a partir da década de 90, quando começaram a surgir tecnologias adaptadas à realidade geográfica, social e econômica dos piscicultores catarinenses.

A partir de então, iniciou-se uma escalada na produção e consumo de peixes, associada ao aumento da oferta de insumos para a produção (alevinos, rações, equipamentos, etc.) e para treinamento de produtores (profissionalização).

Neste panorama, desenvolveu-se a piscicultura orgânica, praticada em grande parte do estado. Ela se baseia na utilização de resíduos produzidos na propriedade, como dejetos de animais e restos de culturas, o que veio a diminuir o custo de produção do peixe e a aumentar a margem de lucro do produtor, pois diminuiu sensivelmente o uso de rações industriais.

Com a união de entidades, profissionais e produtores, todas estas peças foram se moldando e juntando, dando origem ao “modelo catarinense de piscicultura”.

TABELA 1/I – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA TRUTICULTURA NO ESTADO DE SANTA CATARINA – 1996-2001

ANO	PRODUÇÃO (kg)
1996	508.964
1997	476.400
1998	396.550
1999	327.200
2000	298.200
2001	583.736

FONTE: Epagri.

Este modelo catarinense de piscicultura, baseado no reaproveitamento de resíduos orgânicos está se difundindo rapidamente.

No tocante à preços de insumos, temos que em 2002 as rações apresentaram um aumento de preços, que se deu em razão do incremento da taxa de câmbio, pois parte da matéria prima para elaboração das rações está atrelada ao dólar (tabela 2).

Os preços dos alevinos tanto os de categoria I (menores) como a II (maiores) mantiveram os mesmos níveis do ano anterior, apresentando reajustes compatíveis com as elevações de outros preços (tabela 3).

Quanto à remuneração da atividade observamos que os preços pagos ao piscicultor pelos pesque-pague e indústrias no primeiro e segundo semestre de 2002 sofreram um aumento em relação ao mesmo período de 2001 (Tabela 4). Estes valores, quando comparados com o custo de produção no sistema orgânico (modelo Alto Vale do Itajaí de piscicultura integrada), geram um lucro líquido por quilo de peixe em torno de R\$ 0,30. Os piscicultores que praticam a piscicultura utilizando este modelo comercializam mais de 70% da sua produção (carpas e tilápias) sistematicamente para pesque-pague, ao

TABELA 2/I – PREÇO DA RAÇÃO UTILIZADA EM PISCICULTURA – MÉDIA DE 12 REGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA – 2001-2002

(R\$/25 kg)

APLICAÇÃO	1º SEMESTRE 2001	2º SEMESTRE 2001	1º SEMESTRE 2002	2º SEMESTRE 2002
Engorda de tilápia e carpa	14,39	15,38	16,66	19,41
Engorda de bagre e peixe redondo	15,48	16,62	17,57	20,13
Engorda de truta	20,29	23,01	19,57	21,43
Recria	15,83	18,61	27,08	30,05

FONTE: Instituto Cepa/SC.



TABELA 3/I – PREÇO DE ALEVINOS UTILIZADOS NA PISCICULTURA – MÉDIA DE 12 REGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA – 2001-2002

ESPÉCIE	(R\$/mil)							
	1º SEMESTRE 2001		2º SEMESTRE 2001		1º SEMESTRE 2002		2º SEMESTRE 2002	
	I	II	I	II	I	II	I	II
Bagre afr.	64,96	119,42	66,76	120,93	66,44	121,72	63,22	121,15
Bagre am.	67,83	141,07	67,15	146,04	69,93	141,81	72,10	137,88
Carpa-chin.	51,80	106,57	54,24	108,12	55,11	107,51	53,57	108,41
Carpa-com.	51,20	107,62	53,06	108,19	53,33	106,57	51,66	106,66
Tilápia	44,11	88,34	45,99	87,20	45,55	88,15	44,36	88,76
Truta	150,00	-	157,50	-	167,50	-	-	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

preço de R\$ 1,50, com um custo de produção de R\$ 1,20. O comportamento econômico da piscicultura no modelo alto Vale do Itajaí é verificada na tabela 5.

Entre os sistemas produtivos da piscicultura de águas mornas também merece destaque a rizipiscicultura. Este sistema surgiu da preocupação dos rizicultores com a questão da poluição ambiental causada pela aplicação de agrotóxicos nas arrozeiras, para o controle de pragas como a bicheira da raiz. Os peixes

dentro das quadras se encarregam de acabar com esta praga, alimentando-se de suas larvas. Esta prática reduz sensivelmente a aplicação de agrotóxicos na cultura, além de gerar uma renda extra ao rizicultor.

A tendência é de que estes sistemas de cultivos orgânicos, com pouco uso de rações, se difundam cada vez mais, aumentando a área alagada do estado, contribuindo, assim, para o aumento da produção catarinense de pescado e o aumento da renda do homem do campo.

TABELA 4/I – PREÇO DE PEIXES DESTINADOS À INDÚSTRIA E AO PESQUE-PAGUE – MÉDIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – 2001-2002

ESPÉCIE	R\$/mil							
	1º SEMESTRE 2001		2º SEMESTRE 2001		1º SEMESTRE 2002		2º SEMESTRE 2002	
	Ind	Vivo	Ind	Vivo	Ind	Vivo	Ind	Vivo
Bagre afr.	0,93	1,61	0,85	1,53	0,85	1,62	0,93	1,62
Bagre am.	-	2,32	-	2,41	-	2,41	-	2,37
Carpa-chin.	0,82	1,55	0,85	1,45	0,88	1,42	1,03	1,64
Carpa-com.	0,86	1,53	0,98	1,53	0,85	1,58	0,94	1,66
Tilápia	0,96	1,58	1,00	1,62	0,96	1,64	1,03	1,75
Truta	-	5,13	5,00	5,21	-	5,46	-	5,84

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 5/I – PRODUÇÃO E RECEITA BRUTA POR HECTARE, EM UM HECTARE, NUM CICLO DE 8 MESES, DA PISCICULTURA NO MODELO ALTO VALE DO ITAJAÍ – MAIO 2003

ESPÉCIE	PRODUÇÃO (kg)	PREÇO DE VENDA (R\$/kg)	RECEITA BRUTA (R\$)
Tilápia	5.120	1,50	7.680,00
Carpa comum	2.880	1,50	4.320,00
Carpa cabeça grande	480	1,50	720,00
Carpa prateada	384	1,50	576,00
Carpa capim	180	1,50	270,00
TOTAL	9.044		13.566,00

FONTE: Instituto Cepa/SC.

CAMARÃO MARINHO

Brasil

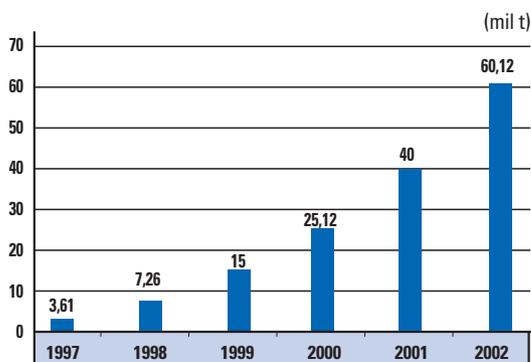
Segundo dados da associação brasileira de criadores de camarão – ABCC –, a carcinicultura brasileira aumentou 50,30% no último ano: em 2001 foram produzidas 40 mil toneladas e em 2002 a produção chegou a 60.128 toneladas (Gráfico 1). Este volume de produção colocou o Brasil como o maior produtor de camarão cultivado do hemisfério ocidental, à frente do Equador e México, que, tradicionalmente, ocupavam a primeira e segunda posição. A produtividade brasileira média, 5.458 t/ha/ano, é a maior entre os países produtores. A China é o maior produtor mundial, seguido por países como Tailândia, Vietnã, Índia e Indonésia, e tem conseguido uma produtividade de 1,2 t/ha/ano.

A área destinada à produção de camarão no Brasil já atinge 11.016 hectares.

Estados do Nordeste são os principais produtores, responsáveis por mais de 90% da produção nacional (Tabela 1), tornando-se uma cultura de grande importância socioeconômica para a maioria deles, pois cada hectare de cultivo gera 3,75 empregos diretos e indiretos.

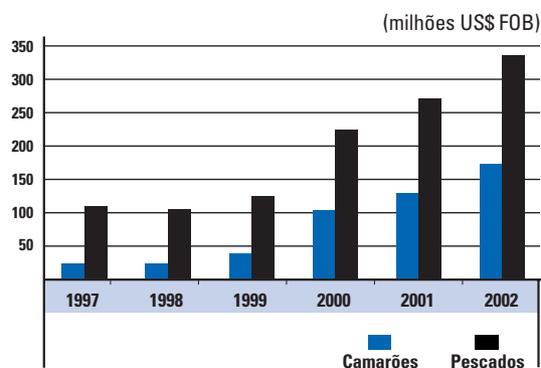
As exportações brasileiras de pescados cresceram a partir de 2000, com o aumento das exportações de camarões marinhos (Gráfico 2). O valor das exportações de camarões no ano de 2002 corresponderam a 46% do valor total das exportações brasileiras de pescado.

GRÁFICO 1/I – PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAMARÃO CULTIVADO – 1997-2002



FONTE: ABCC.

GRÁFICO 2/II – COMPARAÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE CAMARÕES E PESCADOS – BRASIL – 1997-2002



FONTE: Secex/Decex.

TABELA 1/I – PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAMARÃO POR REGIÃO – 2002

REGIÃO	ÁREA (ha)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA	PRODUÇÃO(t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
Norte	22	0,2%	78	0,1%
Nordeste	10.287	93,4%	58.010	96,5%
Sudeste	97	0,9%	250	0,4%
Sul	610	5,5%	1.790	3,0%
Total	11.016	100,0%	60.128	100,0%

FONTE: ABCC.



As estimativas para 2003 indicam que as exportações brasileiras serão de 60 mil toneladas de camarão e irão alcançar 240 milhões de dólares.

As exportações se destinam em 50% principalmente para os Estados Unidos e o restante para países da Europa.

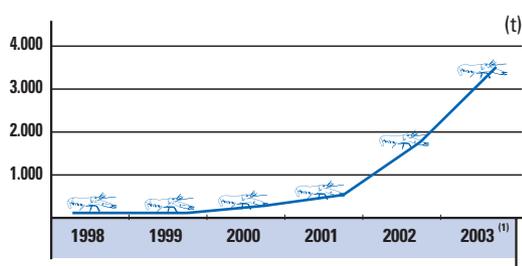
Santa Catarina

O estado catarinense tem características que favorecem o desenvolvimento da carcinicultura. Estimativas dos técnicos da Epagri indicam que nas regiões do entorno do Complexo Lagunar Sul (Laguna, Jaguaruna, Imbituba e Imaruí) existe um potencial de 3 mil hectares de lâmina d'água para a criação de camarão.

A produção do camarão cultivado em Santa Catarina tem aumentado muito a partir da introdução da espécie exótica (*Litopenaeus vannamei*) em 1998, ano em que a produção foi de 50 toneladas.

Em 2002, a produção foi de 1.900 toneladas; em 2003, os números iniciais, segundo estimativa da Epagri (Gráfico 3), apontam para uma produção total de 3.500 toneladas, crescimento de 84% em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 3/II – PRODUÇÃO CATARINENSE DE CAMARÃO CULTIVADO – 1998-2003



FONTE: Epagri.
(¹) Estimativa.

A área utilizada para o cultivo de camarões em Santa Catarina era, em 1998, de 35 hectares em três fazendas no município de Laguna; em 2003, previsões apontam para um total de 1.200 hectares de viveiros em produção.

A produtividade média alcançada pelo produtor catarinense em 2002 foi de 3.300kg/ha/ano.

O camarão cultivado apresenta um preço atrativo para o produtor. Na última safra ele foi comercializado a R\$ 9,00 o quilo, em média, chegando a alcançar a cotação de R\$ 11,50 por quilo, enquanto o custo de produção fica ao redor dos R\$ 6,00 por quilo produzido.

A lucratividade conseguida pelos produtores torna a atividade bastante competitiva, se comparada a outras atividades do setor primário nacional.

As exportações, de camarão, representaram, em 2002, apenas 3,2% das exportações catarinenses de pescado, mostrando uma queda que vem ocorrendo no setor desde 2000, ano em que ocorreu o pico de exportações do produto (Tabela 2).

TABELA 2/II – EXPORTAÇÕES EM US\$ FOB, KG E VALOR MÉDIO DE CAMARÃO DE SANTA CATARINA – 1997-2002

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Valor - US\$ FOB	40.300	57.960	445.636	1.791.153	1.071.544	584.447
Peso - kg	6.150	10.890	46.320	198.537	167.334	106.618
US\$ FOB/kg	6,55	5,32	9,62	9,02	6,40	5,48

FONTE: Secex/Decex

Os preços do camarão no mercado internacional têm caído, nos últimos anos, como se observa na tabela anterior, com reflexos também no mercado interno.

Em Santa Catarina os produtores têm reclamado dos atuais preços do camarão. A persistir este quadro, poderá acontecer que, por desestímulo do produtor, a produção deixe de crescer nos próximos anos.

José Souza Filho

OSTRAS E MEXILHÕES CULTIVADOS

A ostreicultura e a mitilicultura passaram a ser hoje atividades não alternativas e, sim, de renda principal no litoral catarinense, envolvendo aproximadamente mil famílias e gerando em torno de seis mil empregos diretos e indiretos. A área total de criação chega a 900 hectares, divididos em 12 parques aquícolas. Os produtores estão organizados em 18 associações regionais e duas estaduais.

A criação de mexilhões envolve o maior número de maricultores no estado, pois alguns fatores levam os produtores a preferirem o cultivo de mexilhões. Os maiores deles são a facilidade e o baixo custo da obtenção de sementes coletadas nos costões ou em coletores próprios. Outros fatores são o baixo investimento na instalação das cordas onde crescem os mexilhões e a menor necessidade de mão-de-obra.

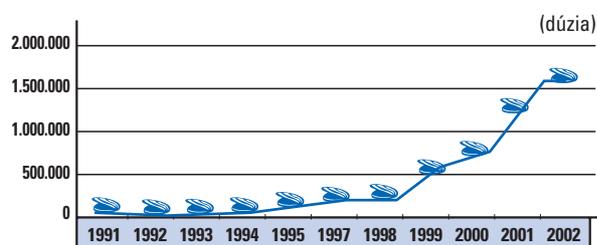
Os primeiros cultivos foram instalados no estado nos anos de 88 e 89 com a ostra-japonesa ou ostra-do-pacífico (*Crassostrea gigas*) e o mexilhão ou marisco (*Perna perna*).

A característica do litoral catarinense, com baías e enseadas com águas de boa qualidade, facilita a instalação dos cultivos, que estão situados nos municípios de Florianópolis, São Francisco do Sul, Balneário Camboriú, Itapema, Penha, Governador Celso Ramos, Bombinhas, São José, Palhoça, Biguaçu e Porto Belo.

O estado continua com o título de maior produtor nacional de ostras e mexilhões cultivados e a produção de ostras em 2001 foi de 1.592.213 dúzias e, em 2002, foi de 1.597.472 dúzias, devendo chegar em 2003 a 1,7 milhão de dúzias.

O aumento na produção de ostras é devido ao aumento na produtividade, resultado de melhorias no manejo dos cultivos. (Gráfico 1/I)

GRÁFICO 1/I – PRODUÇÃO DE OSTRAS CULTIVADAS EM SANTA CATARINA – 1991-2002



FONTE: Epagri, Associações de maricultores.

O mercado tem um crescimento animador, principalmente nos grandes centros urbanos do país. Cerca de 80% do produto é consumido dentro do próprio estado. Os restaurantes da orla catarinense absorvem essa produção, principalmente no verão.

Três empresas possuem certificação do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Elas vendem entre 10 mil e 15 mil dúzias por mês, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Os preços da ostra, em 2001, mantiveram-se nos mesmos níveis do ano anterior. Pequenas variações foram observadas nos preços. A ostra média, mais procurada pelo mercado, manteve seu preço em torno de R\$ 4,00 a dúzia (Tabela 1/I).

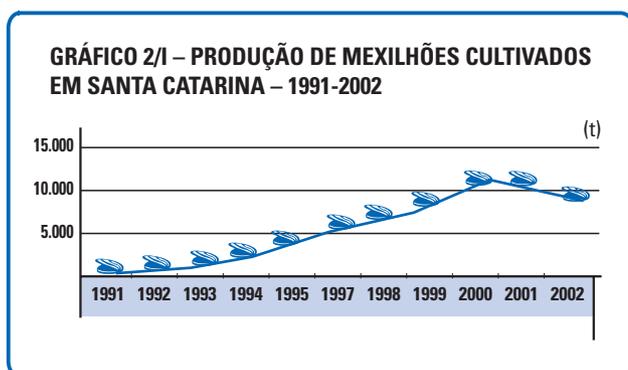
TABELA 1/I – PREÇO DAS OSTRAS CULTIVADAS EM SANTA CATARINA – 2001 E 2002

ESPÉCIE	(R\$/dúzia)	
	ANO 2001	ANO 2002
Ostra média, sem SIF	3,88	4,00
Ostra média, com SIF	4,39	4,00
Ostra grande, sem SIF	4,20	4,00
Ostra grande, com SIF	5,20	5,30

FONTE: Instituto Cepa/SC.



Em 2001, a produção catarinense de mexilhões foi de 10.667 toneladas e, em 2002, caiu para 8.641 toneladas (Gráfico 2/I). Esta queda de 19% em relação ao ano anterior deveu-se principalmente à dificuldade de obtenção das sementes.



FONTE: Epagri, UFSC, Associações de maricultores.

O entrave é a suspensão do registro de aquíicultor. Com isso os produtores estão impedidos de retirar sementes dos costões. Esta legislação atual desestimula o produtor a seguir todos os trâmites burocráticos para a coleta autorizada e os produtores, muitas vezes, recorrem a terceiros para adquirir a semente, retirada sem a observância da legislação em vigor, pagando pela semente, fato que aumenta os custos de produção.

Outro fato que desestimula o produtor é a restrição da comercialização para outros mercados exclusivamente às poucas empresas que possuem o SIF, sendo as únicas que podem processar o produto e explorar os mercados em outros grandes centros.

O mexilhão sem casca, vendido com SIF ou sem SIF, assim como o mexilhão com casca e sem SIF, que é o produto do pequeno produtor, teve um preço mais alto em 2002 que em 2001. Este aumento se deve à falta do produto no mercado, ocasionada pela diminuição da produção.

Já os mexilhões com casca e com SIF, na sua maior parte vendidos pelos frigoríficos atacadistas, tiveram seus preços mantidos nos níveis do ano anterior (Tabela 2/I).

TABELA 2/I – PREÇO DOS MEXILHÕES CULTIVADOS EM SANTA CATARINA – 2001 E 2002

MEXILHÃO	ANO 2001	ANO 2002
Com casca, sem SIF	0,66	1,30
Com casca, com SIF	2,00	2,00
Sem casca, sem SIF	4,11	6,00
Sem casca, com SIF	4,60	6,60

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Santa Catarina pode manter sua produção e preços dos moluscos em crescimento, investindo na atividade, aproveitando as condições do litoral e da mão-de-obra familiar das comunidades litorâneas.

Os mercados para esses moluscos tem mostrado a cada ano maior capacidade de absorver a produção catarinense. Para que a atividade tenha sustentabilidade, porém, o setor terá que promover alguns ajustes (juntamente com o cuidado com as questões ambientais) na organização e na capacitação dos produtores objetivando priorizar o escoamento da produção para outros estados, caso contrário, ficará limitada ao mercado interno, restrito a restaurantes e bares de beira de praia.

José Souza Filho

DESEMPENHO DO SETOR FLORESTAL

Panorama Mundial

Os benefícios do Protocolo de Kioto para o setor florestal dos países tropicais dependem da adesão da Rússia para que o acordo entre em vigor.

Produção e Mercado de Produtos Florestais

A exploração econômica dos recursos florestais constituiu a base inicial do desenvolvimento da maioria dos países. Muitos deles exploraram suas florestas para fins madeireiros, energéticos ou para abertura de espaço para a lavoura e a pecuária, com tal intensidade a ponto de exaurir o próprio recurso.

Atualmente com 3,9 bilhões de hectares, as florestas cobrem apenas 30% do solo mundial. A Rússia e o Brasil detêm a maior parte, com 22% e 14,1%, respectivamente, da superfície total.

As florestas plantadas somam aproximadamente 186,7 milhões de hectares, localizando-se principalmente no continente asiático. A China detém 24% da área mundial, seguida pela Índia (17,4%), a Rússia, (9,3%), os Estados Unidos (8,7%), o Japão (5,7%) e a Indonésia (5,3%). O Brasil, com aproximadamente 5 milhões de hectares reflorestados, é o sétimo país que mais refloresta no mundo.

A produção mundial total de madeira atingiu 3,36 bilhões de m³ em 2001, um pouco abaixo da produção de 2000. Os EUA têm participação em torno de 15% neste montante, seguidos pela Índia (9,5%) e pela China (8,5%). O Brasil é o quarto maior produtor mundial de madeira, tendo participado com 7% da

produção total em 2001 (Tabela 1). Estes quatro países, mais o Canadá e a Rússia, são responsáveis por mais da metade de toda a madeira produzida no mundo.

A produção mundial de lenha apresentou ligeiro crescimento nos últimos anos. Do 1,81 bilhão de m³ de lenha produzida no mundo em 2001, 45% ocorreu na Ásia e 30% na África. Os países maiores produtores e consumidores de lenha são a Índia, a China e o Brasil, com 17,5%, 10,6% e 7,3%, respectivamente.

O carvão vegetal tem no mundo importância energética bem menor do que a lenha. A produção mundial de carvão vegetal é de pouco mais de 42 milhões de toneladas. O Brasil é destacadamente o maior produtor e consumidor mundial de carvão, respondendo por 29% de toda a produção. No Brasil é empregado na indústria siderúrgica, principalmente na produção de ferro-gusa. Além do Brasil, os países maiores produtores de carvão vegetal são a Nigéria, a Etiópia, a Índia e a Tailândia.

A América do Norte e a Europa concentram cerca de 70% da produção mundial de toda a madeira usada como matéria-prima para a indústria. A América do Norte e Central respondem por 42% da produção mundial de madeira destinada ao processamento mecânico e por 40% da madeira transformada em papel e celulose. O continente Europeu é responsável por 30% da produção de madeira usada como matéria-prima para processamento mecânico e por 33% da madeira transformada em celulose e papel (Gráfico 1).

Do 1,55 bilhão de m³ de madeira destinada à transformação industrial no mundo em 2001, 26% foi produzido pelos EUA, 11,3% pelo Canadá, 7,6% pela Rússia, 6,6% pelo Brasil e 6,2% pela China. Nos últimos três anos, período de fraco desempenho da economia mundial, a produção



TABELA 1/I – PRODUÇÃO MUNDIAL DE MADEIRA EM TORAS⁽¹⁾ SEGUNDO OS CONTINENTES E PRINCIPAIS PAÍSES – 1998-2001

CONTINENTE E PAÍS	1998	1999	2000	2001
Mundo	3.210.197.930	3.326.708.157	3.382.651.522	3.363.383.585
África	584.935.810	588.945.694	596.373.294	615.022.335
República Democrática do Congo	66.049.724	67.366.720	68.629.848	69.807.688
Etiópia	86.531.897	88.246.768	89.930.092	91.283.543
Nigéria	67.835.792	68.291.676	68.766.652	69.115.552
Demais países	364.518.397	365.040.530	369.046.702	384.815.752
América do Norte e América Central	764.454.558	783.633.492	772.936.210	752.978.106
Canadá	176.994.000	193.165.000	178.071.000	176.692.000
Estados Unidos da América	494.016.000	497.640.996	500.173.996	481.092.992
Demais países	93.444.558	92.827.496	94.691.214	95.193.114
América do Sul	303.039.582	332.701.959	337.998.999	340.335.406
Brasil	213.703.275	231.562.657	235.401.621	236.422.218
Demais países	89.336.307	101.139.302	102.597.378	103.913.188
Europa	465.909.739	532.570.597	584.514.394	572.626.448
Alemanha	39.052.000	37.634.000	53.710.000	53.710.000
Rússia	95.000.000	143.600.000	158.100.000	162.300.000
Finlândia	53.659.979	53.637.000	54.261.855	52.210.000
Suécia	60.600.000	58.700.000	64.820.000	64.920.000
Demais países	217.597.760	238.999.597	253.622.539	239.486.448
Ásia	1.039.542.418	1.034.380.107	1.031.208.943	1.022.426.884
China	298.489.448	291.412.632	287.471.832	287.470.024
Índia	316.442.000	317.163.000	318.286.000	319.498.000
Indonésia	123.107.516	121.774.444	120.338.628	117.069.572
Demais países	301.503.454	304.030.031	305.112.483	298.389.288
Oceania	52.315.823	54.476.308	59.619.682	59.994.206

FONTE: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em : 16 de março de 2003.
⁽¹⁾ Refere-se a toda a madeira bruta em estado natural, incluindo madeira para serraria, para fabricação de painéis reconstituídos, para celulose e papel, para produção de carvão vegetal, de lenha e qualquer outra forma de uso da biomassa florestal.

total de madeira para uso industrial cresceu apenas 2,03% ao ano.

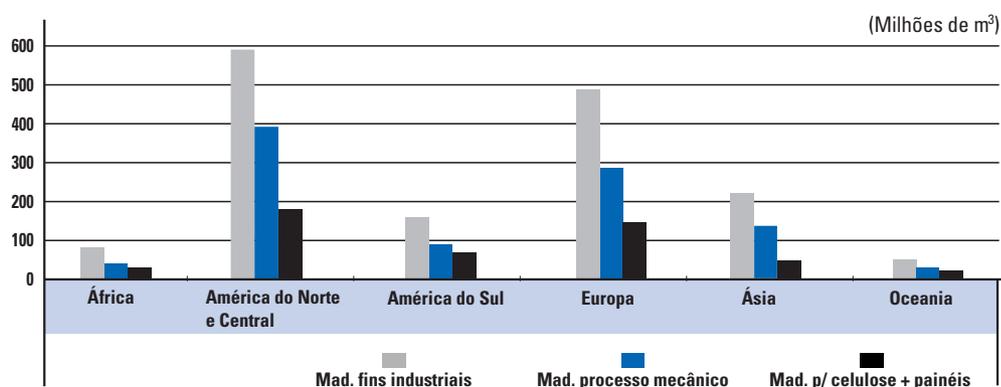
Da produção mundial de madeira para uso industrial, aproximadamente 60% se destina ao processamento mecânico. O restante se divide entre a produção de papel e celulose e a fabricação de painéis reconstituídos. No ano de 2001, dos 930 milhões de m³ de madeira bruta destinados à produção de serrados, laminados e compensados, os EUA e o Canadá responderam, juntos, por mais de 40%. Os maiores crescimentos

desta produção nos últimos anos foram verificados na Europa (principalmente Alemanha e Rússia), enquanto na Ásia, no período, ocorreu uma ligeira contração.

A matéria-prima para celulose, papel e painéis reconstituídos é produzida principalmente nos EUA e na Europa. O Brasil vem apresentando nos últimos anos crescimento significativo em sua produção de matéria-prima, especialmente para celulose.

Com a entrada em operação no País de várias fábricas de MDF (Medium Density Fiberboard),

GRÁFICO 1/1 – PRODUÇÃO DE MADEIRA PARA USO INDUSTRIAL SEGUNDO OS CONTINENTES – 2001



FONTE: FAO.

tem crescido bastante o consumo de madeira para esta finalidade.

As tabelas 2 e 3 mostram o valor do comércio internacional do conjunto dos produtos florestais, realçando os países mais importantes neste mercado. Em

2001 foram exportados pouco mais de 133 bilhões de dólares em produtos florestais, sendo o Canadá o maior exportador mundial, com quase 20% do valor total, seguido pelos EUA, com 10,5%, pela Alemanha, com 8% e pela Finlândia, com 7,6%.

TABELA 2/1 – VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE PRODUTOS FLORESTAIS SEGUNDO OS CONTINENTES E PRINCIPAIS PAÍSES – 1998-2001

(US\$ 1.000,00)

CONTINENTE E PAÍS	1998	1999	2000	2001
Mundo	129.159.799	135.133.552	143.055.407	133.065.442
África	2.268.841	2.530.071	2.563.632	2.563.632
América do Norte e América Central	38.830.841	43.034.675	44.649.889	38.786.179
Canadá	23.692.113	27.994.625	27.713.664	24.317.397
Estados Unidos de América	14.698.846	14.645.489	16.531.986	14.064.543
Demais países	439.882	394.561	404.239	404.239
América do Sul	4.457.111	4.979.090	5.858.151	5.858.151
Europa	66.356.561	65.946.537	69.418.146	65.211.973
Alemanha	9.855.096	9.923.976	11.341.444	10.605.434
Finlândia	11.252.465	10.925.151	10.973.802	10.093.497
Demais países	45.249.000	45.097.410	47.102.900	44.513.042
Ásia	15.172.545	16.387.579	17.993.463	18.073.381
Oceania	2.073.900	2.255.600	2.572.126	2.572.126

FONTE: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em: 16 de março de 2003.



TABELA 3/I – VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE PRODUTOS FLORESTAIS SEGUNDO OS CONTINENTES E PRINCIPAIS PAÍSES – 1998-2001 (US\$ 1.000,00)

CONTINENTE E PAÍS	1998	1999	2000	2001
Mundo	134.401.127	140.456.055	153.237.988	146.683.876
África	2.945.520	3.105.033	2.937.370	2.937.370
América do Norte e América Central	28.059.505	31.847.542	33.947.010	31.929.962
Estados Unidos de América	22.035,61	24.402,59	25.705,79	24.025,57
Demais países	28.037.469	31.823.139	33.921.304	31.905.936
América do Sul	3.519.180	2.895.821	3.114.821	3.114.821
Europa	65.143.861	63.291.998	68.019.298	63.863.990
Alemanha	10.839.912	10.777.824	12.583.206	11.337.543
Reino Unido	9.421.622	8.983.465	9.006.179	8.937.792
França	7.682.123	7.427.293	7.892.371	7.035.355
Demais países	37.200.204	36.103.416	38.537.542	36.553.300
Ásia	32.964.094	37.396.971	43.146.862	42.765.106
China	11.316.976	12.505.295	14.974.374	14.974.374
Japão	10.979.660	12.351.190	13.377.279	13.377.279
Demais países	10.667.458	12.540.486	14.795.209	14.413.453
Oceania	1.768.967	1.918.690	2.072.627	2.072.627

FONTE: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em: 16 de março de 2003.

Nas importações, os EUA despontam como o principal importador de produtos florestais, com 16,4% do volume total. Além dos EUA, a China, o Japão, a Alemanha, o Reino Unido e a França figuram como grandes importadores. A América Latina tem uma participação muito pequena neste comércio, destacando-se o Brasil na exportação de celulose e na importação de papel imprensa.

Os EUA despontam também como os maiores produtores e consumidores mundiais de madeira serrada. Dos 415 milhões de m³ de madeira produzidos no mundo em 2001, quase um terço ocorreu nos EUA. Os norte-americanos são responsáveis também por quase um terço das importações mundiais de serrados.

O Canadá, com produção de mais de 65 milhões de m³ por ano, é o segundo maior produtor de serrados do mundo e o maior exportador, tendo participado em 2001 com 35% dos 21,5 milhões de dólares exportados por todos os países.

O Brasil, juntamente com a Rússia, o Japão, a Índia, a Alemanha, a Finlândia e a Suécia também se destaca como grande produtor mundial de madeira serrada. A Suécia e a Finlândia são também importantes exportadores de serrados, enquanto a China, o Japão e a Itália são grandes importadores desses produtos.

No segmento de painéis reconstituídos (aglomerados, MDF, OSB, etc.), quase toda a produção ocorre na América do Norte, na Europa e na Ásia. Os Estados Unidos, a China, o Canadá e a Alemanha, juntos, produzem cerca da metade da produção mundial, que atingiu 174,2 milhões de m³ em 2001. As exportações mundiais de painéis reconstituídos de madeira nos últimos quatro anos têm ficado na faixa entre 15 milhões e 20 milhões de dólares por ano. O Canadá, a Indonésia e a Alemanha são os principais exportadores desses produtos, tendo respondido por 14,3%, 13% e 10% do valor total exportado no mundo em 2001.

Os principais países importadores de painéis reconstituídos de madeira são os Estados Unidos, o Japão, a China e a Alemanha. Estes quatro países são responsáveis por quase metade das importações mundiais desses produtos.

Cerca de 11% da produção mundial de painéis reconstituídos é de MDF. A produção mundial de MDF apresentou um crescimento de 8,2% ao ano no período 1998-2001. Os Estados Unidos, a Alemanha e a China são os maiores produtores, respondendo por 38% do total mundial.

As exportações totais de MDF atingiram 1,4 bilhão de dólares em 2001, tendo a China, o Japão, o Reino Unido e a Bélgica como principais exportadores, com 38% do total exportado pelo mundo naquele ano. Os Estados Unidos, além de maior produtor mundial de MDF, são o país que mais importa, tendo respondido por 23% do total das importações mundiais em 2001, seguidos pela China e pelo Japão, com 12% e 8% das importações, respectivamente.

Os EUA e o Canadá são os grandes produtores mundiais de celulose de mercado, com quase metade da produção, que alcançou 163,6 milhões de m³ em 2001. O Japão, a Finlândia, o Brasil e a Rússia completam o grupo dos seis países maiores produtores de celulose no mundo.

As importações mundiais de celulose são relativamente diluídas entre os países importadores e atingiram 19,4 bilhões de dólares em 2001, 13% inferiores às de 2000. Os países da Europa (principalmente Alemanha, Itália e França) e da Ásia (com destaque para a China, o Japão e a Coreia) são os maiores importadores da commodity.

As exportações mundiais de celulose são mais concentradas em alguns países. Em 2001, o Canadá exportou 27% do total, seguido de EUA, Brasil e Suécia, com 15%, 9,3% e 8,7% do valor total da celulose exportada pelo conjunto dos países.

Na produção mundial de papel e papel cartão, que foi de 315 milhões de toneladas em 2001, o grande destaque são os Estados Unidos, que responderam por mais de 25% desta produção. O segundo país mais importante na produção de papéis no mundo é a China, com 11% da produção. Seguem-se, em importância, a Alemanha, a Finlândia e a Suécia que respondem por 13% da produção total de papel.

Em 2001, as importações mundiais totais de papel e papel cartão foram de 69 bilhões de dólares. Os maiores importadores são os EUA, com 16,3% do total. A Alemanha e a China, com 10,1% e 8,9%, respectivamente, figuram entre os países maiores importadores de papéis.

A Europa foi responsável em 2001 por 60% das exportações de papéis no mundo, com destaque para a Alemanha e a Finlândia, responsáveis por 22,5% do valor total exportado pelo conjunto dos países. O Canadá exporta pouco mais de 14% das exportações mundiais de papéis e os EUA respondem por cerca de 9% do total.

Pelos números apresentados anteriormente, fica evidente que os EUA são os grandes produtores, consumidores e importadores de produtos de origem florestal no mundo. O Canadá, a Finlândia e a Suécia são grandes produtores e exportadores. A China e o Japão figuram como grandes produtores e importadores, enquanto o Reino Unido e a França são grandes importadores líquidos desses produtos.

A Alemanha desponta como um país de alto coeficiente de abertura ao comércio internacional de produtos florestais, produzindo, exportando e importando elevados volumes. O Brasil é um país de grande produção e consumo de produtos florestais, com baixo coeficiente de abertura ao comércio exterior, mas com saldo positivo e significativo em sua balança comercial do setor florestal.



O Protocolo de Kioto e o setor Florestal

O Protocolo de Kioto é um compromisso assumido por um grande número de países na 3ª Conferência das Partes (COP-3), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada na cidade de Kioto, no Japão, em 1997. Por este protocolo, os países desenvolvidos comprometeram-se a obter, até o período 2008-2012, uma redução média de 5,2% das emissões na atmosfera de gases de efeito estufa (especialmente o CO₂), em relação aos níveis de 1990.

Para facilitar o cumprimento do acordo por parte dos países desenvolvidos, foram criados mecanismos de flexibilização que induzem à criação de um mercado para o carbono. Dentre estes dispositivos, foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, que visa a permitir que estes países patrocinem e se beneficiem de projetos de redução de emissões de gases ou de seu seqüestro em países em desenvolvimento, e com isso compensar as necessidades de redução de suas próprias emissões.

Nas conferências seguintes sobre a mudança do clima na terra, foram poucos os avanços alcançados em direção à regulamentação do Protocolo de Kioto, tendo em vista importantes divergências entre as partes quanto aos mecanismos de sua implementação e funcionamento. A retirada dos EUA do protocolo em 2001 significou um grande “jato de água fria” nas intenções da comunidade internacional, que buscava a entrada imediata em vigor das decisões pactuadas.

A convenção das partes, realizada em julho de 2001 em Bonn, na Alemanha, resultou em importantes avanços na direção da regulamentação do protocolo. A conferência de Marrakesh buscou resolver assuntos que ficaram pendentes em Bonn e concluir o acordo entre as partes.

Em Marrakesh, na conferência de outubro de 2001, da qual participaram 167 países, foram aprovadas as regras básicas do mercado de carbono, através da criação dos Certificados de Redução de Emissões e da transferência de direitos e bônus de emissão. Com isso, foram criadas as bases fundamentais para que os países pudessem ratificar e implementar o Protocolo de Kioto.

Para ser validado, ele precisa ser ratificado por pelo menos 55 países, que sejam responsáveis por pelo menos 55% das emissões mundiais de gases de efeito estufa na atmosfera. Já passa de 80 o número dos que o ratificaram, inclusive o Brasil. A expectativa é de que a Rússia venha a ratificá-lo em breve, o que levaria os países subscritores a somarem mais de 55% das emissões totais de gases de efeito estufa, dando condições para que o Protocolo de Kioto passe a entrar em vigência imediatamente.

O impacto mais importante do protocolo para o setor florestal é a criação de mercado para projetos de implantação de florestas para seqüestro de carbono do ar pela fotossíntese e para projetos de substituição de combustíveis fósseis por energia da biomassa, gerando com isso créditos e certificados comercializáveis no mercado de carbono.

As possibilidades e a amplitude dos efeitos do MDL sobre a base florestal mundial ainda são incertas. As várias tentativas de quantificar o mercado de carbono mostram grandes discrepâncias entre si, assim como as tentativas de indicar os países que mais se beneficiarão. As últimas estimativas indicam um mercado mundial de US\$ 10 bilhões por ano, com valor da tonelada de carbono entre cinco e dez dólares.

Embora o setor florestal possa absorver até dez toneladas de carbono por hectare por ano, é difícil prever suas reais condições e a parcela com que poderá participar neste mercado. O que se tem como certo é que, se prevalecer o princípio da adicionalidade⁽¹⁾,

¹ Princípio segundo o qual somente projetos que permitam fixar quantidades adicionais de carbono da atmosfera, em relação à situação inicial, seriam elegíveis para gerar certificados de carbono.

países como o Brasil, que dispõem de vastas áreas de terras passíveis de florestamento e de vantagem comparativa no ritmo de crescimento da biomassa, poderão ser bastante beneficiados pelo MDL.

Mesmo com o Protocolo de Kioto não estando em funcionamento, alguns países, dentre eles o Brasil, estão se antecipando e desenvolvendo projetos passíveis de receberem Certificado de Redução de Emissões (CRE). Diversos contratos de comercialização de carbono já ocorreram. Em caráter experimental, estão sendo criados vários fundos internacionais para financiar projetos específicos de “seqüestro” de carbono ou de redução de emissões.

Produção e Mercado de Produtos Florestais no Brasil

A escassez de matéria-prima e a falta de uma política de apoio ao florestamento comercial constituíram a maior preocupação do setor em 2002.

O PIB do setor florestal brasileiro é estimado em US\$ 21 bilhões, dos quais US\$ 4,3 bilhões são exportados. O Brasil é o maior produtor florestal da América

Latina e tem uma posição importante na produção e no comércio internacional de produtos florestais. Nas últimas décadas, e de modo mais intenso nos últimos anos, o País está substituindo as matas nativas pela silvicultura no suprimento de seus produtos florestais. Nos últimos quatro anos, as florestas cultivadas foram mais importantes que as florestas nativas no fornecimento de matéria-prima para quase todos os produtos florestais, exceto a lenha, que continua sendo fornecida majoritariamente pelas florestas nativas, porém, cada vez em menor proporção (Tabela 4).

Toda a madeira transformada em papel e celulose no Brasil provém da silvicultura. A produção de madeira para esta finalidade alcançou 41 milhões de m³ em 2001. São Paulo é o estado maior produtor nacional, seguido pelos estados do Paraná, da Bahia, de Santa Catarina e de Minas Gerais.

A participação das florestas nativas no fornecimento de madeira para processamento mecânico vem diminuindo sistematicamente. Segundo o IBGE, em 2001 foram extraídos 20 milhões de m³ de madeira em tora das florestas nativas e 28,8 milhões de m³ de madeira da silvicultura destinada a serraria ou laminação.

A produção brasileira de carvão vegetal está declinando, nos últimos anos, devido a uma redução na

TABELA 4/I – PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS FLORESTAIS – BRASIL – 1998-2001

PRODUTO	MEDIDA	1998	1999	2000	2001
Extração vegetal					
Carvão vegetal	t	1.284.032	1.281.125	1.429.180	1.729.319
Erva-mate	t	183.504	176.922	174.481	182.177
Lenha	m ³	58.347.879	54.672.259	50.395.399	49.001.583
Madeira em tora	m ³	22.149.783	21.310.243	21.918.527	20.069.287
Silvicultura					
Carvão vegetal	t	3.042.789	2.536.847	2.385.516	2.092.309
Erva-mate	t	424.433	462.665	522.019	645.965
Lenha	m ³	30.252.670	35.770.568	40.469.405	30.042.485
Madeira p/papel e celulose	m ³	38.648.350	41.129.624	46.009.475	40.999.323
Madeira p/outras finalidades	m ³	33.933.841	23.433.414	25.708.036	28.758.815

FONTE: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > Sistema SIDRA; acesso em: 16 abr 2002.



demanda da indústria siderúrgica na produção de ferro-gusa, que o substituiu em grande parte pelo carvão mineral. Os estados de Minas Gerais e do Pará são os maiores produtores de carvão vegetal proveniente de matas nativas. Minas Gerais responde ainda por mais de 70% da produção de carvão de origem cultivada.

O consumo de carvão vegetal pela indústria é proveniente, majoritariamente, de reflorestamento. Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Carvão Vegetal (Abracave), em 2001 foram consumidos 26,2 milhões de metros de carvão vegetal (mdc) pela indústria brasileira, dos quais quase 70% provenientes de reflorestamento (Tabela 5).

A indústria brasileira de serrado opera com quase dez mil serrarias, 75% delas com capacidade de pro-

dução inferior a dez mil m³ de madeira serrada por ano. A produção brasileira em 2000 foi de 23,1 milhões de m³, sendo 7,8 milhões de m³ provenientes de coníferas e 15,3 milhões de m³ provenientes de folhosas. As exportações neste período mantiveram-se num percentual entre 6% e 9% da produção, alcançando 1.800 mil m³ em 2000 (Tabela 6). Os EUA, a França, a Espanha, a China e a Argentina são os maiores importadores de madeira serrada do Brasil.

A produção brasileira de compensados em 2000 foi de 2,5 milhões de m³, volume 12% superior ao obtido em 1999 (Tabela 7).

O consumo brasileiro de chapas de compensados esteve bastante irregular nos últimos anos, variando entre 850 mil e 2 milhões de m³. As exportações do

TABELA 5/I – CONSUMO DE CARVÃO VEGETAL SEGUNDO A ORIGEM – BRASIL – 1994-2001 (mil mdc)

ANO	CARVÃO VEGETAL ORIGEM FLORESTA NATIVA	CARVÃO VEGETAL ORIGEM REFLORESTAMENTO	TOTAL
1994	15.180	17.820	33.000
1995	14.920	16.164	31.084
1996	7.800	18.200	26.000
1997	5.800	17.800	23.600
1998	8.600	17.800	26.400
1999	8.070	18.830	26.900
2000	7.200	18.200	25.400
2001	8.367	17.853	26.220

FONTE: Abracave, 2001. Disponível em < <http://www.sbs.org.br> > Estatísticas sobre o setor florestal brasileiro; acesso em: 07 junho 2003.

TABELA 6/I – PRODUÇÃO E DESTINO DA MADEIRA SERRADA – BRASIL – 1994-2000

ANO	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1994	16.610	15.630	1.331	351
1995	17.180	16.592	1.295	707
1996	17.700	16.944	1.259	503
1997	18.500	17.400	1.446	346
1998	18.200	17.110	1.327	245
1999	18.900	17.700	1.741	146
2000	23.100	20.300	1.800	159

FONTE: Abimci, STCP, ABPM 2001. Disponível em < <http://www.sbs.org.br> > Estatísticas sobre o setor florestal brasileiro; acesso em: 07 junho 2003.

TABELA 7/I – PRODUÇÃO E DESTINO DOS COMPENSADOS – BRASIL – 1994-2000

ANO	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
1994	1.900	1.002	898
1995	1.600	852	748
1996	1.670	1.012	658
1997	1.650	1.000	650
1998	1.600	980	620
1999	2.200	1.020	1.300
2000	2.470	1.000	1.400

FONTE: Abimci, STCP, ABPM 2000. Disponível em < <http://www.sbs.org.br> > Estatísticas sobre o setor florestal brasileiro; acesso em: 07 junho 2003.

produto em 2000 atingiram 1,4 milhão de m³, 57% da produção total. Em 2001, o volume exportado pelo Brasil cresceu 10% em relação a 2000.

Em 2002, a produção de compensados alcançou cerca de três milhões de m³, dois terços dos quais exportados. A escassez de matéria-prima nos EUA e no Japão e a crise na Indonésia vêm favorecendo as exportações brasileiras de compensados, que têm o Reino Unido, a Alemanha, a Bélgica, os EUA e Porto Rico como principais mercados.

Nos últimos anos, vêm crescendo de forma sistemática a produção, o consumo e as exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado (PMVA) de madeira sólida, tendo alcançado em 2000 a cifra de 975 mil unidades, das quais mais de 40% foram exportadas (Tabela 8).

A produção e o consumo de Blocks e Blanks vem crescendo ano a ano e as exportações, que já representaram mais de 70% da produção em 1995, significaram menos de 20% do volume produzido em 2000.

TABELA 8/1 – PRODUÇÃO E DESTINO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO (PMVA) – BRASIL – 1995-2000

(mil unidades)				
ANO	PRODUTO	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
1995		250.000	60.000	190.000
1996		270.000	95.000	170.000
1997	Blocks e	310.000	175.000	120.000
1998	blanks	330.000	190.000	150.000
1999		361.000	280.000	180.000
2000		390.000	320.000	76.000
1995		230.000	212.000	10.000
1996		240.000	214.000	10.000
1997	EGP	250.000	215.000	25.000
1998		255.000	217.000	25.000
1999		267.000	219.000	35.000
2000		285.000	221.000	55.000
1995		35.000	5.000	30.000
1996		50.000	6.000	44.000
1997	Molduras ⁽¹⁾	85.000	6.000	84.000
1998		110.000	5.000	95.000
1999		133.000	5.000	126.000
2000		300.000	5.000	180.000
1995		515.000	277.000	230.000
1996		560.000	592.000	224.000
1997	Todos os	645.000	396.000	229.000
1998	PMVA	695.000	412.000	270.000
1999		781.000	504.000	341.000
2000		975.000	546.000	411.000

FONTE: Abimci, STCP, ABPM 2001. Disponível em < <http://www.sbs.org.br> >
Estatísticas sobre o setor florestal brasileiro; acesso em: 07 junho 2003.

⁽¹⁾ Tipo Exportação.



Merece destaque neste segmento o grande crescimento, nos últimos cinco anos, da produção de molduras (40% aa.), impulsionado por um correspondente aumento das exportações, que absorvem a maior parte do volume produzido.

Outro segmento da indústria da madeira que se desenvolveu bastante, nos últimos anos, é o de painéis

reconstituídos. Sua produção expandiu-se a uma taxa anual de 13% entre 1994 e 2000 (Tabela 9).

O elevado crescimento verificado no consumo interno de chapas de aglomerado impulsionou sua produção nos últimos anos, tendo atingido 1,8 milhão de metros cúbicos em 2000.

TABELA 9/I – PRODUÇÃO E DESTINO DOS PAINÉIS RECONSTITUÍDOS – BRASIL – 1994-2000

(m ³)					
ANO	PRODUTO	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	CONSUMO
1994		758.286	3.178	55.736	705.728
1995		879.296	43.136	56.567	865.865
1996		1.059.056	114.272	58.729	1.114.599
1997	Aglomerado	1.224.112	120.107	49.462	1.294.757
1998		1.313.053	12.667	3.646	1.322.074
1999		1.499.947	1.363	28.019	1.473.291
2000		1.762.220	15.349	15.712	1.761.857
1994		554.400	82	281.230	273.252
1995		555.500	425	271.051	284.874
1996		538.040	4.258	236.667	305.630
1997	Chapa de fibra	539.230	16.131	233.397	321.964
1998		506.692	1.164	207.779	300.077
1999		535.691	0	204.929	330.762
2000		558.766	0	194.920	363.846
1994		0	6.616	0	6.616
1995		0	21.486	0	21.486
1996		0	53.462	0	53.462
1997	MDF	30.036	113.287	0	143.323
1998		166.692	35.589	17.918	184.363
1999		357.041	10.977	17.430	350.588
2000		381.356	10.559	3.037	388.878
1994		1.312.686	9.876	336.966	985.596
1995		1.434.796	65.047	327.618	1.172.225
1996	Todos os	1.597.096	171.992	295.396	1.473.691
1997	tipos de	1.793.378	249.525	282.859	1.760.044
1998	painéis	1.986.437	49.420	229.343	1.806.514
1999		2.392.679	12.340	250.378	2.154.641
2000		2.702.342	25.908	213.669	2.514.581

FONTE: ABIPA, 2001. Disponível em < <http://www.sbs.org.br>>
Estatísticas sobre o setor florestal brasileiro; acesso em: 07 junho 2003.

O consumo brasileiro de MDF (Medium Density Fiberboard), particularmente pela construção civil e pela indústria de móveis, cresceu rapidamente, passando de 6,6 mil m³ em 1994 para quase 400 mil m³ em 2000. Até 1997, o mercado brasileiro de MDF era suprido totalmente por importações, ano em que começou a operar no Brasil a primeira planta industrial produtora desta chapa (atualmente são seis). Em 1999, o País já se tornou auto-suficiente nesse produto. Em 2001 foram produzidos mais de 600 mil m³ e o consumo foi estimado em cerca de 630 mil m³. Em 2002, a produção brasileira de MDF foi estimada em 770 mil m³.

A produção de chapa dura de fibra estabilizou-se em pouco mais de 500 mil m³, sustentada por ligeiros aumentos no consumo doméstico, uma vez que o volume exportado vem caindo todos os anos. A expectativa é de que em um futuro próximo a produção fique estabilizada nos níveis atuais.

A indústria florestal brasileira é bastante desenvolvida também no setor de papel e celulose, ocupando a 7ª posição mundial na produção de celulose (3ª colocação em exportação) e a 12ª colocação na fabricação de papel. A produção brasileira de pastas de celulose em 2002 foi de 8,0 milhões de toneladas, crescimento de 8,5% em relação a 2001 (Tabela 10). Do total produzido, 75% é de celulose de fibra curta branqueada, que utiliza o eucalipto como matéria-prima, praticamente o único tipo exportado pelo País.

No segmento papel, a produção total da indústria brasileira em 2002 atingiu 7,7 milhões de toneladas, 2,9% a mais do que em 2001. Os papéis para embalagens representam quase a metade da produção total e os papéis de imprimir e escrever somam quase 30% do volume produzido no País. O Brasil, embora venha aumentando aos poucos sua produção, continua bastante dependente das importações de papel de imprensa para satisfazer seu consumo doméstico.

A participação do setor de base florestal nas exportações brasileiras tem-se situado entre 7% e 8% do total exportado pelo País. Os três segmentos que compõem a indústria brasileira de base florestal exportaram, juntos, 4,3 bilhões de dólares americanos em 2002, um aumento de 4,9% em relação a 2001. Este desempenho teria sido bem superior, não fosse a queda dos preços do papel e celulose no mercado internacional e a brusca redução das exportações para a Argentina, especialmente de móveis, devido à forte crise econômica experimentada por aquele país ao longo de 2002.

As exportações de madeiras e suas obras em 2002 foram estimuladas pela desvalorização cambial ocorrida ao longo do ano e apresentou um crescimento de 18,3% em relação a 2001. Os estados do Paraná, Santa Catarina e Pará são os maiores exportadores de madeira brasileira, sendo os Estados Unidos, o Reino Unido e a China os maiores importadores.

O valor exportado pelo segmento de papel e celulose em 2002 foi de US\$ 2.055,6 milhões, uma redução de 6% em relação a 2001. A queda dos preços de celulose e papel no mercado internacional foi a principal causa desta redução, uma vez que o volume físico dos embarques foi superior em 2002, comparado a 2001.

O segmento de móveis de madeira exportou em 2002 17,5% a mais que em 2001, atingindo a cifra de US\$ 453,5 milhões, apesar da forte redução verificada nas exportações para os países do Mercosul, especialmente a Argentina. O crescimento sistemático e consistente das exportações brasileiras de móveis nos últimos anos reflete os esforços empreendidos pela indústria moveleira e pela Agência de Promoção das Exportações (Apex), através do Programa de Promoção das Exportações de Móveis (Promóvel).

Para este ano, devido às condições do câmbio, a perspectiva é de um forte crescimento na quantidade física e no valor das exportações brasileiras de produtos florestais, embora não deva ocorrer significativa recuperação dos preços. Segundo lideranças do setor, o



potencial exportador brasileiro de produtos de origem florestal é de superar o montante de US\$ 11 bilhões em 2010, o que aumentaria a participação do Brasil neste mercado, atualmente de apenas 1,5% do total.

A maior limitação para a expansão da produção e das exportações de produtos florestais no Brasil para os próximos anos, segundo especialistas e entidades do setor produtivo, está na oferta da matéria-prima. Estudos conduzidos pela Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS – e associações setoriais identificam a existência de um desequilíbrio, a partir do início desta década, entre a oferta e a demanda de madeira, para atender às projeções de crescimento das indústrias de base florestal.

Segundo tais projeções, para atender às necessidades futuras de matérias-primas e sustentar os níveis históricos de expansão do setor, será necessário nos próximos 10 anos o plantio anual de 600 mil hectares, o que significa mais do que duplicar os níveis atuais de reflorestamento.

Algumas medidas nesta direção vêm sendo tomadas, tanto pelo governo quanto pelo setor privado, focadas principalmente na introdução da atividade florestal junto aos produtores rurais. No âmbito do governo, foram criados o Propflora e o Pronaf Florestal, ambos em 2002.

O Programa de Plantio Comercial de Florestas – Propflora – destinou, através do BNDES, 60 milhões

TABELA 10/I – PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – 2001-2002

		2001	2002	2002/2001 %
(mil t)				
Celulose	Fibra longa	1.438	1.508	4,70
	Branqueada	71	87	18,40
	Não branqueada	1.367	1.421	3,90
	Fibra curta	5.504	6.018	8,54
	Branqueada	5.292	5.751	7,98
	Não branqueada	212	267	20,60
	Demais	468	484	3,31
	Total	7.410	8.010	7,49
Papel	Imprensa	233	248	6,05
	Imprimir/escrever	2.127	2.163	1,66
	Embalagem	3.526	3.590	1,78
	Papel cartão	505	545	7,34
	Cartolinas/papelão	66	63	-4,76
	Sanitários	619	671	7,75
	Outros	362	381	4,99
	Total	7.438	7.661	2,91
Consumo aparente de papel	Produção	7.438	7.661	2,91
	Importação*	632	560	-12,86
	Exportação*	1.367	1.454	5,98
	Total	6.703	8.555	21,65
Consumo aparente de celulose	Produção	7.410	8.010	7,49
	Importação*	341	372	8,33
	Exportação*	3.338	3.449	3,22
	Total	4.413	4.933	10,54

FONTE: Bracelpa/Secex; Elaboração Remade. Disponível em < <http://www.remade.com.br> > Banco de Dados; acesso em: 19 jun 2003.

de reais no primeiro ano para o financiamento da implantação e condução de florestas cultivadas, e está sujeito às normas gerais do crédito rural e a algumas condições especiais. Este programa financia investimentos e custeio na implantação de florestas, limitando o valor a 150 mil reais por beneficiário/ano, tendo como encargos financeiros juros de 8,75% a.a., com prazo de reembolso de até 12 anos, com carência de até 8 anos, dependendo do plano de corte.

Para atender especificamente à agricultura familiar, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – e o Ministério do Meio Ambiente – MMA – instituiu o Pronaf Florestal, visando estimular os agricultores familiares à prática da silvicultura e de sistemas agroflorestais. O Pronaf Florestal tem abrangência nacional, mas delimita sua atuação inicial a 513 municípios dos 17 estados que se inserem no Bioma Mata Atlântica.

Sua meta era o atendimento de dez mil agricultores familiares em 2002 e de 20 mil a cada ano subsequente, totalizando, nos próximos quatro anos, 70 mil, em áreas previamente selecionadas segundo critérios de enquadramento que combinam aspectos ambientais (importância biológica, necessidade de recuperação, proteção das bacias hidrográficas) com a concentração de agricultores familiares.

A estratégia de implementação do Pronaf Florestal assenta-se nos seguintes instrumentos: a) financiamento, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, da implantação e manutenção do empreendimento limitado a seis mil reais para os agricultores do grupo “C” e a quatro mil reais para agricultores do grupo “D”, com juros de 4% ao ano, bônus de adimplência de 25%, carência de até 8 anos e prazo de reembolso de até 12 anos; b) assistência técnica e extensão rural para a implantação dos projetos e a regularização ambiental das propriedades rurais; c) bolsa verde a ser concedida aos agricul-

tores familiares participantes do programa, com o objetivo de apoiar a implantação e a manutenção dos projetos silviculturais, agroflorestais e de averbação da reserva legal da propriedade, com benefício variável de 500 a 900 reais por agricultor, dependendo da área reflorestada; d) fornecimento das mudas.

O desempenho inicial do Pronaf Florestal e do Propflora foi muito fraco, limitando-se a algumas operações de crédito pelo Propflora. Em workshop promovido pela Sociedade Brasileira de Silvicultura, realizado em março de 2003, com a participação de entidades governamentais e privadas, foram constatadas diversas dificuldades operacionais na implementação destes dois programas, tais como: desinformação e pouca divulgação, pouca capilaridade e interesse dos agentes financeiros, falta de normatização das operações por parte dos bancos, prazo muito curto de reembolso, especialmente nos financiamentos de plantio de pinus e dificuldades de operar as garantias exigidas.

No setor privado, vem crescendo o número de empresas com interesse no fomento florestal junto aos produtores agrícolas, bem como a dimensão dos programas de fomento das empresas que tradicionalmente buscam incentivar esta atividade. As grandes empresas do setor florestal chegam a disponibilizar individualmente mais de dois milhões de mudas por ano para seus programas de fomento florestal junto aos agricultores de seu entorno e algumas estruturaram formalmente as relações de integração com seus futuros fornecedores. A perspectiva de médio prazo é de que os produtores florestais independentes (unidades não pertencentes a empresas processadoras) venham a ser responsáveis por até 10% do fornecimento global da matéria-prima florestal consumida pela indústria.



Produção e Mercado de Produtos Florestais em Santa Catarina

Santa Catarina assume a condição de principal estado brasileiro exportador de produtos florestais, mas preços das matérias-primas para a indústria florestal não param de subir.

Produção de Matérias-primas e Produtos Florestais

A indústria de base florestal é uma das mais importantes no estado de Santa Catarina. Consome quase 15 milhões de m³ de madeira em toros por ano. Deste montante, aproximadamente 6,0 milhões de m³ são transformados em celulose e pastas

de alto rendimento, 4,2 milhões de m³ se transformam em madeira serrada, 1,5 milhão de m³ são consumidos na produção de compensados, 1,2 milhão de m³ são destinados à indústria moveleira e o restante é utilizado na produção de aglomerados, MDF e energia.

As florestas cultivadas são responsáveis por quase toda a oferta catarinense de matéria-prima florestal. Os reflorestamentos de pinus são responsáveis por cerca de 85% da oferta de madeira para a indústria florestal catarinense.

A produção catarinense de madeira em toros para processamento mecânico aumentou quase 13% em 2001 em relação a 2000, atingindo 7,6 milhões de m³. Em 2000 e 1999, este crescimento foi superior a 17% (Tabela 11). Em 2002, estima-se que este crescimento tenha sido de cerca de 8%. Esta produção se concentra nos municípios do planalto (Tabela 12), sendo Caçador o maior produtor municipal, com 13% da produção estadual.

TABELA 11/I – PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS FLORESTAIS – SANTA CATARINA – 1998-2002

PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	1998	1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾
Extração vegetal						
Carvão vegetal	t	9.908	12.294	13.017	12.197	12.160
Erva-mate	t	51.403	45.057	39.967	33.506	35.000
Lenha	mil m ³	2.418	2.370	2.385	2.100	2.000
Madeira em tora	mil m ³	141	119	116	99	60
Araucária (toras)	mil m ³	30	28	23	18	12
Palmito	(t)	9	48	241	242	200
Pinhão	(t)	2.603	2.580	2.150	2.139	2.200
Silvicultura						
Carvão vegetal	t	3.855	8.171	7.409	7.591	7.700
Erva-mate	t	53.932	71.312	63.203	48.834	40.000
Lenha	mil m ³	3.181	3.648	3.856	4.018	4.200
Madeira p/papel e celulose	mil m ³	4.327	5.233	5.624	5.959	6.314
Madeira p/outras finalidades	mil m ³	5.492	6.437	7.578	8.551	9.057
Palmito ⁽²⁾	t	9.820	11.669	13.203	14.510	15.371

FONTE: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > Sistema SIDRA; acesso em: 17 maio 2003.

⁽¹⁾ Estimativa Inst. Cepa/SC.

⁽²⁾ Inclui Juçara e Palmeira Real.

TABELA 12/I – PRODUÇÃO DE MADEIRA EM TORA PARA PROCESSAMENTO MECÂNICO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA – 2001

(m³)

MUNICÍPIO	PRODUÇÃO
Caçador	1.110.000
Bom Retiro	496.110
São Cristóvão do Sul	450.000
Correia Pinto	443.874
Campos Novos	393.200
Timbó Grande	360.000
Santa Cecília	335.000
Campo Alegre	315.000
São Bento do Sul	296.000
Rio Negrinho	294.000
Outros	4.057.432
Santa Catarina	8.550.616

FONTES: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > Sistema SIDRA; acesso em: 17 de maio de 2002

A produção de madeira para fabricação de papel e celulose em 2001 foi 6% superior à produção de 2000, segundo levantamentos do IBGE. Para 2002, estima-se um crescimento semelhante na produção de madeira para esta finalidade. A produção se distribui em 92 municípios, sendo Ponte Alta do Norte e Caçador os municípios maiores produtores, somando 23% da produção estadual.

A produção catarinense de erva-mate em 2001 foi de 96,7 mil toneladas, sendo um pouco mais de um terço proveniente de ervais nativos. A produção extrativa de erva-mate vem se reduzindo sistematicamente nos últimos anos. São 103 os municípios de Santa Catarina que produzem erva-mate extrativa. As maiores produções ocorrem no planalto norte, com destaque para o município de Canoinhas.

A produção de erva-mate cultivada em Santa Catarina aumentou até 1999, atingindo mais de 70 mil toneladas.

A partir de 2000, esta produção declinou e em 2002 estima-se que tenha sido de apenas 40 mil toneladas. Segundo o Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1996, a erva-mate é plantada em 130 municípios catarinenses, a maioria localizada na região oeste.

A produção catarinense de palmito é, na sua grande maioria, cultivada e vem crescendo anualmente, tendo atingido 14.752 toneladas em 2001. A maior parte é de cultivo da palmeira real nas regiões litorâneas, espécie que vem apresentando uma boa aceitação entre os consumidores, fato que estimula os produtores a realizarem novos plantios.

A produção de carvão vegetal em Santa Catarina apresentou grande declínio depois de 1990, tendo-se estabilizado, a partir de 1996, em cerca de 20 mil toneladas por ano. A produção oriunda de matéria-prima extrativa vem-se reduzindo gradativamente e a da silvicultura, aumentando. Há uma nítida tendência de substituição gradativa da mata nativa pelo cultivo florestal como matéria-prima para a produção de carvão.

O carvão vegetal é produzido em um grande número de municípios catarinenses. Os maiores produtores estão na região do Vale do Rio do Peixe e no Planalto Norte, onde ainda predomina a produção extrativista. Noutros núcleos de produção, no Vale do Itajaí e no Sul do Estado, a procedência da silvicultura é majoritária.

A produção catarinense de lenha tem-se mantido entre cinco e seis milhões de m³ por ano, dois terços dos quais de origem cultivada, especialmente de espécies de eucalipto. De modo semelhante ao carvão, observa-se uma forte tendência de redução contínua da extração de lenha de matas nativas em Santa Catarina.

No conjunto, os produtos básicos da silvicultura e da extração vegetal de Santa Catarina geraram uma produção de R\$ 827 milhões em 2001, com participação preponderante da madeira em tora (87%), especialmente a madeira para processamento mecânico (53%), conforme se observa na tabela 13.


TABELA 13/I – EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRODUTOS FLORESTAIS BÁSICOS DE SANTA CATARINA – 1996-2001

PRODUTO		(R\$ 1.000,00)					
		1996	1997	1998	1999	2000	2001
Erva-mate cancheada	Extração	27.589	25.780	25.398	24.626	24.289	25.156
Palmito	Extração	-	47	17	95	604	1.076
Pinhão	Extração	1.154	1.459	1.560	1.500	1.230	1.221
Nó de pinho	Extração	88	43	38	33	154	113
Carvão vegetal		3.800	3.466	3.179	4.755	4.999	5.140
	Extração	2.895	2.451	2.127	2.521	2.788	2.653
	Silvicultura	905	1.015	1.052	2.234	2.211	2.487
Lenha		33.595	38.173	45.831	51.053	56.555	72.588
	Extração	17.710	19.564	18.760	18.813	20.775	19.752
	Silvicultura	15.885	18.609	27.071	32.240	35.780	52.836
Madeira em tora		168.304	161.839	177.475	224.826	271.971	721.599
	Extração	17.989	8.208	5.188	4.331	4.601	3.941
	Silvicultura	150.315	153.631	172.287	220.495	267.370	717.658
	Celulose	44.432	40.419	42.044	59.987	70.022	275.326
	Outros fins	105.882	113.212	130.243	160.508	197.348	442.332
Total dos produtos florestais		234.530	230.807	253.498	306.888	359.802	826.893

FONTE: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > Sistema SIDRA; acesso em: 17 de maio de 2003.

Preços das matérias-primas e Produtos Florestais

Os preços dos produtos e matérias-primas florestais em Santa Catarina em 2002 foram, em geral, sensivelmente superiores relativamente aos de 2001. Apenas os preços das escoras e da madeira roliça para construção apresentaram declínio nominal em 2002. A erva-mate nativa e o carvão vegetal tiveram aumento nominal em 2002, mas apresentaram um leve decréscimo em termos reais. Já a lenha, tanto de eucalipto quanto de mata nativa, teve aumento de preços reais em 2002, a exemplo do que ocorreu em 2001 (Tabela 14).

As matérias-primas para a indústria de base florestal, contudo, foram as que apresentaram os maiores aumentos de preços em 2002. Os preços médios da madeira fina de pínus para celulose, seguindo tendên-

cia altista iniciada em 2000, subiram quase 20% (5,6% em termos reais). Esta mesma tendência é apresentada pelos preços médios da madeira em tora de eucalipto e de pínus para serraria, que subiram 40% e 32%, respectivamente, em 2002, em relação a 2001 (22,4% e 16,7%, a preços constantes, respectivamente).

A evolução dos preços das três principais matérias-primas da indústria da madeira em Santa Catarina nos últimos anos, em valores correntes e a preços de maio de 2003, pode ser vista nos gráficos 2 e 3. Como indicam os gráficos, há uma tendência consistente de elevação dos preços reais das matérias-primas para a indústria florestal catarinense nos últimos anos. No primeiro semestre de 2003, estes preços se mantiveram com tendência altista.

Este expressivo aumento, observado nos preços da madeira para uso industrial nos últimos anos, se deve

ao grande crescimento da demanda observado no período e à condição de oferta inelástica da matéria-prima, no curto e médio prazo.

A relativa escassez de madeira reflorestada em idade de corte, especialmente de pínus, já se reflete em expressivos aumentos dos preços da matéria-prima, situação que tende a se agravar nos próximos anos.

Alguns segmentos do setor florestal, especialmente o moveleiro e o de exportação de produtos da madeira, estão bastante preocupados com a possibilidade de vir a faltar matéria-prima nos próximos anos, com fortes pressões altistas nos preços, podendo vir a comprometer seus programas de expansão e sua capacidade competitiva no mercado internacional.

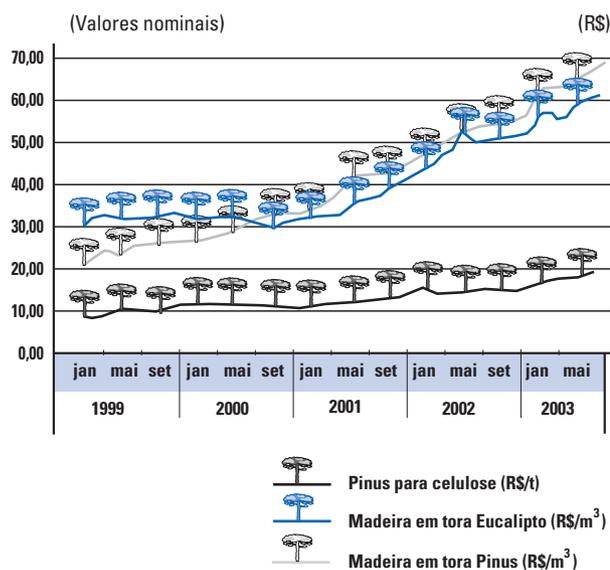
TABELA 14/I - PREÇO MÉDIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS FLORESTAIS - SANTA CATARINA - 1998-2002

PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	1998	1999	2000	2001	2002
Carvão vegetal (R\$)	m³	18,60	19,26	21,36	23,75	25,11
Carvão vegetal (R\$ de mai 03)	m³	36,21	33,73	32,82	33,10	30,97
Carvão vegetal (US\$)	m³	16,03	10,66	11,67	10,27	8,86
Erva-mate nativa (R\$)	arropa	2,11	2,08	2,44	3,06	3,45
Erva-mate nativa (R\$ de mai 03)	arropa	4,10	3,65	3,75	4,27	4,24
Erva-mate nativa (US\$)	arropa	1,82	1,15	1,33	1,33	1,21
Lenha de eucalipto (R\$)	m³	9,02	9,02	9,38	11,24	13,42
Lenha de eucalipto (R\$ de mai 03)	m³	17,55	15,80	14,43	15,65	16,52
Lenha de eucalipto (US\$)	m³	7,77	4,99	5,13	4,84	4,72
Lenha de mata nativa (R\$)	m³	6,13	6,50	7,00	8,15	9,44
Lenha de mata nativa (R\$ de mai 03)	m³	11,93	11,38	10,75	11,35	11,60
Lenha de mata nativa (US\$)	m³	5,28	3,60	3,82	3,51	3,31
Pínus para celulose (R\$)	t	9,26	9,46	10,82	12,49	14,95
Pinus para celulose (R\$ de mai 03)	t	18,03	16,54	16,66	17,38	18,38
Pínus para celulose (US\$)	t	7,98	5,23	5,92	5,37	5,24
Madeira roliça p/ construção (R\$)	m	1,23	1,16	1,14	1,13	1,12
Madeira roliça p/ const (R\$ de mai 03)	m	2,39	2,04	1,75	1,57	1,38
Madeira Roliça p/ const (US\$)	m	1,06	0,64	0,62	0,49	0,40
Escora de madeira (R\$)	unid.	2,92	2,86	2,90	2,80	2,46
Escora de madeira (R\$ de mai 03)	unid.	5,69	5,01	4,46	3,91	3,04
Escora de madeira (US\$)	unid.	2,52	1,58	1,58	1,21	0,87
Madeira toras de eucalipto (R\$)	m³	31,09	32,59	31,99	36,69	51,36
Madeira toras de eucalipto (R\$ de mai 03)	m³	60,53	57,13	49,24	51,01	63,17
Madeira toras de eucalipto (US\$)	m³	26,80	18,06	17,51	15,76	18,04
Madeira em toras de pínus (R\$)	m³	23,39	24,93	30,10	40,90	54,09
Madeira toras de pínus (R\$ de mai 03)	m³	45,55	43,61	46,21	56,86	66,37
Madeira em toras de pínus (US\$)	m³	20,18	13,77	16,43	17,56	18,88

FONTE: Instituto Cepa/SC.

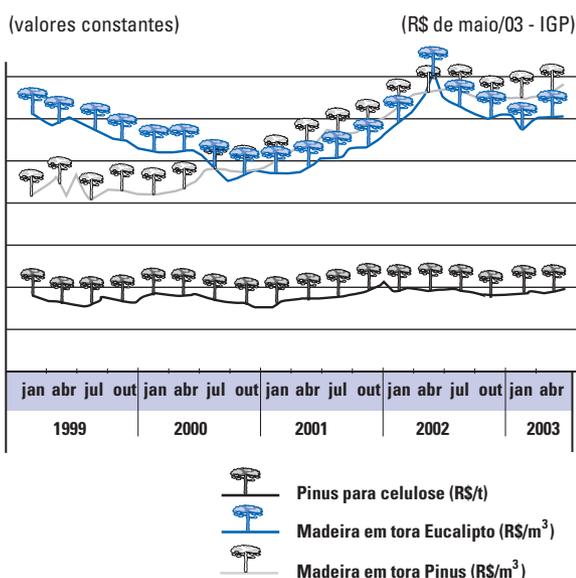


GRÁFICO 2/1 – MADEIRA INDUSTRIAL – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA – JAN/99 - MAI/03



FONTE: Instituto Cepa/SC.

GRÁFICO 3/1 – MADEIRA INDUSTRIAL – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA JAN/99-MAI/03



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Exportações Catarinenses de Produtos Florestais

As exportações catarinenses de produtos florestais, nos últimos anos, impulsionaram a demanda por matéria-prima florestal. Em 2002, as exportações catarinenses de papel e celulose, móveis de madeira, madeira e derivados foram 20% superiores às de 2001. Todos os três segmentos apresentaram desempenho positivo nas exportações, com destaque para o mobiliário, que cresceu 26,5% em relação ao ano anterior. Este crescimento foi impulsionado pela desvalorização cambial do segundo semestre de 2002.

O valor exportado pelos três segmentos do setor em Santa Catarina em 2002 foi 70% superior ao verificado em 1998 (Tabela 15). O forte crescimento das exportações florestais fez aumentar a participação do estado nas exportações brasileiras do setor em 2002 para 18,3% e nas, da região Sul, para 41%. Nos últimos anos, Santa Catarina vem aumentando sua participação nas exportações brasileiras de produtos florestais, assim como nas exportações da Região Sul (Gráfico 4). Em 2002, Santa Catarina assumiu a condição de principal estado brasileiro na exportação de produtos de origem florestal, suplantando o Paraná e São Paulo, até então os maiores exportadores.

TABELA 15/I – EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS - SANTA CATARINA – 1996-2002

(US\$ 1.000,00/FOB)

ITEM	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Erva-mate e derivados	4.401	3.479	3.180	2.559	2.638	2.913	1.935
Madeira e obras de madeira	207.251	240.219	223.979	293.333	298.908	321.959	386.719
Madeira bruta	2.425	-	-	-	976	-	-
Madeira serrada	43.175	64.163	67.328	90.799	85.364	100.468	95.092
Madeira laminada	4.030	5.490	2.293	2.314	2.383	1.765	1.185
Madeira perfilada	22.212	28.533	26.241	35.841	31.197	2.627	13.960
Painéis de madeira reconstituída (MDF e aglomerado)	17.199	17.834	8.658	2.903	5.789	10.109	11.946
Painéis de madeira compensada	39.860	40.883	32.795	51.566	52.486	51.884	62.463
Molduras de madeira	505	214	1.614	4.199	3.936	6.330	15.573
Caixas, engradados e paletes	8.110	3.925	3.523	3.516	4.522	2.089	900
Ferramentas, armações e cabos	9.653	11.078	12.522	12.878	12.104	13.403	18.012
Portas, janelas, assoalhos e outras obras de marcenaria e carpintaria	58.809	64.980	67.681	86.190	86.647	86.776	106.064
Outras madeiras e obras de madeira	1.273	3.119	1.324	3.127	13.504	46.508	61.525
Papel e celulose	102.866	94.947	82.424	93.757	104.221	110.827	121.338
Pasta de celulose e papel sanitário	20.560	18.250	11.541	8.700	9.429	12.284	18.034
Embalagens e pasta "quate"	5.342	5.275	4.086	2.713	4.648	5.939	9.033
Papel e cartão kraft, kraftliner	69.743	65.874	63.736	78.785	87.119	90.115	91.432
Outros papéis	7.221	5.548	3.061	3.559	3.025	2.490	2.840
Móveis de madeira	158.392	178.517	151.419	184.238	214.290	216.655	274.170
Móveis de madeira p/ escritório	4.689	4.031	2.542	2.609	4.008	2.577	6.638
Móveis de madeira p/ cozinha	19.054	13.141	10.220	6.176	7.524	5.454	10.169
Móveis de madeira p/ quartos	72.314	72.560	55.779	72.240	82.546	88.307	102.894
Outros móveis de madeira	62.335	85.350	78.200	91.609	108.857	99.832	130.684
Componentes p/ móveis de madeira	0	3.435	4.678	11.604	11.355	20.486	23.786
Total produtos florestais	472.910	517.162	461.002	573.887	620.057	652.354	784.186
Total exportações - Santa Catarina	2.637.308	2.805.718	2.605.306	2.567.364	2.711.703	3.028.399	3.157.065

FONTE: Secex/Decex.

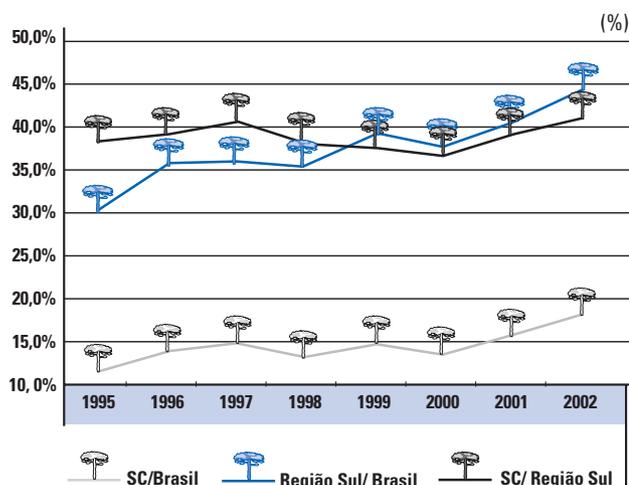
As madeiras e suas obras representaram cerca da metade das exportações florestais catarinenses em 2002, com destaque para as portas, janelas e outras obras de carpintaria, que tiveram crescimento de 22% no valor, passando a representar 13,5% do total das exportações estaduais de produtos florestais. O valor das exportações de painéis de compensado cresceu 20,4%. Nos segmentos de maior valor agregado, destaca-se o item molduras, que segue expandindo de forma

expressiva suas exportações. Neste segmento, o único item importante a apresentar retração nas vendas externas em 2002 foi a madeira serrada, que encolheu 5,4%.

O aumento do volume físico exportado foi a principal causa deste bom desempenho exportador da indústria catarinense de base florestal em 2002. No segmento de móveis e papel e celulose, os preços permaneceram em níveis muito próximos aos do ano anterior. Já no segmento de madeiras, devido aos



GRÁFICO 4/1 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS FLORESTAIS DO BRASIL E DA REGIÃO SUL – 1995-2002



FONTE: Secex/Decex.

esforços da indústria catarinense em exportar produtos de maior valor agregado, em detrimento de produtos de pouca elaboração como a madeira serrada, verificou-se uma melhora significativa no preço médio da tonelada exportada.

A desvalorização cambial dos últimos anos permitiu a conquista de novos espaços no mercado internacional pela indústria florestal catarinense, por viabilizar o fechamento de contratos de exportação com menores preços. O acirramento da concorrência internacional tem levado a uma redução dos preços da maioria dos produtos das cadeias produtivas que compõem o setor florestal, mas os exportadores têm enviado esforços para embarcar produtos de maior valor agregado (mudança no mix de produtos).

A boa performance exportadora do setor florestal catarinense nos últimos anos ampliou sua importância na pauta das exportações do estado. Em 1993, as exportações do setor representaram 14,6% do total

exportado por Santa Catarina; em 2002, este percentual se elevou para 24,8% (Gráfico 5).

Para 2003, espera-se um crescimento expressivo das exportações catarinenses de produtos florestais, com ampliação de sua participação sobre o total. No primeiro semestre do ano, o valor das exportações do setor foi 12,4% maior em relação a igual período do ano anterior, atingindo mais de US\$ 370 milhões.

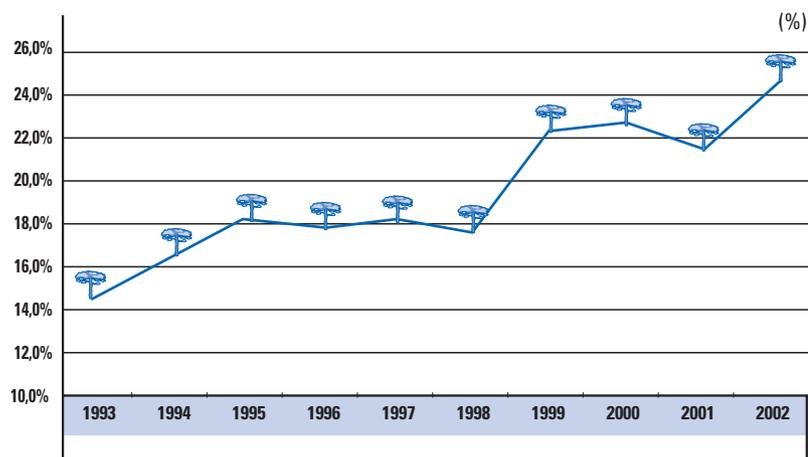
Para fortalecer a competitividade da indústria de móveis e de produtos da madeira, com recursos do Funcitec e do Finep, foi iniciado em 2001 um projeto de pesquisa, sob a coordenação do Instituto Evaldo Lodi – IEL -, para resolver alguns gargalos da cadeia de produção de móveis e madeira, como laboratórios de testes e ensaios de embalagens e de secagem de madeiras, desenvolvimento de design e gestão de matérias-primas.

No ano passado foi iniciado um convênio entre o Sebrae e a Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina – Amoesc -, no valor de R\$ 1,7 milhão, com o objetivo de implantar definitivamente o pólo moveleiro naquela região. Os recursos serão utilizados na capacitação, organização e estruturação da indústria do mobiliário no oeste de Santa Catarina, com o objetivo de inserir definitivamente as empresas daquele cluster industrial nas atividades exportadoras.

Para ampliar a base florestal de Santa Catarina, introduzir a atividade em um grande número de pequenas e médias propriedades rurais, gerar novas oportunidades de trabalho e renda nas atividades agropecuárias e reduzir o êxodo rural, o governo estadual vem implementando desde 1999 o Programa Florestal Catarinense.

Através do Projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda e do Projeto Catarinense de Desenvolvimento Florestal até o final de 2002, haviam sido beneficiados mais de 15.700 pequenos agricultores e plantados mais de 18.000 hectares de florestas, com investimentos totais de mais de R\$ 21 milhões (Tabela 16).

**GRÁFICO 5/I – PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS FLORESTAIS
NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES – 1993-2002**



FORNTE: Secex/Decex.

TABELA 16/I – REALIZAÇÕES DO PROGRAMA FLORESTAL CATARINENSE – PERÍODO 1999-2002

PROJETO/ITEM	1999	2000	2001	2002
Projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda				
Nº agricultores beneficiados (acumulado)	1.442	4.282	8.156	11.808
Área plantada (hectare)	721	2.958	4.416	4.461
Valor aplicado (R\$ 1.000,00)	94	2.156	6.102	11.864
Projeto Catarinense de Desenvolvimento Florestal				
Nº agricultores beneficiados (acumulado)	1.238	2.757	2.984	3.980
Área plantada (hectare)	2.410	-	303	3.046
Valor aplicado (R\$ 1.000,00)	586	619	91	300
Total agricultores beneficiados (acumulado)	2.680	7.039	11.140	15.788
Área plantada total (hectare)	3.131	2.958	4.719	7.507
Valor total aplicado (R\$ 1.000,00)	680	2.775	6.193	12.164

FORNTE: SAR.



Parte 2

DIVISÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÕES CLIMÁTICAS

TABELA 1/II - ÁREA TERRITORIAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - SANTA CATARINA - 2000

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)	MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Abdon Batista	197,60	Balneário Camboriú	46,40
Abelardo Luz	1.035,90	Balneário Barra do Sul	110,40
Agrolândia	191,90	Balneário Gaivota	150,80
Agronômica	116,50	Bandeirante	147,00
Água Doce	1.318,90	Barra Bonita	62,30
Águas de Chapecó	138,90	Barra Velha	142,20
Águas Frias	76,80	Bela Vista do Toldo	526,80
Águas Mornas	327,40	Belmonte	92,80
Alfredo Wagner	732,30	Benedito Novo	385,50
Alto Bela Vista	104,00	Biguaçu	302,40
Anchieta	229,50	Blumenau	509,40
Angelina	523,60	Bocaina do Sul	495,60
Anita Garibaldi	605,10	Bombinhas	37,40
Anitápolis	575,50	Bom Jardim da Serra	934,00
Antônio Carlos	242,40	Bom Jesus	68,40
Apiúna	488,30	Bom Jesus do Oeste	67,10
Arabutã	130,90	Bom Retiro	1.063,90
Araquari	401,80	Botuverá	317,20
Araranguá	298,00	Braço do Norte	193,90
Armazém	138,40	Braço do Trombudo	89,80
Arroio Trinta	112,10	Brunópolis	336,10
Arvoredo	91,10	Brusque	280,20
Ascurra	118,90	Caçador	998,60
Atalanta	97,90	Caibi	177,90
Aurora	226,10	Calmon	633,70
Balneário Arroio do Silva	93,60	Camboriú	211,60

(continua)

(continuação)

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)	MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Capão Alto	1.349,50	Galvão	131,00
Campo Alegre	501,10	Garopaba	108,10
Campo Belo do Sul	1.021,80	Garuva	498,70
Campo Erê	457,50	Gaspar	369,20
Campos Novos	1.632,00	Governador Celso Ramos	104,90
Canelinha	151,10	Grão Pará	328,60
Canoinhas	1.141,50	Gravatal	194,00
Capinzal	224,50	Guabiruba	172,90
Capivari de Baixo	46,90	Guaraciaba	348,00
Catanduvás	196,50	Guaramirim	242,70
Caxambu do Sul	143,30	Guarujá do Sul	99,30
Celso Ramos	189,60	Guatambú	205,90
Cerro Negro	417,40	Herval d'Oeste	212,60
Chapadão do Lageado	113,70	Ibiam	147,00
Chapecó	624,30	Ibicaré	166,10
Cocal do Sul	78,40	Ibirama	268,10
Concórdia	806,30	Içara	315,20
Cordilheira Alta	84,50	Ilhota	244,80
Coronel Freitas	234,40	Imaruí	540,80
Coronel Martins	99,70	Imbituba	185,40
Corupá	407,20	Imbuia	123,90
Correia Pinto	622,70	Indaial	429,20
Criciúma	209,80	Iomerê	111,60
Cunha Porã	217,40	Ipira	150,00
Cunhataí	55,20	Iporã do Oeste	184,00
Curitibanos	952,00	Ipuaçu	258,60
Descanso	285,60	Ipumirim	239,50
Dionísio Cerqueira	376,40	Iraceminha	158,60
Dona Emma	146,40	Irani	318,30
Doutor Pedrinho	374,40	Irati	78,80
Entre Rios	105,20	Irineópolis	580,20
Ermo	64,80	Itá	165,80
Eral Velho	231,40	Itaiópolis	1.240,40
Faxinal dos Guedes	279,80	Itajaí	303,10
Flor do Sertão	65,10	Itapema	58,60
Florianópolis	435,80	Itapiranga	285,60
Formosa do Sul	95,30	Itapoá	255,60
Forquilha	183,70	Ituporanga	335,10
Fraiburgo	434,80	Jaborá	187,70
Frei Rogério	156,90	Jacinto Machado	416,60

(continua)



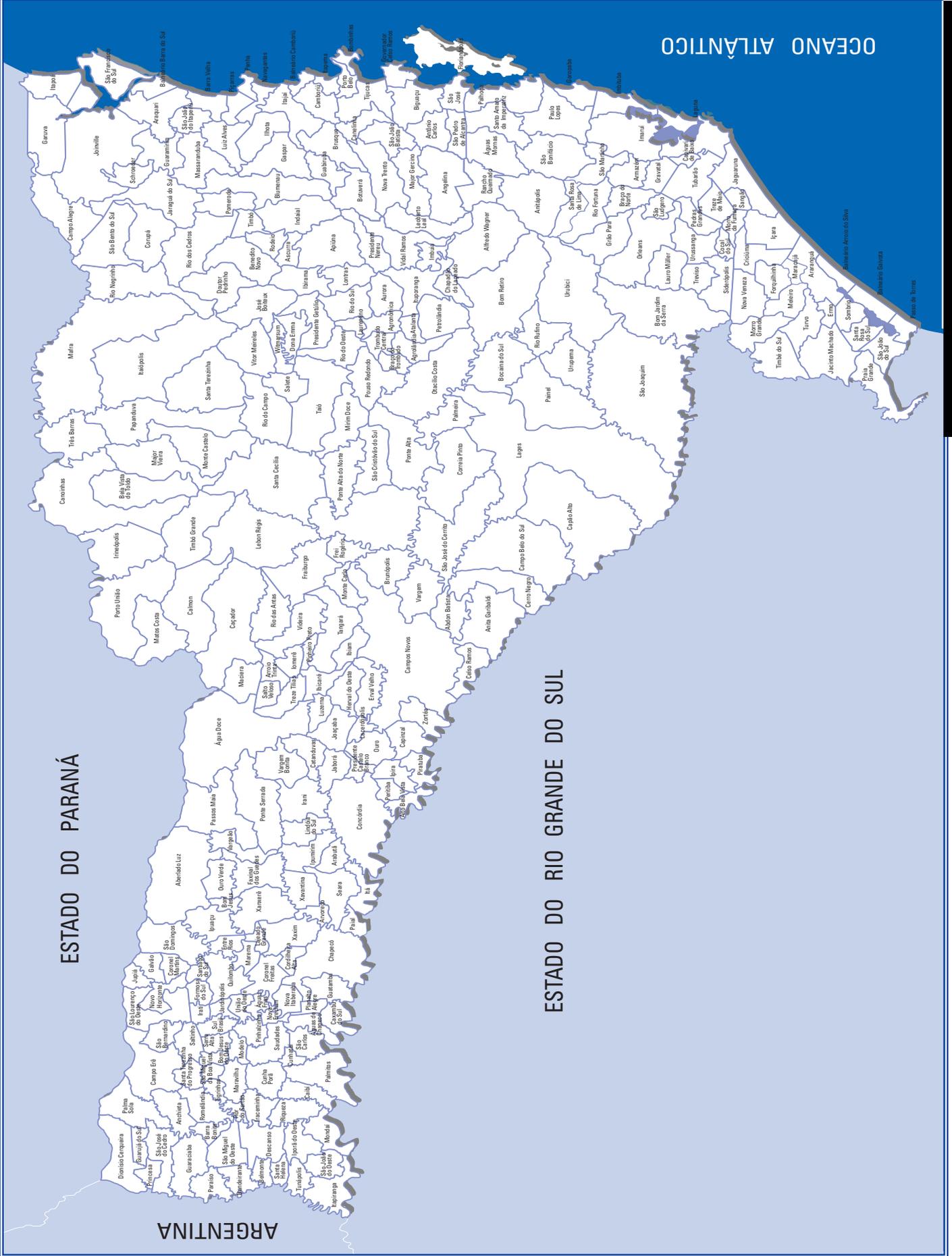
(continuação)

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)	MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Jaguaruna	327,60	Nova Veneza	290,20
Jaraguá do Sul	539,00	Novo Horizonte	151,10
Jardinópolis	67,10	Orleans	599,80
Joaçaba	240,20	Otacílio Costa	922,70
Joinville	1.079,70	Ouro	209,10
José Boiteux	358,00	Ouro Verde	201,20
Jupiá	91,30	Paial	84,80
Lacerdópolis	69,00	Painel	763,70
Lages	2.647,40	Palhoça	322,20
Laguna	444,50	Palma Sola	313,80
Lajeado Grande	66,80	Palmeira	291,80
Laurentino	67,80	Palmitos	347,20
Lauro Muller	266,70	Papanduva	775,90
Lebon Régis	989,00	Paraíso	182,70
Leoberto Leal	297,80	Passo de Torres	90,40
Lindóia do Sul	190,00	Passos Maia	588,60
Lontras	197,20	Paulo Lopes	447,10
Luiz Alves	260,30	Pedras Grandes	152,80
Luzerna	116,50	Penha	60,30
Macieira	235,40	Peritiba	96,70
Mafra	1.784,80	Petrolândia	251,20
Major Gercino	278,10	Piçarras	85,60
Major Vieira	543,50	Pinhalzinho	134,20
Maracajá	70,50	Pinheiro Preto	66,60
Maravilha	168,70	Piratuba	148,70
Marema	99,60	Planalto Alegre	61,00
Massaranduba	393,80	Pomerode	217,50
Matos Costa	371,10	Ponte Alta	557,80
Meleiro	185,70	Ponte Alta do Norte	383,40
Mirim Doce	333,40	Ponte Serrada	568,80
Modelo	95,50	Porto Belo	92,80
Mondaí	215,10	Porto União	923,90
Monte Carlo	166,40	Pouso Redondo	363,30
Monte Castelo	565,20	Praia Grande	285,80
Morro da Fumaça	82,70	Presidente Castelo Branco	70,10
Morro Grande	250,80	Presidente Getúlio	321,90
Navegantes	119,10	Presidente Nereu	224,60
Nova Erechim	62,90	Princesa	88,40
Nova Itaberaba	135,50	Quilombo	283,20
Nova Trento	398,30	Rancho Queimado	269,70

(continua)

(conclusão)

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)	MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Rio das Antas	342,80	São Miguel da Boa Vista	71,80
Rio do Campo	496,10	São Miguel do Oeste	235,80
Rio do Oeste	244,30	São Pedro de Alcântara	140,80
Rio dos Cedros	555,00	Saudades	199,80
Rio do Sul	260,80	Schroeder	149,20
Rio Fortuna	285,80	Seara	315,80
Rio Negrinho	588,10	Serra Alta	91,10
Rio Rufino	333,10	Siderópolis	262,60
Riqueza	191,30	Sombrio	151,10
Rodeio	133,70	Sul Brasil	113,10
Romelândia	237,30	Taió	714,00
Salete	167,10	Tangará	459,10
Saltinho	153,30	Tigrinhos	58,00
Salto Veloso	101,80	Tijucas	278,40
Sangão	83,10	Timbé do Sul	333,80
Santa Cecília	1.173,80	Timbó	129,80
Santa Helena	80,60	Timbó Grande	548,80
Santa Rosa de Lima	184,30	Três Barras	418,40
Santa Rosa do Sul	164,20	Treviso	156,30
Santa Terezinha	720,90	Treze de Maio	179,70
Santa Terezinha do Progresso	113,00	Treze Tilias	177,50
Santiago do Sul	74,10	Trombudo Central	101,50
Santo Amaro da Imperatriz	352,40	Tubarão	283,60
São Bernardino	210,00	Tunápolis	133,60
São Bento do Sul	486,90	Turvo	244,00
São Bonifácio	451,80	União do Oeste	88,20
São Carlos	157,90	Urubici	1.017,50
São Cristovão do Sul	350,20	Urupema	278,20
São Domingos	384,20	Urussanga	237,10
São Francisco do Sul	540,80	Vargeão	151,10
São João do Oeste	161,40	Vargem	396,20
São João Batista	219,60	Vargem Bonita	306,90
São João do Itaperiú	151,10	Vidal Ramos	343,30
São João do Sul	175,10	Videira	377,80
São Joaquim	1.885,40	Vitor Meireles	423,10
São José	114,70	Witmarsum	129,70
São José do Cedro	260,70	Xanxerê	380,80
São José do Cerrito	967,20	Xavantina	211,70
São Lourenço do Oeste	360,70	Xaxim	293,40
São Ludgero	120,00	Zortéa	297,40
São Martinho	235,70		
		SANTA CATARINA	95.286,10



OCEANO ATLÂNTICO

ESTADO DO PARANÁ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ARGENTINA

TABELA 2/II - MÉDIA DAS TEMPERATURAS MÍNIMAS MENSAIS, SEGUNDO AS ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SANTA CATARINA - 2002 (°C)

ESTAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
Araranguá	22,0	20,6	22,8	19,5	16,7	13,0	12,4	14,5	13,9	18,8	20,2	21,0	17,95
Blumenau	21,6	20,5	23,5	20,9	18,2	15,6	13,0	15,6	14,5	19,8	20,0	21,6	18,73
Caçador	16,5	15,7	18,2	16,5	12,4	11,9	10,0	13,0	10,6	15,6	16,0	17,9	14,53
Campos Novos	17,8	17,2	19,4	16,9	13,4	12,3	10,2	12,8	11,0	15,9	16,5	18,0	15,12
Chapecó	19,4	18,9	21,4	19,0	15,7	13,5	11,2	14,8	12,5	17,9	18,3	19,9	16,88
Curitibanos	17,7	16,9	19,1	16,6	13,3	12,2	10,0	12,5	11,1	15,8	16,3	18,0	14,96
Florianópolis	20,4	19,7	21,9	19,0	17,1	14,5	12,6	14,8	13,4	18,9	19,0	20,4	17,64
Indaial	21,6	20,6	22,8	20,4	17,7	15,1	12,8	15,6	14,2	19,5	19,7	21,2	18,43
Itá	19,6	19,8	21,1	19,1	15,3	13,2	11,1	14,0	12,0	17,9	18,1	19,9	16,76
Itajaí	21,0	20,2	22,3	20,6	17,8	15,2	12,5	15,3	13,5	19,2	19,2	20,4	18,10
Ituporanga	20,0	18,9	21,5	18,2	14,7	12,7	10,9	13,7	13,3	17,6	18,2	20,2	16,66
Joinville	20,3	19,2	22,0	19,2	17,4	14,9	12,8	15,1	13,3	18,7	19,6	20,1	17,72
Lages	17,7	16,5	19,1	16,0	12,5	11,1	8,9	11,3	10,2	15,4	15,7	17,5	14,33
Major Vieira	18,1	17,1	19,6	17,7	13,5	12,1	10,2	12,1	11,8	15,6	16,6	18,1	15,21
Matos costa	16,0	14,9	16,8	15,1	11,4	10,0	7,7	10,8	8,9	13,1	13,9	16,7	12,94
Ponte Serrada	15,1	16,1	18,0	16,4	12,2	12,1	8,9	12,1	10,2	15,9	16,1	17,1	14,18
Rio Negrinho	17,6	16,7	19,0	17,1	14,2	12,6	10,3	12,4	11,4	16,0	16,1	17,6	15,08
São Joaquim	14,6	13,5	16,5	13,6	10,8	10,4	7,9	10,1	8,9	13,1	13,1	14,6	12,26
São Miguel do Oeste	19,8	19,7	21,5	19,0	16,3	13,1	9,2	14,4	12,5	16,9	17,0	20,1	16,63
Urussanga	21,2	20,0	22,5	19,4	16,5	12,7	11,8	14,2	12,5	18,3	18,7	20,3	17,34
Videira	18,1	17,7	19,8	17,7	13,5	12,3	10,0	13,3	11,7	16,9	17,5	19,0	15,63

FONTE:Epagri/Cliemerh.

TABELA 3/II - MÉDIA DAS TEMPERATURAS MÁXIMAS MENSAIS, SEGUNDO AS ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SANTA CATARINA - 2002 (°C)

ESTAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
Araranguá	27,8	27,0	29,1	24,9	22,9	19,1	18,5	21,1	20,1	24,0	25,9	26,9	23,9
Blumenau	32,2	30,6	33,5	28,3	26,2	23,4	22,1	23,8	23,5	27,7	29,6	30,8	27,6
Caçador	24,5	23,4	25,9	22,9	18,8	18,0	15,9	19,1	16,9	21,9	23,5	24,6	21,3
Campos Novos	26,1	25,2	28,5	25,3	21,0	19,3	17,6	19,8	18,7	23,3	24,9	25,7	23,0
Chapecó	26,9	26,6	28,7	25,9	21,7	19,2	18,1	21,2	20,3	24,5	25,2	26,6	23,7
Curitibanos	24,0	23,3	25,8	22,1	18,7	17,3	15,3	18,1	16,4	21,2	22,9	24,2	20,8
Florianópolis	29,4	29,2	31,1	26,9	25,3	22,2	20,9	22,0	21,7	26,0	27,3	28,3	25,9
Indaial	31,2	30,1	32,5	28,1	25,6	22,8	21,3	23,4	22,5	27,2	27,6	28,3	26,7
Itá	31,1	30,6	32,9	28,8	24,6	21,0	20,0	24,0	23,3	27,3	28,5	29,7	26,8
Itajaí	29,3	28,4	30,4	26,4	24,1	22,0	20,7	21,9	21,0	25,0	26,4	27,5	25,3
Ituporanga	27,4	26,6	28,9	24,1	21,6	18,2	17,1	19,7	18,7	23,5	25,1	26,9	23,2
Joinville	30,4	29,2	31,8	27,6	26,0	24,1	21,4	21,5	20,8	25,3	26,3	26,9	25,9
Lages	24,5	23,4	25,9	21,1	18,2	16,2	15,1	17,7	16,0	21,2	22,6	23,8	20,5
Major Vieira	28,0	26,9	29,7	26,7	21,4	21,4	18,5	21,9	20,2	24,4	26,7	27,2	24,4
Matos costa	22,2	21,5	24,1	21,0	17,0	16,5	14,3	17,4	15,4	20,0	21,3	23,0	19,5
Ponte Serrada	24,2	23,6	26,6	23,9	19,4	18,4	16,4	19,3	17,9	22,4	23,3	24,6	21,7
Rio Negrinho	26,8	26,0	29,3	25,4	21,2	20,9	18,8	21,3	20,1	23,9	24,8	25,8	23,7
São Joaquim	20,4	19,5	22,1	18,8	15,7	14,1	13,0	15,9	14,2	19,1	19,5	20,6	17,7
São Miguel do Oeste	26,6	26,2	28,4	25,8	21,5	17,7	16,5	21,3	20,0	24,3	25,2	26,6	23,3
Urussanga	28,9	27,5	29,7	25,6	23,3	19,4	19,4	22,0	21,3	25,4	27,4	27,9	24,8
Videira	25,9	25,3	27,6	24,4	20,0	18,6	16,7	19,6	18,2	23,0	24,9	26,1	22,5

FONTE:Epagri/Cliemerh.



TABELA 4/II - UMIDADE RELATIVA MÉDIA MENSAL, SEGUNDO AS ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SANTA CATARINA - 2002

ESTAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
Araranguá	69,5	66,7	70,3	71,9	72,7	72,5	71,7	69,0	67,0	75,5	66,1	70,1	70,3
Blumenau	70,7	70,5	74,1	84,4	84,2	85,8	84,1	83,6	77,8	80,9	76,1	78,0	79,2
Caçador	74,8	74,5	78,5	81,4	83,3	83,2	80,5	79,3	77,2	81,9	74,5	76,7	78,8
Campos Novos	72,1	72,1	74,6	78,5	79,9	81,3	79,2	78,3	74,4	80,2	73,7	75,3	76,6
Chapecó	69,7	69,2	71,7	73,6	75,6	78,1	80,1	75,6	68,6	77,6	72,0	74,5	73,9
Curitibanos	83,7	82,8	80,8	88,3	86,5	87,9	86,4	85,3	83,5	88,3	83,4	84,5	85,1
Florianópolis	78,0	77,0	80,0	84,0	82,0	83,0	82,0	84,0	77,0	82,0	79,0	78,0	80,5
Indaial	81,5	79,6	82,0	88,3	88,2	88,9	87,4	85,9	81,3	85,0	82,2	83,4	84,5
Itá	70,9	68,3	74,4	77,0	82,7	85,0	86,4	83,5	76,6	81,5	76,4	78,4	78,4
Itajaí	81,3	77,3	80,6	90,2	90,4	89,5	82,5	86,9	78,0	85,8	79,4	81,9	83,7
Ituporanga	76,0	75,4	77,7	85,8	87,0	88,8	86,7	84,9	79,1	84,0	77,2	76,3	81,6
Joinville	77,5	75,7	78,7	84,1	84,0	85,1	82,7	83,3	80,0	81,8	75,9	79,2	80,7
Lages	72,8	73,8	78,7	85,6	85,4	87,3	84,7	82,6	79,5	82,6	76,2	77,7	80,6
Major Vieira	81,9	82,2	83,1	81,8	83,2	85,6	84,8	82,1	80,1	82,2	79,7	79,4	82,2
Matos Costa	74,8	75,6	79,0	83,4	85,2	83,7	83,1	80,8	80,1	85,2	77,4	79,7	80,7
Ponte Serrada	71,0	71,6	71,2	73,6	76,4	76,1	77,4	75,5	72,2	77,1	70,7	74,5	73,9
Rio Negrinho	79,2	77,5	78,7	82,5	85,1	84,7	83,0	80,9	77,6	81,0	78,3	80,7	80,8
São Joaquim	81,6	79,8	82,1	86,4	83,1	84,0	77,6	77,3	76,6	81,5	78,6	79,5	80,7
São Miguel do Oeste	68,5	68,5	73,7	75,2	79,0	83,9	69,3	67,6	65,4	76,1	70,2	75,1	72,7
Urussanga	79,0	77,5	82,6	83,5	84,6	86,1	83,1	79,2	75,2	82,9	77,7	79,0	80,9
Videira	71,2	72,8	74,8	77,9	80,0	83,4	75,1	74,2	71,6	72,6	66,1	72,5	74,4

FONTE:Epagri/Climerh.

TABELA 5/II - PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL, SEGUNDO AS ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SANTA CATARINA - 2002

ESTAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Araranguá	196,9	166,3	211,9	74,3	122,9	264,9	121,7	110,2	113,2	236,8	140,7	220,3	1.980,1
Blumenau	135,9	94,4	86,8	135,8	38,3	48,7	58,6	115,1	140,1	143,3	133,1	126,3	1.256,4
Caçador	141,1	82,4	154,7	72,7	137,1	65,2	90,0	128,6	156,7	279,2	190,8	179,9	1.678,4
Campos Novos	235,0	117,2	91,1	137,5	155,8	178,5	151,2	179,7	210,8	370,6	277,2	173,7	2.278,3
Chapecó	113,4	57,0	109,5	74,3	175,4	257,2	97,2	183,2	253,0	366,5	220,9	235,7	2.143,3
Curitibanos	152,8	138,8	148,9	190,4	125,0	121,2	145,0	139,6	197,7	377,9	178,0	137,5	2.052,8
Florianópolis	234,5	111,8	117,2	207,4	88,2	37,2	98,2	118,3	89,9	195,8	115,0	180,4	1.593,9
Indaial	310,5	112,1	95,3	176,2	79,1	69,6	76,7	117,9	181,7	188,8	220,1	145,2	1.773,2
Itá	61,7	39,3	94,2	60,4	188,4	180,2	85,9	145,8	234,3	312,2	228,3	201,9	1.832,6
Itajaí	180,6	150,6	159,4	227,4	77,1	51,0	62,9	95,9	175,1	141,5	114,0	209,6	1.645,1
Ituporanga	168,2	129,7	135,6	173,7	64,5	71,6	118,8	195,4	150,6	234,7	292,9	105,5	1.841,2
Joinville	342,8	125,0	187,1	141,8	91,1	67,5	56,7	109,7	215,8	174,3	174,8	223,1	1.909,7
Lages	163,2	87,8	146,0	139,4	82,0	163,5	147,2	137,7	164,3	281,8	255,8	166,3	1.935,0
Major Vieira	98,2	75,2	52,3	85,0	138,2	16,6	108,2	114,4	211,8	159,0	170,2	97,4	1.326,5
Matos Costa	153,0	97,0	126,0	63,0	147,0	30,0	70,5	136,0	181,0	218,0	248,0	217,0	1.686,5
Ponte Serrada	107,9	64,2	68,7	128,6	219,4	150,4	147,3	178,6	249,5	335,7	305,1	211,7	2.165,8
Rio Negrinho	353,1	113,4	70,5	139,2	88,9	43,4	69,7	113,2	269,5	183,1	203,8	255,8	1.903,6
São Joaquim	187,3	130,6	136,3	111,1	113,5	223,5	136,7	143,1	204,5	265,8	259,7	186,8	2.098,9
São Miguel do Oeste	86,9	46,2	232,3	72,4	242,1	231,5	92,1	117,3	236,7	464,5	224,2	271,0	2.317,2
Urussanga	164,5	124,9	214,0	75,0	109,2	143,3	72,3	78,8	101,6	222,6	217,3	289,1	1.812,7
Videira	148,0	174,5	99,6	115,9	121,3	107,3	151,3	120,7	198,1	283,3	238,8	240,6	1.999,4

FONTE:Epagri/Climerh.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

TABELA 6/II - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - BRASIL E SANTA CATARINA - 1991/2002

(mil hab.)

DISCRIMINAÇÃO	1991	1996	2000	2002
BRASIL	146.825	157.070	169.799	174.633
Rural	35.834	33.993	31.845	...
Urbana	110.991	123.077	137.954	...
SANTA CATARINA	4.542	4.875	5.356	5.528
Rural	1.333	1.310	1.138	...
Urbana	3.209	3.565	4.218	...

FONTE: IBGE.

TABELA 7/II - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E RURAL, POR FAIXA ETÁRIA - SANTA CATARINA - 1980/2001

(mil hab.)

FAIXA ETÁRIA (a.com.)	TOTAL					RURAL				
	1980	1991	1996	2000	2001	1980	1991	1996	2000	2001
0--5	467,3	502,0	469,0	475,6	426,9	196,0	152,7	134,3	103,2	82,6
5l--10	441,2	511,3	498,0	507,6	489,5	196,9	154,6	140,7	114,6	96,9
10l--15	457,0	490,2	517,4	526,3	508,9	203,7	150,5	144,8	118,3	115,1
15l--20	455,3	447,0	481,2	535,8	540,8	188,4	138,8	127,2	112,6	107,7
20l--25	374,9	434,7	435,2	478,6	518,0	141,1	126,6	111,4	89,2	84,9
25l--30	300,0	433,8	420,4	441,2	421,2	106,6	118,6	108,1	83,4	62,1
30l--35	236,8	376,2	431,3	445,7	439,4	85,0	99,5	108,5	88,6	74,7
35l--40	187,1	313,1	370,9	437,8	471,9	70,8	82,1	91,6	87,4	88,9
40l--45	163,8	253,3	308,9	366,6	389,8	64,2	69,0	75,9	73,5	69,0
45l--50	134,7	190,1	243,5	301,3	311,7	54,1	55,8	63,2	62,5	49,6
50l--55	117,2	155,0	185,0	235,2	271,8	47,7	47,8	51,5	53,1	61,0
55l--60	92,1	128,5	147,0	174,3	186,4	38,0	41,1	44,0	43,3	38,8
60l--65	71,3	108,7	120,2	142,1	169,2	29,5	34,8	35,9	36,1	39,9
65l--70	54,9	80,9	95,7	108,9	132,2	22,4	25,6	28,7	27,6	32,5
70 e+	71,1	117,2	144,1	179,5	189,8	28,1	36,0	42,0	44,7	48,4
Id. Ignor.	3,6	...	7,6	1,3	...	2,3
TOTAL	3.627,9	4.542,0	4.875,4	5.356,4	5.467,5	1.473,7	1.333,5	1.310,1	1.138,4	1.052,1

FONTE: IBGE.



TABELA 8/II - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, RURAL E URBANA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - SANTA CATARINA - 2000 (hab.)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000			MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana		Total	Rural	Urbana
Abdon Batista	2.775	2.062	713	Bom Jardim da Serra	4.079	1.956	2.123
Abelardo Luz	16.440	9.212	7.228	Bom Jesus	2.046	1.057	989
Agrolândia	7.810	3.176	4.634	Bom Jesus do Oeste	2.150	1.774	376
Agronômica	4.257	3.385	872	Bom Retiro	7.967	2.631	5.336
Água Doce	6.843	3.695	3.148	Botuverá	3.756	2.953	803
Águas de Chapecó	5.782	3.580	2.202	Braço do Norte	24.802	6.923	17.879
Águas Frias	2.525	2.008	517	Braço do Trombudo	3.187	1.565	1.622
Águas Mornas	5.390	3.675	1.715	Brunópolis	3.331	2.624	707
Alfredo Wagner	8.857	6.384	2.473	Brusque	76.058	2.802	73.256
Alto Bela Vista	2.098	1.576	522	Caçador	63.322	7.780	55.542
Anchieta	7.133	4.690	2.443	Caibi	6.354	3.294	3.060
Angelina	5.776	4.761	1.015	Calmon	3.467	2.075	1.392
Anita Garibaldi	10.273	6.085	4.188	Camboriú	41.445	2.018	39.427
Anitápolis	3.234	2.120	1.114	Capão Alto	3.020	2.416	604
Antônio Carlos	6.434	4.674	1.760	Campo Alegre	11.634	4.763	6.871
Apiúna	8.520	4.914	3.606	Campo Belo do Sul	8.051	3.611	4.440
Arabutã	4.160	3.189	971	Campo Erê	10.353	4.597	5.756
Araquari	23.645	1.645	22.000	Campos Novos	28.729	6.173	22.556
Araranguá	54.706	9.654	45.052	Canelinha	9.004	4.712	4.292
Armazém	6.873	4.248	2.625	Canoinhas	51.631	13.727	37.904
Arroio Trinta	3.490	1.393	2.097	Capinzal	19.955	4.495	15.460
Arvoredo	2.305	1.894	411	Capivari de Baixo	18.561	1.125	17.436
Ascurra	6.934	815	6.119	Catanduvas	8.291	2.987	5.304
Atalanta	3.429	2.296	1.133	Caxambu do Sul	5.263	3.209	2.054
Aurora	5.474	3.992	1.482	Celso Ramos	2.844	2.206	638
Balneário Arroio do Silva	6.043	167	5.876	Cerro Negro	4.098	3.404	694
Balneário Camboriú	73.455	-	73.455	Chapadão do Lageado	2.561	2.272	289
Balneário Barra do Sul	6.045	13	6.032	Chapecó	146.967	12.375	134.592
Balneário Gaivota	5.450	2.473	2.977	Cocal do Sul	13.726	2.319	11.407
Bandeirante	3.177	2.436	741	Concórdia	63.058	17.804	45.254
Barra Bonita	2.118	1.862	256	Cordilheira Alta	3.093	2.790	303
Barra Velha	15.530	964	14.566	Coronel Freitas	10.535	6.041	4.494
Bela Vista do Toldo	5.721	5.151	570	Coronel Martins	2.388	1.930	458
Belmonte	2.588	1.636	952	Corupá	11.847	3.120	8.727
Benedito Novo	9.071	4.170	4.901	Correia Pinto	17.026	4.980	12.046
Biguaçu	48.077	5.170	42.907	Criciúma	170.420	17.371	153.049
Blumenau	261.808	19.865	241.943	Cunha Porã	10.229	4.942	5.287
Bocaina do Sul	2.980	2.565	415	Cunhataí	1.822	1.487	335
Bombinhas	8.716	-	8.716	Curitibanos	36.061	3.623	32.438

(continua)

(continuação)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000			MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana		Total	Rural	Urbana
Descanso	9.129	5.244	3.885	Iraceminha	4.592	3.370	1.222
Dionísio Cerqueira	14.250	5.640	8.610	Irani	8.602	3.544	5.058
Dona Emma	3.309	1.941	1.368	Irati	2.202	1.790	412
Doutor Pedrinho	3.082	1.413	1.669	Irineópolis	9.734	6.770	2.964
Entre Rios	2.857	2.106	751	Itá	6.764	3.342	3.422
Ermo	2.057	1.464	593	Itaiópolis	19.086	10.329	8.757
Erval Velho	4.269	2.109	2.160	Itajaí	147.494	5.544	141.950
Faxinal dos Guedes	10.767	3.723	7.044	Itapema	25.869	1.088	24.781
Flor do Sertão	1.612	1.417	195	Itapiranga	13.998	8.616	5.382
Florianópolis	342.315	10.130	332.185	Itapoá	8.839	648	8.191
Formosa do Sul	2.725	1.834	891	Ituporanga	19.492	7.828	11.664
Forquilha	18.348	3.792	14.556	Jaborá	4.194	2.832	1.362
Fraiburgo	32.948	5.325	27.623	Jacinto Machado	10.923	6.385	4.538
Frei Rogério	2.971	2.484	487	Jaguaruna	14.613	4.375	10.238
Galvão	4.235	1.741	2.494	Jaraguá do Sul	108.489	12.169	96.320
Garopaba	13.164	2.442	10.722	Jardinópolis	1.994	1.179	815
Garuva	11.378	3.122	8.256	Joaçaba	24.066	2.378	21.688
Gaspar	46.414	16.813	29.601	Joinville	429.604	14.632	414.972
Governador Celso Ramos	11.598	756	10.842	José Boiteux	4.594	3.128	1.466
Grão Pará	5.817	3.143	2.674	Jupia	2.220	1.549	671
Gravatal	10.799	6.935	3.864	Lacerdópolis	2.173	1.190	983
Guabiruba	12.976	928	12.048	Lages	157.682	4.100	153.582
Guaraciaba	11.038	6.673	4.365	Laguna	47.568	10.284	37.284
Guaramirim	23.794	4.782	19.012	Lajeado Grande	1.572	1.096	476
Guarujá do Sul	4.696	2.425	2.271	Laurentino	5.062	1.824	3.238
Guatambú	4.702	3.719	983	Lauro Muller	13.604	3.681	9.923
Herval d'Oeste	20.044	2.904	17.140	Lebon Régis	11.682	4.702	6.980
Ibiam	1.955	1.454	501	Leoberto Leal	3.739	3.282	457
Ibicaré	3.587	2.347	1.240	Lindóia do Sul	4.877	3.556	1.321
Ibirama	15.802	2.687	13.115	Lontras	8.381	3.072	5.309
Içara	48.634	9.064	39.570	Luiz Alves	7.974	5.850	2.124
Ilhota	10.574	4.129	6.445	Luzerna	5.572	1.608	3.964
Imaruí	13.404	9.495	3.909	Macieira	1.900	1.596	304
Imbituba	35.700	1.173	34.527	Mafra	49.940	12.227	37.713
Imbuia	5.246	3.291	1.955	Major Gercino	3.143	2.166	977
Indaial	40.194	1.812	38.382	Major Vieira	6.906	4.707	2.199
Iomerê	2.553	1.870	683	Maracajá	5.541	2.020	3.521
Ipira	4.979	2.765	2.214	Maravilha	18.521	4.295	14.226
Iporã do Oeste	7.877	5.026	2.851	Marema	2.651	1.710	941
Ipuacu	6.122	5.155	967	Massaranduba	12.562	7.933	4.629
Ipumirim	6.907	4.423	2.484	Matos Costa	3.204	1.954	1.250

(continua)



(continuação)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana
Meleiro	7.080	3.873	3.207
Mirim Doce	2.753	1.595	1.158
Modelo	3.930	1.729	2.201
Mondaí	8.728	4.679	4.049
Monte Carlo	8.579	1.274	7.305
Monte Castelo	8.350	3.777	4.573
Morro da Fumaça	14.551	3.397	11.154
Morro Grande	2.917	2.180	737
Navegantes	39.317	2.667	36.650
Nova Erechim	3.543	1.823	1.720
Nova Itaberaba	4.256	3.831	425
Nova Trento	9.852	3.179	6.673
Nova Veneza	11.511	4.312	7.199
Novo Horizonte	3.101	2.378	723
Orleans	20.031	7.218	12.813
Otacílio Costa	13.993	1.182	12.811
Ouro	7.419	3.254	4.165
Ouro Verde	2.352	1.727	625
Paial	2.052	1.793	259
Painel	2.384	1.560	824
Palhoça	102.742	4.828	97.914
Palma Sola	8.206	5.014	3.192
Palmeira	2.133	1.362	771
Palmitos	16.034	8.028	8.006
Papanduva	16.822	8.869	7.953
Paraíso	4.796	3.494	1.302
Passo de Torres	4.400	878	3.522
Passos Maia	4.763	4.015	748
Paulo Lopes	5.924	2.370	3.554
Pedras Grandes	4.921	4.056	865
Penha	17.678	1.685	15.993
Perituba	3.230	1.913	1.317
Petrolândia	6.406	4.595	1.811
Piçarras	10.911	2.296	8.615
Pinhalzinho	12.356	3.043	9.313
Pinheiro Preto	2.729	1.588	1.141
Piratuba	5.812	3.102	2.710
Planalto Alegre	2.452	1.713	739
Pomerode	22.127	3.414	18.713
Ponte Alta	5.168	1.385	3.783
Ponte Alta do Norte	3.221	883	2.338

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana
Ponte Serrada	10.561	3.331	7.230
Porto Belo	10.704	731	9.973
Porto União	31.858	5.279	26.579
Pouso Redondo	12.203	5.835	6.368
Praia Grande	7.286	3.349	3.937
Presidente Castelo Branco	2.160	1.703	457
Presidente Getúlio	12.333	4.466	7.867
Presidente Nereu	2.305	1.529	776
Princesa	2.613	2.045	568
Quilombo	10.736	6.039	4.697
Rancho Queimado	2.637	1.534	1.103
Rio das Antas	6.129	3.903	2.226
Rio do Campo	6.522	4.234	2.288
Rio do Oeste	6.730	4.104	2.626
Rio dos Cedros	8.939	5.181	3.758
Rio do Sul	51.650	3.232	48.418
Rio Fortuna	4.320	3.107	1.213
Rio Negrinho	37.707	5.057	32.650
Rio Rufino	2.414	1.861	553
Riqueza	5.166	3.889	1.277
Rodeio	10.380	1.514	8.866
Romelândia	6.491	4.371	2.120
Salete	7.163	2.580	4.583
Saltinho	4.196	3.297	899
Salto Veloso	3.910	1.076	2.834
Sangão	8.128	4.504	3.624
Santa Cecília	14.802	3.185	11.617
Santa Helena	2.588	1.848	740
Santa Rosa de Lima	2.007	1.584	423
Santa Rosa do Sul	7.810	4.768	3.042
Santa Terezinha	8.840	7.698	1.142
Santa Terezinha do Progresso	3.416	2.990	426
Santiago do Sul	1.696	1.175	521
Santo Amaro da Imperatriz	15.708	3.172	12.536
São Bernardino	3.140	2.611	529
São Bento do Sul	65.437	3.611	61.826
São Bonifácio	3.218	2.536	682
São Carlos	9.364	4.017	5.347
São Cristovão do Sul	4.504	1.785	2.719
São Domingos	9.540	4.110	5.430
São Francisco do Sul	32.301	2.371	29.930

(continua)

(continuação)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000			MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana		Total	Rural	Urbana
São João do Oeste	5.789	4.295	1.494	Timbó	29.358	2.575	26.783
São João Batista	14.861	3.588	11.273	Timbó Grande	6.501	3.726	2.775
São João do Itaperiú	3.161	1.707	1.454	Três Barras	17.124	2.901	14.223
São João do Sul	6.784	5.641	1.143	Treviso	3.144	1.583	1.561
São Joaquim	22.836	6.707	16.129	Treze de Maio	6.716	4.952	1.764
São José	173.559	2.329	171.230	Treze Tilias	4.840	1.933	2.907
São José do Cedro	13.678	7.019	6.659	Trombudo Central	5.795	2.641	3.154
São José do Cerrito	10.393	8.241	2.152	Tubarão	88.470	18.545	69.925
São Lourenço do Oeste	19.647	6.240	13.407	Tunápolis	4.777	3.560	1.217
São Ludgero	8.587	2.592	5.995	Turvo	10.887	5.250	5.637
São Martinho	3.274	2.386	888	União do Oeste	3.391	2.397	994
São Miguel da Boa Vista	2.018	1.687	331	Urubici	10.252	3.591	6.661
São Miguel do Oeste	32.324	4.932	27.392	Urupema	2.527	1.342	1.185
São Pedro de Alcântara	3.584	1.488	2.096	Urussanga	18.727	8.077	10.650
Saudades	8.324	5.427	2.897	Vargeão	3.526	2.146	1.380
Schroeder	10.811	1.409	9.402	Vargem	3.225	2.574	651
Seara	16.484	6.221	10.263	Vargem Bonita	5.158	2.959	2.199
Serra Alta	3.330	2.129	1.201	Vidal Ramos	6.279	4.782	1.497
Siderópolis	12.082	2.979	9.103	Videira	41.589	5.802	35.787
Sombrio	22.962	7.037	15.925	Vitor Meireles	5.519	4.421	1.098
Sul Brasil	3.116	2.372	744	Witmarsum	3.251	2.639	612
Taió	16.257	8.370	7.887	Xanxerê	37.429	5.044	32.385
Tangará	8.754	4.521	4.233	Xavantina	4.404	3.458	946
Tigrinhos	1.878	1.665	213	Xaxim	22.857	6.799	16.058
Tijucas	23.499	4.788	18.711	Zortéa	2.633	580	2.053
Timbé do Sul	5.323	3.640	1.683	Santa Catarina	5.356.360	1.138.429	4.217.931

FONTE: IBGE.

TABELA 9/II - PESSOAS OCUPADAS, POR SEXO, SEGUNDO O SETOR ECONÔMICO - SANTA CATARINA - 1998/2001

(nº)

SETOR ECONÔMICO	1998		1999		2001	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Primário	400.387	299.581	412.375	324.553	349.906	248.481
Secundário	500.640	169.951	536.857	296.622	559.636	206.876
Terciário	558.240	576.121	594.992	443.201	724.907	724.325
TOTAL	1.459.267	1.045.653	1.544.229	1.064.376	1.634.449	1.179.682

FONTE: IBGE.


TABELA 10/II - PESSOAS OCUPADAS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE - SANTA CATARINA - 1998/2001

GRUPOS DE IDADE (anos)	TOTAL			RURAL			URBANA		
	1998	1999	2001	1998	1999	2001	1998	1999	2001
10 l-- 14	101.396	84.915	70.098	72.013	61.646	47.871	29.383	23.269	22.227
15 l-- 24	552.487	592.103	659.385	161.309	171.005	149.312	391.178	421.098	510.073
25 l-- 39	999.548	1.012.614	1.095.911	251.179	269.309	197.766	748.369	743.305	898.145
40 l-- 49	487.390	500.202	552.772	145.758	143.661	109.417	341.632	356.541	443.355
50 l-- 59	222.951	264.053	283.231	77.773	96.553	79.211	145.178	167.500	204.020
60 e mais	141.148	154.713	152.734	70.859	68.050	61.554	70.289	86.663	91.180
Total	2.504.920	2.608.600	2.814.131	778.891	810.224	645.131	1.726.029	1.798.376	2.169.000

(n°)
FONTE: IBGE.
TABELA 11/II - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES E INDICADORES DE BEM-ESTAR, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - SANTA CATARINA - 1998/2001

DISCRIMINAÇÃO	RURAL			URBANA		
	1998	1999	2001	1998	1999	2001
Domicílio particular	344.504	347.255	287.225	1.036.986	1.077.170	1.306.739
Rede de água geral	61.644	68.058	24.507	939.627	981.790	1.174.526
Lixo coletado diretamente	78.349	88.415	37.041	964.400	1.007.386	1.205.296
Luz elétrica	323.764	333.295	278.679	1.032.954	1.074.263	1.301.043
Geladeira	290.356	297.814	266.709	1.006.454	1.042.853	1.271.415
Rádio	333.558	329.804	269.558	987.445	1.021.338	1.234.371
Televisão	278.259	285.602	256.450	986.292	1.027.143	1.244.635

(n°)
FONTE: IBGE.

TABELA 12/II - TRABALHADORES NO AGRONEGÓCIO CATARINENSE - 1999-2001

ATIVIDADE	1999	2000	2001
(n°)			
PRODUÇÃO VEGETAL E DERIVADOS			
Cultivo produtos vegetais	30.902	11.607	13.676
Cultivo de cereais	2.648	1.104	1.379
Cultivo de outros produtos temporários	3.973	990	1.396
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente			7.458
Cultivo de outras frutas, frutos secos, plantas para preparo de beb...	19.146	6.618	0
Exploração florestal	2.760	1.353	1.589
Outros	2.375	1.542	1.854
PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS			
Criação de animais	8.252	6.278	7.598
Criação de suínos	2.377	1.397	1.581
Criação de aves	4.645	3.927	5.006
Criação de bovinos	1.071	793	829
Outros	159	161	182
Outras produções	11.552	5.963	6.261
Pesca	6.153	2.338	2.482
Produção mista: lavoura e pecuária	5.318	3.446	3.564
Outras	81	179	215
DERIVADOS DE ANIMAIS	2.548	1.842	1.900
PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR			
Preparação produtos vegetais	5.145	3.359	3.473
Abate animais e preparações	42.470	32.802	35.452
Abate de reses, preparação de produtos de carne	12.005	10.433	11.663
Abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de...	22.521	17.131	18.131
Preparação de carne, banha e produtos de salsicharia não-associada ...	2.981	2.288	2.405
Preparação e preservação do pescado e fabrç. de conservas de peixes...	4.963	2.950	3.253
Indústria de moagem	6.279	4.085	3.644
Fabricação de biscoitos e massas	3.229	2.358	2.710
Fabricação de outros produtos alimentícios	13.222	8.906	8.501
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E INSUMOS			
Fabricação de insumos agrícolas	1.263	957	1.154
Fabricação de máquinas agrícolas	2.835	2.405	2.897
Fabricação de máquinas para indústria agroalimentar e da madeira	1.680	1.313	1.356
Indústria da madeira, papel e papelão	95.698	74.393	75.175
Comércio atacadista produtos agrícolas e agroalimentares	16.968	12.090	12.196
Comércio atacadista máquinas agrícolas	179	180	214
Atividades de serviços relacionados com a agricultura	15.249	9.232	9.990
TOTAL AGRONEGÓCIO	257.471	177.770	186.197
TOTAL DEMAIS ATIVIDADES	1.213.702	900.159	967.196
TOTAL SANTA CATARINA	1.471.173	1.077.929	1.153.393

FONTE: Ministério do Trabalho. RAIS 1996, 1999, 2000 e 2001.
 OBS: As informações da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - são devidas através do Decreto 76.900/75, o qual estabelece que todo empregador deve fornecer às entidades governamentais da área social, por meio da RAIS, as informações solicitadas de cada um de seus empregados, com os quais manteve relação de emprego durante qualquer período de um determinado ano-base.



ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

TABELA 13/II - CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM⁽¹⁾ EM MEIO AMBIENTE NÃO CONTROLADO, POR TIPO, DOS ARMAZÉNS CADASTRADOS NA CONAB, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 2002

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TIPO DE ARMAZÉM				Total
	Convencional	Depósito	Graneleiro	Silo	
Araranguá	55.714	626	2.924	234.730	293.994
Blumenau	13.263	-	200	39.973	53.436
Campos de Lages	9.174	-	-	11.329	20.503
Canoinhas	57.340	-	73.061	74.327	204.728
Chapecó	89.346	2.830	146.188	263.369	501.733
Concórdia	6.926	-	-	77.020	83.946
Criciúma	13.297	100	-	115.069	128.466
Curitibanos	53.298	-	50.287	140.033	243.618
Florianópolis	5.200	-	-	11.660	16.860
Itajaí	19.530	-	-	1.826	21.356
Ituporanga	11.645	1.828	-	2.846	16.319
Joaçaba	21.164	800	16.903	106.453	145.320
Joinville	23.591	75	256.420	114.276	394.362
Rio do Sul	13.047	-	1.800	77.076	91.923
São Bento do Sul	-	-	-	1.040	1.040
São Miguel do Oeste	18.296	-	98.008	45.992	162.296
Tabuleiro	400	-	-	-	400
Tijucas	-	-	-	-	-
Tubarão	15.993	4.400	1.796	38.825	61.014
Xanxerê	121.538	-	95.239	243.328	460.105
Santa Catarina	548.762	10.659	742.826	1.599.172	2.901.419

FONE: Conab.
⁽¹⁾ Situação em 3/4/2002.

TABELA 14/II - COOPERATIVAS, SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE - SANTA CATARINA - 1998-2002

SEGMENTOS	1998	1999	2000	2001	2002
Agropecuário	50	46	53	59	60
Consumo	20	20	18	20	17
Crédito	55	57	62	61	64
Educacional	16	15	16	17	17
Especial	1	2	2	2	2
Habitacional	6	3	3	3	3
Infra-estrutura	30	29	29	29	30
Mineral	2	2	2	2	2
Produção	12	15	13	15	13
Saúde	34	39	44	45	41
Trabalho	79	75	65	53	51
Transporte	-	-	-	19	19
TOTAL	305	303	307	325	319

FONTE: Ocesc.

TABELA 15/II - COOPERADOS, SEGUNDO O TIPO DE COOPERATIVA - SANTA CATARINA - 1998-2002

(nº)

SEGMENTO	1998	1999	2000	2001	2002
Agropecuário	48.387	47.194	46.706	50.046	48.923
Consumo	59.849	62.264	82.245	99.177	90.247
Crédito	66.465	76.117	88.486	105.873	131.907
Educacional	10.830	10.874	13.788	14.328	12.375
Especial	24	90	101	67	68
Habitacional	1.578	1.328	1.094	881	569
Infra-estrutura	136.447	142.257	146.575	152.246	157.067
Mineral	405	416	461	539	529
Produção	455	607	552	518	403
Saúde	6.090	6.735	7.724	8.003	8.302
Trabalho	20.314	24.749	28.961	30.358	27.740
Transporte	-	-	-	2.762	3.090
TOTAL	350.844	372.631	416.693	464.798	481.220

FONTE: Ocesc.

TABELA 16/II - RECEBIMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PELAS COOPERATIVAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS - SANTA CATARINA - 1998-2002

(t)

PRODUTO	1998	1999	2000	2001	2002
Alho	420	420	50	160	400
Ameixa	130	-	167	88	31
Arroz em casca	121.420	168.439	204.753	233.240	235.961
Aveia	781	3.045	3.140	1.836	877
Azevém	137	361	227	303	61
Cebola	301	301	1.665	232	30
Cevada	2.134	-	93	2.278	8.140
Erva-mate	1.009	1.759	976	825	15
Ervilhaca	60	86	289	155	125
Feijão	32.638	47.399	60.993	30.439	29.929
Laranja	88.864	28.583	54.446	64.517	77.291
Maçã	31.673	34.984	48.423	38.697	42.732
Maracujá	2.982	4.620	4.200	371	371
Milho	529.202	669.980	919.079	1.243.038	961.808
Nectarina	130	-	216	164	80
Pepino	-	-	10	-	-
Pêssego	260	350	430	297	240
Soja	301.391	304.853	361.916	476.207	566.250
Trigo	35.753	65.754	66.299	71.411	96.711
Triticale	732	8.749	4.619	249	1.051
Uva	3.218	1.350	2.448	3.800	4.000
Aves (1.000 cab)	66.962	69.427	73.999	74.220	86.310
Bovinos (cab)	2.222	1.063	748	652	1.764
Suínos (1.000 cab)	1.564	1.646	1.751	1.857	2.809
Leite (1.000 l)	200.562	210.791	241.430	233.005	279.176
Mexilhão Benef. (t)	-	-	54	200	65
Ostras (dúzias)	-	-	800	180	-

FONTE: Ocesc.


TABELA 17/II - MÁQUINAS AGRÍCOLAS VENDIDAS, SEGUNDO O TIPO - SANTA CATARINA - 1998-2002

(nº)

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002
Cultivadores	95	95	141	199	367
Trator de rodas	867	1.013	1.159	1.732	2.068
Tratores de esteiras	25	22	37	17	11
Colheitadeiras	85	131	136	156	157
Retroescavadeiras	169	62	126	86	123
TOTAL GERAL	1.241	1.323	1.599	2.190	2.726

FONTE: Anfavea.

TABELA 18/II - CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES, SEGUNDO O TIPO - SANTA CATARINA - 1998-2002

(t)

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002
Fertilizantes (fórmulas)	383.414	349.552	435.680	468.256	597.963
Nutrientes					
N	58.635	56.235	71.544	78.112	96.345
P2O5	57.638	52.002	61.971	65.818	82.003
K2O	55.910	47.537	55.700	57.230	76.322

FONTE: Anda.

TABELA 19/II - PRODUÇÃO DE SEMENTES CERTIFICADAS ⁽¹⁾, SEGUNDO OS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SANTA CATARINA - 96/97-01/02

(t)

CULTURA	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02
Alho	-	88,60	96,00	-	-	14,03
Arroz-irrigado	4.020,92	6.580,39	5.898,49	10.058,99	9.274,84	12.610,31
Batata-semente	15.836,79	8.779,23	9.803,54	11.557,17	14.997,85	16.005,56
Cebola-bulbo	-	-	-	10,00	-	76,50
Cebola-Semente	-	-	-	-	-	11,68
Feijão	71,25	5,00	-	120,00	-	31,00
Milho	-	-	-	5.354,43	636,37	-
Soja	-	193,35	1.285,00	485,80	1.530,83	752,10
Trigo	-	23,46	368,00	158,10	-	-

FONTE: Cidasc,

⁽¹⁾ Produção aprovada.
TABELA 20/II - PRODUÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS ⁽¹⁾, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SANTA CATARINA - 96/97-01/02

(t)

CULTURA	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02
Abobora	12,02	-	5,41	9,52	5,33	13,26
Alho	402,40	250,80	567,80	440,30	297,90	134,40
Arroz-irrigado	2.510,60	979,02	-	-	-	-
Arroz-de-sequeiro	36,00	135,00	165,00	5,10	-	-
Aveia	656,16	550,05	19,20	2.795,55	967,88	2.277,84
Azevém	28,45	57,80	138,00	101,70	101,58	39,68
Cevada	108,00	288,00	169,50	292,61	279,01	499,38
Ervilhaca	20,30	95,59	127,45	99,15	51,38	185,13
Feijão	2.706,52	2.244,26	7.075,13	2.470,49	651,23	1.901,64
Milheto	240,00	125,00	60,00	190,00	386,00	271,00
Milho	3.120,06	3.361,88	7.767,00	-	8.691,56	6.962,34
Nabo Forrageiro	-	3,50	25,33	8,15	8,30	25,00
Soja	76.363,23	77.247,47	67.684,85	65.112,04	60.377,60	57.357,37
Trigo	7.069,65	3.900,19	8.189,30	4.559,65	7.039,20	8.652,28
Triticale	136,00	146,30	656,90	656,90	1.076,25	253,30

FONTE: Cidasc,

⁽¹⁾ Produção aprovada.

**TABELA 21/II - CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS,
SEGUNDO A FINALIDADE - SANTA CATARINA - 1998-2001**

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	2000	2001
CUSTEIO				
Número de contratos	121.857	132.837	141.303	176.350
- Atividade agrícola	113.227	124.735	134.065	160.670
- Atividade pecuária	8.630	8.102	7.238	15.680
Valor dos contratos (R\$)	580.481.421	637.756.403	752.118.658	1.437.900.738
- Atividade agrícola	380.275.740	447.910.920	507.136.985	984.305.093
- Atividade pecuária	200.205.681	189.845.482	244.981.673	453.595.645
INVESTIMENTO				
Número de contratos	9.971	7.191	14.816	25.978
- Atividade agrícola	8.657	5.244	10.654	18.273
- Atividade pecuária	1.314	1.947	4.162	7.705
Valor dos contratos (R\$)	47.030.810	56.785.349	109.976.951	238.150.879
- Atividade agrícola	36.364.086	40.155.369	68.665.459	152.986.774
- Atividade pecuária	10.666.724	16.629.980	41.311.492	85.164.105
COMERCIALIZAÇÃO				
Número de contratos	614	1.395	1.886	955
- Atividade agrícola	248	558	1.025	475
- Atividade pecuária	366	837	861	480
Valor dos contratos (R\$)	99.089.944	172.341.053	276.256.235	275.935.041
- Atividade agrícola	94.981.175	153.186.410	244.516.883	243.938.517
- Atividade pecuária	4.108.769	19.154.643	31.739.352	31.996.524

FONTE: Bacen.



INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA

TABELA 22/II - ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS VEGETAIS - SANTA CATARINA - SAFRAS - 01/02-02/03

(mil t)

PRODUTO	OFERTA	SAFRA 01/02						SALDO
		Demanda						
		Consumo			Reservas para sementes	Perdas	Total	
Animal in natura	Humano in natura	Industrial						
Alho	20,7	-	4,5	4,2	3,4	4,2	16,3	4,4
Arroz	928,9	-	448,0	-	30,0	2,6	480,6	448,3
Banana	628,8	-	110,0	80,0	-	188,0	378,0	250,8
Batata	143,4	-	140,0	-	16,5	2,2	158,7	-15,3
Cebola	394,6	-	30,0	-	-	134,6	164,6	230,0
Feijão	164,2	-	75,0	1,0	4,0	14,0	94,0	70,2
Mandioca	583,0	186,3	39,2	350,0	-	7,5	583,0	0,0
Milho ⁽¹⁾	3.200,0	4.592,5	85,0	50,0	4,0	100,0	4.831,5	-1.631,5
Soja	529,9	6,0	3,0	1.140,0	20,0	17,0	1.186,0	-656,1
Trigo	79,9	-	-	335,0	7,0	1,6	343,6	-263,7

(continua)

(conclusão)

(mil t)

PRODUTO	OFERTA	SAFRA 02/03						SALDO
		Demanda						
		Consumo			Reservas para sementes	Perdas	Total	
Animal in natura	Humano in natura	Industrial						
Alho	15,3	-	4,5	4,0	3,6	3,0	15,1	0,2
Arroz	1.033,0	-	450,0	-	30,0	3,0	483,0	550,0
Banana	643,5	-	110,0	80,0	-	192,0	382,0	261,5
Batata	128,2	-	140,0	-	17,0	1,9	158,9	-30,7
Cebola	407,8	-	30,0	-	-	207,8	237,8	170,0
Feijão	183,0	-	80,0	1,0	4,6	15,5	101,1	81,9
Mandioca	542,0	173,0	36,0	325,0	-	8,0	542,0	0,0
Milho ⁽¹⁾	4.300,0	4.623,7	90,0	59,0	4,0	215,0	4.991,7	-691,7
Soja	714,0	6,0	4,0	1.150,0	22,0	21,0	1.203,0	-489,0
Trigo	92,0	-	-	335,0	7,0	1,6	343,6	-251,6

FONTE: Instituto Ceba/SC.
⁽¹⁾ Oferta de milho mais substitutos.
 Obs.: Estimado em 15/7/03.

TABELA 23/II - EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE - 2000-2003

(US\$ FOB 1000)

PRODUTOS EXPORTADOS	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	630.049	975.787	941.955	429.209
Carne suína	99.940	237.407	256.777	67.086
Carnes de aves	434.584	624.096	583.890	302.269
Outras carnes	69.208	80.488	70.776	41.311
Pescados e crustáceos	20.699	23.563	20.646	10.645
Mel natural	262	2.042	4.634	4.844
Outros produtos origem animal	5.356	8.191	5.232	3.054
PRODUÇÃO VEGETAL E DERIVADOS	211.341	191.333	203.888	137.097
Soja - óleo, em bruto degomado	22.902	27.979	36.768	28.961
Soja - óleos refinados	65	968	2.908	5.197
Soja - em grão, para semadura e outros	551	5.382	640	5.817
Soja - farelos e farinhas	31.828	11.680	1.476	19.004
Milho	624	7.288	959	4.168
Arroz	574	498	215	96
Banana	4.284	6.621	17.155	7.334
Maçã	18.865	9.942	16.291	19.803
Outras frutas frescas ou secas	657	535	685	355
Frutas em conserva e doces	3.953	3.044	2.407	1.035
Sucos de frutas	15.390	5.119	2.287	946
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	8.567	7.433	13.798	3.704
Produtos hortícolas	455	382	55	180
Fécula de mandioca	394	1.335	1.736	723
Erva-mate	2.638	2.913	1.935	786
Plantas ornamentais	338	238	312	126
Gomas e resinas	682	1.195	1.610	573
Fumo	88.697	90.579	88.211	26.995
Bebidas fermentadas e destiladas	3.595	1.343	526	221
Outros prod. vegetais e da agroindústria	6.282	6.859	13.917	11.074
INDÚSTRIA DA MADEIRA, PAPEL E PAPELÃO	617.463	648.814	782.122	400.204
Madeira e obras de madeiras	298.908	321.959	386.719	186.695
Móveis de madeira	214.334	216.028	274.065	143.154
Papel e papelão	104.221	110.827	121.338	70.355
TOTAL DO AGRONEGÓCIO	1.458.852	1.815.934	1.927.966	966.511
TOTAL SANTA CATARINA	2.711.703	3.028.399	3.157.065	1.641.588

FONTE: Secex/Decex
⁽¹⁾ jan.-jun.



TABELA 24/II - IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE -2000-2003

(US\$ FOB 1000)

PRODUTOS IMPORTADOS	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	38.519	30.793	29.996	17.969
Carne suína	6.156	7.441	8.359	5.719
Carnes de aves	628	481	2.532	572
Carnes de bovinos e outras carnes	12.788	3.680	1.060	316
Leite, queijos e derivados	2.478	1.272	1.735	382
Pescado e crustáceos e preparações	16.059	17.401	15.882	10.810
Outros produtos de origem animal	409	518	428	171
PRODUÇÃO VEGETAL E DERIVADOS	149.001	168.768	191.897	108.092
Soja e derivados	29.146	65.620	80.657	41.884
Milho	20.097	7.054	19.342	8.024
Trigo	39.431	46.212	45.654	36.569
Malte	2.102	2.573	1.508	1.110
Outros cereais, grãos e prod. moagem	16.764	2.156	1.360	1.458
Gorduras vegetais	3.735	4.152	6.004	3.692
Fumo	2.169	4.556	5.048	874
Maçã	982	3.011	630	102
Pêra	2.061	1.799	1.373	383
Ameixa	1.418	1.198	838	217
Uva	362	498	333	249
Outras frutas (frescas, secas e sucos)	2.032	1.626	1.027	201
Erva-mate e outras especiarias	127	256	275	58
Goma e resina	2.242	1.722	1.352	697
Cebola	1.168	527	646	2.184
Alho	1.142	253	262	223
Outros produtos hortícolas (frescos ou refrig.)	459	2.678	1.935	620
Preparação de produtos hortícolas (conservas)	4.799	4.680	4.054	1.146
Açúcar, cacu e outros condimentos	2.433	1.352	719	492
Outros produtos de origem vegetal	16.332	16.845	18.881	7.911
INDÚSTRIA DA MADEIRA, PAPEL E PAPELÃO	20.100	11.359	10.283	6.231
Madeira, móveis e obras de madeiras	3.802	3.039	5.037	2.935
Papel e papelão	16.298	8.320	5.245	3.296
Total do Agronegócio	207.621	210.920	232.176	132.291
Total Santa Catarina	957.142	860.417	931.554	464.159

FONTE: Secex/Decex

⁽¹⁾ jan.-jun.

TABELA 25/II - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, CONSUMO INTERMEDIÁRIO E PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA DO SETOR PRIMÁRIO - SANTA CATARINA - 1997-2003 ⁽¹⁾

(mil R\$)

GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾
Lavouras, horticultura, floricultura	1.511.624	1.558.439	1.801.137	2.123.248	2.146.592	2.667.094	4.701.712
Pecuária	2.269.562	2.302.773	2.746.432	3.284.357	3.969.131	4.566.265	5.800.058
Indústria rural	211.081	237.511	266.321	341.639	397.767	429.904	529.653
Silvicultura	213.949	300.170	388.853	464.019	589.605	839.621	1.135.607
Extração vegetal	56.615	52.036	50.841	53.026	55.382	62.281	62.085
Prod. part. do pessoal residente.	4.929	4.706	5.631	6.399	6.766	8.436	12.990
TOTAL	4.267.759	4.455.636	5.259.216	6.272.689	7.165.242	8.573.601	12.242.105
Consumo Intermediário	1.322.598	1.360.662	1.658.905	2.024.743	2.475.808	2.895.792	3.742.381
Produto Interno Bruto	2.945.161	3.094.974	3.600.311	4.247.947	4.689.434	5.677.809	8.499.724

FONTE: Instituto Cepa/SC.
⁽¹⁾ Não inclui pesca e aquicultura

⁽²⁾ Estimativa.

⁽³⁾ Dados Preliminares.

TABELA 26/II - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE - 1996-2003

(R\$ mil)

PRODUTOS	1996	1997	1998	1999
Arroz	108.443	124.081	190.864	218.666
Alho	18.981	27.468	28.997	39.843
Batata-inglesa	24.439	26.489	29.234	24.093
Cana-de-açúcar	10.780	16.898	20.589	20.692
Cebola	40.206	73.307	52.703	85.487
Feijão	91.004	118.110	110.902	113.935
Fumo	308.717	377.058	303.060	367.614
Mandioca	34.033	47.469	54.079	61.638
Milho	275.624	311.908	327.994	446.473
Soja	79.065	99.249	110.324	124.599
Tomate	17.007	40.459	39.053	30.559
Trigo	14.142	4.402	5.710	7.598
Banana	37.395	38.425	52.002	50.658
Laranja	10.944	16.543	24.343	23.579
Maçã	129.995	163.234	180.056	154.736
Uva	6.970	9.218	10.687	10.347
Carvão Vegetal ⁽¹⁾	2.895	2.451	2.127	2.521
Erva-mate ⁽¹⁾	27.589	25.780	25.398	24.626
Lenha ⁽¹⁾	17.710	19.564	18.760	18.813
Madeira em toras ⁽¹⁾	17.989	8.208	5.188	4.331
Madeiras para papel ⁽²⁾	59.987	40.419	42.044	59.987
Toras para outras finalidades ⁽²⁾	160.508	113.212	172.287	220.495
Lenha ⁽²⁾	32.240	18.430	27.071	32.240
Bovino ⁽³⁾	251.251	285.768	340.280	373.820
Suíno ⁽³⁾	752.597	884.451	843.976	1.038.435
Frango ⁽³⁾	651.368	746.354	755.490	939.337
Leite ⁽³⁾	182.898	197.861	207.611	231.047
Lã	183	130	131	126
Ovos de galinha	105.689	123.600	121.857	127.390
Mel	17.530	14.211	15.975	15.286
Camarão
Ostra
Mexilhão
Peixes de águas interiores
TOTAL	3.488.179	3.974.757	4.118.792	4.868.970

(continua)



(conclusão)

PRODUTOS	2000	2001	2002 ⁽⁴⁾	2003 ⁽⁵⁾
Arroz	199.003	244.567	317.387	619.536
Alho	38.974	50.307	48.595	24.530
Batata-inglesa	27.493	42.219	38.921	54.635
Cana-de-açúcar	24.482	32.774	28.235	30.721
Cebola	109.993	138.450	133.174	166.473
Feijão	101.370	105.012	135.095	214.738
Fumo	369.953	431.890	595.835	841.204
Mandioca	83.225	71.066	69.082	174.002
Milho	618.007	533.132	668.314	1.284.461
Soja	146.709	151.103	191.706	407.902
Tomate	33.644	48.645	64.096	101.593
Trigo	10.105	20.844	43.498	88.555
Banana	59.183	66.862	53.866	92.467
Laranja	32.161	17.228	18.346	30.946
Maçã	229.281	148.216	211.226	492.772
Uva	15.357	19.702	19.183	23.348
Carvão vegetal ⁽¹⁾	2.788	2.930	3.085	3.014
Erva-mate ⁽¹⁾	24.289	25.861	30.435	32.337
Lenha ⁽¹⁾	20.775	21.396	24.704	25.418
Madeira em toras ⁽¹⁾	4.601	4.596	3.384	645
Madeiras para papel ⁽²⁾	70.022	84.310	108.263	147.957
Toras para outras finalidades ⁽²⁾	267.370	344.862	510.595	698.156
Lenha ⁽²⁾	35.780	44.998	56.379	67.161
Bovino ⁽³⁾	490.049	571.427	608.025	731.885
Suíno ⁽³⁾	1.217.316	1.551.151	1.599.266	1.801.467
Frango ⁽³⁾	1.085.988	1.345.399	1.768.683	2.374.948
Leite ⁽³⁾	295.991	306.113	379.994	564.628
Lã	86	175	221	486
Ovos de galinha	148.040	142.356	150.406	251.004
Mel	21.777	21.833	24.266	31.156
Camarão	1.807	5.603
Ostra	2.592	6.688
Mexilhão	8.419	7.351
Peixes de águas interiores	24.088	27.334
TOTAL	5.820.718	6.636.400	7.904.263	11.378.146

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

⁽¹⁾ Produtos da extração vegetal⁽²⁾ Produtos da silvicultura⁽³⁾ Estimativa Instituto Cepa/SC (produção de leite e abates totais).⁽⁴⁾ Dados Preliminares.⁽⁵⁾ Estimativa.

Obs: Para os dados de produção dos anos mais recentes obtidos no LSPA, o valor da produção foi estimado temporariamente pelos preços do Instituto Cepa/SC até que os documentos acima sejam disponibilizados.

TABELA 27/II ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DAS PRINCIPAIS CULTURAS - SANTA CATARINA - 1987-2002

(ano base 1985 = 100)

PRODUTO	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA- INGLESA	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO EM FOLHA	MAÇÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
1987	108,71	100,73	97,74	94,80	110,95	77,01	89,62	97,28	120,63	104,88	93,77	112,96	96,26	78,73
1988	80,98	113,02	97,53	99,59	108,48	89,76	97,50	106,12	125,55	104,74	93,35	111,36	56,02	106,98
1989	108,65	113,88	91,54	98,43	87,94	92,16	95,99	114,33	129,27	116,54	112,26	127,02	100,13	106,38
1990	94,95	120,43	98,15	107,62	111,47	86,65	101,72	133,38	128,63	115,03	108,22	130,59	77,59	114,85
1991	96,82	130,91	97,35	95,07	110,63	62,60	96,02	108,17	129,84	63,02	69,38	128,31	98,93	78,47
1992	112,64	147,89	115,94	104,60	107,38	126,43	102,53	137,20	134,12	130,88	133,34	115,11	114,29	107,36
1993	122,45	132,44	124,81	118,73	107,42	110,11	100,91	178,47	134,90	136,95	147,25	153,12	98,49	112,82
1994	101,47	143,89	126,93	118,42	114,32	127,54	102,13	128,77	131,78	140,03	148,95	160,23	93,62	103,50
1995	103,98	147,94	103,41	110,54	106,72	108,03	94,23	135,87	135,68	150,09	161,82	152,42	113,37	98,61
1996	88,47	150,56	92,83	114,67	96,43	112,09	90,92	173,76	80,72	132,76	180,24	92,76	112,97	71,26
1997	100,29	160,59	112,82	110,33	108,73	124,45	107,70	189,66	116,73	156,79	179,03	147,69	72,40	92,42
1998	127,54	173,59	122,67	111,67	114,68	87,15	78,87	182,06	121,29	146,79	175,37	154,22	114,17	88,85
1999	135,80	194,26	131,79	110,47	165,39	105,70	109,07	186,87	134,39	150,23	159,31	149,78	141,63	83,04
2000	147,04	191,50	140,53	122,77	194,62	141,20	110,18	144,13	134,31	179,79	184,04	147,80	136,23	102,65
2001	146,75	210,96	137,45	131,84	161,01	150,47	106,97	172,64	139,63	196,20	200,20	154,64	121,33	93,87
2002	101,67	214,18	145,94	135,66	158,42	146,86	112,09	209,09	135,95	162,22	162,04	164,08	137,43	82,64

FONTE: Instituto Cepa/SC.



PREÇOS AGRÍCOLAS

TABELA 28/II - PREÇOS MÍNIMOS VIGENTES, POR PRODUTO, NA REGIÃO CENTRO-SUL - 1999-2004

(R\$)

ANO	MÊS	ARROZ IRRIGADO (sc 50 kg)	ARROZ SEQUEIRO (sc 60 kg)	FEIJÃO (sc 60 kg)	SOJA (sc 60 kg)	MILHO (sc 60 kg)	TRIGO (t)	MANDIOCA (raiz) (t)	FARINHA DE MANDIOCA (50 kg)	FÉCULA DE MANDIOCA (kg)
1999	Jan	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Fev	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Mar	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Abr	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Mai	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Jun	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Jul	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Ago	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
	Set	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
	Out	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
	Nov	10,53	9,30	28,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
	Dez	10,53	9,30	28,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
2000	Jan	10,53	9,30	28,00	9,50	6,70	185,00	28,50	8,50	0,253
	Fev	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Mar	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Abr	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Mai	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Jun	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Jul	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Ago	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
	Set	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
	Out	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
	Nov	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
	Dez	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
2001	Jan	10,92	9,30	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Fev	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Mar	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Abr	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Mai	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Jun	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Jul	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Ago	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Set	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Out	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Nov	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Dez	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	225,00	30,78	9,18	0,2732

(continua)

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA >> 2002-2003

(conclusão)

ANO	MÊS	ARROZ IRRIGADO (sc 50 kg)	ARROZ SEQUEIRO (sc 60 kg)	FEIJÃO (sc 60 kg)	SOJA (sc 60 kg)	MILHO (sc 60 kg)	TRIGO (t)	MANDIOCA (raiz) (t)	FARINHA DE MANDIOCA (50 kg)	FÉCULA DE MANDIOCA (kg)
2002	Jan	10,92	8,37	28,00	9,70	7,43	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Fev	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Mar	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Abr	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Mai	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Jun	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Jul	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	225,00	30,78	9,18	0,2732
	Ago	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	285,00	30,78	9,18	0,2732
	Set	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	285,00	30,78	9,18	0,2732
	Out	10,92	7,95	28,00	10,18	7,43	285,00	30,78	9,18	0,2732
	Nov	10,92	7,95	30,00	10,18	7,43	285,00	30,78	9,18	0,2732
	Dez	10,92	7,95	30,00	10,18	7,43	285,00	30,78	9,18	0,2732
2003	Jan	14,00	7,95	30,00	10,18	9,50	285,00	35,00	10,43	0,3100
	Fev	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	285,00	35,00	10,43	0,3100
	Mar	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	285,00	35,00	10,43	0,3100
	Abr	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	285,00	35,00	10,43	0,3100
	Mai	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	285,00	35,00	10,43	0,3100
	Jun	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	285,00	35,00	10,43	0,3100
	Jul	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	285,00	35,00	10,43	0,3100
	Ago	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	400,00	35,00	10,43	0,3100
	Set	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	400,00	35,00	10,43	0,3100
	Out	14,00	7,95	30,00	11,00	9,50	400,00	35,00	10,43	0,3100
	Nov	14,00	7,95	47,00	11,00	9,50	400,00	35,00	10,43	0,3100
	Dez	14,00	7,95	47,00	11,00	9,50	400,00	35,00	10,43	0,3100
2004	Jan	20,00	7,95	47,00	11,00	13,50	400,00	54,00	15,00	0,4400
	Fev	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	400,00	54,00	15,00	0,4400
	Mar	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	400,00	54,00	15,00	0,4400
	Abr	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	400,00	54,00	15,00	0,4400
	Mai	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	400,00	54,00	15,00	0,4400
	Jun	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	400,00	54,00	15,00	0,4400
	Jul	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	400,00	54,00	15,00	0,4400
	Ago	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	...	54,00	15,00	0,4400
	Set	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	...	54,00	15,00	0,4400
	Out	20,00	11,13	47,00	14,00	13,50	...	54,00	15,00	0,4400
	Nov	20,00	11,13	...	14,00	13,50	...	54,00	15,00	0,4400
	Dez	20,00	11,13	...	14,00	13,50	...	54,00	15,00	0,4400

FONTE: Conab.



TABELA 29/II - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES PELOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SANTA CATARINA - JAN/DEZ-2002

PRODUTO	(R\$)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Alho (kg)	2,65	2,70	2,70	2,92	3,80	3,80
Arroz-irrigado (50 kg)	17,79	15,13	14,75	14,63	15,19	15,94	16,80	17,83	19,75	22,49	25,95	25,52
Batata-inglesa (50 kg)	12,38	13,89	13,92	14,90	18,35	17,55	18,29	20,05	18,83	18,79	18,01	19,74
Cana-de-açúcar (t)	53,33	53,33	53,33	51,67	51,67	51,67	50,00	48,33	45,00	48,33	51,67	53,33
Cebola (20kg)	7,00	9,13	7,70	7,51	8,47	7,00	5,36	6,35
Feijão-preto (60 kg)	61,82	54,82	60,00	54,76	47,71	53,06	62,00	64,91
Feijão-carioca (60kg)	43,50	39,65	50,00	50,57	45,35	52,22	62,00	74,09
Fumo em folha (estufa) (kg)	2,61	2,61	2,61	2,61	2,61	2,61	2,61	2,61	2,61	2,61	2,61	2,61
Mandioca (t)	49,78	55,00	55,00	55,00	57,63	60,00	60,00
Milho em grão (60 kg)	11,49	12,48	12,12	12,89	13,48	14,00	14,23	15,74	17,45	20,58	24,53	23,00
Soja em grão (60 kg)	25,00	22,88	20,31	21,74	23,09	26,89	30,75	33,57	37,88	43,48	43,47	46,29
Tomate Long Vid (22-25 kg)	8,52	8,00	7,59	12,67	9,94	14,11	15,16	14,80	20,40	16,00	15,82	10,37
Trigo intermediário (60 kg)	15,69	15,70	16,12	16,15	17,01	18,73	20,12	22,75	25,53	34,07	29,67	27,35
Trigo superior (60kg)	16,10	16,23	16,45	16,79	17,74	19,58	21,06	23,75	26,53	35,74	32,03	29,61
Banana-caturra (20 kg)	2,39	1,86	2,60	2,74	2,54	2,41	2,45	3,05	3,50	3,95	2,66	2,50
Banana-prata (kg)	5,00	5,00	5,00	4,64	5,00	5,18	4,73	4,24	5,00	5,48	5,50	3,00
Erva-mate (fol. verde) (15kg)	3,02	3,12	3,25	3,27	3,31	3,34	3,51	3,71	3,71	3,68	3,71	3,74
Laranja (indústria) (t)	80,00	85,00	76,50	87,00	100,00	115,50	110,50	130,50
Pêssego (kg)	0,82	0,92	1,50	1,20	0,94
Uva vinífera (kg)	0,66	0,65	0,67	0,50
Bovinos (30kg) ⁽¹⁾	48,00	48,00	48,00	48,00	47,41	46,00	46,18	49,86	50,10	52,00	54,53	56,00
Frangos (kg) ⁽¹⁾	0,89	0,90	0,90	0,91	0,92	0,92	0,93	1,00	1,01	1,09	1,18	1,20
Suínos (kg) ⁽¹⁾	1,33	1,26	1,21	1,15	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	1,18	1,35	1,45
Lã (kg)	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60
Leite plataforma ⁽¹⁾	0,27	0,27	0,28	0,30	0,32	0,33	0,34	0,35	0,35	0,35	0,35	0,38
Ovos de galinha col. (dz)	1,04	1,04	0,99	0,97	1,00	1,08	1,12	1,08	1,11	1,11	1,19	1,25
Mel (kg)	4,20	4,29	4,38	4,46	4,24	4,41	4,40	4,49	4,56	4,54	4,64	5,04

NOTA: As médias referem-se aos preços mais comuns registrados diariamente nas principais regiões produtoras. FONTE: Instituto Ceba/SC.
⁽¹⁾ Refere-se ao preço pelo peso do animal vivo.

TABELA 30/II - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES PELOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SANTA CATARINA - JAN/JUN-2003

(R\$)

PRODUTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Alho (kg)	2,65	2,20	2,20	2,36	2,40	1,22
Arroz-irrigado (50 kg)	25,87	24,30	24,75	26,79	31,50	30,76
Batata-inglesa (50 kg)	17,07	18,62	22,49	24,39	33,55	26,79
Cana-de-açúcar (t)	53,33	55,00	56,67	56,67	60,00	60,00
Cebola (20kg)	7,78	7,75	12,05	10,55	10,00	...
Feijão-preto (60 kg)	62,10	60,25	69,44	68,17	60,80	60,00
Feijão-carioca (60kg)	82,00	80,75	84,44	89,89	72,50	64,74
Fumo em folha (estufa) (kg)	3,37	3,37	3,37	3,37	3,37	3,37
Mandioca (t)	137,35	153,13	159,21
Milho em grão (60 kg)	21,03	19,38	18,31	17,13	16,12	15,22
Soja em grão (60 kg)	43,05	42,00	39,22	35,81	34,43	34,29
Tomate Long Vid (22-25 kg)	7,84	12,86	25,60	21,31	16,63	12,26
Trigo intermediário (60 kg)	28,17	28,00	28,58	27,99	26,56	24,80
Trigo superior (60kg)	29,83	30,00	30,58	29,99	28,56	26,80
Banana-caturra (20 kg)	4,40	2,18	4,83	7,47	5,03	3,68
Banana-prata (kg)	4,15	5,00	4,67	5,58	5,30	5,53
Erva-mate(fol. verde)(15kg)	3,64	3,59	3,61	3,63	3,64	3,65
Laranja (indústria) (t)	142,50	142,50
Pêssego (kg)	0,90	0,75
Uva vinífera (kg)	0,68	0,80	0,90	0,90
Bovinos (30kg) ¹	57,00	57,00	54,50	54,56	53,50	53,47
Frangos (kg) ¹	1,25	1,30	1,28	1,25	1,19	1,16
Suínos (kg) ¹	1,45	1,45	1,45	1,45	1,41	1,37
Lã (kg)	1,60	1,60	4,50	4,50	4,50	4,50
Leite plataforma (l)	0,41	0,42	0,43	0,43	0,43	0,44
Ovos de galinha col. (dz)	1,30	1,40	1,51	1,64	1,75	1,77
Mel (kg)	5,13	5,17	5,25	5,53	5,71	5,58

FONTE: Instituto Cepa/SC.
 NOTA: As médias referem-se aos preços mais comuns registrados diariamente nas principais regiões produtoras.
⁽¹⁾ Refere-se ao preço pelo peso do animal vivo.



TABELA 31/II - ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES CATARINENSES - IPR - 2002-2003

(Base - agosto/94=100)

ANO-MÊS/ PRODUTO	2002											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Alho	210,32	214,29	214,29	231,75	301,59	301,59	301,59	301,59	301,59	301,59	301,59	301,59
Arroz	186,48	158,60	151,15	153,35	159,22	167,09	176,10	176,10	207,13	235,74	272,01	262,05
Batata	94,14	105,63	113,76	113,00	139,54	133,46	154,83	158,25	158,10	160,53	152,78	167,83
Cebola	451,61	589,03	496,77	516,13	546,45	513,55	503,23	516,13	516,13	387,10	387,10	387,10
Feijão carioca	207,14	188,81	189,43	240,81	215,95	252,67	254,76	254,76	254,76	254,76	254,76	254,76
Fumo	203,52	203,52	203,52	203,52	203,52	203,52	203,52	203,52	203,52	203,52	203,52	203,52
Mandioca	170,30	170,30	170,30	180,10	198,99	198,99	195,37	201,70	217,08	202,60	202,60	202,60
Milho em grão	191,50	208,00	202,00	214,83	224,67	233,33	237,17	237,17	290,83	343,00	408,83	383,33
Soja em grão	235,63	215,65	191,42	204,90	217,62	253,44	280,30	308,01	341,66	386,05	393,03	412,63
Tomate	87,30	81,97	80,23	145,08	117,73	144,57	108,30	117,11	150,72	139,04	114,14	58,81
Trigo	220,68	220,82	232,07	227,14	239,24	263,43	283,12	319,97	359,07	479,18	417,30	384,67
Banana caturra	82,13	63,92	90,03	92,44	87,97	82,82	90,38	99,31	116,84	119,59	97,25	94,50
Maçã	183,00	183,00	147,00	117,00	117,00	117,00	144,00	144,00	171,00	168,00	168,00	168,00
Bovinos	221,30	221,30	221,30	221,30	218,53	211,62	213,00	219,27	223,47	224,90	233,24	244,67
Frangos	145,90	147,54	147,54	149,18	150,82	152,46	159,02	173,77	180,33	185,25	200,00	214,75
Suínos	198,51	188,06	180,60	171,64	167,16	167,16	170,15	168,66	168,66	183,58	202,99	222,39
Leite	135,00	135,00	140,00	150,00	155,00	165,00	170,00	175,00	175,00	175,00	180,00	190,00
TOTAL	188,26	189,05	184,02	189,89	192,03	196,28	200,88	205,54	219,19	229,35	245,85	248,93

(continua)

(conclusão)

ANO-MÊS/ PRODUTO	2003					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Alho	301,59	174,60	174,60	188,10	190,48	205,56
Arroz	271,17	262,05	259,43	280,82	330,19	322,54
Batata	167,83	157,19	190,11	211,25	288,59	220,68
Cebola	387,10	469,68	716,77	806,45	790,32	526,45
Feijão carioca	378,33	391,14	411,81	420,90	359,52	308,29
Fumo	277,46	277,46	277,46	277,46	277,46	277,46
Mandioca	202,60	202,60	202,60	202,60	202,60	202,60
Milho em grão	350,50	323,00	305,17	285,50	268,67	253,67
Soja em grão	387,94	362,49	355,98	333,27	322,53	320,17
Tomate	58,81	74,59	171,52	160,55	121,62	83,30
Trigo	396,20	393,81	401,97	393,67	373,56	348,80
Banana caturra	124,40	86,25	121,99	196,56	163,23	138,14
Maçã	168,00	267,00	168,00	168,00	300,00	294,00
Bovinos	244,67	252,47	248,18	246,29	238,50	238,82
Frangos	224,59	226,23	226,23	227,87	216,39	203,28
Suínos	222,39	220,90	225,37	222,39	219,40	216,42
Leite	205,00	210,00	215,00	215,00	215,00	215,00
TOTAL	262,40	260,28	267,75	272,17	267,70	248,51

FONTE: Instituto Cepas/SC.

TABELA 32/II - PREÇOS MÉDIOS MENSIS DOS PRODUTOS DE PESCA EM FRIGORÍFICOS ATACADISTAS - SANTA CATARINA - 2002-2003
(R\$/kg pescado inteiro)

ANO/MÊS/ ESPÉCIES	2002											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Abrotea grande	1,95	1,90	1,83	1,94	1,62	1,53	1,50	1,33	1,46	1,50	1,20	1,20
Abrotea média	1,50	1,70	1,35	1,62	1,01	1,13	1,08	1,07	1,02	1,11	0,80	0,80
Abrotea pequena	1,05	1,10	1,00	1,15	0,83	0,95	0,82	0,77	0,84	0,95	0,60	0,60
Anchovas grande	3,80	5,00	3,80	3,32	2,63	3,45	2,38	2,42	2,89	3,12	2,80	2,80
Anchovas média	2,75	3,85	3,20	2,20	1,88	2,70	1,79	1,78	2,16	2,48	2,00	2,00
Anchovas pequena	2,00	1,10	1,18	1,83	1,50	1,39	1,79	1,98	1,00	1,00
Atum grande
Atum médio
Atum pequeno
Bagre	1,35	1,09	1,00	0,98	1,13	1,25	1,05	1,15	1,17	1,16	1,10	1,10
Berbigão limpo	...	5,50	3,80	4,00	3,50
Betara	1,40	1,30	1,53	1,37	1,52	1,63	1,25	1,17	1,39	1,33	1,10	1,10
Cação anjo	2,00	2,25	2,42	2,38	2,22	2,50	1,65	1,94	1,82	1,88	1,50	1,75
Cação caçonete	1,88	...	2,10	2,50	1,75	1,90	1,53	1,85	1,78	1,78	1,40	1,40
Cação enguia	0,88	...	1,00	...	0,64	0,65	0,65	0,80	0,65	0,72	0,40	0,40
Cação machote	2,25	2,00	2,50	2,61	2,75	2,50	2,10	2,20	2,17	2,26	2,00	2,00
Cação raia	0,88	1,35	1,10	1,02	0,95	1,08	0,95	0,98	0,74	0,68	0,40	1,10
Cação viola	1,40	1,60	1,57	1,49	1,44	1,48	1,00	1,25	1,25	1,07	0,80	0,80
Camarão ferrinho	1,70	1,48	1,82	1,53	1,63	1,90	...	1,30	1,73	1,51	1,70	2,00
Camarão médio primeira	11,50	10,00	...	16,00	10,25	11,00	10,00	12,00	11,50	13,75	14,25	14,50
Camarão médio segunda	9,50	6,50	...	6,73	8,13	9,00	8,25	9,34	8,84	11,00	11,25	11,50
Camarão médio terceira	5,75	4,75	5,25	7,13	6,25	7,25	8,75	8,75
Camarão rosa	28,50	16,33	16,33	16,33	23,00	26,00	26,00
Camarão sete barbas	2,08	2,58	2,24	...	1,00	...	1,60	1,80	1,60	2,50	2,80	2,80
Carne de siri	...	7,50	7,50	...	5,00	5,00	5,50	5,33	5,63	5,67	5,00	5,00
Congrio rosa	3,00	3,00	...	3,15	4,50	5,00	4,63	4,50	4,00	3,50
Corvina grande	1,73	1,77	1,76	1,85	1,53	1,75	1,40	1,49	1,44	1,39	1,30	1,40
Corvina média	1,50	1,52	1,44	1,55	1,11	1,43	1,19	1,25	1,14	1,03	0,95	1,00
Corvina pequena	0,90	1,00	1,10	1,10	0,84	0,98	0,80	0,89	0,86	0,85	0,75	0,75
Espada grande	0,80	0,98	0,83	1,00	0,75	0,95	0,65	0,63	0,70	1,10	0,85	0,90
Espada média	0,60	0,60	0,70	0,68	0,57	0,71	0,52	0,50	0,55	0,77	0,70	0,70
Espada pequena	0,45	0,60	0,60	0,60	0,45	0,48	0,45	0,43	0,45	0,62	0,30	0,30

(continua)



(continuação)

ANO/MÊS/ ESPÉCIES	2002											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Gordinho	0,95	1,13	1,10	1,25	0,95	1,20	1,08	1,11	1,09
Guaivira	0,90	0,80	0,63	0,75	0,78	0,87	0,85	0,88	0,88	0,72	0,60	0,60
Linguado grande	6,25	7,00	7,00	6,50	6,00	6,63	5,70	6,67	5,79	5,62	5,00	5,00
Linguado médio	4,50	4,50	4,50	4,25	4,25	4,25	4,32	5,17	4,34	3,62	3,50	3,50
Linguado pequeno	3,13	2,25	2,38	2,12	3,13	2,63	2,55	3,21	2,93	2,27	1,90	1,90
Lula primeira	2,50	4,33	4,33	4,33	3,20	4,75	3,50	4,40	4,40	3,80	3,80	3,80
Lula segunda	2,50	3,80	...	3,00	3,00	3,80	3,00	3,00
Lula terceira	1,50	1,20	2,00	3,80	1,50	1,50
Manjuba	0,25
Mistura	0,95	1,00	1,00	0,95	0,72	0,89	0,83	0,79	1,08	1,17	0,95	0,95
Papa terra	...	1,44	1,00	...	1,40	1,48	1,40	1,33	1,17	1,40	1,80	1,80
Pescada comum grande	4,00	5,00	6,00	5,50	3,84	3,73	1,42	1,83	2,93	3,30	3,75	3,40
Pescada comum média	...	2,50	3,00	2,75	2,19	1,60	1,08	1,60	1,90	2,32	2,50	2,35
Pescada comum pequena	...	1,50	2,50	2,05	1,65	1,25	0,85	1,10	1,71	1,56	1,50	1,50
Pescada goete grande	1,55	...	1,37	1,65	1,44	1,63	1,12	1,29	1,39	1,70	1,10	1,10
Pescada goete média	1,20	1,10	1,15	1,30	1,10	1,10	1,14	1,27	0,80	0,80
Pescada goete pequena	0,94	0,90	0,75	1,03	1,03	0,75	0,60	0,60
Pescada maria mole grande	1,55	1,57	1,50	1,25	1,27	1,33	1,47	1,10	1,10
Pescada maria mole média	1,15	1,90	1,57	1,90	1,18	1,15	0,98	1,44	1,29	1,00	0,80	0,80
Pescada maria mole pequena	...	1,40	1,25	1,45	0,94	0,90	0,80	0,90	0,85	0,95	0,60	0,60
Porco grande	0,87	0,80	1,00	1,05	0,75	0,50	0,50
Porco médio	0,85	0,65	0,40	0,40
Porco pequeno	0,80	0,70	0,45	0,30	0,30
Sardinha fresca grande	1,48	2,50	2,50	2,00	...	1,80	1,40	1,50	2,15	2,00	2,00	2,00
Sardinha fresca média	0,80	1,00	1,20	1,80	1,80	1,80
Sardinha fresca pequena
Tainha grande	3,00	2,05	2,39	2,65	2,97	3,00	2,50	2,20	2,20
Tainha média	2,00	1,45	1,88	2,00	2,15	1,90	1,90	1,50	1,50
Tainha pequena	1,50	1,00	1,50	1,30	1,65	1,50	1,50	1,10	1,10

(continua)

(continuação)

ANO/MÊS/ ESPÉCIES	2003					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Abrotea grande	1,20	1,20	1,50	2,50	2,00	1,50
Abrotea média	0,80	0,80	1,20	1,20	1,20	1,20
Abrotea pequena	0,60	0,60	1,00	1,00	0,90	0,90
Anchovas grande	3,00	3,25	4,50	3,00	2,75	3,25
Anchovas média	2,15	2,70	3,25	3,40	2,25	2,40
Anchovas pequena	1,10	1,00	1,75	2,00	1,35	1,70
Atum grande
Atum médio
Atum pequeno
Bagre	1,25	1,14	1,45	1,50	1,45	1,60
Berbigão limpo						...
Betara	1,35	1,10	1,50	1,60	1,55	1,50
Cação anjo	2,20	2,04	2,65	2,75	2,15	2,54
Cação caçonete	1,90	1,40	1,80	2,25	1,50	2,04
Cação enguia	0,60	0,40	0,70	1,10	0,60	1,70
Cação machote	1,90	2,00	2,20	3,25	1,85	2,00
Cação raia	0,60	0,40	1,30	1,05	1,00	1,00
Cação viola	1,20	0,80	1,30	1,70	1,40	0,80
Camarão ferrinho	2,00	2,00
Camarão médio primeira	15,50	16,00	12,50	12,00	11,50	11,50
Camarão médio segunda	11,50	11,50	9,50	9,50	9,00	9,00
Camarão médio terceira	8,75	8,75	6,50	7,00	6,75	6,75
Camarão rosa	28,00	28,00	39,00	39,00	39,00	39,00
Camarão sete barbas	2,20	2,20	2,50	2,20
Carne de siri	5,50	5,00	7,00	6,00	6,00	6,00
Congrio rosa	4,20	...	4,00	6,50	3,00	3,00
Corvina grande	1,55	1,55	1,90	2,65	1,65	1,90
Corvina média	1,20	1,25	1,50	1,90	1,35	1,50
Corvina pequena	0,85	0,85	1,14	1,15	0,90	1,00
Espada grande	1,05	0,90	1,25	1,25	0,95	1,25
Espada média	0,75	0,70	0,95	0,75	0,65	1,00
Espada pequena	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30

(continua)



(conclusão)

ANO/MÊS/ ESPÉCIES	2003					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Gordinho	1,30	2,00	1,50	1,75	1,25	1,35
Guaivira	0,90	0,60	0,90	1,15	0,80	0,89
Linguado grande	5,15	5,15	7,15	7,25	7,00	7,00
Linguado médio	3,65	3,65	4,75	4,75	5,50	5,50
Linguado pequeno	2,10	2,10	2,15	2,40	3,50	3,50
Lula primeira	3,50	3,50	5,50	4,50	4,50	5,50
Lula segunda	3,00	3,00	3,50	3,00	3,00	4,00
Lula terceira	1,50	1,50	1,70	1,50	1,50	3,00
Manjuba	1,20	1,50	1,00	1,00
Mistura	1,10	1,10	1,14	1,45	0,85	0,95
Papa terra	1,00	1,10	1,30	1,70	1,40	1,40
Pescada comum grande	2,90	3,00	3,25	3,00	2,75	3,50
Pescada comum média	2,25	2,25	2,35	1,90	2,00	2,75
Pescada comum pequena	1,65	1,60	1,00	1,25	1,35	2,25
Pescada goete grande	1,50	1,10	2,00	2,00	1,65	1,65
Pescada goete média	1,20	0,80	1,20	1,60	1,25	1,30
Pescada goete pequena	0,90	0,60	0,80	1,14	1,00	1,05
Pescada maria mole grande	1,40	1,10	1,60	1,80	1,70	1,70
Pescada maria mole média	1,10	0,80	1,20	1,50	1,30	1,30
Pescada maria mole pequena	0,80	0,60	0,80	1,20	1,05	1,05
Porco grande	0,95	0,50	0,70	0,80	0,70	0,70
Porco médio	0,75	0,40	0,40	0,60	0,50	0,50
Porco pequeno	0,60	0,30	0,30	0,40	0,40	0,40
Sardinha fresca grande	2,00	2,00	2,50	2,40	1,80	2,00
Sardinha fresca média	1,80	1,80	2,00	1,80	...	1,20
Sardinha fresca pequena	1,00
Tainha grande	2,95	3,10	3,40	3,55	2,80	2,00
Tainha média	2,35	2,25	2,75	2,54	2,10	1,60
Tainha pequena	1,50	1,10	1,75	1,80	1,35	1,35

FONTE: Instituto Ceba/SC.

TABELA 33/II - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS AQUICULTORES EM SANTA CATARINA 2002-2003

(R\$/kg)

ANO	MÊS	BAGRE AFRICANO (IND)	BAGRE AFRICANO (VIVO)	BAGRE AMERICANO (IND)	BAGRE AMERICANO (VIVO)	CARPA CHINESA (IND)	CARPA CHINESA (VIVO)	CARPA COMUM (IND)	CARPA COMUM (VIVO)	TILÁPIA (IND)	TILÁPIA (VIVO)	TRUTA (IND)	TRUTA (VIVO)
2002	Jan	0,85	1,58	...	2,50	0,85	1,49	0,80	1,52	0,97	1,59	...	5,50
	Fev	0,85	1,58	...	2,50	0,85	1,49	0,80	1,52	0,97	1,59	...	5,50
	Mar	0,85	1,72	...	2,40	0,85	1,59	0,85	1,63	0,90	1,66	...	5,50
	Abr	0,93	1,72	...	2,50	0,93	1,63	0,93	1,66	1,02	1,71	...	5,50
	Mai	0,85	1,64	...	2,38	0,85	1,56	0,85	1,61	0,95	1,67	...	5,40
	Jun	0,90	1,56	...	2,20	1,00	1,55	0,90	1,55	1,00	1,65	...	5,40
	Jul	0,90	1,60	...	2,37	1,00	1,63	0,90	1,64	1,00	1,71	...	5,80
	Ago	0,90	1,60	...	2,37	1,00	1,63	0,90	1,63	1,00	1,71	...	5,80
	Set	0,80	1,72	...	2,33	1,00	1,61	0,80	1,78	1,00	1,88	...	5,87
	Out	1,00	1,55	2,30	2,40	1,09	1,63	1,03	1,57	1,07	1,67	...	5,87
	Nov	1,00	1,63	2,30	2,40	1,07	1,68	1,02	1,67	1,07	1,77	...	5,87
	Dez	1,00	1,63	2,30	2,40	1,07	1,68	1,02	1,67	1,07	1,77	...	5,87
2003	Jan	1,09	1,81	...	2,54	1,12	1,73	1,07	1,77	1,07	1,84	...	5,87
	Fev	1,16	1,84	...	2,54	1,17	1,80	1,12	1,78	1,12	1,86	...	5,60
	Mar	1,23	1,95	...	2,54	1,25	1,90	1,20	1,89	1,25	2,00	...	5,60
	Abr	1,20	2,00	...	2,50	1,23	1,92	1,16	1,90	1,27	2,02	...	5,60
	Mai	1,20	2,00	...	2,50	1,23	1,95	1,16	1,91	1,27	2,06	...	6,00
	Jun	1,00	1,88	...	2,60	1,14	1,94	1,05	1,81	1,27	2,13	...	6,00

(continua)

(conclusão)

ANO	MÊS	OSTRA MÉDIA (R\$/dz)		OSTRA GRANDE (R\$/dz)		MARISCO COM CASCA		MARISCO SEM CASCA	
		Sem Sif	Com Sif	Sem Sif	Com Sif	Sem Sif	Com Sif	Sem Sif	Com Sif
2002	Jan	4,00	4,83	4,67	5,33	0,73	2,00	4,50	4,80
	Fev	4,00	4,67	4,50	5,33	0,70	2,00	4,17	4,60
	Mar	4,00	4,57	4,50	5,33	0,70	2,00	4,17	4,60
	Abr	4,00	4,67	4,50	5,33	0,85	2,00	4,17	4,60
	Mai	4,00	4,67	4,50	5,33	0,85	2,00	4,17	4,60
	Jun	4,00	4,67	4,50	5,33	1,05	2,00	4,17	4,60
	Jul	4,00	4,62	4,50	5,10	1,05	2,05	4,25	5,50
	Ago	4,00	4,45	4,50	5,10	1,03	2,05	4,67	5,50
	Set	4,00	4,45	4,50	5,10	1,23	2,05	5,33	5,75
	Out	4,00	4,00	4,00	5,30	1,20	2,00	6,00	6,00
	Nov	4,00	4,00	4,00	5,30	1,20	2,00	6,00	7,00
	Dez	4,00	4,00	4,00	5,30	1,50	2,00	6,00	7,00
2003	Jan	4,00	4,00	4,00	5,30	1,50	2,00	7,00	7,00
	Fev	4,00	4,00	4,00	5,30	1,50	2,00	7,00	7,00
	Mar	4,00	4,00	4,00	5,30	1,50	2,00	6,50	7,00
	Abr	4,00	4,00	4,00	5,30	1,20	2,00	7,00	7,00
	Mai	4,00	4,00	4,00	5,30	1,20	2,00	7,00	7,00
	Jun	4,00	4,00	4,00	5,30	1,20	2,00	7,00	7,00

FONTE: Instituto Cepa/SC.


TABELA 34/II - EQUIVALÊNCIA ENTRE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES CATARINENSES PARA PRODUTOS SELECIONADOS - 2000-2002

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	INSUMO/PRODUTO ⁽¹⁾			VARIÇÃO (%)		
		2002	2001	2000	A/B	A/C	B/C
ARROZ (sc 50 kg)		A	B	C			
. Satnil E	20l	18,77	19,64	22,04	-4,45	-14,85	-10,89
. Microtrator (14 a 15 Cv)	unid	641,29	709,61	803,86	-9,63	-20,22	-11,72
. Uréia	sc 50 kg	1,52	1,61	1,73	-5,38	-11,95	-6,94
FEIJÃO-PRETO (sc 60 kg)							
. Adubo 05-20-10	sc 50 kg	0,46	0,42	0,72	8,84	-36,51	-41,67
. Calcário ensacado	t	1,01	0,93	1,48	8,14	-32,05	-37,16
. Dithane PM	kg	0,28	0,25	0,46	13,71	-38,20	-45,65
MILHO (sc 60 kg)							
. Adubo 07-30-13	sc 50 kg	2,03	2,76	2,16	-26,63	-6,25	27,78
. Calcário ensacado	t	3,63	5,09	3,6	-28,70	0,81	41,39
. Primavera	5l	6,35	6,87	4,47	-7,56	42,08	53,69
. Trator (62 a 65 Cv)	unid	2.795,69	3.725,78	2.678,55	-24,96	4,37	39,10
SOJA (sc 60 kg)							
. Adubo 03-30-15	sc 50 kg	0,98	1,11	1,31	-11,56	-25,06	-15,27
. Calcário ensacado	t	1,87	2,14	2,25	-12,85	-17,11	-4,89
. Trifluralina 445	l	0,38	0,44	0,51	-14,02	-25,82	-13,73
. Trator (62 a 65 Cv)	unid	1.435,02	1.563,17	1.671,28	-8,20	-14,14	-6,47
TRIGO (sc 60 kg)							
. Adubo 05-25-25	sc 50 kg	1,47	1,81	1,99	-18,65	-26,01	-9,05
. Uréia	sc 50 kg	1,27	1,6	1,65	-20,52	-22,93	-3,03
. Tilt 250 CE	l	4,09	5,03	5,83	-18,61	-29,77	-13,72
BATATA (sc 50 kg)							
. Adubo 05-20-10	sc 50 kg	1,44	1,04	1,39	38,14	3,36	-25,18
. Manzate BR	kg	0,87	0,64	0,9	35,68	-3,52	-28,89
. Superfosfato triplo	sc 50 kg	1,81	1,32	1,85	36,93	-2,30	-28,65
BANANA-CATURRA (cx 20 kg)							
. Adubo 00-20-20	sc 50 kg	9,87	6,6	5,16	49,47	91,18	27,91
. Óleo mineral	200 l	112,14	82,44	63,66	36,02	76,15	29,50
. Roundup 480	l	3,80	2,99	2,61	27,17	45,69	14,56
CEBOLA (sc 20 kg)							
. Adubo 05-20-10	sc 50 kg	3,85	2,73	3,01	41,18	28,05	-9,30
. Microtrator (14 a 15 Cv)	unid	1.600,90	1.298,16	1.444,05	23,32	10,86	-10,10
FUMO (kg)							
. Diária trabalhador rural	unid	6,18	6,35	6,64	-2,75	-6,99	-4,37
. Lenha (eucalipto/bracatinga)	m st	5,25	4,82	4,67	8,83	12,32	3,21
TOMATE (cx 22 a 25 kg)							
. Adubo 05-20-10	sc 50 kg	2,14	2,28	3,03	-6,21	-29,43	-24,75
. Ridomil+Mancozeb	kg	4,86	4,98	6,91	-2,41	-29,67	-27,93
. Decis	250 ml	1,26	1,43	1,98	-12,12	-36,53	-27,78
. Diária trabalhador rural	unid	1,34	1,59	2,06	-15,88	-35,07	-22,82
BOI GORDO (arroba)							
. Arame farpado	500 m	1,53	1,35	1,46	13,64	5,08	-7,53
. Bezerro desmamado	unid	7,11	6,61	6,16	7,58	15,44	7,31
LEITE (litro)							
. Arame farpado	500 m	228,51	225,75	200,01	1,22	14,25	12,87
. Ração p/ bovinos lactação	sc 40 kg	54,45	49,45	46,17	10,10	17,92	7,10
. Vaca leit. s/ registro	unid	1.900,08	2.091,27	1.613,01	-9,14	17,80	29,65
SUÍNO (kg)							
. Concentrado p/ suínos	sc 40 kg	14,16	14,5	16,35	-2,34	-13,39	-11,31
. Milho (produtor)	sc 60 kg	12,10	7,58	10,36	59,60	16,77	-26,83
. Ração p/ suínos inicial	sc 40 kg	18,94	15,83	16,27	19,66	16,42	-2,70

⁽¹⁾ índice anual, obtido pela média dos índices mensais, que expressa a quantidade de produto necessário para adquirir o insumo nas unidades de medida estabelecidas.

FONTE: Instituto Cepas/SC.

Parte 3

ANEXO I

SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dados gerais do setor rural – Santa Catarina

DADOS GERAIS – 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Secretarias regionais	nº	29
Municípios	nº	293
Superfície	km²	95.286,1
População total	hab	5.356.360
População urbana	hab	4.217.931
População rural	hab	1.138.429
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	386,21
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	206,58

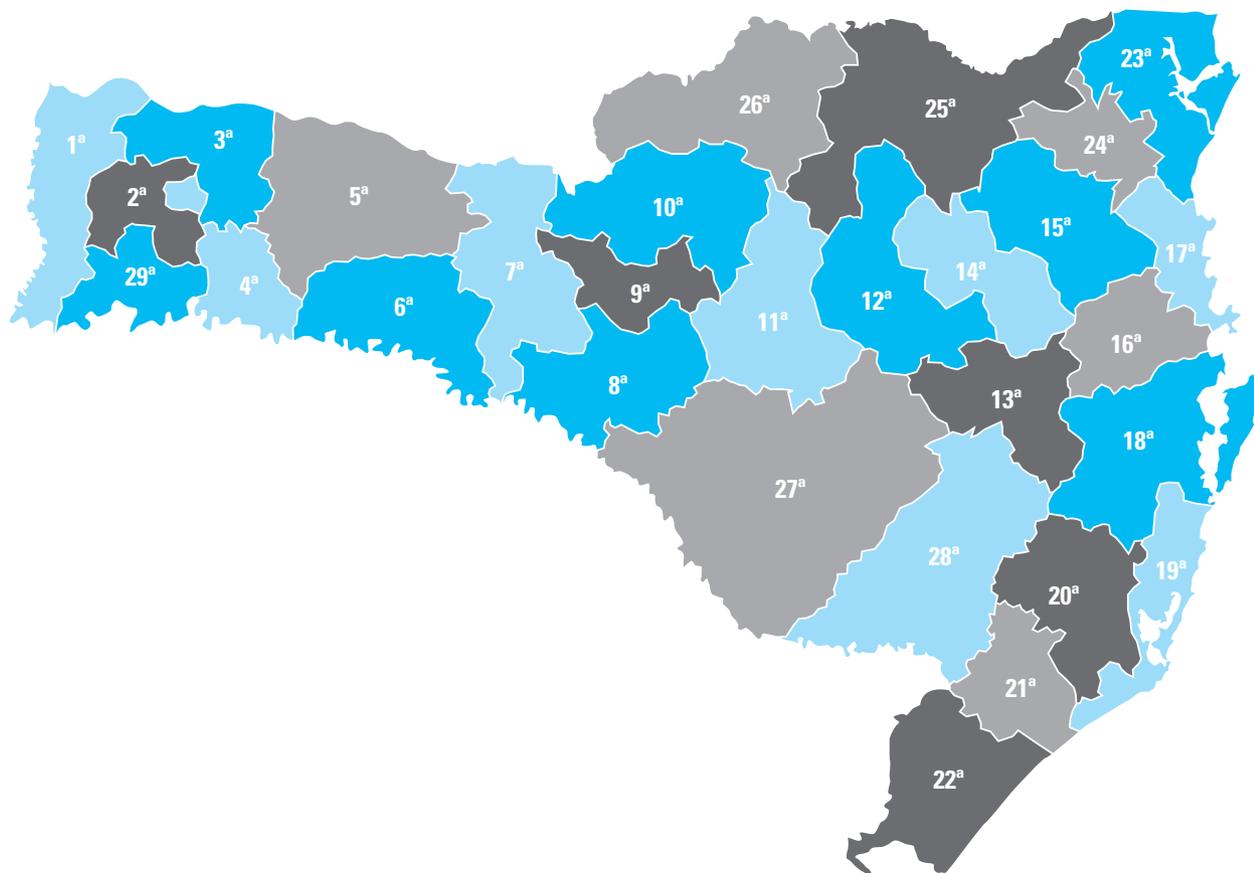
FONTES: IBGE.

⁽¹⁾ Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Alho	2.955	15.296	5.176
Arroz	139.678	922.860	6.607
Banana	29.099	628.850	21.611
Batata	11.424	143.455	12.557
Cana-de-açúcar	19.134	656.208	34.295
Cebola	25.767	394.582	15.313
Feijão	155.790	171.714	1.102
Fumo	107.432	223.382	2.079
Maçã	17.948	474.516	26.438
Mandioca	33.043	582.995	17.644
Milho	832.391	3.100.031	3.724
Soja	243.665	529.941	2.175
Tomate	2.521	127.350	50.516
Trigo	51.851	93.158	1.797
Uva	3.795	41.093	10.828

FONTES: IBGE.

**OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002**

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	17.879.634
Produção orgânica	Nº produtores	8.753
	Valor (R\$)	27.466.965,00
Turismo rural	Nº unidades	1.174

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	3.096.275
Suínos	Efetivo (cab.)	5.516.818
Aves	Efetivo (cab.)	124.127.525
Leite	1.000 litros	1.076.096
Mel	kg	3.774.749
Ovos	1.000 dúzias	151.549

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E PIB - 2002

GRUPO	VALOR (R\$ mil)
VBP animal	4.566.265
VBP lavouras	2.667.094
VBP florestal	901.902
VBP outros	438.339
VBP total	8.573.600
Consumo Intermediário	2.895.792
PIB do setor primário	5.677.808

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	19.790
Lenha	m³	6.118.166
Toras (outras)	m³	8.649.429
Toras (celulose)	m³	5.977.555

FONTE: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

ARARANGUÁ



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	15
Superfície	km²	2.975,2
População total	hab	160.169
População urbana	hab	101.390
População rural	hab	58.779
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	322,04
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	183,25

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	463.200
Produção orgânica	Nº produtores	62
	Valor (R\$)	102.150,00
Turismo rural	Nº unidades	109

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	65.850
Suínos	Efetivo (cab.)	49.055
Aves	Efetivo (cab.)	4.132.120
Leite	1.000 litros	11.641
Mel	kg	-
Ovos	1.000 dúzias	7.739
VBP animal	R\$ 1.000	69.328,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	45.950	301.317	6.557
Banana	5.754	42.170	7.329
Cana-de-açúcar	680	16.100	23.676
Feijão	2.560	1.653	646
Fumo	14.350	29.703	2.070
Mandioca	2.440	36.120	14.803
Milho	6.480	19.636	3.030

FONTE: IBGE.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	1.030
Lenha	m³	152.400
Toras(outras)	m³	96.410
Toras (celulose)	m³	-

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

BLUMENAU



223

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	9
Superfície	km²	3.103,7
População total	hab	431.373
População urbana	hab	374.616
População rural	hab	56.757
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	443,17
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	239,98

FORNTE: IBGE
⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	7.187	57.368	7.982
Banana	738	13.475	18.259
Cana-de-açúcar	934	31.960	34.218
Feijão	154	142	922
Fumo	27	53	1.963
Mandioca	1.469	25.625	17.444
Milho	4.473	12.565	2.809
Tomate	65	2.600	40.000

FORNTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	1.596.130
	Nº produtores	86
Produção orgânica	Valor (R\$)	59.973,00
Turismo rural	Nº unidades	87

FORNTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	65.446
Suínos	Efetivo (cab.)	47.903
Aves	Efetivo (cab.)	1.109.424
Leite	1.000 litros	32.054
Mel	kg	90.350
Ovos	1.000 dúzias	4.955
VBP animal	R\$ 1.000	37.884,00

FORNTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	2.315
Lenha	m³	275.809
Toras (outras)	m³	126.276
Toras (celulose)	m³	4.477

FORNTE: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

BRUSQUE



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	8
Superfície	km²	2.095,8
População total	hab	153.149
População urbana	hab	128.033
População rural	hab	25.116
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	401,11
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	198,22

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	1.355	8.283	6.113
Banana	162	2.260	13.951
Feijão	876	794	906
Fumo	1.885	3.884	2.060
Mandioca	989	18.597	18.804
Milho	1.860	8.247	4.434

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS - 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	577.950
Produção orgânica	Nº produtores	21
	Valor (R\$)	1.398.150,00
Turismo rural	Nº unidades	31

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	36.000
Suínos	Efetivo (cab.)	243.120
Aves	Efetivo (cab.)	6.680
Leite	1.000 litros	7.644
Mel	kg	100.500
Ovos	1.000 dúzias	1.838
VBP animal	R\$ 1.000	11.473,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	98
Lenha	m³	169.800
Toras (outras)	m³	8.850
Toras (celulose)	m³	-

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

CAÇADOR



225

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	6
Superfície	km²	3.748,3
População total	hab	93.001
População urbana	hab	69.219
População rural	hab	23.782
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	266,45
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	157,97

FONTES: IBGE.
⁽¹⁾ Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Alho	216	1.105	5.116
Cebola	181	1.952	10.785
Feijão	4.220	5.690	1.348
Maçã	1.287	38.904	30.228
Milho	14.430	30.492	2.113
Tomate	830	42.707	51.454
Uva	435	6.102	14.028

FONTES: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	534.200
Produção orgânica	Nº produtores	518
	Valor (R\$)	427.432,00
Turismo rural	Nº unidades	14

FONTES: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	65.940
Suínos	Efetivo (cab.)	83.910
Aves	Efetivo (cab.)	2.143.430
Leite	1.000 litros	8.019
Mel	kg	70.770
Ovos	1.000 dúzias	1.845
VBP animal	R\$ 1.000	46.399,00

FONTES: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	5.273
Lenha	m³	141.210
Toras (outras)	m³	1.666.950
Toras (celulose)	m³	942.910

FONTES: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

CAMPOS NOVOS



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	8
Superfície	km²	3.362,3
População total	hab	54.071
População urbana	hab	35.124
População rural	hab	18.947
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	263,63
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	124,84

FONTE: IBGE

⁽¹⁾ Renda per capita.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	305.200
Produção orgânica	Nº produtores	99
	Valor (R\$)	823.994,00
Turismo rural	Nº unidades	7

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	93.860
Suínos	Efetivo (cab.)	104.910
Aves	Efetivo (cab.)	1.961.880
Leite	1.000 litros	12.437
Mel	kg	94.550
Ovos	1.000 dúzias	902
VBP animal	R\$ 1.000	50.041,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	10
Lenha	m³	129.520
Toras (outras)	m³	664.150
Toras (celulose)	m³	605.380

FONTE: IBGE.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Alho	361	2.354	6.521
Feijão	14.955	25.291	1.691
Fumo	749	1.395	1.862
Maçã	1.305	35.225	26.992
Milho	42.400	220.767	5.207
Soja	30.900	80.861	2.617
Trigo	14.563	34.022	2.336

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

CANOINHAS



227

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	7
Superfície	km²	4.505,4
População total	hab	126.178
População urbana	hab	85.689
População rural	hab	40.489
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	286,31
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	150,82

FONTES: IBGE
⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	585	1.468	2.509
Batata	785	13.380	17.045
Feijão	8.720	13.959	1.601
Fumo	10.656	21.031	1.974
Milho	35.950	242.990	6.759
soja	27.800	76.734	2.760
trigo	633	1.120	1.769

FONTES: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	163.250
Produção orgânica	Nº produtores	1.039
	Valor (R\$)	769.663,00
Turismo rural	Nº unidades	24

FONTES: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	78.810
Suínos	Efetivo (cab.)	86.040
Aves	Efetivo (cab.)	630.700
Leite	1.000 litros	25.422
Mel	kg	125.040
Ovos	1.000 dúzias	1.514
VBP animal	R\$ 1.000	30.961,00

FONTES: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	1.779
Lenha	m³	530.900
Toras (outras)	m³	453.050
Toras (celulose)	m³	335.495

FONTES: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

CHAPECÓ



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	11
Superfície	km²	1.832,8
População total	hab	189.782
População urbana	hab	147.772
População rural	hab	42.010
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	345,11
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	220,5

FONTE: IBGE

⁽¹⁾ Renda per cápita.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	604.450
Produção orgânica	Nº produtores	317
	Valor (R\$)	793.130,00
Turismo rural	Nº unidades	28

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	109.143
Suínos	Efetivo (cab.)	276.246
Aves	Efetivo (cab.)	11.127.730
Leite	1.000 litros	33.425
Mel	kg	55.800
Ovos	1.000 dúzias	5.208
VBP animal	R\$ 1.000	198.260,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	395	126	319
Feijão	8.585	4.517	526
Fumo	2.849	5.438	1.909
Mandioca	871	14.480	16.625
Milho	47.450	129.185	2.723
Soja	11.980	17.157	1.432
Trigo	3.840	3.844	1.001

FONTE: IBGE.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	90
Lenha	m³	276.180
Toras (outras)	m³	13.775
Toras (celulose)	m³	-

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

CONCÓRDIA



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	16
Superfície	km²	3.311,4
População total	hab	142.086
População urbana	hab	78.971
População rural	hab	63.115
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	370,70
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	247,09

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾ Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	1.281	1.046	817
Cana-de-açúcar	1.238	26.225	21.183
Feijão	4.790	2.380	497
Fumo	582	1.115	1.916
Mandioca	1.261	21.944	17.402
Milho	83.330	234.021	2.808
Trigo	1.121	1.214	1.083

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	406.150
Produção orgânica	Nº produtores	514
	Valor (R\$)	588.962,00
Turismo rural	Nº unidades	38

FONTE: Instituto Cepa/Sc e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	212.117
Suínos	Efetivo (cab.)	1.369.438
Aves	Efetivo (cab.)	26.339.132
Leite	1.000 litros	123.392
Mel	kg	141.105
Ovos	1.000 dúzias	10.817
VBP animal	R\$ 1.000	633.814,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	-
Lenha	m³	356.049
Toras (outras)	m³	89.709
Toras (celulose)	m³	85.822

FONTE: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

CRICIÚMA



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	10
Superfície	km²	2.082,7
População total	hab	324.747
População urbana	hab	268.172
População rural	hab	56.575
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	365,05
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	245,63

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	16.143	94.740	5.869
Banana	2.171	27.783	12.797
Batata	674	8.640	12.819
Feijão	8.985	8.784	978
Fumo	7.353	15.179	2.064
Mandioca	780	14.220	18.231
Milho	8.382	36.939	4.407

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS - 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	206.200
Produção orgânica	Nº produtores	-
	Valor (R\$)	-
Turismo rural	Nº unidades	74

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

Obs.: A região não produzia produtos orgânicos em 2002.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	55.099
Suínos	Efetivo (cab.)	50.099
Aves	Efetivo (cab.)	4.377.665
Leite	1.000 litros	18.348
Mel	kg	660.500
Ovos	1.000 dúzias	5.072
VBP animal	R\$ 1.000	74.721,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	313
Lenha	m³	218.947
Toras (outras)	m³	40.853
Toras (celulose)	m³	-

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

CURITIBANOS



231

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	6
Superfície	km²	3.574,1
População total	hab	66.727
População urbana	hab	53.382
População rural	hab	13.345
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	245,46
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	117,90

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Alho	2.015	9.724	4.826
Batata	202	3.380	16.733
Cebola	395	10.760	27.241
Feijão	8.150	10.590	1.299
Maçã	382	6.428	16.827
Milho	13.450	56.780	4.222
Soja	4.276	8.185	1.914

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	405.700
Produção orgânica	Nº produtores	26
	Valor (R\$)	159.648,00
Turismo rural	Nº unidades	5

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	80.965
Suínos	Efetivo (cab.)	12.340
Aves	Efetivo (cab.)	473.350
Leite	1.000 litros	3.513
Mel	kg	41.250
Ovos	1.000 dúzias	1.861
VBP animal	R\$ 1.000	17.718,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	80
Lenha	m³	94.350
Toras (outras)	m³	1.060.300
Toras (celulose)	m³	1.358.900

FONTE: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

IBIRAMA



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	10
Superfície	km²	2.676,2
População total	hab	70.948
População urbana	hab	41.336
População rural	hab	29.612
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	317,77
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	191,43

FONTES: IBGE
⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	1.073	8.002	7.458
Batata	244	2.213	9.070
Cebola	651	10.296	15.816
Feijão	972	972	1.000
Fumo	8.425	16.929	2.009
Mandioca	1.117	26.056	23.327
Milho	9.770	38.937	3.985

FONTES: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS - 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	886.772
Produção orgânica	Nº produtores	637
	Valor (R\$)	148.728,00
Turismo rural	Nº unidades	77

FONTES: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	64.395
Suínos	Efetivo (cab.)	35.450
Aves	Efetivo (cab.)	481.600
Leite	1.000 litros	37.347
Mel	kg	129.000
Ovos	1.000 dúzias	990
VBP animal	R\$ 1.000	28.423,00

FONTES: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	491
Lenha	m³	310.115
Toras (outras)	m³	30.617
Toras (celulose)	m³	-

FONTES: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

ITAJAÍ



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	11
Superfície	km²	1.520,0
População total	hab	394.137
População urbana	hab	368.129
População rural	hab	26.008
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	409,71
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	280,85

FONTES: IBGE.
⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	6.7415	9.461	8.821
Banana	4.681	148.400	31.703
Cana-de-açúcar	447	24.660	55.168
Mandioca	185	2.680	14.486
Milho	65	163	2.508
Tomate	5	200	40.000

FONTES: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	362.984
Produção orgânica	Nº produtores	-
	Valor (R\$)	-
Turismo rural	Nº unidades	54

FONTES: Instituto Cepa/SC e Epagri.
Obs.: A região não produzia produtos orgânicos em 2002.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	52.441
Suínos	Efetivo (cab.)	15.830
Aves	Efetivo (cab.)	2.427.979
Leite	1.000 litros	9.833
Mel	kg	9.910
Ovos	1.000 dúzias	3.526
VBP animal	R\$ 1.000	36.483,00

FONTES: IBGE e Instituto Cepa/SC.

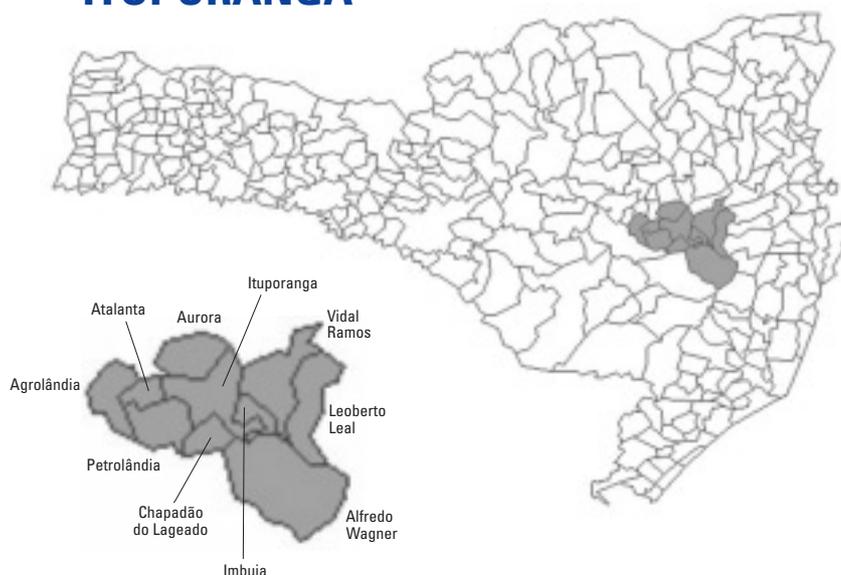
PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	1.624
Lenha	m³	197.578
Toras (outras)	m³	56.193
Toras (celulose)	m³	-

FONTES: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

ITUPORANGA



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	10
Superfície	km²	2.713,2
População total	hab	69.293
População urbana	hab	27.395
População rural	hab	41.898
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	322,09
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	200,35

FONTE: IBGE

⁽¹⁾ Renda per capita.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	931.353
Produção orgânica	Nº produtores	215
	Valor (R\$)	188.257,00
Turismo rural	Nº unidades	36

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	91.950
Suínos	Efetivo (cab.)	81.070
Aves	Efetivo (cab.)	482.500
Leite	1.000 litros	45.203
Mel	kg	165.600
Ovos	1.000 dúzias	1.722
VBP animal	R\$ 1.000	40.774,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	24
Lenha	m³	274.400
Toras (outras)	m³	211.606
Toras (celulose)	m³	250.719

FONTE: IBGE.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	394	2.735	6.942
Batata	918	7.319	7.973
Cebola	19.700	316.800	16.081
Feijão	4.795	5.895	1.229
Fumo	10.799	22.064	2.043
Mandioca	1.455	33.195	22.814
Milho	23.610	106.556	4.513
Tomate	100	5.675	56.750

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

JARAGUÁ DO SUL



235

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	5
Superfície	km²	1.731,9
População total	hab	167.503
População urbana	hab	138.090
População rural	hab	29.413
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	404,51
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	247,53

FONTES: IBGE

⁽¹⁾ Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	12.960	107.210	8.272
Banana	9.036	242.110	26.794
Cana-de-açúcar	545	16.880	30.972
Fumo	39	79	2.026
Mandioca	805	16.335	20.292
Milho	1.235	4.596	3.721

FONTES: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	978.825
Produção orgânica	Nº produtores	16
	Valor (R\$)	75.735,00
Turismo rural	Nº unidades	40

FONTES: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	30.920
Suínos	Efetivo (cab.)	37.410
Aves	Efetivo (cab.)	3.172.070
Leite	1.000 litros	13.799
Mel	kg	11.838
Ovos	1.000 dúzias	851
VBP animal	R\$ 1.000	45.260,00

FONTES: IBGE e Instituto Cepa/SC.

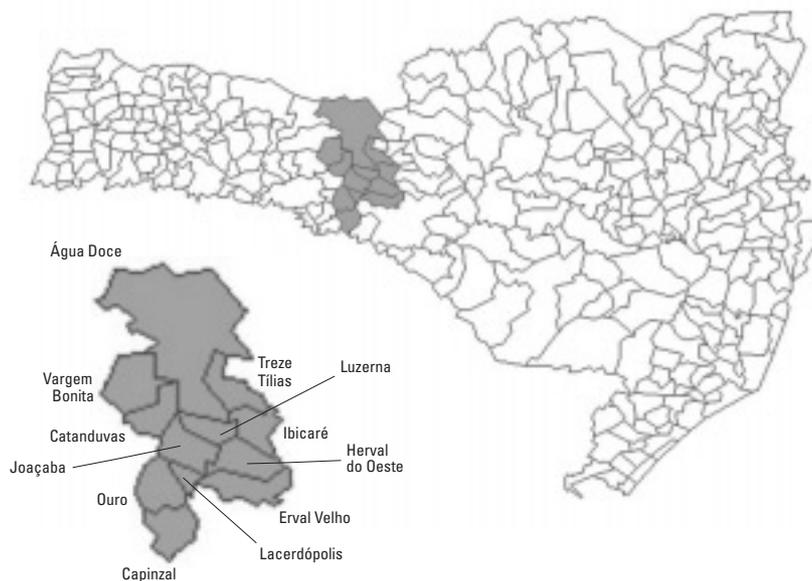
PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	28
Lenha	m³	91.240
Toras (outras)	m³	151.790
Toras (celulose)	m³	140

FONTES: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

JOAÇABA



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	12
Superfície	km²	3.469,2
População total	hab	112.217
População urbana	hab	80.358
População rural	hab	31.859
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	350,32
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	223,28

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Cana-de-açúcar	332	5.531	16.660
Feijão	1.552	1.437	926
Fumo	421	799	1.898
Maçã	730	15.600	21.370
Milho	43.530	178.036	4.090
Soja	6.645	14.081	2.119
Trigo	3.050	5.426	1.779
Uva	100	553	5.530

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS - 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	401.350
Produção orgânica	Nº produtores	16
	Valor (R\$)	15.325,00
Turismo rural	Nº unidades	26

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	154.694
Suínos	Efetivo (cab.)	412.770
Aves	Efetivo (cab.)	15.229.507
Leite	1.000 litros	57.159
Mel	kg	75.920
Ovos	1.000 dúzias	11.673
VBP animal	R\$ 1.000	282.326,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	371
Lenha	m³	274.450
Toras (outras)	m³	243.800
Toras (celulose)	m³	217.684

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

JOINVILLE



237

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	8
Superfície	km²	3.180,3
População total	hab	530.503
População urbana	hab	505.401
População rural	hab	25.102
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	385,21
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	252,69

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	7.438	54.916	7.383
Banana	5.268	134.759	25.581
Cana-de-açúcar	243	11.055	45.494
Feijão	70	61	871
Mandioca	674	9.576	14.208
Milho	304	817	2.688
Tomate	5	250	50.000

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	1.497.923
Produção orgânica	Nº produtores	41
	Valor (R\$)	279.636,00
Turismo rural	Nº unidades	58

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	33.578
Suínos	Efetivo (cab.)	9.922
Aves	Efetivo (cab.)	1.374.204
Leite	1.000 litros	8.407
Mel	kg	26.180
Ovos	1.000 dúzias	4.018
VBP animal	R\$ 1.000	22.078,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	-
Lenha	m³	69.892
Toras (outras)	m³	52.287
Toras (celulose)	m³	784

FONTE: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

LAGES



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	11
Superfície	km²	10.104,9
População total	hab	232.033
População urbana	hab	192.527
População rural	hab	39.506
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	320,61
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	132,53

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	668.100
Produção orgânica	Nº produtores	490
	Valor (R\$)	225.977,00
Turismo rural	Nº unidades	41

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	313.600
Suínos	Efetivo (cab.)	59.060
Aves	Efetivo (cab.)	268.940
Leite	1.000 litros	27.124
Mel	kg	254.100
Ovos	1.000 dúzias	1.055
VBP animal	R\$ 1.000	56.419,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Alho	110	804	7.309
Arroz	416	544	1.308
Batata	623	6.176	9.913
Feijão	18.230	21.209	1.163
Fumo	223	409	1.834
Maçã	961	20.048	20.862
Milho	35.540	104.568	2.942
Soja	3.220	8.488	2.636
Trigo	925	3.600	3.892

FONTE: IBGE.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	311
Lenha	m³	343.679
Toras (outras)	m³	1.020.488
Toras (celulose)	m³	994.476

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

LAGUNA



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	6
Superfície	km²	2.053,5
População total	hab	130.373
População urbana	hab	100.234
População rural	hab	30.139
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	261,29
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	162,39

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	11.334	72.566	6.403
Banana	61	747	12.246
Cana-de-açúcar	1.000	51.225	51.225
Feijão	830	668	805
Fumo	832	1.726	2.075
Mandioca	3.390	58.240	17.180
Milho	470	1.572	3.345

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	164.300
Produção orgânica	Nº produtores	109
	Valor (R\$)	425.184,00
Turismo rural	Nº unidades	23

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	50.089
Suínos	Efetivo (cab.)	24.358
Aves	Efetivo (cab.)	657.221
Leite	1.000 litros	7.789
Mel	kg	66.591
Ovos	1.000 dúzias	3.493
VBP animal	R\$ 1.000	16.864,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	40
Lenha	m³	44.506
Toras (outras)	m³	8.373
Toras (celulose)	m³	-

FONTE: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

MAFRA



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	7
Superfície	km²	5.942,4
População total	hab	208.976
População urbana	hab	160.343
População rural	hab	48.633
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	279,87
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	155,88

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	262.900
Produção orgânica	Nº produtores	185
	Valor (R\$)	51.425
Turismo rural	Nº unidades	35

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	97.580
Suínos	Efetivo (cab.)	65.750
Aves	Efetivo (cab.)	3.130.850
Leite	1.000 litros	23.759
Mel	kg	116.550
Ovos	1.000 dúzias	1.401
VBP animal	R\$ 1.000	59.967,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	468	1.148	2.453
Batata	1.060	16.004	15.098
Feijão	10.020	16.884	1.685
Fumo	8.308	16.819	2.024
Milho	37.740	241.066	6.388
Soja	28.100	75.075	2.672
Tomate	31	1.740	56.129
Trigo	3.570	5.902	1.653

FONTE: IBGE

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	2.985
Lenha	m³	657.350
Toras (outras)	m³	1.342.660
Toras (celulose)	m³	560.016

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

MARAVILHA



241

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	12
Superfície	km²	1.522,4
População total	hab	69.484
População urbana	hab	34.419
População rural	hab	35.065
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	281,82
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	177,13

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	652	646	991
Cana-de-açúcar	946	28.986	30.641
Feijão	6.756	4.405	652
Fumo	4.967	9.516	1.916
Mandioca	1.467	24.169	16.475
Milho	54.350	150.819	2.775
Soja	6.035	11.799	1.955
Trigo	1.405	2.338	1.664

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	400.150
Produção orgânica	Nº produtores	110
	Valor (R\$)	305.090,00
Turismo rural	Nº unidades	21

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	110.405
Suínos	Efetivo (cab.)	139.708
Aves	Efetivo (cab.)	4.062.690
Leite	1.000 litros	49.437
Mel	kg	90.530
Ovos	1.000 dúzias	2.250
VBP animal	R\$ 1.000	100.600,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	56
Lenha	m³	121.350
Toras (outras)	m³	24.610
Toras (celulose)	m³	-

FONTE: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

PALMITOS



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	8
Superfície	km²	1.500,9
População total	hab	63.479
População urbana	hab	29.563
População rural	hab	33.916
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	358,39
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	245,50

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	415	385	928
Cana-de-açúcar	1.210	48.930	40.438
Feijão	15.505	8.041	519
Fumo	5.019	9.538	1.900
Mandioca	2.117	38.980	18.413
Milho	56.050	138.972	2.479
Soja	7.800	11.151	1.430
Trigo	780	984	1.262
Uva	86	833	9.686

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS - 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	580.630
Produção orgânica	Nº produtores	804
	Valor (R\$)	760.955,00
Turismo rural	Nº unidades	12

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	86.900
Suínos	Efetivo (cab.)	177.985
Aves	Efetivo (cab.)	3.232.300
Leite	1.000 litros	60.150
Mel	kg	126.000
Ovos	1.000 dúzias	1.456
VBP animal	R\$ 1.000	100.151,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	35
Lenha	m³	118.500
Toras (outras)	m³	17.100
Toras (celulose)	m³	-

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

RIO DO SUL



243

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	12
Superfície	km²	3.675,5
População total	hab	130.419
População urbana	hab	83.356
População rural	hab	47.063
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	363,93
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	202,82

FONTES: IBGE.
⁽¹⁾ Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	11.088	83.510	7.532
Batata	372	3.545	9.530
Cebola	793	11.090	13.985
Feijão	2.986	3.223	1.079
Fumo	12.778	25.437	1.991
Mandioca	3.470	77.025	22.197
Milho	20.475	80.004	3.907

FONTES: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	854.076
Produção orgânica	Nº produtores	194
	Valor (R\$)	326.852,00
Turismo rural	Nº unidades	56

FONTES: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	106.650
Suínos	Efetivo (cab.)	103.425
Aves	Efetivo (cab.)	2.597.060
Leite	1.000 litros	54.778
Mel	kg	200.400
Ovos	1.000 dúzias	1.572
VBP animal	R\$ 1.000	70.089,00

FONTES: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	220
Lenha	m³	223.790
Toras (outras)	m³	67.950
Toras (celulose)	m³	127.730

FONTES: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

SÃO JOAQUIM



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	6
Superfície	km²	5.512,1
População total	hab	50.075
População urbana	hab	31.987
População rural	hab	18.088
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	236,52
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	197,35

FORNTE: IBGE.
⁽¹⁾Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Batata	1.810	21.450	11.851
Cebola	1.160	14.010	12.078
Feijão	1.670	1.752	1.049
Fumo	724	1.499	2.070
Maçã	7.106	145.665	20.499
Milho	6.050	19.676	3.252
Tomate	132	7.450	56.439

FORNTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS - 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	242.000
Produção orgânica	Nº produtores	33
	Valor (R\$)	55.447,00
Turismo rural	Nº unidades	22

FORNTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	159.736
Suínos	Efetivo (cab.)	19.703
Aves	Efetivo (cab.)	306.790
Leite	1.000 litros	12.658
Mel	kg	306.800
Ovos	1.000 dúzias	2.215
VBP animal	R\$ 1.000	29.735,00

FORNTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	-
Lenha	m³	180.186
Toras (outras)	m³	521.469
Toras (celulose)	m³	312.682

FORNTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

SÃO JOSÉ



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	13
Superfície	km²	4.163,6
População total	hab	724.272
População urbana	hab	677.099
População rural	hab	47.173
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	534,45
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	227,76

FONTES: IBGE.
⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	1.489	7.232	4.857
Banana	680	8.665	12.743
Batata	1.147	14.236	12.412
Cana-de-açúcar	2.085	77.320	37.084
Cebola	1.716	18.163	10.584
Feijão	1.198	1.293	1.079
Mandioca	2.220	37.610	16.941
Milho	5.835	18.145	3.110
Tomate	1.018	51.585	50.673

FONTES: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	460.671
Produção orgânica	Nº produtores	500
	Valor (R\$)	15.859.235
Turismo rural	Nº unidades	67

FONTES: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	95.072
Suínos	Efetivo (cab.)	23.318
Aves	Efetivo (cab.)	2.878.559
Leite	1.000 litros	16.384
Mel	kg	199.710
Ovos	1.000 dúzias	7.886
VBP animal	R\$ 1.000	54.547,00

FONTES: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	-
Lenha	m³	-
Toras (outras)	m³	-
Toras (celulose)	m³	-

FONTES: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

SÃO LOURENÇO DO OESTE



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	13
Superfície	km²	2.188,0
População total	hab	67.828
População urbana	hab	32.368
População rural	hab	35.460
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	275,49
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	200,22

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	461.330
Produção orgânica	Nº produtores	293
	Valor (R\$)	554.729,00
Turismo rural	Nº unidades	22

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	135.310
Suínos	Efetivo (cab.)	217.145
Aves	Efetivo (cab.)	2.902.930
Leite	1.000 litros	72.581
Mel	kg	100.300
Ovos	1.000 dúzias	1.078
VBP animal	R\$ 1.000	113.806,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	990	1.393	1.407
Cana-de-açúcar	805	26.930	33.453
Feijão	6.055	7.395	1.221
Fumo	890	1.724	1.937
Mandioca	1.427	16.044	11.243
Milho	73.440	316.399	4.308
Soja	21.500	45.421	2.113
Trigo	3.645	5.071	1.391
Uva	166	1.419	8.548

FONTE: IBGE.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	103
Lenha	m³	91.850
Toras (outras)	m³	11.100
Toras (celulose)	m³	3.600

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

SÃO MIGUEL DO OESTE



247

DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	Nº	18
Superfície	Km²	3.567,5
População total	Hab	150.775
População urbana	Hab	74.320
População rural	Hab	76.455
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	303,31
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	158,94

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾ Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	1.500	647	431
Cana-de-açúcar	1.090	57.900	53.119
Feijão	6.790	4.437	653
Fumo	9.498	17.657	1.859
Mandioca	1.928	41.015	21.273
Milho	105.140	280.520	2.668
Soja	11.437	22.460	1.964
Trigo	3.310	5.408	1.634
Uva	421	3.400	8.076

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	1.155.410
Produção orgânica	Nº produtores	1.127
	Valor (R\$)	753.395,00
Turismo rural	Nº unidades	39

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	302.385
Suínos	Efetivo (cab.)	589.497
Aves	Efetivo (cab.)	7.052.750
Leite	1.000 litros	181.933
Mel	kg	218.100
Ovos	1.000 dúzias	6.328
VBP animal	R\$ 1.000	290.317,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	49
Lenha	m³	101.260
Toras (outras)	m³	36.620
Toras (celulose)	m³	6.250

FONTE: IBGE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

TUBARÃO



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	14
Superfície	km²	3.026,6
População total	hab	213.306
População urbana	hab	141.988
População rural	hab	71.318
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	365,60
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	283,65

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	7.718	54.807	7.101
Batata	1.977	25.443	12.869
Cana-de-açúcar	4.245	171.100	40.306
Feijão	5.415	4.772	881
Fumo	8.059	16.281	2.020
Mandioca	3.335	61.580	18.465
Milho	11.240	43.932	3.909
Uva	139	1.625	11.691

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS - 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	1.227.000
Produção orgânica	Nº produtores	1.239
	Valor (R\$)	2.231.827,00
Turismo rural	Nº unidades	87

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	146.182
Suínos	Efetivo (cab.)	519.364
Aves	Efetivo (cab.)	3.298.188
Leite	1.000 litros	43.727
Mel	kg	147.606
Ovos	1.000 dúzias	21.558
VBP animal	R\$ 1.000	173.782,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	2.047
Lenha	m³	330.044
Toras (outras)	m³	29.091
Toras (celulose)	m³	-

FONTE: IBGE.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DADOS DO SETOR RURAL

VIDEIRA



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	7
Superfície	km²	1.663,8
População total	hab	95.973
População urbana	hab	74.398
População rural	hab	21.575
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	305,30
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	243,85

FONTE: IBGE.
⁽¹⁾Renda per cápita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Alho	206	1.069	5.189
Arroz	305	528	1.731
Feijão	4.770	7.208	1.511
Fumo	184	338	1.837
Maçã	6.044	210.990	34.909
Milho	22.670	37.238	1.643
Uva	1.406	18.672	13.280

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS – 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	357.235
Produção orgânica	Nº produtores	27
	Valor (R\$)	38.785,00
Turismo rural	Nº unidades	19

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	53.900
Suínos	Efetivo (cab.)	437.065
Aves	Efetivo (cab.)	6.230.550
Leite	1.000 litros	22.870
Mel	kg	67.670
Ovos	1.000 dúzias	5.957
VBP animal	R\$ 1.000	172.828,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	12
Lenha	m³	58.250
Toras (outras)	m³	250.750
Toras (celulose)	m³	55.790

FONTE: IBGE.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DADOS DO SETOR RURAL

XANXERÊ



DADOS GERAIS - 2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Municípios	nº	14
Superfície	km²	4.482,4
População total	hab	133.483
População urbana	hab	82.252
População rural	hab	51.231
Renda urbana média ⁽¹⁾	R\$/mês	305,44
Renda rural média ⁽¹⁾	R\$/mês	201,07

FONTE: IBGE.

⁽¹⁾Renda per capita.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2002

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Arroz	685	970	1.416
Feijão	6.135	8.220	1.340
Fumo	1.581	3.033	1.918
Milho	68.190	346.393	5.080
Soja	82.400	154.995	1.881
Trigo	14.823	23.980	1.618
Uva	156	789	5.058

FONTE: IBGE.

OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS - 2001 - 2002

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Piscicultura	kg	724.195
Produção orgânica	Nº produtores	35
	Valor (R\$)	47.290,00
Turismo rural	Nº unidades	22

FONTE: Instituto Cepa/SC e Epagri.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2001

ESPÉCIE/PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovinos	Efetivo (cab.)	147.258
Suínos	Efetivo (cab.)	461.367
Aves	Efetivo (cab.)	11.802.286
Leite	1.000 litros	55.263
Mel	kg	82.079
Ovos	1.000 dúzias	30.769
VBP animal	R\$ 1.000	256.835,00

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.

PRODUÇÃO DE ORIGEM FLORESTAL - 2001

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Carvão	(t)	406
Lenha	m³	285.161
Toras (outras)	m³	292.822
Toras (celulose)	m³	174.480

FONTE: IBGE.



ANEXO II

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS

MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

MRG SÃO MIGUEL DO OESTE

Anchieta
Bandeirante
Barra Bonita
Belmonte
Descanso
Dionísio Cerqueira
Guaraciaba
Guarujá do Sul
Iporã do Oeste
Itapiranga
Mondaiá
Palma Sola
Paraíso
Princesa
Riqueza
Romelândia
Santa Helena
São João do Oeste
São José do Cedro
São Miguel do Oeste
Tunápolis

MRG CHAPECÓ

Águas de Chapecó
Águas Frias
Bom Jesus do Oeste
Caibi

Campo Erê
Caxambu do Sul
Chapecó
Cordilheira Alta
Coronel Freitas
Cunha Porã
Cunhataí
Flor do Sertão
Formosa do Sul
Guatambu
Iraceminha
Irati
Jardinópolis
Maravilha
Modelo
Nova Erechim
Nova Itaberaba
Novo Horizonte
Palmitos
Pinhalzinho
Planalto Alegre
Quilombo
Saltinho
Santa Terezinha do Progresso
Santiago do Sul
São Bernardino
São Carlos
São Lourenço do Oeste
São Miguel da Boa Vista
Saudades
Serra Alta

Sul Brasil
Tigrinhos
União do Oeste

MRG XANXERÊ

Abelardo Luz
Bom Jesus
Coronel Martins
Entre Rios
Faxinal dos Guedes
Galvão
Ipuaçu
Jupia
Lajeado Grande
Marema
Ouro Verde
Passos Maia
Ponte Serrada
São Domingos
Vargeão
Xanxerê
Xaxim

MRG JOAÇABA

Água Doce
Arroio Trinta
Caçador
Calmon
Capinzal
Catanduvas
Erval Velho

Fraiburgo
Herval do Oeste
Ibiam
Ibicaré
Iomerê
Jaborá
Joaçaba
Lacerdópolis
Lebon Régis
Luzerna
Macieira
Matos Costa
Ouro
Pinheiro Preto
Rio das Antas
Salto Veloso
Tangará
Treze Tílias
Vargem Bonita
Videira

MRG CONCÓRDIA

Alto bela Vista
Arabutã
Arvoredo
Concórdia
Ipira
Ipumirim
Irani
Itá
Lindóia do Sul

Paial
Peritiba
Piratuba
Presidente Castelo Branco
Seara
Xavantina

MESORREGIÃO NORTE CATARINENSE

MRG CANOINHAS

Bela Vista do Toldo
Canoinhas
Irineópolis
Itaiópolis
Mafra
Major Vieira
Monte Castelo
Papanduva
Porto União
Santa Terezinha
Timbó Grande
Três Barras

MRG SÃO BENTO DO SUL

Campo Alegre
Rio Negrinho
São Bento do Sul

MRG JOINVILLE

Araquari
Balneário Barra do Sul
Corupá
Garuva
Guaramirim
Itapoá
Jaraguá do Sul
Joinville
Massaranduba

São Francisco do Sul
Schroeder

MESORREGIÃO SERRANA

MRG CURITIBANOS

Abdon Batista
Brunópolis
Campos Novos
Curitibanos
Frei Rogério
Monte Carlo
Ponte Alta
Ponte Alta do Norte
Santa Cecília
São Cristovão do Sul
Vargem
Zortéa

MRG CAMPOS DE LAGES

Anita Garibaldi
Bocaina do Sul
Bom Jardim da Serra
Bom Retiro
Campo Belo do Sul
Capão Alto
Celso Ramos
Cerro Negro
Correia Pinto
Lages
Otacílio Costa
Painel
Palmeira
Rio Rufino
São Joaquim
São José do Cerrito
Urubici
Urupema

MESORREGIÃO VALE DO ITAJAÍ

MRG RIO DO SUL

Agronômica
Aurora
Braço do Trombudo
Doma Emma
Ibirama
José Boiteux
Laurentino
Lontras
Mirim Doce
Pouso Redondo
Presidente Getúlio
Presidente Nereu
Rio do Campo
Rio do Oeste
Rio do Sul
Salette
Taió
Trombudo Central
Vitor Meireles
Witmarsum

MRG BLUMENAU

Apiúna
Acurrá
Benedito Novo
Blumenau
Botuverá
Brusque
Doutor Pedrinho
Gaspar
Guabiruba
Indaial
Luiz Alves
Pomerode
Rio dos Cedros

Rodeio
Timbó

MRG ITAJAÍ

Balneário Camboriú
Barra Velha
Bombinhas
Camboriú
Ilhota
Itajaí
Itapema
Navegantes
Penha
Piçarras
Porto Belo
São João do Itaperiú

MRG ITUPORANGA

Agrolândia
Atalanta
Chapadão do Lajeado
Imbuia
Ituporanga
Petrolândia
Vidal Ramos

MESORREGIÃO GRANDE FLORIANÓPOLIS

MRG TIJUCAS

Angelina
Canelinha
Leoberto Leal
Major Gercino
Nova Trento
São João Batista
Tijucas

**MRG FLORIANÓPOLIS**

Antônio Carlos
 Biguaçu
 Florianópolis
 Governador Celso Ramos
 Palhoça
 Paulo Lopes
 Santo Amaro da Imperatriz
 São José
 São Pedro de Alcântara

MRG TABULEIRO

Águas Mornas
 Alfredo Wagner
 Anitápolis
 Rancho Queimado
 São Bonifácio

**MESORREGIÃO SUL
CATARINENSE****MRG TUBARÃO**

Armazém
 Braço do Norte
 Capivari de Baixo
 Garopaba
 Grão Pará
 Gravatal
 Imaruí
 Imbituba
 Jaguaruna
 Laguna
 Orleans
 Pedras Grandes
 Rio Fortuna
 Sangão

Santa Rosa de Lima
 São Ludgero
 São Martinho
 Treze de Maio
 Tubarão

MRG CRICIÚMA

Cocal do Sul
 Criciúma
 Forquilha
 Içara
 Lauro Muller
 Morro da Fumaça
 Nova Veneza
 Siderópolis
 Treviso
 Urussanga

MRG ARARANGUÁ

Araranguá
 Balneário Arroio do Silva
 Balneário Gaivota
 Ermo
 Jacinto Machado
 Maracajá
 Meleiro
 Morro Grande
 Passo de Torres
 Praia Grande
 Santa Rosa do Sul
 São João do Sul
 Sombrio
 Timbé do Sul
 Turvo

ANEXO III

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA SEGUNDO AS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MUNICÍPIOS	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MUNICÍPIOS
Araranguá	Araranguá Balneário Arroio do Silva Balneário Gaivota Ermo Jacinto Machado Maracajá Meleiro Morro Grande Passo de Torres Praia Grande Santa Rosa do Sul São João do Sul Sombrio Timbé do Sul Turvo	Campos Novos	Abdon Batista Brunópolis Campos Novos Celso Ramos Ibiam Monte Carlo Vargem Zortéa
Blumenau	Benedito Novo Blumenau Doutor Pedrinho Gaspar Indaial Pomerode Rio dos Cedros Rodeio Timbó	Canoinhas	Bela Vista do Toldo Canoinhas Irineópolis Major Vieira Matos Costa Porto União Três Barras
Brusque	Botuverá Brusque Canelinha Guabiruba Major Gercino Nova Trento São João Batista Tijucas	Chapecó	Águas Frias Caxambu do Sul Chapecó Cordilheira Alta Coronel Freitas Guatambu Nova Erechim Nova Itaberaba Planalto Alegre Serra Alta Sul Brasil
Caçador	Caçador Calmon Lebon Regis Macieira Rio das Antas Timbó Grande	Concórdia	Alto Bela Vista Arabutã Arvoredo Concórdia Ipira Ipumirim Irani Itá Jaborá Lindóia do Sul Paial Peritiba



(continuação)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MUNICÍPIOS	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MUNICÍPIOS
Criciúma	Piratuba	Jaraguá do Sul	Aurora
	Presidente Castelo Branco		Chapadão do Lajeado
	Seara		Imbuia
	Xavantina		Ituporanga
			Leoberto Leal
			Petrolândia
			Vidal Ramos
Curitibanos	Cocal do Sul	Joaçaba	Corupá
	Criciúma		Guaramirim
	Forquilha		Jaraguá do Sul
	Içara		Massaranduba
	Lauro Muller		Schroeder
	Morro da Fumaça		
	Nova Veneza		
Ibirama	Siderópolis	Joinville	Água Doce
	Treviso		Capinzal
	Urussanga		Catanduvas
			Erval Velho
			Herval do Oeste
			Ibicaré
			Joaçaba
Itajaí	Curitibanos	Lages	Lacerdópolis
	Frei Rogério		Luzerna
	Ponte Alta		Ouro
	Ponte Alta do Norte		Treze Tílias
	Santa Cecília		Vargem Bonita
	São Cristovão do Sul		
Ituporanga	Apiúna	São José do Cerrito	Araquari
	Ascurra		Balneário Barra do Sul
	Dona Emma		Barra Velha
	Ibirama		Garuva
	José Boiteux		Itapoá
	Lontras		Joinville
	Presidente Getúlio		São Francisco do Sul
	Presidente Nereu		São João do Itaperiú
	Vitor Meireles		
	Witmarsum		

(continua)

(continuação)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MUNICÍPIOS	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MUNICÍPIOS
Laguna	Garopaba Imaruí Imbituba Jaguaruna Laguna Paulo Lopes	São Joaquim	Bom Jardim da Serra Bom Retiro Rio Rufino São Joaquim Urubici Urupema
Mafra	Campo Alegre Itaiópolis Mafra Monte Castelo Papanduva Rio Negrinho São Bento do Sul	São José	Águas Mornas Angelina Anitápolis Antonio Carlos Biguaçu Florianópolis Governador Celso Ramos Palhoça Rancho Queimado Santo Amaro da Imperatriz São Bonifácio São José São Pedro de Alcântara
Maravilha	Bom Jesus do Oeste Flor do Sertão Iraceminha Maravilha Modelo Pinhalzinho Romelândia Saltinho Santa Terezinha do Progresso São Miguel da Boa Vista Saudades Tigrinhos	São Lourenço do Oeste	Campo Êre Coronel Martins Formosa do Sul Galvão Irati Jardinópolis Jupiá Novo Horizonte Quilombo Santiago do Sul São Bernardino São Lourenço do Oeste União do Oeste
Palmitos	Águas de Chapecó Caibi Cunhã Pora Cunhataí Mondaí Palmitos Riqueza São Carlos	São Miguel Do Oeste	Anchieta Bandeirante Barra Bonita Belmonte Descanso Dionísio Cerqueira Guaraciaba Guarujá do Sul Iporã do Oeste Itapiranga Palma Sola Paraiso Princesa
Rio do Sul	Agronômica Braco do Trombudo Laurentino Mirim Doce Pouso Redondo Rio do Campo Rio do Oeste Rio do Sul Salete Santa Terezinha Taio Trombudo Central		



(conclusão)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MUNICÍPIOS	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MUNICÍPIOS
Tubarão	Santa Helena São João do Oeste São José do Cedro São Miguel do Oeste Tunápolis Armazém Braço Norte Capivari de Baixo Grão Pará Gravatal Orleans Pedras Grandes Rio Fortuna Sangão Santa Rosa de Lima São Ludgero São Martinho Treze de Maio Tubarão	Videira Xanxerê	Arroio Trinta Fraiburgo Iomerê Pinheiro Preto Salto Veloso Tangará Videira Abelardo Luz Bom Jesus Entre Rios Faxinal dos Guedes Ipuçú Lajeado Grande Marema Ouro Verde Passos Maia Ponte Serrada São Domingos Vargeão Xanxerê Xaxim

ANEXO IV

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DA REGIÃO DA GRANDE

FLORIANÓPOLIS - GRANFOPOLIS

Águas Mornas
Alfredo Wagner
Angelina
Anitápolis
Antônio Carlos
Biguaçu
Canelinha
Florianópolis
Garopaba
Governador Celso Ramos
Leoberto Leal
Major Gercino
Nova Trento
Palhoça
Paulo Lopes
Rancho Queimado
Santo Amaro da Imperatriz
São Bonifácio
São João Batista
São José
São Pedro de Alcântara
Tijucas

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI

Balneário Camboriú
Bombinhas
Camboriú
Ilhota
Itajaí
Itapema

Luiz Alves
Navegantes
Penha
Piçarras
Porto Belo

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ -

AMMVI

Apiúna
Ascurra
Benedito Novo
Blumenau
Botuverá
Brusque
Doutor Pedrinho
Gaspar
Guabiruba
Indaial
Pomerode
Rio dos Cedros
Rodeio
Timbó

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO NORDESTE DE SANTA

CATARINA - AMUNESC

Araquari
Balneário Barra do Sul
Campo Alegre
Garuva
Itapoá
Joinville
Rio Negrinho

São Bento do Sul
São Francisco do Sul

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO OESTE DE SANTA CATARINA -

AMOSC

Águas de Chapecó
Águas Frias
Caxambu do Sul
Chapecó
Cordilheira Alta
Coronel Freitas
Formosa do Sul
Guatambu
Irati
Jardinópolis
Nova Erechim
Nova Itaberaba
Pinhalzinho
Planalto Alegre
Quilombo
Santiago do Sul
São Carlos
Serra Alta
Sul Brasil
União do Oeste

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO PLANALTO NORTE

CATARINENSE - AMPLA

Itaiópolis
Mafra
Monte Castelo
Papanduva

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DA REGIÃO CARBONÍFERA -

AMREC

Cocal do Sul
Criciúma
Forquilha
Içara
Lauro Müller
Morro da Fumaça
Nova Veneza
Siderópolis
Treviso
Urussanga

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO ALTO URUGUAI

CATARINENSE - AMAUC

Alto Bela Vista
Arabutã
Arvoredo
Concórdia
Ipira
Ipumirim
Irani
Itá
Lindóia do Sul
Paial
Perituba
Piratuba
Presidente Castelo Branco
Seara
Xavantina

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS****DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL**

Armazém
Braço do Norte
Capivari de Baixo
Grão Pará
Gravatal
Imaruí
Imbituba
Jaguaruna
Laguna
Orleans
Pedras Grandes
Rio Fortuna
Sangão
Santa Rosa de Lima
São Ludgero
São Martinho
Treze de Maio
Tubarão

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**DA REGIÃO SERRANA - AMURES**

Anita Garibaldi
Bocaina do Sul
Bom Jardim da Serra
Bom Retiro
Campo Belo do Sul
Capão Alto
Cerro Negro
Correia Pinto
Lages
Otacílio Costa
Painel
Palmeira
Ponte Alta
Rio Rufino
São Joaquim
São José do Cerrito
Urubici
Urupema

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE -****AMARP**

Arroio Trinta
Caçador
Calmon
Curitibanos
Fraiburgo
Frei Rogério
Ibiam
Iomerê
Lebon Régis
Macieira
Pinheiro Preto
Ponte Alta do Norte
Rio das Antas
Salto Veloso
Santa Cecília
São Cristóvão do Sul
Timbó Grande
Videira

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**DO ALTO VALE DO ITAJÁ - AMAVI**

Agrolândia
Agronômica
Atalanta
Aurora
Braço do Trombudo
Chapadão do Lajeado
Dona Emma
Ibirama
Imbuia
Ituporanga
José Boiteux
Laurentino
Lontras
Mirim Doce
Petrolândia
Pouso Redondo

Presidente Getúlio

Presidente Nereu

Rio do Campo

Rio do Oeste

Rio do Sul

Salete

Santa Terezinha

Taió

Trombudo Central

Vidal Ramos

Vitor Meireles

Witmarsum

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**DO MEIO OESTE CATARINENSE -****AMMOC**

Água Doce

Capinzal

Catanduvas

Erval Velho

Herval do Oeste

Ibicaré

Jaborá

Joaçaba

Lacerdópolis

Luzerna

Ouro

Tangará

Treze Tílias

Vargem Bonita

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**DO EXTREMO OESTE CATARINENSE****- AMEOSC**

Anchieta

Bandeirante

Barra Bonita

Belmonte

Descanso

Dionísio Cerqueira

Guaraciaba

Guarujá do Sul

Iporã do Oeste

Itapiranga

Mondáí

Palma Sola

Paraíso

Princesa

Santa Helena

São João do Oeste

São José do Cedro

São Miguel do Oeste

Tunápolis

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**DO ALTO IRANI - AMAI**

Abelardo Luz

Bom Jesus

Coronel Martins

Entre Rios

Faxinal dos Guedes

Galvão

Ipuaçu

Lajeado Grande

Marema

Ouro Verde

Passos Maia

Ponte Serrada

São Domingos

Vargeão

Xanxerê

Xaxim

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**DO VALE DO ITAPOCU - AMVALI**

Barra Velha

Corupá

Guaramirim

Jaraguá do Sul

Massaranduba

São João do Itaperiú

Schroeder

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO EXTREMO SUL

CATARINENSE - AMESC

Araranguá

Balneário Arroio do Silva

Balneário Gaivota

Ermo

Jacinto Machado

Maracajá

Meleiro

Morro Grande

Passo de Torres

Praia Grande

Santa Rosa do Sul

São João do Sul

Sombrio

Timbé do Sul

Turvo

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DA REGIÃO DO CONTESTADO –

AMURC

Bela Vista do Toldo

Canoinhas

Irineópolis

Major Vieira

Matos Costa

Porto União

Três Barras

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO ENTRE RIOS - AMERIOS

Bom Jesus do Oeste

Caibi

Campo Erê

Cunha Porã

Cunhataí

Flor do Sertão

Iraceminha

Maravilha

Modelo

Palmitos

Riqueza

Romelândia

Saltinho

Santa Terezinha do Progresso

São Miguel da Boa Vista

Saudades

Tigrinhos

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO NOROESTE CATARINENSE -

AMNOROESTE

Jupia

Novo Horizonte

São Bernardino

São Lourenço do Oeste

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DO PLANALTO SUL CATARINENSE -

AMPLASC

Abdon Batista

Brunópolis

Campos Novos

Celso Ramos

Monte Carlo

Vargem

Zortéa



ANEXO V

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/ SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-1 EXTREMO OESTE	RIO PEPERI-GUAÇU	Bandeirante Barra Bonita Belmonte Dionísio Cerqueira Guaraciaba Guarujá do Sul Itapiranga Paraíso Princesa Santa Helena São João do Oeste São José do Cedro São Miguel do Oeste Tunápolis
	RIO DAS ANTAS	Anchieta Caibi Campo Erê Cunha Porã Descanso Flor do Sertão Iporã do Oeste Iraceminha Maravilha Mondaí Palma Sola Palmitos Riqueza Romelândia Santa Terezinha Progresso São Miguel da Boa Vista Tigrinhos
RH-2 MEIO OESTE	RIO CHAPECÓ	Abelardo Luz Águas de Chapecó Águas Frias Bom Jesus do Oeste Caxambu do Sul

(continuação)

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/ SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-2 MEIO OESTE	RIO CHAPECÓ	Cordilheira Alta Coronel Freitas Coronel Martins Cunhataí Entre Rios Formosa do Sul Galvão Guatambu Ipuaçú Irati Jardinópolis Jupiá Lajeado Grande Marema Modelo Nova Erechim Nova Itaberaba Novo Horizonte Ouro Verde Pinhalzinho Planalto Alegre Quilombo Saltinho Santiago do Sul São Bernadino São Carlos São Domingos São Lourenço do Oeste Saudades Serra Alta Sul Brasil União do Oeste
RH-3 VALE DO RIO DO PEIXE	RIO IRANI	Arvoredo Bom Jesus Chapecó Faxinal dos Guedes Passos Maia Ponte Serrada Vargeão Xanxerê Xavantina Xaxim
	RIO DO PEIXE	Arroio Trinta Caçador Calmon Capinzal Erval Velho

(continua)



(continuação)

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/ SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-3 VALE DO RIO DO PEIXE	RIO DO PEIXE	Fraiburgo Herval do Oeste Ibiam Ibicaré Iomerê Ipira Joaçaba Lacerdópolis Luzerna Macieira Ouro Peritiba Pinheiro Preto Piratuba Rio das Antas Salto Veloso Tangará Treze Tílias Videira
RH-4 PLANALTO DE LAGES	RIO JACUTINGA	Água Doce Alto Bela Vista Arabutã Catanduvas Concórdia Ipumirim Irani Itá Jaborá Lindóia do Sul Paial Presidente Castelo Branco Seara Vargem Bonita
RH-4 PLANALTO DE LAGES	RIO CANOAS	Abdon Batista Anita Garibaldi Bocaina do Sul Bom Retiro Brunópolis Capão Alto Campo Belo do Sul Campos Novos Celso Ramos Cerro Negro Correa Pinto Curitibanos Frei Rogério Lages

(continua)

(continuação)

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/ SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-4 PLANALTO DE LAGES	RIO CANOAS	Lebon Regis Monte Carlo Otacílio Costa Painel Palmeira Ponte Alta Ponte Alta do Norte Rio Rufino Santa Cecília São Cristovão do Sul São José do Cerrito Urubici Vargem Zortéa
RH-5 PLANALTO DE CANOINHAS	RIO PELOTAS	Bom Jardim da Serra São Joaquim Urupema
	RIO NEGRO	Campo Alegre Mafra Rio Negrinho São Bento do Sul Três Barras
	RIO CANOINHAS	Bela Vista do Toldo Canoinhas Itaiópolis Major Vieira Monte Castelo Papanduva
	RIO IGUAÇU	Irineópolis Matos Costa Porto União Timbó Grande
RH-6 BAIXADA NORTE	RIO CUBATÃO	Garuva Itapoá Joinville São Francisco do Sul
	RIO ITAPOCU	Araquari Balneário Barra do Sul Barra Velha Corupá Guaramirim Jaraguá do Sul Massaranduba

(continua)



(continuação)

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/ SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
<p>RH-6 BAIXADA NORTE</p> <p>RH-7 VALE DO ITAJAÍ</p>	<p>RIO ITAPOCU</p> <p>RIO ITAJAÍ</p>	<p>São João do Itaperiú Schroeder</p> <p>Agrolândia Agronômica Alfredo Wagner Atalanta Aurora Apiuna Ascurra Balneário Camboriú Benedito Novo Blumenau Botuverá Braço do Trombudo Brusque Camboriú Chapadão do Lajeado Dona Emma Doutor Pedrinho Gaspar Guabiruba Ibirama Ilhota Imbuia Indaial Itajaí Ituporanga José Boiteux Laurentino Lontras Luiz Alves Mirim Doce Navegantes Penha Petrolândia Piçarras Pomerode Pouso Redondo Presidente Getúlio Presidente Nereu Rio do Campo Rio do Oeste Rio dos Cedros Rio do Sul Rodeio Salette Santa Terezinha Taió</p>

(continuação)

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/ SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-7 VALE DO ITAJAÍ	RIO ITAJAÍ	Timbó Trombudo Central Vidal Ramos Vitor Meirelles Witmarsum
RH-8 LITORAL CENTRO	RIO TIJUCAS	Angelina Bombinhas Canelinha Governador Celso Ramos Itapema Leoberto Leal Major Gercino Nova Trento Porto Belo São João Batista Tijucas
	RIO BIGUAÇU	Antonio Carlos Biguaçu Florianópolis
	RIO CUBATÃO DO SUL	Águas Mornas Palhoça Rancho Queimado Santo Amaro da Imperatriz São José São Pedro de Alcântara
	RIO DA MADRE	Garopaba Paulo Lopes
RH-9 SUL CATARINENSE	RIO D'UNA	Imaruí Imbituba
	RIO TUBARÃO	Anitápolis Armazém Braço do Norte Capivari de Baixo Grão Pará Gravatal Jaguaruna Laguna Lauro Muller Orleans Pedras Grandes Rio Fortuna Sangão Santa Rosa de Lima

(continua)



(conclusão)

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/ SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-9 SUL CATARINENSE	RIO TUBARÃO	São Bonifácio São Ludgero São Martinho Treze de Maio Tubarão
RH-10 EXTREMO SUL CATARINENSE	RIO URUSSANGA	Cocal do Sul Içara Morro da Fumaça Urussanga
	RIO ARARANGUÁ	Araranguá Balneário Arroio do Silva Balneário Gaivota Criciúma Ermo Forquilha Jacinto Machado Maracajá Meleiro Morro Grande Nova Veneza Siderópolis Sombrio Timbé do Sul Treviso Turvo
	RIO MAMPITUBA	Passos de Torres Praia Grande Santa Rosa do Sul São João do Sul

ANEXO VI

CONCEITOS

Consumo aparente de fertilizantes - Quantidade de fertilizantes fornecida pela indústria, ainda que não tenha sido totalmente aplicada na lavoura, uma vez que parte deste volume pode encontrar-se estocada e desperdiçada.

Cooperativa - Sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica.

Erva-mate cancheada - É a erva-mate que já passou pelo processo de sapeco e secagem e já foi triturada grosseiramente na cancha ou malhada; representa de 40% a 50% do peso da erva-mate em folha verde.

Microrregião geográfica (MRG) - Regionalização criada mediante a resolução PR nº 51, de 31/7/89, que aprova a divisão do Brasil em meso e microrregiões geográficas. Constituem áreas individualizadas, em cada estado, que apresentam formas de organização do espaço com identidade regional, definidas pelas seguintes dimensões: processo social como determinante, quadro natural como condicionante e rede de comunicação e de lugares como elementos de articulação espacial. O estado de Santa Catarina divide-se em 20 microrregiões e seis mesorregiões.

Pessoal ocupado - Pessoas que, em caráter permanente ou eventual, exercem ocupação remunerada ou não, diretamente ligadas a atividades desenvolvidas no estabelecimento.

População residente - Constituída pelas pessoas moradoras no domicílio.

População rural - População recenseada fora dos limites da área urbana, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc).

População urbana - Pessoas recenseadas nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitação das respectivas prefeituras municipais.

Precipitação pluviométrica - Processo pelo qual a água condensada na atmosfera atinge gravitacionalmente a superfície terrestre.

Preços médios ponderados - Média dos preços mensais recebidos pelo produtor, ponderados pelas quantidades mensais comercializadas ao longo do ano.

Produção - Resultado da atividade econômica desenvolvida pelo estabelecimento em dado período, medida em termos de quantidade.

Produção extrativa vegetal - Produção de produtos vegetais obtida de espécies florestais nativas.

Produto - Resultado de qualquer atividade específica.

Produto Interno Bruto (PIB) - Medida, em unidade monetária, do fluxo total de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico, em determinado período. Corresponde, portanto, ao



Valor Bruto da Produção menos o consumo intermediário (insumos necessários à produção).

Semente fiscalizada - Resultante da multiplicação da semente básica, produzida em campos específicos, de acordo com as normas estabelecidas pela entidade fiscalizadora e responsável pela qualificação do produto.

Setor terciário - Campo de ação que compreende basicamente o comércio de mercadorias, transporte, comunicações, prestação de serviços, atividades sociais e administração pública.

Situação de domicílio - Classificação da população segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal.

Temperatura - Aquecimento ou resfriamento do ar, governado pelo balanço da radiação solar na superfície terrestre.

Temperatura máxima - Valor máximo da temperatura que ocorre no período de um dia (24 horas).

Temperatura mínima - Valor mínimo da temperatura que ocorre no período de um dia (24 horas).

Umidade relativa do ar - Água na fase de vapor que existe na atmosfera.

Valor Bruto da Produção (VBP) - Produto resultante da multiplicação da quantidade produzida pelo preço médio ao produtor, independente de terem ou não as mercadorias chegado ao mercado formal.

LITERATURA CONSULTADA

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Metodologia do censo agropecuário de 1980*. Rio de Janeiro, 1985. 247 p. (IBGE. Relatórios Metodológicos, 5).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Metodologia das pesquisas agropecuárias anuais* - 1981. Rio de Janeiro, 1983. 230 p. (IBGE. Relatórios Metodológicos, 3).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Diretoria de Pesquisas e Inquéritos. Pesquisas agropecuárias contínuas*. Rio de Janeiro, 1988. v. 1, n. 2, 360 p.

LISTA DE FONTES

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2000-2001 [Anfavea]. São Paulo: Anfavea, 2002. Disponível na internet. <http://www.anfavea.com.br>

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO ESTADUAL DE SEMENTES E MUDAS - SAFRA 97/98. Florianópolis: Cidasc, 1999.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO ESTADUAL DE SEMENTES E MUDAS - SAFRA 98/99. Florianópolis: Cidasc, 2000.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO ESTADUAL DE SEMENTES E MUDAS - SAFRA 99/00. Florianópolis: Cidasc, 2001.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL – 1999-2001. Brasília: BCB, 2000-2002. Disponível na internet. <http://www.bcb.gov.br>

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO SETOR DE FERTILIZANTES - 1995 - 2001. São Paulo: Anda, 1996-2002.

CENSO AGROPECUÁRIO - SANTA CATARINA 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. {**Relatório das unidades por UF e município - 03/04/02**}. Brasília, 2002.

CONAB. Preços mínimos. Disponível na internet. <http://www.conab.gov.br>

EMBRAPA UVA E VINHOS. Banco de Dados de Uva e Vinho. Disponível na internet. <http://www.cnpuv.embrapa.br>

FAO. Base de Dados Estadísticos. Disponível na internet. <http://www.fao.org>

FAO. Situación de los bosques Del mundo. Disponível na internet: <http://www.fao.org>. Acesso em: 23 maio 2002.

IBGE. Banco de Dados Agregados – SIDRA. Disponível na internet. <http://www.ibge.gov.br>

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis, Instituto Cepa/SC, 2002. 112 p.

OCESC. Informativo técnico. Estatísticas do cooperativismo catarinense. Disponível na internet. <http://www.ocesc.org.br>

REGINA, M. de A. et al. **Viticultura e enologia**; atualizando conceitos. Caldas: Epamig, 2002. 340 p.

SECEX/DECEX. Indicadores – Alice Web. Disponível na internet. <http://www.mdic.gov.br/indicadores>

USDA. (www.usda.gov)



LISTA DE GRÁFICOS

A CONJUNTURA ECONÔMICA E A AGRICULTURA BRASILEIRA EM 2002

1. Produto interno bruto trimestral 9

ALHO

1. Preços pagos nas importações brasileiras – médias anuais – 1998-2003 22
2. Preços ao produtor e no atacado – médias anuais - Santa Catarina – 1999-2003 24

ARROZ

1. Preços do arroz em casca e beneficiado – jan/99-abr/03 30
2. Santa Catarina – Evolução dos preços médios recebidos pelo produtor e pelo atacadista – 1999-2003 31

BANANA

1. Banana caturra – Preços recebidos pelos produtores no norte do estado – 2001-2002 39
2. Banana prata – Preços recebidos pelos produtores no sul do estado – 2001-2002 40
3. Preços da banana caturra pagos ao produtor e no atacado de Santa Catarina - 2002 40
4. Preços da banana prata pagos ao produtor e no atacado de Santa Catarina - 2002 40

BATATA

1. Comportamento da produção catarinense – Safras 97/98-01/02 42
2. Preços médios recebidos pelos produtores – Santa Catarina – Safras 2000-2002 43

CEBOLA

1. Evolução da produção brasileira – Safras – 97/98-01/02 44
2. Desempenho da produção catarinense – Safras 97/98-01/02 45
3. Preços médios mensais recebidos pelos produtores - Santa Catarina 46
4. Preços médios de comercialização na Ceagesp – 2002 47
5. Importações brasileiras – 1998-2002 47

MAÇÃ

1. Evolução da produção catarinense – Safras 96/97-01/02 69
2. Preços médios mensais na Ceagesp – 2001-2002 71

MANDIOCA

1. Raiz - Preços recebidos – Sul Catarinense e Vale do Itajaí – Médias Anuais – 1998-2003	79
2. Preços da farinha grossa e fina – Sul Catarinense – Médias anuais – 1998-2003	79
3. Fécula – Preços na indústria – Alto Vale do Itajaí – Médias Anuais – 1998-2003	79
4. Polvilho azedo – Preços ao produtor – Sul Catarinense – Médias Anuais – 1998-2003	79

MILHO

1. Principais produtores mundiais – Safra 01/02	81
2. Cotações internacionais – 2001-2003	82
3. Produção do Mercosul – Safra 01/02	82
4. Brasil - Principais estados produtores – Safra 01/02	83
5. Evolução da oferta e demanda catarinense – 1999-2002	84
6. Preços ao produtor de Chapecó – 2001-2003	85

SOJA

1. Mundo - Principais países produtores - Safra 01/02	87
2. Cotações internacionais – 2001-2003	88
3. Produção do Mercosul – Safra 01/02	88
4. Brasil – Principais estados produtores – Safra 00/01	89
5. Preços ao produtor de Chapecó – 2001-2003	89

TOMATE

1. Preços médios pagos aos produtores em Santa Catarina – 2000-2003	97
---	----

UVA

1. Participação relativa dos estados na produção – 2001-2003	106
--	-----

FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

1. Valor das exportações brasileiras – 1995-2002	108
2. Importações brasileiras – 1995-2002	110

CARNE DE FRANGOS

1. Produção, disponibilidade e exportação – Brasil – 2001-2002	119
2. Produção, disponibilidade e exportação – Santa Catarina – 2001-2002	120
3. Índice de preços recebidos pelos avicultores – 2001-2002	120



CARNE BOVINA

1. Produção, consumo e exportação – 2000-2002	122
2. SC – Carne bovina – oferta e demanda – 2001-2002	123
3. Boi gordo – Preço Chapecó – 2001-2002	124

CARNE SUÍNA

1. Índice de preços mensais recebidos pelos suinocultores catarinenses – 2001-2002	126
2. Custo de produção sistema eficiente – out/2001-out/2002	126

MEL

1. Preços anuais recebidos pelo produtor – 1998-2003	143
--	-----

OVOS

1. Evolução dos preços médios em Santa Catarina – 2001/2003	151
---	-----

DESEMPENHO DA PESCA

1. Valor das exportação e importações de pescados brasileiros – 1997-2002	154
2. Comparação de exportações de camarões e pescados brasileiros – 1997-2002	154
3. Pescado – Volume total das capturas – Santa Catarina – 1990-1999	155
4. Valor das exportações e importações catarinenses de pescados – 1996-2002	155

DESEMPENHO DA AQUICULTURA

PISCICULTURA DE ÁGUA DOCE

1. Produção da piscicultura em águas interiores – Santa Catarina – 1992-2002	157
2. Origem da produção da piscicultura no estado de Santa Catarina – 2001	158

CAMARÃO MARINHO

1. Produção brasileira de camarão cultivado – 1997-2002	160
2. Comparação de exportações de camarões e pescados – Brasil – 1997-2002	160
3. Produção catarinense de camarão cultivado – 1998-2003	161

OSTRAS E MEXILHÕES CULTIVADOS

1. Produção de ostras cultivadas em Santa Catarina – 1991-2002	162
2. Produção de mexilhões cultivados em Santa Catarina – 1991-2002	163

DESEMPENHO DO SETOR FLORESTAL

1. Produção de madeira para uso industrial segundo os continentes – 2001	166
2. Madeira industrial – preços médios recebidos pelos produtores de Santa Catarina – jan/99 – mai/03 (valores nominais)	181
3. Madeira industrial – preços médios recebidos pelos produtores de Santa Catarina – jan/99 – mai/03 (valores constantes)	181
4. Evolução da participação de Santa Catarina nas exportações de produtos florestais do Brasil e da região sul – 1995-2002	183
5. Participação das exportações de produtos florestais no total das exportações catarinenses – 1993-2002	184

274

LISTA DE MAPAS

1/II – Divisão municipal do estado de Santa Catarina	189
--	-----

LISTA DE QUADROS**PLANO-SAFRA 03/04**

1/I – Programas para a safra 03/04	18
--	----

DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

1. Calendário Agrícola – Plantio, colheita e comercialização dos principais produtos agrícolas – Santa Catarina – 2003	118
---	-----



LISTA DE TABELAS

PARTE 1

A CONJUNTURA ECONÔMICA E A AGRICULTURA BRASILEIRA EM 2002

1. Área plantada, produção e posição de Santa Catarina na produção nacional, segundo os principais produtos agrícolas – Safra 01/02	11
2. Valor bruto da produção (VBP) e variação da produção e dos preços na agropecuária segundo grupos dos principais produtos – Santa Catarina – 2001-2002	12
3. Estimativa da evolução da produção e dos preços ao produtor na agropecuária, segundo grupos dos principais produtos – Santa Catarina – Safras 01/02-02/03	14

DESEMPENHO DA PRODUÇÃO VEGETAL

ALHO

1. Área plantada, produção e rendimento, total mundial e nos principais países - 2000-2002	19
2. Quantidade e valor das exportações, total e principais países – 1999-2001	20
3. Quantidade e valor das importações, total e principais países – 1999-2001	20
4. Área plantada, produção e rendimento médio, Brasil e nos principais estados 2000-2002	21
5. Importação brasileira total e a oriunda da Argentina, China e Espanha – 1998-2003	22
6. Área plantada, produção e rendimento médio nas microrregiões geográficas de Santa Catarina – 2000-2002	23
7. Preços médios mensais recebidos pelo produtor – Santa Catarina – 1998-2003	24

ARROZ

1. Arroz em casca – Área cultivada nos 10 principais países produtores – 1999/2002	25
2. Arroz em casca – Quantidade produzida nos 10 países produtores – 1999/2002	25
3. Arroz em casca – Rendimento médio nos 10 países produtores – 1999/2002	26
4. Arroz em casca – Quantidade produzida por país e total do mercosul – 1999/2003	27
5. Importações brasileiras por país do mercosul – 1999-2003	27
6. Arroz em casca – Quantidade produzida – Brasil – 1999/2003	28
7. Área colhida – Brasil – 1999/2003	29
8. Rendimento – Brasil – 1999/2003	29
9. Arroz irrigado – Quantidade produzida e rendimento nas principais microrregiões geográficas – Santa Catarina – 1999-2003	32

BANANA

1. Produção nos principais países – 2002	33
2. Área plantada, nos principais países – 2002	33
3. Produtividade nos principais países – 2002	34
4. Consumo per cápita de frutas no Brasil – 1996-2001	34
5. Área plantada, produção e rendimento nos estados, nas regiões brasileiras e total nacional – 2001-2002	35
6. Área, produção e rendimento nas microrregiões de Santa Catarina – 2001-2002	36
7. Área plantada, produção obtida e rendimento médio nos principais município de Santa Catarina – 2002 ..	37
8. Volume das exportações brasileiras e catarinenses e participação de Santa Catarina – 1996-2002	38
9. Valores das exportações brasileiras e catarinenses e participação de Santa Catarina – 1996-2002	38
10. Volume adquirido pelos principais compradores externos – 1997-2002	39
11. Valores pagos pelos principais compradores externos – 1997-2002	39

BATATA

1. Área plantada, produção e rendimento esperado – Safra 01/02	41
2. Área plantada, produção e rendimento obtido – Santa Catarina – Safra 01/02	42
3. Área plantada, produção e rendimento por estado – Safras 99/00-01/02	43

CEBOLA

1. Área plantada, produção e rendimento previsto – Brasil – Safra 01/02	45
2. Desempenho da cultura da cebola em Santa Catarina – Safra 01/02	45
3. Área plantada, produção e rendimento por estado – Safras 99/01-01/02	48

276

FEIJÃO

1. Quantidade produzida nos 10 principais países produtores – 1998-2002	50
2. Área cultivada nos 10 principais países produtores – 1998-2002	50
3. Rendimento médio nos 10 principais países produtores – 1998-2002	51
4. Quantidade produzida – países do mercosul – 1999-2002	52
5. Área cultivada – países do mercosul – 1999-2002	52
6. Rendimento médio – países do mercosul – 1999-2002	52
7. Brasil – Balanço de oferta e demanda, safras 98/99-02/03	53
8. Quantidade produzida - Brasil e principais estados – 1999-2003	53
9. Área plantada – Brasil e nos principais estados – 1999-2003	54
10. Rendimento médio – Brasil e principais estados – 1999-2003	54
11. Feijão 1ª safra – Produção brasileira e principais estados – 1999-2003	55



12. Feijão 1ª safra – Área plantada – Brasil e principais estados – 1999-2003	55
13. Feijão 1ª safra – Rendimento médio – Brasil e principais estados – 1999-2003	55
14. Feijão 2ª safra – Produção brasileira e principais estados – 1999-2003	56
15. Feijão 2ª safra – Área plantada – Brasil e principais estados – 1999-2003	56
16. Feijão 2ª safra – Rendimento médio – Brasil e principais estados – 1999-2003	56
17. Feijão 3ª safra – Produção brasileira e nos principais estados – 1999-2003	57
18. Feijão 3ª safra – Área plantada – Brasil e nos principais estados – 1999-2003	57
19. Feijão 3ª safra – Rendimento médio – Brasil e nos principais estados – 1999-2003	57
20. Quantidade produzida em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas – 1999-2003	58
21. Área plantada em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas - 1999-2003	59
22. Rendimento médio em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas -1999-2003	59
23. Feijão 1ª safra – Quantidade produzida em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas – 1999-2003	60
24. Feijão 1ª safra – Área plantada em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas - 1999-2003	60
25. Feijão 1ª safra – Rendimento médio em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas – 1999-2003	61
26. Feijão 2ª safra – Quantidade produzida em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas – 1999-2003	61
27. Feijão 2ª safra – Área plantada em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas – 1999-2003	62
28. Feijão 2ª safra – Rendimento médio em Santa Catarina e nas principais microrregiões geográficas – 1999-2003	62

FUMO

1. Produção mundial e principais países – 1990/2002	65
2. Área plantada, produção e rendimento médio – Brasil – Safras 92/93-02/03	65
3. Área plantada, produção e rendimento médio, segundo os estados e regiões – Brasil – Safras 99/00-01/02	66
4. Quantidade produzida e exportada pelo Brasil – 1993-2002	66
5. Exportações brasileiras – 1992-2002	66
6. Exportações brasileiras – 1995-2002	67
7. Exportações catarinenses – 1992-2000	67
8. Comparativo das safras do sul do país – Safras 00/01-02/03	67
9. Preço médio recebido pelos produtores do sul do país – Safras 96/97-02/03	67

10. Preço médio recebido pelos produtores do sul do país – Safras 96/97-02/03	67
11. Área plantada, produção e rendimento médio – Santa Catarina – safras 92/93-02/03	68
12. Área plantada, produção e rendimento médio, segundo as regiões geográficas de Santa Catarina – Safras 99/00-01/02	68

MAÇÃ

1. Área plantada, colhida e produção obtida em Santa Catarina – Safra 01/02	69
2. Área plantada e produção dos principais municípios catarinenses – Safra 01/02	70
3. Estimativa de desempenho da produção brasileira – Safra 01/02	70
4. Área plantada, produção e rendimento por estado – Safra 99/00-01/02	71

MANDIOCA

1. Área colhida e produção – Total e nos principais países – 2000-2002	72
2. Farinha de mandioca – Quantidade e valor das exportações mundiais e por país - 1999-2001	72
3. Amido de mandioca – Quantidade e valor das exportações mundiais e por país - 1999-2001	73
4. Farinha de mandioca – Quantidade e valor das importações mundiais e principais países – 1999-2001	73
5. Amido de mandioca – Quantidade e valor das importações mundiais e por país – 1999-2001	73
6. Raiz de mandioca – Área colhida e produção no Brasil e nos principais estados - 2001-2003	75
7. Raiz de mandioca – Área colhida e produção nas microrregiões geográficas de Santa Catarina – 2000-2002	76
8. Raiz – Sul catarinense – Preços mensais recebidos pelo produtor – 1998-2003	77
9. Raiz – Alto Vale – Preços mensais recebidos pelo produtor – 1998-2003	77
10. Farinha grossa – Sul catarinense – preços mensais ao produtor – 1998-2003	77
11. Farinha fina – Sul catarinense – Preços mensais ao produtor – 1998-2003	78
12. Fécula – Alto Vale – Preços mensais na indústria – 1998-2003	78
13. Polvilho azedo – Sul catarinense – Preços mensais ao produtor – 1998-2003	78

MILHO

1. Oferta/demanda mundial e norte-americana – Safras 01/02-03/04	81
2. Oferta/demanda da Argentina – Safras 00/01-02/03	83
3. Oferta/demanda – Brasil – Safras 99/00-02/03	83
4. Oferta/demanda – Santa Catarina – 2001-2003	85
5. Área, produção e rendimento mundial – Safras 00/01-02/03	85
6. Área plantada, produção e rendimento por estado – Safras – 00/01-02/03	86
7. Área plantada, produção e rendimento por microrregião geográfica – Santa Catarina – Safras – 00/01-02/03	86

**SOJA**

1. Soja-grão - Oferta/demanda mundial e norte-americana – Safras 00/01-02/03	87
2. Complexo soja – Brasil - Oferta/demanda – Safras 00/01-01/02	89
3. Área, produção e rendimento mundial e do Mercosul – Safras 00/01-02/03	90
4. Área plantada, produção e rendimento por estado –Brasil - Safras – 00/01-02/03	91
5. Área, produção e rendimento por microrregião geográfica – Santa Catarina – Safras – 00/01-02/03	91

TOMATE

1. Área plantada e produção nos principais países produtores 2000-2002	92
2. Área plantada e quantidade produzida nos países da América do Sul – 2000-2002	93
3. Área plantada, produção obtida e rendimento médio nos estados brasileiros – 2000-2002	94
4. Área plantada, produção obtida e rendimento médio nas microrregiões geográficas – Santa Catarina – 2000-2002	95
5. Preços médios pagos aos produtores em Santa Catarina – 2000-2003	96

TRIGO

1. Balanço mundial de oferta e demanda – Safras 92/93-03/04	101
2. Produção mundial e dos principais países produtores – Safras 99/00-03/04	101
3. Estimativa de exportação, segundo os principais países e mundial - Safras 99/00–03/04	101
4. Estimativa de importação, segundo os principais países e mundial - Safras 99/00–03/04	102
5. Comparativo da área plantada, produção e rendimento - Brasil – 1993-2003	102
6. Área plantada, produção e rendimento, segundo os estados – 2000-2002	102
7. Oferta e demanda brasileiras – 1998-2003	103
8. Quantidade de trigo em grão importada pelo Brasil – 1996-2002	103
9. Quantidade de farinha importada pelo Brasil – 1996-2002	103
10. Comparativo da área plantada, produção e rendimento - Santa Catarina – 1993-2003	103
11. Comparativo da área, produção e rendimento - Santa Catarina – 2000-2002	104
12. Preços mínimos de garantia – 1999-2003	104
13. Preços médios recebidos pelos produtores de Santa Catarina – 1996-2003	104

FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

1. Exportações de flores e plantas ornamentais – Brasil – 1999-2002	109
2. Plantas vivas e produtos de floricultura – Estados de origem das exportações brasileiras – 2000-2002	110
3. Importações de flores e plantas ornamentais – Brasil – 1999-2002	111
4. Produtos mais vendidos no Veiling-Holambra – 1992-1999	112

5. Evolução da floricultura catarinense – 1997 e 2002	113
6. Produção comercializada – Santa Catarina – 2000	114
7. Exportações de flores e plantas ornamentais – Santa Catarina - 1999-2002	115
8. Exportações catarinenses de produtos de floricultura – 2000-2002	116
9. Importações de flores e plantas ornamentais – Santa Catarina – 1999-2001	116

DESEMPENHO DA PRODUÇÃO ANIMAL

CARNE DE FRANGOS

1. Produção, disponibilidade e exportação – 2002-2003	121
---	-----

CARNE SUÍNA

1. Balanço de oferta e demanda brasileira – 2001-2002	125
2. Balanço da oferta e demanda catarinenses – 2001-2002	125
3. Produção de carne suína por região geográfica – Brasil – 2002-2003	127

LEITE

1. Produção de leite de vaca de alguns países selecionados – 1998-2003	128
2. Produção brasileira, segundo os estados – 1985/2001	129
3. Comparativo entre a produção total e a destinada à industrialização, segundo os estados – 1998 e 2001 ..	130
4. Produção destinada à industrialização, segundo os estados – 1997-2002	131
5. Produção brasileira destinada à industrialização, segundo os meses – 1997-2002	132
6. Leite e derivados – importações brasileiras – 1992-2002	132
7. Leite e derivados – importações brasileiras, segundo os principais países – 2000-2002	133
8. Leite e derivados – importações brasileiras – janeiro a maio – 1992-2003	133
9. Leite e derivados – exportações brasileiras – 1992-2002	133
10. Leite e derivados – exportações brasileiras – janeiro a maio – 1992-2003	134
11. Produção catarinense, segundo as micro e mesorregiões geográficas – 1985/2001	135
12. Produção catarinenses inspecionada - Total das indústrias e postos de resfriamento – 1997-2002	135
13. Produção destinada à industrialização em Santa Catarina, segundo os meses – 1997-2002	136
14. Preços médios recebidos pelos produtores de Santa Catarina – 1997-2003	136

MEL

1. Quantidade produzida no mundo e nos principais países – 1998-2002	137
2. Quantidade exportada, total e nos principais países – 1997-2001	138



3. Valor das exportações, total e nos principais países – 1997-2001	138
4. Quantidade importada, total e nos principais países – 1997-2001	138
5. Valor das importações, total e nos principais países – 1997-2001	138
6. Produção brasileira e dos principais estados – 1997-2001	139
7. Quantidade e valor das exportações brasileiras, por estado – 2000-2003	140
8. Preços médios obtidos através das exportações brasileiras, por estado – 2000-2003	140
9. Período de colheita, tipo de florada, número de colméia por apicultor e rendimento por colméia, por mesorregião geográfica – Santa Catarina – 2002	141
10. Quantidade produzida e participação percentual por microrregião geográfica - Santa Catarina – 1997-2001	142
11. Preços médios mensais recebidos pelo apicultor de Santa Catarina – 1998-2003	143

OVOS

1. Produção mundial e dos principais países – 1988-2002	145
2. Volume das exportações mundiais – 1988-2002	146
3. Plantel de poedeiras no Brasil, por região e por estado – 2000-2002	147
4. Produção no Brasil, por região e principais estados – 2000-2002	148
5. Produção em Santa Catarina – 1998-2002	149
6. Preços no atacado em Santa Catarina – 2000-2003	152
7. Relação de troca com diversos insumos em Santa Catarina – 2000-2003	152

DESEMPENHO DA PESCA

1. Valor e principais países de destino das exportações de Santa Catarina – 1998-2002	156
2. Valor e principais países de origem das importações de Santa Catarina – 1998-2002	156

DESEMPENHO DA AQUICULTURA

1. Evolução da produção da truticultura no Estado de Santa Catarina – 1996-2001	158
2. Preço da ração utilizada em piscicultura – Média de 12 regiões do estado de Santa Catarina – 2001-2002	158
3. Preço de alevinos utilizados na piscicultura – Média de 12 regiões do Estado de Santa Catarina – 2001-2002	159
4. Preço de peixes destinados à indústria e ao pesque-pague – Média do Estado de Santa Catarina – 2001-2002	159
5. Produção e receita bruta por hectare, em um hectare, num ciclo de 8 meses, da piscicultura no modelo alto Vale do Itajaí – maio 2003	159

CAMARÃO MARINHO

1. Produção brasileira de camarão por região – 2002 160
2. Exportações em US\$/fob, kg e valor médio de camarão de Santa Catarina – 1997-2002 161

OSTRAS E MEXILHÕES CULTIVADOS

1. Preço das ostras cultivadas em Santa Catarina – 2001 e 2002 162
2. Preço dos mexilhões cultivados em Santa Catarina – 2001 e 2001 163

DESEMPENHO DO SETOR FLORESTAL

1. Produção mundial de madeira em toras, segundo os continentes e principais países – 1998-2001 165
2. Valor das exportações mundiais de produtos florestais segundo os continentes e principais países – 1998-2001 166
3. Valor das importações mundiais de produtos florestais segundo os continentes e principais países – 1998-2001 167
4. Produção dos principais produtos florestais – Brasil – 1998-2001 170
5. Consumo de carvão vegetal segundo a origem – Brasil – 1994-2001 171
6. Produção e destino da madeira serrada – Brasil – 1994-2000 171
7. Produção e destino dos compensados – Brasil – 1994-2000 171
8. Produção e destino de produtos de maior valor agregado (PMVA) - Brasil – 1995-2000 172
9. Produção e destino dos painéis reconstituídos – Brasil – 1994-2000 173
10. Produção brasileira de celulose e papel – 2001-2002 175
11. Produção dos principais produtos florestais – Santa Catarina – 1998-2002 177
12. Produção de madeira em tora para processamento mecânico nos principais municípios produtores de Santa Catarina – 2001 178
13. Evolução do valor da produção dos produtos florestais básicos de Santa Catarina - 1996-2001 179
14. Preço médio dos principais produtos florestais – Santa Catarina – 1998-2002 180
15. Exportação de produtos florestais – Santa Catarina – 1996-2002 182
16. Realizações do programa florestal catarinense – período 1999-2002 184



PARTE 2

DIVISÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÕES CLIMÁTICAS

1. Área territorial, segundo os municípios – Santa Catarina - 2000	185
2. Média das temperaturas mínimas mensais, segundo as estações agrometeorológicas – Santa Catarina – 2002	190
3. Média das temperaturas máximas mensais, segundo as estações agrometeorológicas – Santa Catarina – 2002	190
4. Umidade relativa média mensal, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina – 2002	191
5. Precipitação média mensal, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina – 2002	191

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

6. População residente, segundo a situação de domicílio – Brasil e Santa Catarina – 1991/2002	192
7. População residente total e rural, por faixa etária – Santa Catarina – 1980/2001	192
8. População residente total, rural e urbana, segundo os municípios – Santa Catarina – 2000	193
9. Pessoas ocupadas, por sexo, segundo o setor econômico – Santa Catarina - 1998-2001	196
10. Pessoas ocupadas, por situação de domicílio, segundo os grupos de idade - Santa Catarina – 1998-2001	197
11. Domicílios particulares permanentes e indicadores de bem-estar, segundo a situação de domicílio – Santa Catarina – 1998-2001	197
12. Trabalhadores no agronegócio catarinense – 1999/2001	198

ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

13. Capacidade estática de armazenagem em meio ambiente não controlado, por tipo, dos armazéns cadastrados na Conab, segundo as microrregiões geográficas – Santa Catarina - 2002	199
14. Cooperativas, segundo o tipo de atividade – Santa Catarina – 1998-2002	199
15. Cooperados, segundo o tipo de cooperativa – Santa Catarina – 1998-2002	200
16. Recebimento de produtos agropecuários pelas cooperativas, segundo os principais produtos – Santa Catarina – 1998-2002	200
17. Máquinas agrícolas vendidas, segundo o tipo – Santa Catarina – 1998-2002	201
18. Consumo aparente de fertilizantes, segundo o tipo – Santa Catarina – 1998-2002	201
19. Produção de sementes certificadas, segundo os produtos agrícolas – Santa Catarina – 96/97-01/02	201
20. Produção de sementes fiscalizadas, segundo os principais produtos agrícolas – Santa Catarina – 96/97-00/01	201
21. Crédito rural, concedido a produtores e cooperativas, segundo a finalidade - Santa Catarina – 1998-2001 ...	202

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA

22. Estimativa do balanço de oferta e demanda dos principais produtos vegetais - Santa Catarina – Safras – 01/02-02/03	203
23. Exportações do agronegócio catarinense – 2000-2003	204
24. Importações do agronegócio catarinense – 2000-2003	205
25. Valor bruto da produção, consumo intermediário e produto interno bruto, segundo a atividade econômica do setor primário – Santa Catarina – 1997-2003	206
26. Valor bruto da produção dos principais produtos sa agropecuária catarinense – 1996-2003	206
27. Índice de produtividade das principais culturas – Santa Catarina – 1987-2002	208

PREÇOS AGRÍCOLAS

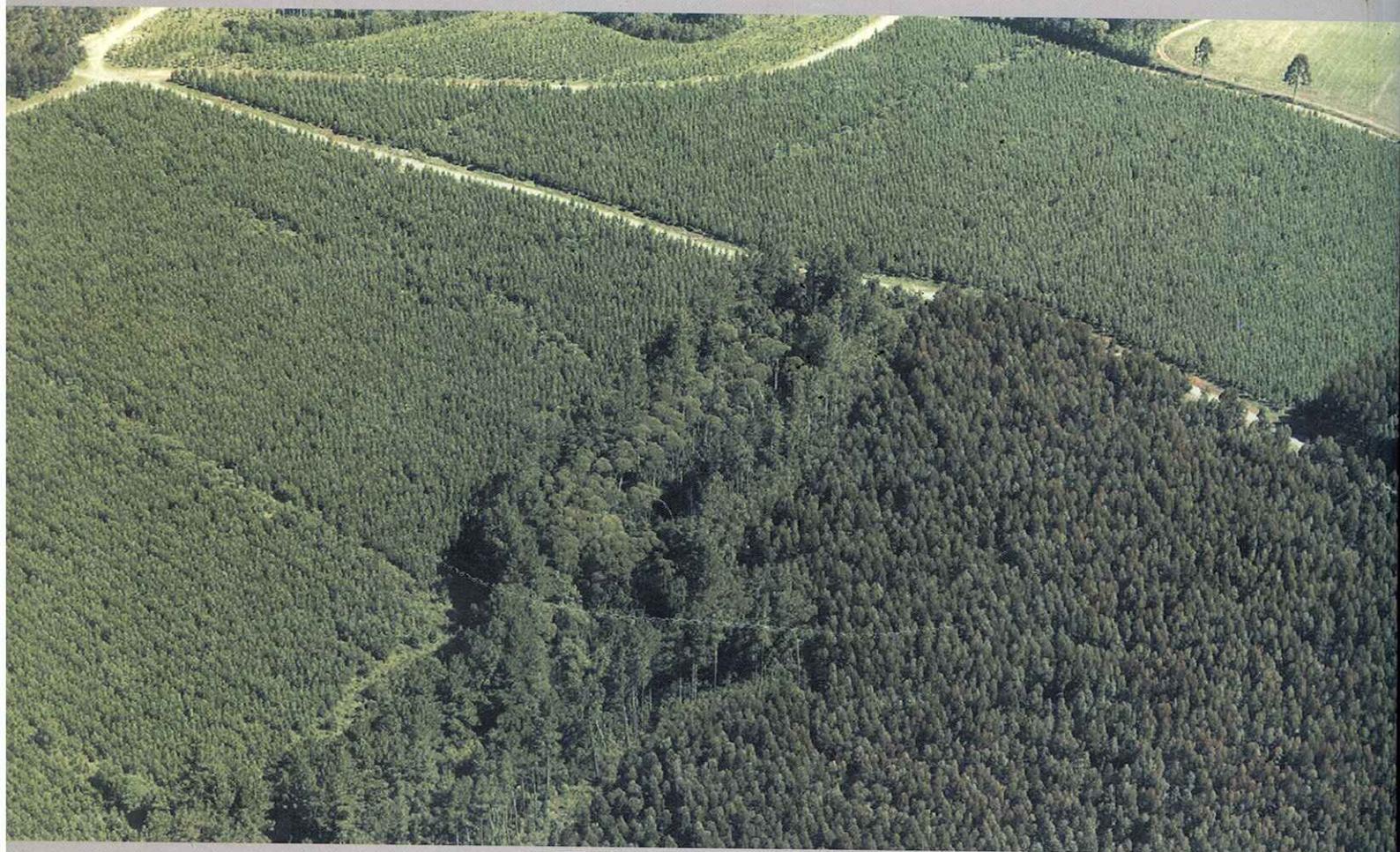
28. Preços mínimos vigentes, por produto, na região centro-sul – 1999-2004	209
29. Preços médios mensais recebidos pelos produtores pelos principais produtos agropecuários – Santa Catarina – Jan/Dez-2002	211
30. Preços médios mensais recebidos pelos produtores pelos principais produtos agropecuários – Santa Catarina – jan/jun-2003	212
31. Índice de preços recebidos pelos agricultores catarinenses – IPR – 2002-2003	213
32. Preços médios mensais dos produtos de pesca em frigoríficos atacadistas - Santa Catarina – 2002-2003	214
33. Preços médios mensais recebidos pelos aqüicultores em Santa Catarina – 2002-2003	218
34. Equivalência entre preços pagos e recebidos pelos agricultores catarinenses para produtos selecionados – 2000-2002	219



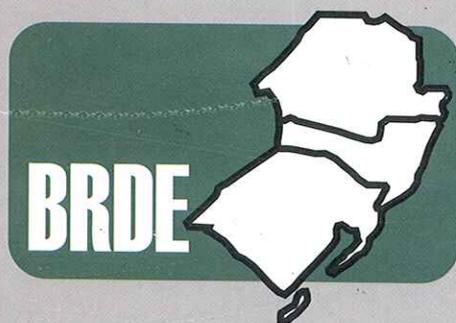
ÍNDICE REMISSIVO

- Alho, 19-24
 Aqüicultura, 157-159
 Área territorial, 185-188
 Armazenagem, 199
 Arroz, 25-32
 Associação de municípios, 258-260
 Aves, 119-121
 Bacias hidrográficas, 261-267
 Balanço de oferta e demanda, 203
 Banana, 33-40
 Batata, 41-43
 Bovinos, 122-124
 Calendário agrícola, 118
 Camarão marinho, 160-161
 Carne bovina, 122-124
 Carne de frango, 119-121
 Carne suína, 125-127
 Carvão vegetal, 171
 Cebola, 44-48
 Cooperativas, 199-200
 Crédito rural, 202
 Desempenho da agropecuária, 10-14
 Desempenho da aqüicultura, 157-159
 Desempenho da pesca, 154-156
 Desempenho da produção animal, 119-153
 Desempenho da produção vegetal, 19-118
 Desempenho do setor florestal, 164-184
 Desempenho do agronegócio, 8-10
 Divisão territorial, 251-253
 Domicílios, 197
 Equivalência de preços, 219
 Exportação, 204
 Farinha, 77-78
 Fécula, 78
 Feijão, 49-62
 Fertilizantes, 201
 Flores, 108-117
 Fumo, 63-68
 Importação, 205
 Índice de produtividade, 208
 Índice de preços recebidos, 213
 Leite, 128-136
 Maçã, 69-71
 Madeira em tora, 165-166
 Mandioca, 72-80
 Máquinas agrícolas, 201
 Mapa de Santa Catarina, 189
 Mel, 137-143
 Mexilhões, 162-163
 Microrregiões geográficas, 251-253
 Milho, 81-86
 Ostra, 162-163
 Ovos, 144-153
 Pesca, 154-156
 Pessoal ocupado, 196-197
 PIB, 206
 Piscicultura, 157-159
 Plano-Safra, 15-18
 Plantas ornamentais, 108-117
 Polvilho azedo, 78
 População residente, 192
 População rural, 192-196
 População urbana, 192-196
 Precipitação pluviométrica, 191
 Preços agrícolas, 209
 Preços dos produtos da pesca, 214-217
 Preços mínimos, 209-210
 Preços recebidos, 211-212
 Produção florestal, 164-184
 Produto interno bruto, 206
 Raiz de mandioca, 75-77
 Secretarias regionais, 220-250
 Sementes certificadas, 201
 Sementes fiscalizadas, 201
 Soja, 87-91
 Suínos, 125-127
 Temperatura máxima, 190
 Temperatura mínima, 190
 Tomate, 92-97
 Trabalhadores no agronegócio, 198
 Trigo, 98-104
 Umidade relativa, 191
 Uva, 105-107
 Valor bruto da produção, 12, 206-207

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL



Reflorestar é plantar um futuro melhor



Parceiro para crescer

BANCO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DO
EXTREMO SUL